



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

GUERRAS PELA INTEGRAÇÃO :
A EMERGÊNCIA DAS GUERRAS DE NOVA GERAÇÃO COMO FORMA DE DISPUTA ENTRE OS
BLOCOS REGIONAIS, UMA ANÁLISE HISTÓRICO-TEÓRICA E GEOPOLÍTICA A PARTIR DO
CASO DA GUERRA NA UCRÂNIA

GABRIEL RODRIGUES PEIXOTO

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPG-ICAL)**

LINHA DE PESQUISA: GEOPOLÍTICA, FRONTEIRAS E REGIONALIZAÇÃO

**GUERRAS PELA INTEGRAÇÃO :
A EMERGÊNCIA DAS GUERRAS DE NOVA GERAÇÃO COMO FORMA DE DISPUTA ENTRE OS BLOCOS
REGIONAIS, UMA ANÁLISE HISTÓRICO-TEÓRICA E GEOPOLÍTICA A PARTIR DO CASO DA GUERRA
NA UCRÂNIA**

GABRIEL RODRIGUES PEIXOTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr-Oliveira

Linha de Pesquisa: Geopolítica, Fronteiras e Regionalização

Foz do Iguaçu
2022

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

P379

Peixoto, Gabriel Rodrigues.

Guerras Pela Integração : a emergência das Guerras de Nova Geração como forma de disputa entre os Blocos Regionais, uma Análise Histórico-Teórica e Geopolítica a partir do caso da Guerra na Ucrânia / Gabriel Rodrigues Peixoto. - Foz do Iguaçu, 2022.

205 f.: il., color.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino- Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu - PR, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr-Oliveira

1. Integração regional. 2. Guerras. 3. Regionalismo. 4. Geopolítica. 5. Multipolaridade. I. Kerr-Oliveira, Prof. Dr. Lucas. II. Título.

CDU 911.3:32

GABRIEL RODRIGUES PEIXOTO

GUERRAS PELA INTEGRAÇÃO

A EMERGÊNCIA DOS BLOCOS REGIONAIS E AS GUERRAS DE NOVA GERAÇÃO, UMA ANÁLISE
HISTÓRICO-TEÓRICA A PARTIR DO CASO DA GUERRA NA UCRÂNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Integração Contemporânea na América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr-Oliveira
UNILA

Prof. Dr. Marco Cepik
UFRGS

Prof. Dr. Andrés Rivarola Puntigliano
Stockholms Universitet

Prof. Dr. André Luís André
UFS

Foz do Iguaçu, 26 de abril de 2022

Uma vez iniciada a guerra, não se faz paz fingindo que não há guerra.

— Mahabharata. Livro 5 - Udyoga Parva (1978, p. 365).

Entrementes, a consistência e o odor do carvalho começavam a falar, já perceptivelmente, da lentidão e da constância com que a árvore cresce. O carvalho mesmo assegurava que só semelhante crescer pode fundar o que dura e frutifica; que crescer significa: abrir-se à amplidão dos céus, mas também deitar raízes na obscuridade da terra; que tudo que é verdadeiro e autêntico somente chega à maturidade se o homem for simultaneamente as duas coisas: disponível ao apelo do mais alto céu e abrigado pela proteção da terra que oculta e produz.

— **Martin Heidegger, *In. O Caminho do Campo* (1949, p. 2).**

RESUMO

Ao longo da última década, a iminência de um conflito interestatal de largas proporções e o crescente aventamento de um suposto desafio à hegemonia estadunidense se tornaram o centro dos debates das Relações Internacionais. E de fato, a emergente ação e limitada coordenação de um punhado de nações semi-periféricas, lastreadas no avanço de seus respectivos projetos de integração regionais, paulatinamente, principiaram o socavamento dos interesses estratégicos dos EUA e de seus aliados, num amplo movimento que deu lugar a uma crescente instabilidade internacional. Tal amplo movimento, se convencionou chamar de “volta da geopolítica” por alguns e foi caracterizado pela pretensa imediação de uma “Guerra Híbrida” por tantos outros. Neste entremeio, conflitos que envolvem direta ou indiretamente potências emergentes e suas respectivas concepções territorialização haveriam de ser deflagrados. Por detrás de tal fenômeno reside a emergência de uma ascendente nova configuração multipolar em desequilíbrio, que desata uma crise sistêmica que coloca em cheque a *Pax Americana* e tende por ter como resultado final a culminação de uma revolução espacial iniciada ainda no século XIX e que tem por pano de fundo a confrontação primordial entre terra e mar. Numa confrontação que traz em seu âmago um Novo Momento das Relações Internacionais e no qual se desdobram novas possibilidades geopolíticas, a soberania territorial recobra um impulso primordial e as guerras entre Estados ressurgem enquanto possibilitadoras de câmbios estruturais no arranjo de poder global. Na presente dissertação, recorreremos, desde o pensamento geopolítico, o caminho do fenômeno da integração regional enquanto modo de reorganização espacial e ariete geoestratégico transicional a uma organização territorial e política qualitativamente superior. E é por assim ser que colocamos nossas vistas de forma especial no conflito interestatal que se deriva da expansão da integração territorial enquanto sintoma da expansão espacial estatal e característica intrínseca ao mesmo exercício de soberania.

Palavras-chave: Integração Regional; Guerras de Nova Geração; Regionalismo; Geopolítica; Multipolaridade.

RESUMEN

Durante la última década, la inminencia de un conflicto interestatal de gran envergadura y el advenimiento creciente de un supuesto desafío a la hegemonía estadounidense se han convertido en el centro de los debates en Relaciones Internacionales. Y de hecho, la acción emergente y la coordinación limitada de un puñado de naciones semi-periféricas, respaldadas por el avance de sus respectivos proyectos de integración regional, comenzaron a socavar los intereses estratégicos de EE. UU. y sus aliados, en un amplio movimiento que dio lugar a una creciente inestabilidad internacional. Un movimiento tan amplio fue llamado convencionalmente el “retorno de la geopolítica” por algunos y se caracterizó por la supuesta inmediatez de una “Guerra Híbrida” por muchos otros. Mientras tanto, habría que desencadenar conflictos que involucren directa o indirectamente a las potencias emergentes y sus respectivas concepciones de territorialización. Detrás de este fenómeno se encuentra el surgimiento de una nueva configuración multipolar ascendente en desequilibrio, que desencadena una crisis sistémica que pone en jaque a la *Pax Americana* y tiende a tener como resultado final la culminación de una revolución espacial iniciada en el siglo XIX y que ha como telón de fondo el enfrentamiento primordial entre la tierra y el mar. En un enfrentamiento que trae en su seno un Nuevo Momento de las Relaciones Internacionales y en el que se despliegan nuevas posibilidades geopolíticas, la soberanía territorial recupera un impulso primordial y las guerras entre Estados reaparecen como posibilitadoras de cambios estructurales en el ordenamiento global del poder. En la presente disertación, recurrimos, desde el pensamiento geopolítico, a la vía del fenómeno de la integración regional como modo de reorganización espacial y ariete geoestratégico transitorio hacia una organización territorial y política cualitativamente superior. Y es por ello que ponemos nuestra mirada de manera especial en el conflicto interestatal que se deriva de la expansión de la integración territorial como síntoma de la expansión espacial del Estado y característica intrínseca del propio ejercicio de la soberanía.

Palabras clave: Integración regional; Guerras de Nueva Generación; Regionalismo; Geopolítica; Multipolaridad.

ABSTRACT

Over the last decade, the imminence of a large-scale interstate conflict and the growing advent of a supposed challenge to US hegemony have become the center of debates in International Relations. And in fact, the emerging action and limited coordination of a handful of semi-peripheral nations, backed by the advancement of their respective regional integration projects, gradually began to undermine the strategic interests of the US and its allies, in a broad movement that gave rise to a growing international instability. Such a broad movement was conventionally called the “return of geopolitics” by some and was characterized by the alleged immediacy of a “Hybrid War” by many others. In the meantime, conflicts that directly or indirectly involve emerging powers and their respective territorialization conceptions would have to be triggered. Behind this phenomenon lies the emergence of an ascending new multipolar configuration in disequilibrium, which unleashes a systemic crisis that puts the Pax Americana in check and tends to have as its final result the culmination of a spatial revolution that began in the 19th century and that has as its backdrop the primordial confrontation between land and sea. In a confrontation that brings at its core a New Moment of International Relations and in which new geopolitical possibilities unfold, territorial sovereignty regains a primordial impulse and wars between States reappear as enabling structural changes in the global power arrangement. In the present dissertation, we resort, from geopolitical thought, to the path of the phenomenon of regional integration as a mode of spatial reorganization and transitional geostrategic battering ram to a qualitatively superior territorial and political organization. And it is for this reason that we place our sights in a special way on the interstate conflict that derives from the expansion of territorial integration as a symptom of the state's spatial expansion and an intrinsic characteristic of the exercise of sovereignty itself.

Keywords: Regional Integration; New Generation Wars; Regionalism; Geopolitics; Multipolarity.

АННОТАЦИЯ

За последнее десятилетие неизбежность крупномасштабного межгосударственного конфликта и растущее появление предполагаемого вызова гегемонии США стали центром дебатов в области международных отношений. И в самом деле, зарождающееся действие и ограниченная координация горстки полупериферийных стран, подкрепленные продвижением их соответствующих региональных интеграционных проектов, постепенно начали подрывать стратегические интересы США и их союзников в широком движении, которое дало порождает растущую международную нестабильность. Такое широкое движение одни условно называли «возвращением геополитики», а многие другие характеризовали мнимой непосредственностью «гибридной войны». Между тем, конфликты, которые прямо или косвенно затрагивают новые державы и их соответствующие концепции территориализации, должны быть спровоцированы. За этим явлением стоит появление восходящей новой многополярной конфигурации, находящейся в неравновесном состоянии, которая вызывает системный кризис, который ставит под контроль Pax Americana и имеет тенденцию иметь своим конечным результатом кульминацию пространственной революции, начавшейся в XIX веке и завершившейся на его фоне исконное противостояние между сушей и морем. В конфронтации, которая приносит в своей основе Новый момент международных отношений и в которой раскрываются новые геополитические возможности, территориальный суверенитет вновь обретает первоначальный импульс, и войны между государствами вновь появляются как возможность структурных изменений в глобальном раскладе сил. В настоящей диссертации мы переходим от геополитической мысли к пути феномена региональной интеграции как способа пространственной реорганизации и переходного геостратегического тарана к качественно более высокой территориально-политической организации. И именно по этой причине мы особым образом смотрим на межгосударственный конфликт, возникающий в результате расширения территориальной интеграции, как симптом пространственной экспансии государства и неотъемлемую характеристику самого осуществления суверенитета.

Ключевые слова: региональная интеграция; Войны нового поколения; Регионализм; геополитика; Многополярность.

LISTA DE MAPAS, FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Mapa ou ilustração	Página
Mapa 1.3. - Cidades-Estado na Península Itálica no ano de 1494	44
Mapa 1.5.1. - O Heartland Euroasiático por Mackinder	55
Mapa 1.5.2. – O Inner Circle e o Heartland	56
Mapa 1.6.1. - Expansão territorial do Império russo	58
Mapa 1.6.2. Perdas territoriais russas com o Tratado de Brest-Litovsk	59
Mapa 1.6.3. - Decadência e perdas territoriais do Império Otomano	61
Mapa 1.6.4. - Os grupos étnicos da Áustria-Hungria em 1910	63
Mapa 2.1.1. - Mundo bipolar nos anos 1950	70
Mapa 2.1.2. - Mundo bipolar nos anos 1980	71
Mapa 2.4.3.1. - Processos de Revoluções Coloridas deflagrados	96
Mapa 3.6.1.1. - A língua russa na Ucrânia	158
Mapa 3.6.1.2. - Separatismo na região da Novorossiya	160
Mapa 3.7.1. - Conflito entre Armênia e Azerbaijão	167
Mapa 3.10.1. - Movimentação operacional na Ucrânia nos dois primeiros dias da Operação Especial	170

Gráfico	Página
Gráfico 3.10.1. - Os Países mais sancionados (2022)	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

4GW - *Forth Generation War* (Guerra de Quarta Geração)

C4ISR - *Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*

CEEA - Comunidade Econômica Eurasiática

CRS - Complexo Regional de Segurança

CSTO - Organização do Tratado de Segurança Coletiva

EaP - *Eastern Partnership*

ECI - Estado Continental Industrial

EACU - União Aduaneira Euroasiática

EUA - Estados Unidos da América

INSTC - Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

UE - União Européia

UEE - União Econômica Eurasiática

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. DERROTEIRO HISTÓRICO-TEÓRICO DA EMERGÊNCIA DA ERA DO ESTADO CONTINENTAL INDUSTRIAL	25
1.1. GEOPOLÍTICA POR OUTROS MEIOS	25
1.2. INTEGRAÇÃO, GUERRA E SOBERANIA DESDE A APROXIMAÇÃO GEOPOLITICA SCHMITTIANA	33
1.3. INTEGRAÇÃO COMO EXPANSÃO TERRITORIAL	40
1.4. DA EVOLUÇÃO DA GUERRA	47
1.5. DA GÊNESE DOS ESTADOS CONTINENTAIS INDUSTRIAIS	51
1.6. DA DESTRUIÇÃO DOS ESTADOS IMPERIAIS	57
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	65
2. GEOPOLITIK MIT ANDEREN MITTELN: DA CONSTRUÇÃO DA GUERRA SEM FIM	68
2.1. UM NOVO UMBRAL DE PODER	69
2.2. UM OUTRO MOMENTUM, O MESMO ARRANJO SISTÊMICO	73
2.3. A CONSTRUÇÃO DA GUERRA SEM FIM	76
2.3.1. Revolução Técnico-Militar (MTR)	77
2.3.2. Guerras de Quarta Geração	81
2.4. DA DESORDEM MUNDIAL: DOMINAÇÃO DE ESPECTRO TOTAL	84
2.4.1. Underground: Era uma vez um país	86
2.4.2. Sérvia, 1999	89
2.4.3. Portões do Heartland: as revoluções coloridas caminham ao oeste	94
2.4.4. Ponto de inflexão: sobre a guerra na Geórgia	98
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	101
3. EURÁSIA E AMÉRICA DO SUL: UM DERROTEIRO DA EVOLUÇÃO DAS GUERRAS DA INTEGRAÇÃO	105
3.1. ANOMIA TERRITORIAL: DO PODER TALASSOCRÁTICO	106
3.2. INTEGRAÇÃO REGIONAL: PODER PARADOR DA TERRA	109
3.3. DO DESAFIO SISTÊMICO: HYBRID WAR?	113
3.4. DO CERCO À RÚSSIA	124
3.4.1. Sobre a Ucrânia	132
3.4.2. Ucrânia, União Europeia e uma Linha Vermelha	136
3.5. BOLÍVIA - DESESTABILIZAÇÃO NO HEARTLAND SULAMERICANO	139
3.6. EUROMAIDAN: KIEV ENTRE MOSCOU E BRUXELAS	154
3.6.1. Guerra Civil no Donbass	157
3.7. CÁUCASO, 2020: NAGORNO KARABAKH COMO SINTOMA DA GUERRA HEGEMÔNICA	161
3.8. SOBRE A OPERAÇÃO Z: UCRÂNIA 2022	168

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	180
4. PONDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS	187

INTRODUÇÃO

Face ao mesmo título da presente dissertação há de se interpor uma questão que, de facto, julgamos essencial ao seu prosseguimento: porque, tendo por centro a integração regional, há de se colocar nossa mirada sobre a guerra?

Por certo, o objetivo que norteia este trabalho e que se apresenta nas páginas a seguir, toca, desde uma perspectiva lastreada no pensamento geopolítico, a tratar do fenômeno da integração regional, enquanto modo transicional de se reordenar o espaço invariavelmente conectado a ideias, estratégias e políticas que permeiam a dimensão territorial dos Estados ante necessidades de uma determinada época. Mas é também por ser antes que nada uma extensão da razão do Estado, uma organização do domínio político-militar, que este está de forma irremediável ligado ao conflito (KJELLEN, 1916; MALAGRIDA, 1946; RATZEL, 1969; HAUSHOFER, 1975; METHOLFERRÉ, 2009; MEARSHEIMER, 2014; PUNTIGLIANO, 2016).

A integração regional pode ser definida como um processo no qual os atores são persuadidos - por coerção ou coação - a deslocar suas lealdades, expectativas e atividades políticas em direção a um novo centro, cujas instituições possuem ou exigem jurisdição sobre os Estados nacionais preexistentes, dentro de arranjos centrado em arranjos entre vários pólos ou a uma unipolaridade guiada por grandes potências regionais ou super-potências de nível global (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 55).

Ao mesmo, desde uma aproximação desde o pensamento geopolítico, a regionalização e a formação de blocos regionais podem - e talvez devam - ser encarados como processos de constituição de “blocos de poder” que objetivam alcançar o umbral de poder de uma época histórica determinada a modo de alterar as balanças de poder entre as potências de uma determinada época (GULLO, 2018). Conforme Vizentini (2006):

Assim, para os Estados Dinásticos, no congresso de Viena de 1815, foram substituídos pelas potências (o sistema europeu de equilíbrio de poder), e estas pela superpotências na Conferência de Ialta em 1945, hoje estas poderiam estar em vias de ceder seu lugar aos blocos regionais de poder (VIZENTINI, 2006, p. 17).

Neste sentido, o fenômeno da integração regional contemporâneo desponta num momento no qual a guerra direta como “(...) um evento massivo e decisivo em uma disputa em assuntos internacionais (...)” (SMITH, 2006) já não aparecia como opção viável (MEARSHEIMER, 2014).

¹As traduções são nossas daqui por diante. Os originais constam em notas de rodapé. No original em inglês: “*a massive*

Todavia, enquanto ponto de conexão entre o território (espaço) e o desenvolvimento (tempo), no hodierno, este irrompe como aríete da estratégia geopolítica tanto da super hegemonia estadunidense como modo de consolidar seu domínio territorial, quanto de todos aqueles que resistem ao seu domínio (MEARSHEIMER, 2014; PUNTIGLIANO, 2016; BRZEZINSKI, 1997; METHOL FERRÉ, 1997).

Seu desenvolvimento e complexificação, não é outra coisa senão que um desprendimento imposto pela revolução espacial iniciada ainda no século XIX que deu gênese a um novo tipo de estado superlativo, o Estado Continental Industrial, também eleva o umbral de poder sistêmico, dando lugar a um processo que culminaria numa nova ordem global que dá por finda a era vestfaliana e torna o Estado nacional moderno um arranjo político-militar caduco.

Desde a hegemonia estadunidense, os processos de integração irromperam como forma principal de expansão e controle territorial (PUNTIGLIANO, 2016) culminando no chamado “Novo Regionalismo” que por sua vez estava lastreado ao redor do chamado Consenso de Washington. No experimento que teve o NAFTA² como primeiro laboratório, se caracterizou uma guinada à formação de áreas de livre comércio, uniões aduaneiras e mesmo integração monetária numa onda de processos de integração em que prevaleceu uma tendência à formação de blocos econômicos regionais, com perspectiva liberal e comercialista, centrada ao redor da tríade imperialista conformada por Estados Unidos, Alemanha e Japão (AMIN, 2004; LIMA; COUTINHO, 2006).

Ao mesmo tempo, desde meados da década de 1990, como parte integral da estratégia do eixo EUA-OTAN e da doutrina de *Full Spectrum Dominance*, a hegemonia adotou o padrão operacional das Guerras de Quarta Geração, que se mesclava num *modus operandi* múltiplo e adaptado ao redor do globo que ao mesmo tempo que lançava guerras diretas sobre pontos específicos do planeta, primordialmente se instalou de forma indireta sobre contradições locais num sem fim de países com vistas a deflagrar processos de *regime change*. Essa aproximação teve êxito em salvaguardar os interesses de Washington ao redor do planeta, reprimindo os últimos artefatos de soberania da Guerra Fria e restringindo de forma ativa quaisquer novos focos de desafio à unipolaridade.

Avançava a era da *Timeless War*, marcadas pela emergência do uso de meios indiretos e altamente adaptáveis no que daria o ritmo da disputa geopolítica global (KORYBKO, 2015, p. 19). Nesse momento, autores como Trenin (2018), Engdahl (2009) e Moniz Bandeira (2014) nos apontam que em verdade se abre um desdobramento da Guerra Fria, embora este se trate de um

deciding event in a dispute in international affairs”(SMITH, 2006).

² *North American Free Trade Agreement*.

período histórico com características singulares: este se demarca não só pelos objetivos de sua guerra mas talvez de maneira principal pelo seu *warfare*:

[o] grande objetivo (...) é interromper projetos conectivos transnacionais e multipolares por meio de conflitos identitários provocados externamente (étnicos, religiosos, regionais, políticos, etc.) dentro de um estado inimistado visado (...) minha definição de guerra híbrida trata de sua implementação prática no processo de transformar uma revolução colorida em uma guerra não convencional com o intuito de alcançar uma mudança de regime ou federalismo sob o eixo de uma identidade em um estado alvo (KORYBKO, 2016)³.

Tal realidade representa uma sorte de desafio duplo que forçaria tanto a países industrializados como aqueles periféricos a reavaliar suas estratégias de desenvolvimento e de política externa (SAVIN, 2021). O avanço da hegemonia estadunidense através de seus projetos de regionalização de matiz expansionista acabou por desatar um movimento antipodal e testemunhou-se no final dos anos 1990 os primeiros anseios pela “emergência de um mundo multipolar” (KAMPF, 2009) numa sorte de geopolítica de corte reativo que resgatou preocupações e um acionar que estavam no centro mesmo da *geopolik* em sua origem germânica e que haviam sido silenciados na segunda metade do século XX.

Vislumbrou-se, uma vez mais, a necessidade de conformação de vários e independentes *großraums* ou blocos de poder como únicos meios de lastro a um novo balanço sistêmico com capacidade de dar sustentação a uma nova ordem planetária (PUNTIGLIANO, 2016). A integração regional se alçou como maneira de refrear ou ao menos atrasar a culminação de um mundo virtualmente unipolar (MEARSHEIMER, 2001; VIZENTINI, 2006) a medida que estava posta a necessidade irremediável da “ (...) *creación de un nuevo Estado más grande que asume la representación exterior de las soberanías de las unidades constituyentes y que tiene jurisdicción superior a las de sus componentes*” (HERRERA *apud* METHOL FERRÉ, 2009).

O esgotamento final de uma manifestação espacial caduca e a emergência de novos grandes espaços desatou um período de pugna pelo arranjo de poder global, que se caracteriza em sua essência por ser um confronto hegemônico no qual também as potências emergentes se lançam ao conflito.

Neste cenário, se desprende projeções cada vez mais “instáveis” no sistema internacional e nas configurações regionais de poder. Claro esta: novos projetos de soberania e a emergência de novos blocos de poder trouxeram à tona características imutáveis das relações entre Estados

³ No original: “[t]he grand objective behind every Hybrid War is to disrupt multipolar transnational connective projects through externally provoked identity conflicts (ethnic, religious, regional, political, etc.) within a targeted transit state” (KORYBKO, 2016).

soberanos: há uma recuperação da *realpolitik*⁴, e o conceito de exceção e a distinção amigo/inimigo como definidora da política (WILLIAMS, 2003, p. 512; TICKNER; WÆVER, 2009) reapareceram na mesma medida em que a guerra interestatal retornou enquanto possibilidade e possibilitadora de novas possibilidades.

Há de se notar, entretanto, que desde meados da década de 2000 existe um ponto de inflexão. A guerra civil desatada no pós-Euromaidan (2014), que por sua vez havia sido causada, em larga medida, pelas disputas geopolíticas entre o bloco da União Europeia (UE) e o bloco da então União Econômica Eurasiática (UEE) pelo território ucraniano. Este pode ser considerado um marco sinalizador de que os interesses de grandes países emergentes com seus próprios projetos contra-hegemônicos de integração regional, e, neste particular caso o projeto russo, poderiam demonstrar capacidades técnicas e determinação suficientes para desafiar geopolítica e territorialmente não somente a hegemonia global e seus aliados de ocasião, mas também a outros projetos similares concorrentes.

Conforme se alçaram as tensões ao Sistema Internacional, também foi aberta uma pugna pela caracterização daquele conflito regional, ao passo que se tratava, em grande medida, de discursos e acusações mútuas entre pólos de poder concorrentes. Ainda que de maneira confusa e tendenciosa, tais discursos se estabeleceram como referência para um novo estágio da competição inter-estatal e inter-blocos regionais no âmbito das relações internacionais.

Com o estalar da crise e subsequente guerra civil na Ucrânia o termo *Hybrid War* começou a ser empregado de forma particular para caracterizar à agência russa sobre o conflito ucraniano, rumando a identificar uma virada de ordem estratégica na abordagem do problema da guerra (TENENBAUM, 2015; RENZ; SMITH, 2016). A OTAN e a União Europeia, passaram a postular que a atuação da Rússia na península da Crimeia⁵ e a insurgência do Daesh⁶ no Iraque e na Síria

⁴ Realpolitik (do alemão: *real*; "realista", "prático" ou "real"; e *Politik*; "política", é referida por aquela política ou diplomacia baseada principalmente em considerações de circunstâncias e fatores dados, ao invés de posicionamentos ideológicos explícitos lastreados em premissas morais e éticas. A este respeito, compartilha aspectos de sua abordagem filosófica com as do Realismo e do Pragmatismo.

⁵ Em alusão a anexação da Crimeia e Sebastopol à Federação Russa, num processo de incorporação da República da Crimeia - reivindicada pela Ucrânia como República Autônoma da Crimeia - e da cidade-porto de Sevastopol como subdivisões federais da Federação Russa. Tal movimento foi desatado na subsequência dos acontecimentos da revolução colorida conhecida por Euromaidan, iniciada no final de 2013, e que culminou com a destituição do presidente eleito Viktor Yanukovich, no que para o governo russo configurou um golpe de Estado sob auspícios ocidentais. Tal golpe derivou a uma onda anti-russa que irrompeu num conflito no sudeste da Ucrânia, derivando a uma guerra civil na região do Donbass e a um plebiscito de reunificação da Crimeia a Rússia.

⁶ O Estado Islâmico, antes auto-denominado Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL) ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS), se trata de uma organização jihadista islamita de orientação salafita e wahabita criada no Iraque após a invasão do país, em 2003. O grupo opera, principalmente, na região do Levante no Oriente Médio, sendo também conhecido pelos acrônimos da língua inglesa ISIS (Islamic State of Iraq and Syria) ou ISIL (Islamic State of Iraq and the Levant). No mundo árabe, é referido pelo acrônimo داعش, transl. Dā'ish (de ad-Dawlat al- 'Irāq wa sh-Shām; em português: 'Estado do Iraque e do Levante'), grafado de forma como Da'ish ou, por influência da língua inglesa, como Daesh.

seriam ameaças de Guerra Híbrida (COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION, 2015; MIRANDA CALHA, 2015; RÁCZ, 2015).

Há aqui uma razão: certo modo, a agência russa no pós-EuroMaidan, em 2014, impediu que uma revolução colorida, que havia triunfado na capital do país, conseguisse se territorializar por toda a extensão da Ucrânia e foi desatada uma guerra civil num Estado localizado justo na zona de fronteira entre blocos de poder distintos.

Mas para a esfera intelectual russa, o que havia por detrás do aparecimento da Guerra Híbrida era a atuação do eixo militar ocidental projetada de forma integral desde o paradigma de *Full Spectrum Dominance*, que tem por centro a concepção de *Hybrid War* em seu *modus operandi* geoestratégico (KORYBKO, 2015; DUGIN, 2018).

Korybko (2016) afirma que a guerra híbrida se trata na verdade “do processo de transformar uma revolução colorida em uma guerra não convencional com o intuito de alcançar uma mudança de regime ou federalismo sob o eixo de uma identidade em um estado alvo”.

A Guerra não convencional não acontece sozinha e espontaneamente; em vez disso, ela é a continuação de um conflito já existente na sociedade, e a função da guerra não convencional é ajudar um movimento contra o governo atuando dentro desse conflito a derrubar as autoridades. A Guerra Híbrida levanta a hipótese de que o conflito preexistente em questão é uma revolução colorida fabricada externamente e que a guerra não convencional pode ser iniciada de forma secreta quase que imediatamente após o início da revolução colorida para atuar como multiplicador de forças (KORYBKO, 2018, p. 71).

E nos primeiros desdobramentos da crise ucraniana ucraniano, pudemos testemunhar dois bandos locais enfrentados passaram a lutar por defender interesses para além do meramente local, numa escaramuça que inicialmente fragmentou o território nacional mas que haveria de provocar uma guerra interestatal poucos anos mais tarde. Por detrás de tal erupção de violência estava uma lógica de enfrentamento geopolítica nunca interrompida, mas que tinha razões para além do óbvio: mais do que sobre a expansão militar da OTAN, que até então não se apresentava, a tensão que deu início ao conflito ucraniano era de fato a sobreposição da União Europeia sobre territórios aos quais Moscou considerava estratégicos para seus próprios projetos de integração regional.

O episódio ucraniano viria a confirmar a centralidade e necessidade estratégica da conformação de blocos de poder como principal tendência sistêmica das potências ascendentes. Demonstrou-se que uma nova lógica territorial havia maturado a tal ponto em que o enfrentamento aberto se tornou possibilidade presente, à medida em que territórios de contato passaram a ser disputados por projetos de territorialização distintos.

Moniz Bandeira (2014), Engdahl (2009), Korybko (2015; 2016) e Trenin (2018), aventam a tese de que mais do que mero paradigma estratégico ao que concerne a guerra, o que se convencionou chamar de Guerra Híbrida é nada além do que a manifestação aparente que encobre uma disputa pela (re)configuração espacial da ordem global num movimento que deriva a se insuflar uma guerra hegemônica de aspectos e dimensões globais.

Nessa mesma direção, Valery Gerasimov (2019), refere-se aos métodos com características híbridas para elencar a combinação e a aplicação de um modo integrado de métodos e forças não-militares com o apoio direto de forças militares regulares estatais, propugnando que esta é uma característica típica do modo de se fazer a guerra (*warfare*) contemporâneo:

Na era da globalização, o enfraquecimento das fronteiras dos estados e o desenvolvimento dos meios de comunicação são os fatores mais importantes que mudam a forma de resolução dos conflitos interestatais. Nos conflitos do hodierno, o foco dos métodos usados para o combate está mudando com a aplicação integrada de medidas políticas, econômicas, informativas e outras medidas não militares, implementadas com o apoio da força militar. Os chamados métodos híbridos (GERASSIMOV *apud* PERSSON, 2017, p. 10)⁷.

Tal assunção deriva a afirmar que o que testemunhamos é o adentramento a um Novo Momento das relações internacionais. Tal ponto histórico está marcado ainda por uma disputa da hegemonia sistêmica calcada numa *raison d'être* lastreada na dialética mackinderiana, mas irrompe um movimento tendente a desaguar, em plano último, a novos arranjos estatais territorialmente superlativos. Tal desenvolvimento se apresenta como um desafio sistêmico à unipolaridade e, por indução, a todo o arranjo de poder após a Segunda Guerra Mundial (PUNTIGLIANO, 2016; MEARSHEIMER, 2014) e de sua ordem jurídica internacional decorrente.

Ademais, tal Novo Momento, se caracteriza pela complexificação da disputa sistêmica resultante da emergência de poderes que conseguiram construir capacidades suficientes de disputar espaços e ao menos retrazar o avanço da hegemonia estadunidense pelo globo. Afinal, é somente por meio de um modo outro de espacialização global do poder que pode dar lugar a necessidade e momento a um modo distinto de *warfare*.

Nessa sorte de geopolítica de corte reativo, vislumbrou-se a possibilidade de conformação de vários e independentes *großraums* ou blocos de poder como possibilitantes e possibilitadoras de um novo arranjo de poder planetário e com capacidade de dar sustentação a uma nova ordem também global (PUNTIGLIANO, 2016), com “*la creación de un nuevo Estado más grande que*

⁷ No oficial: “*in the era of globalization, the weakening of state borders and development of means of communication are the most important factors changing the form of resolution of interstate conflicts. In today’s conflicts, the focus of the methods used to combat them is shifting towards the integrated application of political, economic, informational, and other non-military measures, implemented with the support of the military force. The so-called hybrid methods*” (GERASSIMOV *apud* PERSSON, 2017, p. 10).

asume la representación exterior de las soberanías de las unidades constituyentes y que tiene jurisdicción superior a las de sus componentes” (HERRERA apud METHOL FERRÉ, 2009).

Atualmente, enquanto movimento amplo e incerto este também carrega uma contradição interna que dá lugar a um complexo movimento de transição hegemônica em que se torna “mais provável a ocorrência de disputas por áreas de influência entre os pólos de poder do sistema internacional” (KERR-OLIVEIRA *et al*, 2016) mesmo entre as potências que irrompem a se tornar novos polos de poder. Conforma-se um cenário “*caracterizado por una muy significativa redistribución del poder mundial que, como recuerda la historia, jamás transcurrió pacíficamente*” (BORON, 2013).

VARIÁVEL ANTECEDENTE:

Subvertendo a obra de Tilly (1978) e a elevando ao plano internacional, podemos afirmar que uma situação de crise num determinado sistema tendência a um desfecho de câmbio estrutural quando existe a persistência de soberanias múltiplas soberanias que se estendem tanto num território considerável quanto num tempo de razoável proporção e que se coadunam a tomar ao menos parte da estrutura do poder decadente ao passo que também avançam a construir sua própria. Isso é dizer que uma crise sistêmica depende, inexoravelmente, de múltiplos entes exercendo soberania sobre seus respectivos territórios de assento e disputando espaços limítrofes.

E, de fato, testemunhamos no hodierno uma pugna pela estruturação de pólos do sistema internacional que já desatou um período de Revolução em Perspectiva Estratégica (WALTON, 2009), numa sorte de ponte temporal transicional na qual o mapa-mundi geopolítico, injetado a um tipo de dinamismo com alto grau de imprevisibilidade, inclina, tendencialmente, a cambiar o comportamento dos atores estatais, derivando a uma larga crise sistêmica.

Por este arazoamento, partimos do pressuposto que a crise ucraniana iniciada em 2014 é desde o seu início sinalizadora maior de um Novo Momento nas relações internacionais (TRENIN; 2018, ENGDAHL, 2009; MONIZ BANDEIRA, 2014), que ao passo que se afirma enquanto ponto de largada de um amplo desafio de uma multipolaridade ascendente a ordem hegemônica atual, abre um momento de crise sistêmica na qual há o retorno da possibilidade da guerra interestatal como manifestação maior de uma brecha histórica transicional.

A parcialmente triunfante Revolução Colorida conhecida por EuroMaidan⁸, que culminou em derrubar o governo do então presidente eleito Viktor Yanukovich e instalar em Kiev um novo regime pró-ocidental (PLOKHY, 2015, p. 337), parecia ser o desfecho da disputa entre dois blocos de integração regional, a União Europeia e a União Econômica Eurasiática, por um mesmo território num país de território estratégico a ambos os projetos.

Todavia, por sua mesma importância geoestratégica e de sua posição enquanto *buffer zone*, a Ucrânia se viu no centro de uma escalada no conflito entre Moscou e o Ocidente. O novo regime de Kiev foi ele mesmo desafiado e se viu impedido de consolidar seu poder por toda a extensão territorial do país, face à resistência de amplas parcelas das populações dos oblasts⁹ de seu extremo oriental, no que derivou a uma escalada de violência de proporção inédita na Europa desde o fim das Guerras de dissolução da antiga Iugoslávia.

A vizinha Rússia, empregando do mesmo *modus operandi* ao qual o ocidente havia se utilizado ao avançar sobre sua zona de influência histórica e fronteira imediata, se lançou a apoiar e aproveitar-se dos sentimentos anti-maidanitas nas populações locais adjacentes às suas fronteiras, no que abriu passo a anexação de facto do território da Crimeia - após referendo popular - e de forma paralela, ainda que em menor escala, prestar apoio indireto a forças separatistas da região do Donbass, compostas em sua maioria composta por civis e voluntários (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 326-328).

O que há de novidade em tal momento histórico é que por primeira vez um poder emergente teve capacidades - e valor suficiente - de reagir às tecnologias de Guerra de Nova Geração lançadas pela hegemonia ocidental desde os anos 1990, se utilizando, ademais, da mesma lógica estratégica geral, adaptabilidade, ação indireta e relativização de conceitos lastreadores do sistema internacional, principalmente o da inviolabilidade territorial.

Tal ação, que acabou por refrear e inibir a expansão dos blocos econômicos e militares do eixo atlântico em direção às fronteiras russas, foi o primeiro sinal desde o fim da Guerra Fria de que havia sido erguida uma linha vermelha, de corte soberanista particular, que trataria de impedir o avanço do unilateralismo do condomínio imperialista sobre o centro da massa continental Eurasiática.

Uma guerra civil num Estado periférico, mas localizado numa zona de contato direto entre projetos territoriais distintos, demonstrou-se como confirmação de que a expansão de projetos de

⁸ A expressão Euromaidan é um neologismo que consiste na junção do radical “euro”, em alusão a Europa, e a palavra “maidan”(майдан, em cirílico) que significa praça na língua ucraniana. É uma referência direta à Praça da Independência no centro de Kiev, onde aconteceram a maior parte das concentrações populares que desembocaram na Revolução Colorida de 2014.

⁹Um oblast se trata duma subdivisão administrativa e territorial comum em alguns países eslavos e ex-repúblicas soviéticas, em especial: Bielorrússia, Bulgária, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão, Uzbequistão e Ucrânia.

integração regional distintos enquanto ferramenta anti-hegemônicas de poderes emergentes, havia chegado ao limite do enfrentamento aberto entre blocos de poder distintos por territórios limítrofes.

De tal condição, se permitiu entrever a emergência de um novo equilíbrio estratégico, que ainda que em sua assimetria característica, evolui de forma progressiva e contumaz a um desafio sistêmico que serve a função de avançar interesses de atores múltiplos em detrimento do declínio de um poder hegemônico. Neste cenário se perfila uma guerra hegemônica como mecanismo de câmbio principal que, devido ao seu efeito de reordenamento sistêmico, é condicionante a criação de um “[...] novo status quo e equilíbrio que reflita a [nova] redistribuição de poder no sistema e os outros componentes do sistema”¹⁰ (GILPIN, 1981, p. 15).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao que tange aos procedimentos metodológicos utilizados para a realização da presente pesquisa, esta recorreu a uma aproximação hipotético-dedutiva, visto que parte de uma hipótese estabelecida rumo à construção de uma conclusão parcial ou final sobre o tema proposto. *Pari passu*, se apropria - principalmente em seus movimentos iniciais - de um Método Histórico descritivo e comparativo, a fim de estabelecer a presença de mecanismos causais particulares e as condições sob as quais os mesmos operam. Com isso, temos por vistas enfatizar o valor do estrito desenvolvimento conceitual rumo a uma explicação histórica de casos individuais que servem a tarefa de construir certa generalização acerca de mecanismos causais (BENNETT; ELMAN, 2008, p. 501-502).

Destarte, é necessário afirmar que o decorrer do trabalho sempre tivemos por norteante a afirmação de Amado Luiz Cervo (2008) de que:

As teorias não são isentas nem imparciais, apenas são adequadas como fundamentação teórica para estudos acadêmicos e como subsídios à tomada de decisões quando tomadas com senso crítico ou até mesmo a reverso do conteúdo que veiculam (...). As raízes em que se apóiam as vinculam a interesses específicos de determinadas sociedades que constituem seu campo de observação, bem como a valores que estas sociedades cultivam e, ainda, a padrões de conduta que sugerem e enaltecem como sendo ideais. Enquanto promovem tais fatores específicos, descartam interesses, valores e padrões de conduta de outras sociedades (CERVO, 2008, p. 8, 10).

¹⁰ No original em inglês: “[...] new status quo and equilibrium reflecting the redistribution of power in the system and the other components of the system” (GILPIN, 1981, p. 15)..

Por assim ser, fizemos a escolha consciente de nos utilizarmos de uma articulação de conceitos que julgamos heterodoxa. Todavia, e por essa mesma razão, está aderida de bom grado a uma aproximação que se adjudica a tradição da *geopolitik* como estruturação de apreensão geográfica lastreada numa metapolítica que em maior ou menor medida, apoiadas na mesma geografia terrestre (DUGIN, 1992), demonstra-se capaz de enraizar-se e desenvolver-se em compatibilidade com *weltanschauungs* autóctones. Afinal:

A geopolítica não é um conceito que seja immanentemente significativo e totalmente presente para si mesmo, mas um "evento" discursivo que nos coloca questões sempre que evocado e retoricamente implantado. Trata-se de uma problemática mais bem abordada histórica e contextualmente, uma problemática referente à escrita do global que requer um método antiglobal de investigação que evita tratá-lo como um "ele" estável e singular, uma superfície histórica linear e suave para trabalho teórico¹¹ (Ó TUATHAIL, 2005, p. 17).

O procedimento utilizado na pesquisa será o bibliográfico e documental, dada a abordagem histórica utilizada para a análise. Promovemos uma análise de longuíssima duração do próprio do fluxo fenomenológico a partir da fundação da modernidade, buscando entender o desenvolvimento da geo-política própria de nosso momento histórico mas também da geopolítica, entendida como *weltanschauung e metapolitik* (DUGIN, 1997; BUELA, 2013). Aqui devemos explicitar que temos por norteante a certeza de que o espaço interessa como categoria social e de estruturação de poder, sendo determinante objetivo-estrutural de futuros possíveis, pelo qual avançamos uma reflexão da geopolítica enquanto o real ainda não totalmente desvelado¹² e parcialmente determinado pela vontade humana (CERESOLE, 2001).

Dito isto, cremos que nossa discussão se justifica no âmbito acadêmico justamente por configurar uma contribuição à discussão do tema da integração regional e seus novos e complexos desdobramentos como problemática estratégica desde um nodo territorial da periferia global e, largamente, se utilizando de autores e de uma interpretação desde o nosso rincão de mundo, afinal:

No existe en absoluto una ciencia general de la geopolítica que pueda ser aceptada por todas las organizaciones estatales. Existen tantas geopolíticas como sistemas estatales en conflicto, en el caso de potencias terrestres y potencias navales, son fundamentalmente distintas. Hay una geopolitik alemana y una geopolitique francesa; hay geopolíticas distintas para Estados Unidos e Inglaterra. Cada nación tiene la geopolítica que se merece (METHOL FERRÉ, 2005, p. 32-33).

¹¹ No original: "Geopolitics is not a concept that is immanently meaningful and fully present to itself but a discursive 'event' that poses questions to us whenever it is evoked and rhetorically deployed. It is a problematic best approached historically and contextually, a problematic concerning the writing of the global that requires an antiglobal(izing) method of inquiry that avoids treating 'it' as a stable and singular 'it', a linear and smooth historical surface for theoretical work" (Ó TUATHAIL, 2005, p. 17).

¹² Aqui, cremos numa geopolítica tal como concebida por Yves Lacoste (1976): não importa se a geopolítica se trata duma ciência, sendo essa uma discussão pueril e tautológica, se retermos que essa se trata duma estruturação do conhecimento em relação ao espaço, de um conhecimento estratégico e, de fato e sobretudo, um poder.

Para nossa realidade sul-americana, o estudo serve de certa forma como obituário e diagnóstico *post-mortem* de nossos projetos de integração regional que foram vítimas de inadequações e incapacidades temporais que são frutos, em ampla medida, de nosso lugar no mundo. Todavia, ao passo que não pretendemos nos jogar no perigoso jogo do dever ser, buscamos contribuir com a já vasta tradição do pensamento geopolítico sul-americano arribando com novas questões a uma de suas pedras de toque: a necessidade de nossa integração político-territorial continental.

Explicitado o anterior, dentro de nossas preocupações balizantes, estão o delineamento de processos históricos específicos (a guerra enquanto fenômeno, a gênese do Estado à reboque desta, a subsequente caducidade do Estado nacional moderno e as novas características da guerra que derivam deste *momentum*), a conceituação dos principais atributos destes e a identificação de condições explicativas dos resultados inferidos. Dessa maneira, partimos a “encontrar as causas de um relevante resultado ou fenômeno político a partir da observação de processos históricos” (AMORIM NETO; RODRIGUEZ, 2016, p. 1007).

ESTRUTURAÇÃO DOS CAPÍTULOS:

O presente trabalho se organiza em três capítulos. No primeiro deles, partimos desde a perspectiva de corte geopolítico de raiz schmittiana, que entende o soerguimento do fenômeno da integração territorial enquanto expressão da lógica estatal e da mesma lógica de sobrevivência no tempo. Desde uma análise de tipo braudeliana de longa duração, nos dedicamos a revisar os enlaces do surgimento do Estado nacional moderno - enquanto processos de integração territorial - e dos modos de fazer a guerra na modernidade e a evolução do Estado Nacional Moderno e de seu arranjo de poder característico a era dos Estados Continentais Industriais, em que um novo umbral de poder sistêmico acabou por colocar em posição de subordinação todos aqueles entes estatais diminutos ou economicamente atrofiados.

Num segundo eixo, nos lançamos à questão da evolução teórico-prática acerca do problema da guerra dentro do contexto do soerguimento da ordem mundial pós-Yalta que escorre para o além do fim da Guerra Fria, desvelando a real contradição geopolítica de nossa época. O que prosseguiu desde os anos 1990, derivou em sustentar uma sorte de continuação da Guerra Fria, mantendo seus objetivos geoestratégicos inalterados mas com uma característica particular de enfrentamento lastreada na guerra indireta. Sua *raison d'être* ainda era de organizar o mundo desde a narrativa

irradiada desde o ponto geográfico hegemônico, mas pela primeira vez na modernidade, tais narrativa e ação eram de fato lastreadas num único Estado detentor de soberania.

No derradeiro trecho, voltamos ao problema da integração regional enquanto manifestação máxima da geopolítica de nossos tempos. Tendo em conta a análise dos câmbios do modo de se fazer a guerra no período supracitado, adentramos a colocar nossa atenção sobre o choque entre projetos de integração distintos sobre um mesmo território fronteiriço como manifestações mesmas de um novo momento de tensão sistêmica. O choque interestatal, enquanto possibilidade, retorna ao cenário político global como sintoma maior da tentativa de um desafio sistêmico que se impõe enquanto uma insurreição multipolar ante a dominação da hegemonia una ocidental rumo à construção de um novo *nomos* terrestre.

1. DERROTEIRO HISTÓRICO-TEÓRICO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DESDE A PERSPECTIVA DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO

A guerra é mãe e rainha de todas as coisas; alguns transforma em deuses, outros, em homens; de alguns faz escravos, de outros, homens livres.

— **Heráclito.**

1. DERROTEIRO HISTÓRICO-TEÓRICO DA EMERGÊNCIA DA ERA DO ESTADO CONTINENTAL INDUSTRIAL

No presente capítulo lançamos mão de uma análise de matriz braudeliana de longa duração, calcada numa aproximação geopolítica, que recorre o surgimento do Estado nacional moderno - e seus desprendimentos históricos - catalisados - em larga medida - por processos de aglutinação territorial e centralização de poder determinados pelas mesmas disputas territoriais no continente europeu que demandaram um novo e superior tipo de organização estatal que desse conta das crescentes necessidades logísticas e materiais impostas pelo fenômeno da guerra.

Tal evolução acabou por desencadear um incessante movimento de expansão territorial, atrelado ao desenvolvimento tecno-científico, econômico e social, que por fim, já no início do século XX, quando as consequências da modernidade se intensificam e conduzem a uma fase de transição, desembocou no aparecimento de dois Estados de dimensões territoriais continentais e com grandes capacidades industriais, no que decretou a caducidade de outras configurações de poder centradas em arranjos territoriais diminutos ou de escassas capacidades técnicas.

Nessa altura, deu-se forma a uma nova ordem sistêmica, de caráter global, em que o mesmo conceito de soberania, surgido com o advento do Estado nacional moderno, já não se aplicaria para nenhum dos entes estatais que não houvessem alcançado ao novo umbral de poder.

1.1. GEOPOLÍTICA POR OUTROS MEIOS¹³

Quando colocamos nossas vistas sobre a Geopolítica - enquanto disciplina - temos por inevitáveis alguns dos debates centrais das humanidades que marcaram o século XX, principalmente aos ligados à chamada virada linguística, e, portanto, discussões de ordem tanto epistemológicas quanto ontológicas que envolvem a dimensão territorial da existência humana.

A geopolítica agora dita clássica, quando não chamada de coisas piores, é um ramo do conhecimento que tem por referencial uma interpretação particular da história, que propõe, desde uma concepção perspectivista, colocar em dúvidas o peso de fatores meramente subjetivos, e instáveis por definição, no desatar da história. Neste sentido, centra sua mirada na existência de substanciais constantes que transcendem regimes políticos, debates intelectuais e ideologias momentâneas.

¹³ Em referência a frase em que Clausewitz (1993) associa guerra e política: "A guerra é a continuação da política por outros meios" (p. 69).

Com o que Korf e Rowan (2020) de forma despectiva resolveram batizar de *Arcane Geopolitics*, ou que Korf (2014) chamou de *Dark Geopolitics*, - nomes que não ironicamente acabaram por nos soar muitíssimo bem - , o amplo trabalho intelectual confeccionado ao redor do que se convencionou chamar de *geopolik*, além de ter impactos no pensamento geopolítico na Europa do *interbellum*, haveria de cobrar repercussão maior em diversos cantos da periferia global no pós-guerra, sendo centro da *raison d'être* de movimentos populares em países tão díspares e longínquos quanto a Argentina sob a liderança de Juan Domingo Perón¹⁴ e o Irã que desatava sua revolução islâmica sob o arrimo do aiatolá Ruhollah Musavi Khomeini¹⁵.

Em comum ambas estava a busca por uma base de resistência que fosse capaz de sustentar uma terceira posição independente ante a dicotomia sufocante imposta pelo marxismo soviético e o capitalismo-liberal estadunidense¹⁶. Mais tardiamente, sua obra também haveria de cobrar atualidade em movimentos intelectuais ligados ao pensamento decolonial¹⁷ no sul global.

Thual, em seu *Méthodes de la Géopolitique* (1996), justifica a relevância da Geopolítica, se aferrando a fenomenologia-existencial heideggeriana, sustentando que diferentemente dos fenômenos físicos, aqueles políticos são caracterizados por sua intencionalidade e que é a partir dessa central especificidade que se deve passar a “elaboração dum método que permita a interpretação dos factos da política internacional” (p. 10).

Não é demais lembrar, entretanto, que no pós-guerra a academia estadunidense sugeriu distinguir a "geopolítica" anglo-saxã da *Geopolitik* telurocrática alemã, tida como mero devaneio pseudo-científico do regime nacional-socialista. Da mesma forma, na URSS, a geopolítica se viu denunciada como falsa ciência de origem burguesa, sendo proscrito pelo governo seu estudo, cultivo e disseminação.

À *geopolitik*, que no início do século XX havia com tanta resolução havia se prestado a emular e fincar-se enquanto ciência, foi-lhe denegada o caráter científico: a questão da ciência, entendida como padrão epistêmico de cognição da realidade equiparada a mesmíssima verdade, é determinada pelos vencedores.

A dita “misteriosa e obscura” geopolítica alemã, aferrada a certas pressuposições simbólicas que se aproximam a elementos interpretativos análogos aos da Tradição, ou duma Teologia do

¹⁴ Principalmente no trabalho do filósofo Carlos Astrada (1894–1970), evidenciado em sua obra *cumbre El Mito Gaucho. Martín Fierro y el hombre argentino* (1948), no que seria cerne da “tercera posición” peronista. Ver: TEDESCO, A. (2018). (1930-1970). Tese de Doutorado, Universidade de Campinas.

¹⁵ Ver MIRSEPASSI, A. (2017). *Transnationalism in Iranian Political Thought: The Life and Times of Ahmad Fardid*. In: *The Global Middle East*, no. 1. P. xii-396. New York: Cambridge University Press. Também ver MONTSALVAT, E. (2016). *The Iranian Precursors Of The Fourth Political Theory*.

¹⁶ No caso iraniano é interessante notar que uma das mais famosas e presentes consignas da Revolução de 1979 foi a de “Nem Leste, nem Oeste”, que tinha por intenção deixar claro o rechaço tanto ao capitalismo ocidental quanto ao marxismo soviético. Como caminho dissidente almejado estava o conceito de “retorno a si-mesmo” (BAYAT, 2018).

¹⁷ Nas obras dos indianos Homi K. Bhabha (1994) e Dipesh Chakrabarty (2007), por exemplo.

Gnosticismo (KORF; ROWAN, 2020), era agora parte do arcabouço ideológico duma teoria política moderna derrotada.

Todavia, ainda que morta, passava bem. Logo adiante, ao que se convencionou chamar de “segunda vaga” da Geopolítica, a atualidade e pertinência da mesma seria resgatada no que se convencionou a chamar de Geopolítica Crítica (NETO, 2010, p. 12). Não por acidente, nessa “segunda vaga” o trabalho do alemão Martin Heidegger (re)adentra com centralidade a discussão geopolítica e o imaginário da constelação emaranhada de métodos e de princípios¹⁸ que caracterizaram o que viria a se conhecer como Geopolítica Crítica.

Desde uma perspectiva fenomenológica, a formulação duma crítica a geopolítica - enquanto práxis - não deve se concentrar apenas em desvelar e revelar as narrativas e comportamentos dos Estados e indivíduos que os controlam mas, de maneira fundamental, ser uma tentativa de lançar luz em novas possibilidades arraigadas naquelas mesmas forças sociais eclipsadas pelos poderes hegemônicos. Ao que nos mais importa, é só no terreno da lógica formal mas todavia de caráter abstrato que nos é permitido separar o universal do singular (MONTENEGRO, 2020).

Bem como nos rememora Schrijvers (2005), Yves Lacoste, quem ocupou um lugar destacado no processo de re-introdução da palavra geopolítica ao âmbito acadêmico, principalmente através da Revista de Geografia e Geopolítica Hérodote, publicada a partir de 1976, se trata em verdade dum fenomenologista.

Sua obra perpassada por influências de autores de tal posição filosófica, como não era incomum a sua geração na França trava uma sorte de diálogo, com tintes de inquietação, com o trabalho do filósofo alemão Martin Heidegger, ao qual tenta responder e quase sempre superar. Todavia, cremos, é justamente nesse impulso de superação que sua obra encontra suas patas fracas (SCHRIJVERS, 2005).

Não raramente, na literatura correlata, se intentou conter a geopolítica dentro da geografia por meio de uma indução de aparência lógica: nas origens da geopolítica enquanto disciplina encontramos a geógrafos como seus principais protagonistas¹⁹. Dito isto, é certo, porém, que a geopolítica enquanto práxis é anterior a sua formulação enquanto disciplina sendo esta inseparável da dialética, num sentido mackinderiano²⁰ de estados e impérios.

A geografia interessa a Geopolítica “*por su importancia en el devenir histórico*” por ser o lugar “*donde ésta se produce*” (CLAVÉ, 2020, p. 11). Todavia, bem nos recorda Calvés (2019),

¹⁸ Tal como sugerido por Simon Dalby e Gearóid Ó Tuathail (1996), a “geopolítica crítica” pode ser entendida como uma constelação num universo mais amplo de pesquisa; uma situação que resiste ao domínio dum único princípio ou uma reconciliação final em torno de um núcleo revelado (p. 451-52).

¹⁹ A obra pioneira de Friedrich Ratzel, publicada em 1896, levava o título de *Politische Geographie*. Também foram formados na área da geografia o britânico John H. Mackinder, autor de *The Geographical Pivot of History* (1904), e o alemão Karl Haushofer.

²⁰ Ver em MELLO, L. (1999) Quem tem medo da geopolítica? São Paulo: EdUSP.

incluir a Geopolítica dentro da Geografia acaba por prejudicar o entendimento de sua gnosiologia²¹.

O mesmo Lacoste em seu *“La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre”*²²(1977), já apontava que enquanto em muitas disciplinas os debates de ordem epistemológica, metodológica e tangentes aos fundamentos desaguaram em filosofias particulares, na Geografia isso jamais existiu, embora este fosse o campo ideal para que isso acontecesse.

E de fato, não podemos apreciar dentro da disciplina maior debate aprumado à diferenciação entre a geografia política e a filosofia política, entre a geografia política e a ciência política, e, sobretudo no caso específico da Geopolítica Crítica - uma distinção entre a geografia política e a geopolítica. Neste último caso, mesmo dentre aqueles detratores dum suposto “método determinista” de origem ratzeliana, foi de opaco matiz qualquer verificação de corte radical outra sobre a essência da Geopolítica (VESENTINI, 2010, p. 127).

Disto isto, há de se reter que os desenvolvimentos da Geopolítica Crítica em seus trabalhos basais²³ lidaram com os entraves epistemológicos e de como os conhecimentos geográficos são em verdade culminações discursivas e práticas aderentes a distintas relações de poder. Neste sentido, acertadamente em nossa opinião, esta aponta ao caráter baseado no método positivista da geopolítica dita clássica, que naturaliza a hierarquização enquanto ignora o papel da ideologia na construção da apreensão da realidade no intento de perpetuar o status paradigmático da visão e da observação como sentidos próprios da modernidade (DODDS; SIDAWAY, 1994, p. 519).

Todavia, ao passo que a chamada geopolítica crítica avançou em reconhecer a geografia como, antes de que nada, um discurso atascado aos sistemas de poder, fazendo um chamado a aproximação em ver as relações internacionais como elas realmente são (LACOSTE, 1984, p. 215), se equivoca quando chama a tarefa de eliminar a política (LACOSTE, 1987) da geopolítica, se lançando num mar de autoengano.

Ao intentar se livrar do alegado determinismo geográfico de tipo positivista, esta acaba por se encerrar num outro tipo de determinismo que partilham uma mesma essência, deslocando sua mirada para representações e ideias a um novo ensaio retratista direcionado ao "texto ao invés da paisagem ou do globo" (SMITH, 2000, p. 368)²⁴.

Aqui, embora seja mais tentador atrelar a práxis política e suas abordagens “tradicionais” a gargalos ideológicos estreitos, não devemos nos olvidar que mesmo naqueles posicionamentos mais críticos seus proponentes também não deixam de estar “localizados na academia, nos valores políticos de seus membros e em seu próprio mundo lingüístico e cultural” (HEPPLE *apud.* DALBY

²¹ Se denomina por Gnosiologia o ramo da filosofia responsável por discutir a possibilidade, a origem e a estruturação do conhecimento por parte do sujeito (GOMES, 2009).

²² Em sua versão em português publicada com o título de “A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”

²³ Tais como: Agnew e Corbridge (1995); Agnew (2003); Ó Tuathail & Agnew (1992); Ó Tuathail (2005).

²⁴ “*text rather than landscape or globe*” (SMITH, 2000, p. 368).

et al., 2001, p. 429)²⁵.

Schrijvers (2005), citando ao amplo trabalho de Lacoste, salienta a óbvia rejeição do conceito heideggeriano de *Dasein* por parte de Lacoste. Este último insiste, tal como se revela em *Expe'rience et Absolu* (1994), numa aproximação de corte puramente moral. Ao propor uma pretensa geopolítica popular, voltada aos movimentos sociais e em contra das elites dominantes, essa acaba por deixar a epistemologia geopolítica intacta (Ó TUATHAIL, 1994, p. 19).

É nesse mesmíssimo sentido que nos parece que a proposição de uma aproximação de corte geral ao problema geopolítico enquanto mera ação política, ou “anti-política” em acorde a Lacoste, estaria calcada nos próprios dogmas daquilo o qual os críticos se propõe a combater. Nos dizia o próprio Heidegger que “a reversão de uma declaração metafísica permanece uma declaração metafísica” (HEIDEGGER, 1977, p. 232)²⁶.

O apelo à objetividade, a uma pretensa aproximação científica da realidade ou mesmo a uma agenda pretensamente popular nos parece uma absurdidade em si mesmo dado que a realidade é antes que nada, citando ao mesmo Lacoste, "texturizad[a], extremamente variad[a] e muito complex[a]" (LACOSTE, 1984, p. 225)²⁷.

Como salientado por Heidegger (1927) e Dugin (2011), em nossa época o logos da filosofia europeia ocidental, está dissolto no que se pretende por ciência e erigido ao redor dum modelo de dominação próprio que se espalhou de forma violenta e é ele mesmo a projeção de uma particular ideologia:

(...) o triunfo do manipulável arranjo de um mundo científico-tecnológico e da ordem social própria desse mundo. O fim da filosofia significa o começo da civilização mundial baseada no pensamento da Europa Ocidental (HEIDEGGER, 1977, p. 377)²⁸.

E é neste sentido que embora restem suas miradas postas sobre intenções à primeira vista louváveis, os aderentes a Geopolítica Crítica foram incapazes de romper os limites próprios das epistemologias inerentes a axiologia hegemônica de sua época. Dito de outro modo, a geopolítica se

²⁵ “situated in academe, in the political values of its practitioners, and in their linguistic and cultural world” (HEPPLE *apud*. DALBY *et al.*, 2001, p. 429).

²⁶ “the reversal of a metaphysical statement remains a metaphysical statement” (HEIDEGGER, 1977, p. 232)

²⁷ “textured, extremely varied and very complex” (LACOSTE, 1984, p. 225).

²⁸ “(...) the triumph of the manipulable arrangement of a scientific-technological world and of the social order proper to this world. The end of philosophy means the beginning of the world civilization based upon Western European thinking” (HEIDEGGER, 1977, p. 377).

trata em verdade duma hiper-ideologia e *metapolitik*²⁹, ao passo que ao ser a sistematização mesma do poder estatal trata com aquilo que transcende a política.

Tal como afirma Lacoste (1976), pouco importa se a geopolítica se trata ou não de uma ciência. Retemos apenas que essa se trata de uma estruturação do conhecimento em relação ao espaço, de conhecimento estratégico, e de fato e sobretudo, um poder.

Dugin (1997), extrapolando tal visão, aponta que a geopolítica se trata, antes que nada, duma *weltanschauung* daqueles que detêm de fato o poder, a ciência daqueles que mandam e para aqueles que mandam³⁰(p. 24). Por assim ser, e por se tratar duma ideologia que pertence a alta strata do poder, não deve ser compreendida como ciência *stricto sensu*, mas sim como um sistema de ciências que não se vê amarrada a metodologias que pretendem rigor científico mas que “é, em certo sentido, livre para escolher as ciências”³¹ (DUGIN, 1997, p. 25).

Esta extrapola o aspecto principal de sua análise, o território e o poder, e reduz aqueles que lhe são secundários, subordinando-os. É ao redor de tal principal aspecto que se estabelece um método que organiza todos os outros fatores fundamentais da existência humana a sua própria imagem, podendo decidir livremente aquilo que lhe é significante. Aqui, as ciências propriamente ditas só lhe pintam como úteis quando não estão em contradição com os mesmíssimos objetivos que norteiam a metodologia geopolítica.

Por assim ser, nos é impossível tratar duma Geopolítica una. Consideramos que não existe nem espaço nem tempo absolutos e que o tempo social muitas vezes é combinado com diferentes temporalidades que se sobrepõem umas sobre as outras. Seu sincronismo histórico é altamente relativo, se referindo a abstração pan-humana e, de forma mais precisa, ao tempo físico e o calendário europeu ocidental, polo emanador da modernidade:

Sociedades diferentes têm histórias diferentes. Isso significa diferentes futuros. Se nós vamos criar um ‘amanhã’ comum a todas as sociedades existentes no planeta, se vamos propor um futuro global, então primeiro precisamos destruir a história daquelas outras sociedades, destruir seus passados, aniquilar o momento contínuo do presente, virtualizando as realidades que são construídas pelo conteúdo do tempo histórico. Um ‘futuro comum’ significa deletar as histórias particulares. Mas isso significa que não haverá quaisquer histórias, nem seus futuros (DUGIN, 2012, p. 165).

²⁹ Aqui nos ateremos a aceção do filósofo Alberto Buela quem nos comenta que “[c]omo su nombre lo indica en griego *thá methá politiká*, la metapolítica es la disciplina que va más allá de la política, que la trasciende, en el sentido que busca su última razón de ser. Es una disciplina bifronte pues es filosófica y política al mismo tiempo” (BUELA, 2013, p. 182).

³⁰ Em Kjellen, a Geopolítica é um dos cinco ramos que compõem o Estado, sendo as outras a Cratopolítica, a Demopolítica, a Sociopolítica e a Ecopolítica (ITAUSSU MELLO, 1999, p. 35-36).

³¹ No original: “*is in certain sense free to choose the sciences*” (DUGIN, 1997, p. 25).

E ao contrário das crenças generalizadas que se espalharam ao longo do século XX, a história da geopolítica em suas diversas facetas, refletem o desenvolvimento de uma estruturação de apreensão geográfica que em maior ou menor medida, apoiadas na mesma geografia, serviram lastros no desenvolvimento de um pensamento estratégico defensivo com vistas a preservar um dado território ante ao avanço de uma força forânea (DUGIN, 1992).

Neste sentido, tanto a história das relações internacionais quanto a do pensamento geopolítico estão intrinsecamente conectadas à ideia de controle territorial. Já seja a expansão e conquista de novas terras ou a perda de espaços considerados sagrados ou essenciais para uma dada comunidade (BRZEZINSKI, 1998), os fenômenos que envolvem o território são de fato centrais no ordenamento pós-westphaliano que deu gênese ao Estado nacional como unidade política estrutural da modernidade.

Afinal, certo é dizer que a história dos povos com suas migrações, colonizações e conquistas é, em suma, uma história da tomada de terras, já fossem essas livres - até então sem donos - ou terras alheias, tomadas daqueles que até então tinham sua posse, seja pela guerra ou pela continuação dessa por outros meios (SCHMITT, 1979).

Disto isto, também é certo afirmar que em nossa época a globalização do capital e o avanço tecnológico não eliminam a dimensão territorial da política. É no território onde as políticas econômicas e o impulso de acumulação se materializam. E embora indivíduos e corporações possam ter a posse nominal de enormes extensões de terra e seus recursos, são os Estados que controlam de fato o território:

El concepto político del espacio y de los factores geográficos en general no pueden separarse de la idea política... Las ideas políticas que no están arraigadas en la tierra y que no se desarrollan en el espacio, no existen. Ni existen espacios que no encarnan ideas. (...) Cada nación reacciona de manera específica ante los factores geopolíticos; suelo, mar y espacio deben tener significados fundamentalmente distintos para rusos, alemanes, japoneses, chinos y norteamericanos. (...) No existe en absoluto una ciencia general de la geopolítica que pueda ser aceptada por todas las organizaciones estatales. Existen tantas geopolíticas como sistemas estatales en conflicto, en el caso de potencias terrestres y potencias navales, son fundamentalmente distintas. Hay una geopolitik alemana y una geopolitique francesa; hay geopolíticas distintas para Estados Unidos e Inglaterra. Cada nación tiene la geopolítica que se merece (WEIGERT, 1943, p. 32-33).

O território não deve ser compreendido apenas como espaço sob o controle de um grupo específico de pessoas e com fronteiras determinadas. Sua ocupação é, antes que nada, a maior determinante de possibilidades de desenvolvimento, é dizer, de tempo (SOUVLIS; ANDRY, 2016; CERESOLE, 2001):

Ninguna sociedad nacional puede permitir fracturas espaciales porque ello significaría la negación de una forma específica de proyección temporal. [...] Una pérdida de espacio es una pérdida de futuro. [...] Recuperar espacio perdido es también recuperar tiempo (CERESOLE, 2001, online).

Obviamente, tal dominação pode de fato se dar de forma direta, no caso daqueles Estados que detém capacidade de exercer soberania, ou indiretamente, por parte de Estados terceiros com maiores capacidades já sejam militares, económicas e, de maneira geral, num enxerto de ambas (PUNTIGLIANO, 2016):

As geografias políticas do capitalismo histórico não podem ser derivadas de uma “lógica do capital” específica, tanto se considerarmos esse conceito de forma mais genérica, como quando pensamos somente em fases específicas do desenvolvimento capitalista. Na verdade, elas exigem uma abordagem mais próxima do historicismo que ajude a enfatizar a sua própria construção – ao invés de submeter essa geografia a algum princípio sub-specie aeternitatis (...) (PUNTIGLIANO, 2016, p. 17-18).

E é exatamente neste nodo de possibilidades no qual se instalam as contradições inerentes a sistemas onde subsistem entidades de poder territorializadas. Também é dele que se desprendem as hierarquias e estruturas de poder do sistema internacional onde os Estados dotados de maiores capacidades se lançam para além de suas fronteiras - num *continuum* de acumulação de recursos e poder (FIORI, 2007, p. 27) - e aqueles países débeis buscam autonomia:

Neste universo em expansão que nasceu na Europa, durante o longo século XIII, nunca houve nem haverá paz perpétua, nem sistemas políticos internacionais estáveis. Porque se trata de um universo que precisa de preparação para a guerra e das crises para poder se ordenar e se estabilizar. E através da história, foram quase sempre essas guerras e essas crises que abriram os caminhos da inovação e do progresso na história desse sistema inventado pelos europeus (FIORI, 2007, p.31).

Em seu *21st century geopolitics: integration and development in the age of ‘continental states’*, publicado em 2016, Andrés Rivarola Puntigliano aponta em recorrer aos clássicos da geopolítica a fim de resgatar o nexo entre a mesma e o desenvolvimento, qualidade já presente em trabalhos seminais do campo como aqueles de Ratzel (1969), Kjellen (1916), Haushofer (1975) e Malagrida (1946).

Todavia, o que dá conteúdo e forma ao salto que a sua obra, é a proposição do que chama de “aproximação teórica alternativa” da geopolítica no que ruma a adjuntar aos processos de integração regional a uma abordagem de corte realista, e por isso mesmo com certo viés perenialista, que tem por norteante o momento no qual “um estado precisa compensar suas

deficiências em termos de tamanho e controle de recursos por meio da expansão territorial (PUNTIGLIANO, 2016, p. 3)³².

Dito isto, há que se remarcar que o trabalho do autor uruguaio, talvez por se preocupar em demasia com os processos de integração regional periféricos, parece haver encontrado suas limitações. Sua pata fraca emerge quando afirma que, ao considerarmos o que chama de “retorno da geopolítica”, devemos repousar nossa mirada para além do conflito e das grandes potências (p. 6, 13).

Enquanto modo transicional de se reordenar o espaço, é certo que o fenômeno da integração regional se apresenta como um ponto de conexão entre o território (espaço) e o desenvolvimento (tempo) no qual existe um tripé fundamental entre integração territorial, desenvolvimento e soberania. Todavia, este tripé, conectado a ideias, estratégias e políticas que permeiam a dimensão territorial dos Estados está também de forma irremediável ligado ao conflito (KJELLEN, 1916; MALAGRIDA, 1946; RATZEL, 1969; HAUSHOFER, 1975; METHOL FERRÉ, 2009; MEARSHEIMER, 2014; PUNTIGLIANO, 2016).

1.2. INTEGRAÇÃO, GUERRA E SOBERANIA DESDE A APROXIMAÇÃO GEOPOLITICA SCHMITTIANA

Carl Schmitt (1942) arrazoava que a história mundial seria aquela da antinomia entre potências marítimas e continentais, se tratando todas os conflitos entre nações de capítulos de um conflito eterno, resultante da dialética primordial e imutável entre aquelas forças do tempo-mar e da eternidade-terra.

Neste enfrentamento, aquelas zonas onde preponderam os poderes do mar, representantes da técnica separadas de todas as normas da tradição, dariam lugar ao aparecimento de sociedades caracterizadas por um etos de tipo cosmopolita e democrático, ligados sobretudo à uma natureza comercial.

Em seu oposto polar, aquelas civilizações continentais, que se depositam principalmente em seus respectivos *heartlands* continentais, partilhariam de características não comerciais, autoritárias, hierárquicas e antidemocráticas, carregando em si mesmas uma ordem que lhes é autóctone (DUGIN, 1997; NAD, 2016):

O princípio do mar (ou oceano), ao final, simboliza as forças cegas, a volatilidade, a inconstância e o caos - o princípio da terra, pelo contrário, é estático, imutável, a ordem. O símbolo da existência do homem no mar é um navio, um símbolo da

³² No original: “when a state needs to compensate for its shortcomings in terms of size and control of resources through territorial expansion” (PUNTIGLIANO, 2016, p. 3).

existência do homem em terra é o estático, o Lar. Do princípio do mar, podemos pegar o princípio das técnicas, e das técnicas que são "separadas de todas as normas da tradição (NAD, 2016, online)³³.

Se utilizando de símbolos arquetípicos derivados na narrativa bíblica para denotar tal dialética de confronto global: enquanto o poder da terra é representado pela besta gigante Behemoth, o poder marítimo é representado pelo monstro Leviatã: o princípio do mar (ou oceano), ao final, simboliza as forças cegas, a volatilidade, a inconstância e o caos - o princípio da terra, pelo contrário, é estático, imutável, contido numa ordem (SCHMITT, 1942).

Este enfoque também permitiu a Schmitt a estruturação de uma teoria da história, que por sua vez tem um forte miolo de raiz antropológica. Como bem nos chama a atenção Alain de Benoist (2009), no conceito schmittiano, o mundo terrestre está tendido a dividir o solo entre diferentes unidades políticas e por esta mesma razão é tendente a dar lugar a arranjo policêntrico de poder lastreado na teluricidade política. Já o mundo centrado no mar, dadas suas próprias características físicas, não possui as divisões necessárias para a sustentação de múltiplos pólos de poder.

Em um mundo ordenado ao redor da técnica e do comércio, o enfraquecimento de fronteiras e de soberanias tal como a intensificação das relações comerciais globais tendem a gerar uma unificação do mundo a partir da hegemonia de uma potência econômica:

En completa sintonía con esta visión 'terricola' de lo humano, Schmitt pensaba que el fundamento de cada época histórica podía descubrirse en el nomos de la tierra, un tipo específico de división espacial que se encuentra en la base de diversos fenómenos socialmente primarios, como la coexistencia de los pueblos, el derecho, la política y la guerra. El nomos sería una especie de estructura estructurante, una gramática espacial que condiciona los eventos históricos (BEYTÍA, 2014. p. 129).

A palavra grega *nomos*, deriva do infinitivo *nemein*, que tem por significado primeiro tomar, se refere também repartir e dividir aquilo que se tomou, e, por último, se refere à exploração e uso daquilo que foi repartido. Na narrativa schmittiana, o *Nomos* da Terra não se trata de uma série de regras e convenções internacionais, mas sim do mesmo princípio fundamental da distribuição do espaço terrestre (SCHMITT, 1943).

Disto isto, tem se por certo que *nomos* se refere àquela circunscrição de determinado um espaço que foi apropriado, dividido e que deu lugar a uma estruturação concreta que determina sua idiosincrasia política:

³³ No original: "The principle of the Sea (or Ocean), in the end, symbolizes the blind forces, volatility, inconstancy, chaos – the principle of Land, on the contrary, is static, unchangeable, Order. Symbol of man's existence on the sea is a Ship, a symbol of man's existence on land is static, is Home. From the principle of the Sea we can take the principle of techniques, and techniques which are "separated from all the norms of tradition" (NAD, 2016, online).

Nomos é a palavra grega para a primeira medição, que funda todas as medidas subsequentes, para a primeira tomada da terra, entendida como a primeira divisão e partição do espaço, para a divisão e a repartição originárias. Essa palavra, compreendida em seu sentido originário, especial, é a mais adequada para tornar patente o evento fundamental que inaugura e unifica ordenação e localização. [...] Para não perder a conexão decisiva entre ordenação e localização, o mais correto é não traduzir o termo nomos por *Gesetz* [lei], *Regelung* [regulamento] ou *Norm* [norma], ou por qualquer expressão semelhante (SCHMITT, 2014, p. 65).

Sempre houve um *nomos* da Terra, afinal, o espaço sempre foi tomado, repartido e explorado pelos homens. Certo é, porém, que até o século XVI os homens não possuíam uma concepção global do mundo. Até o início da modernidade, “todas as ordenações pré-globais foram essencialmente terrestres, mesmo quando incluíam domínios marítimos e talassocracias” (SCHMITT, 2014, p. 46) e a relação do enfrentamento entre terra e mar, se mantiveram em termos terrestres e com uma lógica de enfrentamento terrestre, obviando a primazia desta. Todavia, a descoberta do Novo Mundo operou uma verdadeira revolução espacial, uma *Raumrevolution*.

A constituição de um *nomos* de proporções planetárias, o mesmo *Nomos* da Terra, só pode acontecer por conta de processos que se decorreram à descoberta do Novo Mundo e à abertura dos oceanos mundiais. A partir daquela altura, pela primeira vez, quando “a consciência global dos povos europeus apreendeu e mensurou a Terra, também nasceu o primeiro *nomos* da Terra, que consistia em uma determinada relação entre a ordem espacial da terra firme e a ordem espacial do mar livre” (SCHMITT, 2014, p. 46).

Tal novo salto na divisão espacial derivou também a um novo modo organizacional de se fazer a guerra. No *jus publicum europaeum*³⁴ a oposição entre terra e mar adentrou a um período de balanceamento, no que limitou a guerra a um ato puramente estatal, lastreada na própria realidade histórica que havia se erigido e dado fim àquela lógica subjacente das guerras medievais, escoradas em critérios teológicos e, a grosso modo, retirando do inimigo a caracterização de criminoso.

Isso acabou por devir num rechaço generalizado a toda guerra de aniquilação e na “institucionalização efetiva da guerra, fundada sobre uma ordem espacial” (HAGGENMACHER, 2008, p. 36. RIBEIRO, 2019, p. 42):

Em comparação com a brutalidade das guerras de religião [...] – que são, por natureza, guerras de aniquilação, em que os inimigos se discriminam mutuamente como criminosos ou piratas – e em comparação com as guerras coloniais – que são conduzidas contra “povos selvagens” –, [o *jus publicum europaeum*] representa uma racionalização e uma humanização das mais consideráveis. Sobre duas partes

³⁴ Em acorde a Schmitt (2014), entre os séculos XVI e XIX houve a gênese e o declínio duma época interestatal do direito internacional, responsável pelo estabelecimento dum novo *jus gentium*. Por assim ser, o direito internacional que inaugurado com a expansão do ocidente pelo mundo seria inseparável da “época da estatalidade [*Staatlichkeit*] europeia”. Na narrativa de *Der Nomos der Erde im Völkerrecht des Jus Publicum Europaeum*, Schmitt defende que esta época já teria sido findada: aquele mundo do *jus publicum Europaeum* e sua ordem internacional e, em última instância, o mesmo Estado surgido na modernidade, a despeito da permanência daquelas categorias por eles geradas, pertenceriam a um tempo histórico já superado.

beligerantes recai o mesmo caráter estatal. As duas partes se reconhecem como Estados. O que torna possível distinguir entre inimigo e criminoso. A noção de inimigo torna-se suscetível de tomar uma forma jurídica. O inimigo deixa de ser algo que “é preciso aniquilar”. [...] A partir daí, um tratado de paz com o vencido torna-se possível. Eis como o direito das gentes europeu conseguiu circunscrever a guerra com o auxílio do conceito de Estado. [...] Uma ordem jurídica internacional que se funda sobre a liquidação da guerra civil e que circunscreve a guerra, transformando-a em duelo entre Estados europeus legitimou-se, com efeito, como o reino de uma razão relativa. A igualdade dos soberanos faz deles beligerantes com direitos iguais e os mantém afastados dos métodos das guerras de aniquilação (SCHMITT, 2008, p. 143).

Se é a guerra quem dá forma ao Estado territorial soberano, é este que também dá forma à guerra, não por meio de normas, mas por circunscrevê-la com base na soberania territorial de ambos os lados. Há aqui uma relação de ordens específicas e organizadas, espacialmente concretas, Com a fundação da modernidade e a gênese do Estado nacional moderno, uma ação militar se dá por exércitos estatalmente organizados, contra exércitos também estatalmente organizados do lado contrário (SCHMITT, 2014, p. 168):

[...] isso também quer dizer que ela deve ser feita por Estados territoriais soberanos. Esse novo conceito de Estado contém tudo o que pode ser dito sobre a justiça de uma guerra entre Estados. A guerra não pública é uma guerra não estatal. Ela não é apenas injusta, mas no sentido do novo direito das gentes, não é uma guerra (SCHMITT, 2014, p. 168).

Todavia, a passagem entre os séculos XIX e XX, com o auge do Direito Internacional Privado, a realização da Conferência do Congo - a qual deu possibilidades para que pela primeira vez na história um Estado não europeu fosse reconhecido - e mesmo a criação da Sociedade das Nações - que implicava na submissão dos Estados a decisões de organismos internacionais - haviam colocado de manifesto o fim da etapa do monopólio da decisão e do poder por parte dos Estados.

Em Schmitt (1996), na virada do século XX, quando já os Estados de proporções continentais se impunham sobre a antiga ordem internacional e abriam passo para um câmbio de tipo estrutural na qual as antigas colônias europeias pudessem devir em nações formalmente independentes, a concepção espacial que havia caracterizado o Estado moderno avia perdido o seu *momentum* sucubindo diante o crescente poder dos “grandes espaços” (1996, p. 4; 1994, p. 336-337).

Pari passu, também o fenômeno da guerra passou por transformações profundas. Se na transição para a modernidade as guerras religiosas próprias da Idade Média cederam passo a guerras interestatais com motivações - principalmente - político territoriais que apelavam ao sentimento nacional, na era pós *Ius publicum europaeum*, as guerras passavam ter razões meramente

económicas: “[l]as guerras de religión se convirtieron en las guerras nacionales del siglo XIX, todavía en parte culturales, pero ya también determinadas en parte por la economía. Al final fueron puras y simples guerras económicas” (SCHMITT, 1994, p. 122).

Tal mudança se deu muito em razão em decorrência da deformação de um dos princípios que lastreou o pensamento político fundante da Modernidade, o de “*cuius regio, eius religio*”, literalmente traduzido por, “de quem é a região, deste é a religião”. Jogando com tal expressão, Schmitt (1991) qualifica o espírito da política da contemporaneidade como “*cuius regio, eius oeconomia*”; onde o fator nacional acabou por ser neutralizado, tal como havia sido o religioso em época anterior (BURGGRAF, 2003, p. 163).

Por essa senda, da mesma maneira em que no passado o “*cuius regio*” se referia a que num dado território só estaria permitida a uma religião ou nação, no século XX tal indução schmittiana quer, antes que nada, se referir ao fato de que “[...] *que en el interior de un mismo Estado no pueden existir dos sistemas económicos contrarios*” (SCHMITT, 2009, p. 119).

Isso é dizer que há uma nova inversão, na qual, para Schmitt, “*cuius regio, eius oeconomia, jetzt: cuius oeconomia, eius regio. Das ist der neue Nomos der Erde; kein Nomos mehr*”, é dizer, *cuius regio, eius oeconomia*, em fato se tornou: *cuius oeconomia, eius regio*” (SCHMITT, 1991, p. 135). Nesse sentido, estaríamos, a partir do século XX, testemunhando a um ‘retorno da geopolítica’ a uma configuração que remete a noção de *cuius region* dos séculos XVI e XVII.

Aqui, a soberania de qualquer Estado estaria subjugada àquela soberania do Grande Espaço, daquele que em verdade domina os *Großräumes* e é de fato único soberano e agente dominante. Em sua época, Schmitt afirma que apesar de existirem mais de cem Estados formalmente soberanos, todos se encontram sob o poder de duas potências dominantes: os EUA e a URSS (SCHMITT, 1994, p. 336).

Se torna evidente que diante a tal inversão estrutural, o Estado soberano emergido na modernidade se adentra a um estado de crise, dado que de fato este já não determina de ‘quem é a região’, sendo este pressuposto exercido por quem ostente o poder econômico, ao qual logicamente também recairia todas as decisões no campo político.

Nesse contexto, a multipolaridade do poder espacial no globo tenderia a se desfazer em favor de um único pólo concentrador de poder econômico. Contudo, Schmitt nunca chegou a conclusões niilistas, e em *Der Nomos der Erde*, publicado pela primeira vez em 1950, resgata a centralidade do conceito derivado do cristianismo tradicional com a idéia do *Katechon*³⁵³⁶.

³⁵ O termo Katechon foi empregado pelo Apóstolo Paulo em II Tessalonicenses 2: 6-7, no contexto da explicação de dois eventos cruciais que ocorreriam necessariamente antes da Segunda Vinda de Cristo. A primeira, foi a Grande Apostasia ou apostasia da Igreja; a segunda, a revelação do Anticristo, um evento que Paulo afirma que se manifestará apenas quando a “restrição” ou “retenção”, isto é: o Katechon, retroceder.

³⁶ Sobre o conceito de Katechon, Agamben (2016) nos diz que: “O katechon é, então, a força (...) que contrasta e

O Katechon seria um poder "limitador" ante ao fim mesmo da história. *Katechon* aqui irrompe como a intelectualização da chamada *Christianum Imperium*, com todos os seus poderes policiais e militares para impor uma ética ao espaço. Schmitt remarca que "[é] preciso ser capaz de nomear o Katechon para cada época dos últimos 1.948 anos. Tal lugar nunca ficou vazio, ou então nós já não existiríamos mais" (SCHMITT, 2003, p. 59, 60).

Dugin (1992) e Buela (1999), ventilam a ideia de que se bem a geopolítica carrega dentro de si polaridades históricas enfrentadas conectadas ao mesmo enfrentamento fundamental entre Behemoth e Leviatã, um desses pólos, o ligado a terra, carregaria também ela mesma a função de *Katechon* contrarrestando a "visão fundamentalista da globalização segundo a qual este é o único mundo possível"³⁷ (BUELA, 1999, p. 169).

Nesse sentido, é o poder telurocrático, em sua característica multipolaridade inerente, seria capaz de refrear no espaço o fim do tempo^{38,39}, impedindo a pós-história tal como aquela pretendida por Fukuyama (1992). É também por essa racional que Schmitt apregoa alternativas ante a iminência incontornável da dominação dos grandes espaços: a conformação de vários e independentes *großrraums* ou blocos, que constituiriam uma novo balanço de poder capaz de dar sustentação a uma nova ordem planetária e um retorno a uma geopolítica de espaços autocentrados (PUNTIGLIANO, 2016).

O conceito de *Großraum* tem por assumido, tal como na obra ratzeliana, que o processo de desenvolvimento dos Estados está conectado ao seu ímpeto de aumentar seu território. Integrar espaços é uma expressão da lógica estatal, da tendência humana à síntese, e da mesma lógica de sobrevivência no tempo.

Schmitt tinha por entendido que a ordem internacional encontraria na noção de "Império" (*Reich*), em contraposição "ao que até hoje foi o conceito central do direito internacional, ou seja, o 'Estado'" (SCHMITT, 1996, p. 48), o ponto que uniria o 'Großraum' e as nações àquelas ideias políticas internamente preponderantes em cada 'grande espaço' (SCHMITT, 1996, p. 47).

A relação entre um Império e o "grande espaço" se lastreia na dominação política,

esconde a *katárgesis* (inoperosidade), o estado de anomia tendencial que caracteriza o messiânico e, nesse sentido, retarda o desvelamento do 'mistério da anomia'. O desvelamento desse mistério significa o vir à luz da inoperosidade da lei e da ilegitimidade substancial de todo poder no tempo messiânico. (p. 128)

³⁷ No original: "fundamentalist vision of globalization according to which this is the only possible world" (BUELA, 1999, p. 169).

³⁸ Dugin (2012) comenta que sem tempo não existe futuro algum, dado que a subjetividade transcendental dos povos estaria cancelada. Na massa amorfa, o ser já não seria mais possível num mundo achatado pela dominação da fluidez do poder do mar (p. 165).

³⁹ Contudo, Dugin (1992), nos comenta que a Geopolítica, por sua própria natureza dialética, retém uma tendencial evolucionária e apocalíptica que rememora em certa medida a aquela dialética hegeliana onde o ente toma consciência de seu próprio Ser ao longo tempo, rumando a um inexorável conflito de caráter final, uma *Endkampf*. A *Endkampf* passa a permeiar e penetrar de forma sincrônica também a política, a econômica e todos os demais aspectos da vida social. Certo é, porém, que o desdobramento final de tal batalha de ordem apocalíptica tem um acabamento aberto, indefinido e incerto (DUGIN, 1997, p. 30).

ideológica, cultural e econômica que aquele é capaz de exercer neste. Nesse sentido, mirando a mesmíssima realidade, se alude a tendência de que o globo fosse dividido em “grandes espaços” (*Großräume*) guiados por um entes políticos des estrutura impérial os quais estivessem em condições de ser mantenedores - em seu planos internos - da ordem e da paz. De maneira particular, Schmitt entende que tal nova configuração pudesse abrir paso a um sistema policêntrico e regionalizado.

Os Estados Unidos, primeiro Estado de proporções continentais e com capacidades de influir em sua ampla região, seriam o primeiro Grande Espaço. Schmitt considera a doutrina Monroe, de 1823, ser “o mais feliz exemplo de um princípio espacial no ordenamento internacional” (SCHMITT, 1996, p. 13).

Tal doutrina elenca três princípios de ordem fundamental que deveriam valer na política externa do país, que todavia, se tratava de um ente periférico nas relações internacionais: (1) a independência de todos os Estados americanos, (2) a proibição de toda forma de colonização no seu espaço, (3) a proibição de ingerência por parte de potências extra-americanas no referido espaço (SCHMITT, 1996, p. 13). Esta doutrina, se replicada em outros espaços geográficos por poderes regionais, seria plenamente capaz de dar sustento a “um pluralismo de grandes espaços em si ordenados e coexistentes, de esferas de intervenção e de zonas de civilização [e] poderia determinar o novo direito internacional da Terra” (SCHMITT, 1996, p. 311).

Uma vez mais, tal nova mudança de *nomos*, também cederia passo a uma nova reconfiguração do fenômeno da guerra. Afinal, numa real multipolaridade existe o retorno do político, que por sua vez está baseado na distinção entre o amigo e o inimigo. É nela que se desdobra a imagem das possibilidades dum mundo em pluriverso no qual as diversas unidades políticas se definem de forma recíproca ainda que por valores próprios.

A mesma existência de uma política de “relações internacionais” lastreadas em categorias universais, tal como a surgida no século XX, só pode se dar num mundo onde a própria noção de relações internacionais já não faz sentido algum. Schmitt remarca, se voltando contra a mesma ideia que animava uma "sociedade das nações", que "a humanidade não é um conceito político" (SCHMITT, 1996, p. 55), já que tal noção, que exclui a idéia de inimizade e a possibilidade da guerra, é, de fato, despolitizadora, é dizer, dissolvedora (SCHMITT, 1950, p. 159):

La guerra proviene de la enemistad puesto que ésta es la negación esencial de otro ser. La guerra es solamente la enemistad hecha real del modo más manifiesto. No tiene por qué ser algo cotidiano, algo normal; ni tampoco tiene por qué ser percibido como algo ideal o deseable. Pero debe estar presente como posibilidad real si el concepto de enemigo ha de tener significado (SCHMITT, 2014, p. 20).

Danilo Zolo (2007), crítico ao conceito schmittiano e partindo de suas preocupações estritamente “democráticas”, ressalta que tal ideia de Império de fato soa algo incompatível com o atual estamento da ordem internacional. Ao mesmo tempo, Vichinkeski (2012) volta sua atenção a sublinhar ao que considera uma obviedade: de que a soberania dos estados menores desaparecia quando fossem estes imersos num *Großraum*.

Em nosso pensar, ainda partindo de um ponto de vista contraposto ao nosso, os dois estão corretos. Por certo, este é o mesmo centro de um movimento inexorável ao qual Schmitt (2003) nos chama a atenção, se tratando de uma tendência da mesma realidade sistêmica desatada pela *Raumrevolution* iniciada ainda no século 19.

Na mesma obra schmittiana o conceito de soberania baseado no concerto de Westfália aparece como superado há mais de um século. Neste sentido, falar de soberania se torna um contrassenso. Quanto vastos e múltiplos espaços regionais se vejam integrados, a ordem internacional surgida no século XX está de fato em xeque, mas justamente pelo retorno da soberania.

Uma situação de crise num determinado arranjo de poder, e num espaço geográfico determinado, irrompe e tende a um desfecho de ordem estrutural quando há a persistência de soberanias múltiplas soberanias que se estendem tanto por uma proporção territorial considerável quanto por período de tempo suficiente (TILLY, 1978).

Tais forças múltiplas e emergentes tendem a tomar ao menos parte da estrutura do poder que se torna caduco ao passo que também avançam a sua própria estruturação de um novo arranjo. Isso é dizer que o reaparecimento da soberania em múltiplos territórios de assento e a mesma disputa por espaços derivada do mesmo reaparecimento da noção de soberania é um desafio sistêmico. Este será o centro de nosso trabalho daqui por diante.

1.3. INTEGRAÇÃO COMO EXPANSÃO TERRITORIAL

As discussões ao redor do problema da integração territorial não são exatamente novas, variando em sua escala mas estando presentes de forma central desde a gênese do Estado-nação e na mesma origem conceitual de Estado⁴⁰. A territorialidade e a capacidade de territorialização é a mais fundamental característica do Estado nacional moderno. Se pressupõe que a transição de formas

⁴⁰ A palavra Estado, em sua origem latina, advém da palavra *status*, que se traduz por “estar firme”, pelo qual tal conceito faz referência a algo que permanece, sendo neste caso um referencial à uma dada sociedade política de caráter permanente no decorrer do tempo.

anteriores de divisão do espaço político para a forma moderna de conceber-se o espaço é o elemento central para a compreensão da realidade contemporânea do sistema de Estados.

O Estado nacional moderno se trata de uma categoria de “unidade política” que, em última instância, constitui um tipo de domínio político-militar (OPELLO; ROSOW, 2004). Este tipo de domínio, traz consigo algumas características específicas que lhe dão característica singulares e acabam por o tornar distinto de formas de organização e divisão territorial anteriores: (1) deve ter território geográfico definido sobre o qual exerce jurisdição; (2) ainda relativamente ao território, o Estado deve ser dotado de soberania sobre o mesmo, o que significa dizer que sua jurisdição é, ao menos em teoria, livre de interferência externa por agentes externos; (3) conta com um governo composto por funções públicas que controla e administra o território e, por conseguinte, sua população; (4) possui, de maneira usual, fronteiras fisicamente fixas e demarcadas e, em alguns casos, protegidas por guardas de fronteira; (5) seu governo reivindica o monopólio do uso de coerção física sobre a população residente no âmbito de sua jurisdição; (6) a sua população manifesta certo sentido de coesão de identidade nacional; e, finalmente, (7) acaba por constituir um corpo ideológico o qual pode se confiar, em maior ou menor medida, em obediência e lealdade de seus habitantes.

Talvez, conceitualizar o que seja de fato soberania seja aquele aspecto mais complexo para a compreensão do que caracteriza o Estado nacional moderno e seus desprendimentos posteriores. De todos aqueles possíveis significados para este termo, e de fato este trabalho ficaria curto para enumerar a todos, é possível como ponto pacífico que a soberania se trata, de maneira essencial, de um fundamento de autoridade sobre um determinado espaço.

Ferrajoli (2002), observa que a conceitualização por detrás da palavra soberania irrompe de forma concomitante com o estabelecimento dos primeiros Estados nacionais europeus, com a ideia de que um poder supremo não reconheceria nenhum outro acima de si, muito em razão da exigência de um fundamento jurídico avançado pela conquista do Novo Mundo.

Cezar Saldanha Souza Júnior (2002), ressalta que “a ideia da soberania não é só um produto da necessidade da época de unificação do poder: transformou-se, na outra mão, na alavanca usada pelos estadistas europeus para fazerem a unificação” (p. 36). Por assim ser, ao passo em que surge enquanto justificativa de um acionar, a teorização sobre o conceito de soberania mais do que nada é um fator central na conversão da heteronomia política para a homogeneidade da ordem moderna.

Destarte, desde uma perspectiva geopolítica, a gênese das chamadas cidades-estado em meio a estruturas de predominância feudal, e, posteriormente, o surgimento dos primeiros Estados-nação modernos se tratam de incipientes processos de integração entre poderes políticos distintos e uma unificação territorial. Deste movimento de unificação através da ordem territorial passa-se a

constituir um “coletivo moral, homogêneo e abstrato, imbuído de uma consciência nacional gerada pela exposição, protraída no tempo, a uma autoridade comum” (SOUZA JÚNIOR, 2002, p. 32) que “fixa a noção de predomínio que o ordenamento estatal exerce num certo território e numa determinada população sobre os demais ordenamentos sociais” (BONAVIDES, 2003, p. 122).

De acordo com Gullo (2018) desde o fim da Idade Média até o hodierno, se produziram quatro tipos ideais de Estado que determinaram o que o referido autor considera ser o “umbral de poder” de suas respectivas épocas: 1) o Estado-cidade; 2) o Estado-nação, 3) o Estado-nação industrial e, finalmente, 4) o Estado continental Industrial. Tais disposições de organização político-territoriais foram determinantes em dar condições para que seus representantes pioneiros projetassem de fato sua autonomia externa, lançando-os à categoria de protagonistas da história mundial e colocando a reboque e posição subordinada aquelas unidades políticas que todavia se encontravam organizadas em unidades político-territoriais com menor grau de desenvolvimento.

Por essa aproximação, a formação dos primeiros grandes Estados nacionais no final do século XIV acabou por elevar o umbral do poder, deixando as Cidades Estado da península itálica, até então hegemônicas, em condições subordinadas e periféricas. Tais mudanças, em sua época, acabaram por impulsionar novas ondas de competição interestatal, por vezes decididas em guerras que envolveram vastas porções do mundo. Ao mesmo tempo, a grande parcela daqueles entes políticos que não adentram a um processo de modernização acabaram perdendo sua soberania relativa, sendo diretamente conquistados, divididos ou até mesmo absorvidos tendo em frente os novos padrões de competição internacional.

Da mesma maneira, o desenlace da Revolução Industrial num Estado-nação já unificado, a Grã-Bretanha, elevou novamente o umbral do poder ao dar gênese ao primeiro Estado-nação industrial.

Tal acontecimento deu ampla vantagem aos britânicos na tarefa de se sobrepor na balança de poder europeia, num movimento que desatou a passos largos a decadência das nações ibéricas - as quais nunca haveriam de realizar com capacidades próprias suas respectivas revoluções industriais - e alicerçando a construção da *pax britannica*⁴¹:

Fue en el centro mundial europeo, en el momento en que Europa era el centro unificador del mundo y que comenzaba la Revolución Industrial, cuando apareció el primer Estado-nación arquetípico que fue Inglaterra, Gran Bretaña. Al iniciarse el siglo XIX, o sea en el momento de las luchas por la independencia, emergía el primer gran Estado-nación industrial del mundo, que iba a ser el poder hegemónico y paradigma de la modernidad. El segundo Estado que se convierte en

⁴¹ *Pax Britannica*, traduzido a "paz britânica" e tendo por referência a emulação do conceito de *Pax Romana* se refere ao período de paz relativa no continente europeu desatada ao fim das Guerras Napoleônicas, num período que deu lastro a uma ainda maior expansão do Império Britânico.

Estado-nación industrial, en la primera mitad del siglo xix, es Francia. Inglaterra y Francia se convierten así en los modelos del Estado-nación industrial emergente”. Sostiene Methol Ferré que a partir de entonces “los que no fueran Estados Nación industriales iban a ser el coro de la historia, los comentaristas de la historia, los receptores de la historia hecha por otros. Para ser protagonistas en la historia había que ser al estilo de la sociedad inglesa y luego la francesa (METHOL FERRÉ, 2002).

Segundo a versão mais aceita, foi Niccolò di Bernardo dei Machiavelli (1469-1527) quem pela primeira vez introduziu a expressão “Estado”, em sua *magnum opus* “O Príncipe”. Publicada originalmente em 1532, a obra, que tem por preocupação central a unificação das cidades-estado italianas, tem em seu capítulo derradeiro e mais importante intitulado *Exhortatio ad capessendam Italiam in libertatemque a barbaris vindicandam*⁴², uma exaltação - valha a redundância - a unificação da península itálica sob um único poder soberano.

Na época da publicação de “O Príncipe”, a península itálica se encontrava em talvez sua época mais conturbada, dividida em cinco grandes regiões⁴³, que ademais se encontravam na proximidade dum conflito generalizado. Somados a estes, haviam aqueles estados territorialmente ainda menores, mas que exatamente por conta de sua pequenez já se encontravam sob um estado de tutela ou proteção de uma dos grandes cinco entes políticos peninsulares.

Mapa 1.3. - Cidades-Estado na Península Itálica no ano de 1494.

⁴² Traduzido por Exortação à libertação da Itália, dominada pelos Bárbaros.

⁴³ O Reino de Nápoles, controlado por aragoneses; os Estados Pontifícios; o Estado Florentino, governando pela família Médici; o Ducado de Milão; e, finalmente, a República de Veneza.



Fonte: BARTLETT, Kenneth (2017).

Em Maquiavel, tal instável situação de fragmentação “interna” era de fato um fator que tornava impossível uma virtual defesa do território peninsular e qualquer disputa de ordem hegemônica ante a proeminência de emergentes potências estrangeiras, nomeadamente França e Espanha, em solo Europeu. e o levariam a ver como fundamental a unificação dos territórios para que a Itália pudesse então medir forças com as grandes potências daqueles tempos como França e Espanha.

Para Gramsci (2000), a obra de Maquiavel tem como cerne central ser um roteiro, planteado num rigor lógico e científico, para um governante que conduziria o povo peninsular à fundação de um novo Estado, ajustado às necessidades de uma nova época histórica e finalmente capaz de medir forças com seus vizinhos que haviam se alçado ao patamar de Estados-nacionais (p. 14).

A obra de Maquiavel, sorte de manifesto político, tinha por centralidade a ação humana, exaltando aos “(...) homem de ação, de quem quer induzir à ação” transgredindo a soberania da Igreja e fomentando a exortação da ação popular para uma almejada unificação italiana (GRAMSCI, 2000, p. 57):

Como uma exemplificação histórica (...) de uma ideologia política que se apresenta não como fria utopia nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva (GRAMSCI, 2000, p. 13).

Também em Hobbes (1988), ainda que de um ponto de vista oposto e algo contraditório, a discussão sobre a integração de vários entes estatais aparece de maneira incipiente. Para o mesmo qualquer doutrina que avançasse uma divisão do poder soberano era “aberta e diretamente contrária à essência do Estado”, e uma regressão da organização política já que “o poder ilimitado” deveria estar reservado apenas ao soberano (1988, p. 135).

É nesse sentido que concebe de maneira negativa quaisquer processos de integração territorial como uma contradição direta a concepção de Soberania⁴⁴, tal como exposto no capítulo XXIX da obra de sua *magnum opus* Leviatã. Nele o próprio Leviatã, o poder estatal centralizado - ao qual o referido Maquiavel almejava-, surge fundamentalmente para sanar o Estado de natureza e a concepção de guerra entre todos e contra todos num espaço reduzido.

Em qualquer configuração de poder na qual se sobrepusesse ao novíssimo Estado-nação, os “Leviatãs” se encontrariam novamente ante um novo estado de natureza, dada a não existência de um ente soberano exterior ao próprio Leviatã, retornados ao estado de guerra constante (HOBBS, 1988).

Por sua vez, Immanuel Kant (1989), desde uma perspectiva liberal em seu *À Paz Perpétua* propõe a associação dos países democráticos em uma organização denominada de *foedus pacificum*⁴⁵ (p. 41) a qual seria a condicionante principal uma federação pacífica de repúblicas - lastreada no contexto do direito internacional - rumo a construção de uma realidade internacional que superasse a prática da guerra e desaguasse na construção do que ele denominava de Paz Perpétua.

Dito de outro modo, em Kant aparece a ideia duma estrutura federativa que desaguaria no que o mesmo pensava ser uma “Comunidade de Segurança”, tendida a expansão indefinida baseada no aforismo de que “se todo o mundo estivesse integrado, como uma comunidade de segurança, a guerra seria automaticamente eliminada” (DEUTSCH, 1966, p. 25).

Se bem é verdade que o autor alemão se rebela contra o que considera ser a “instrumentalização do Estado” como parte das práticas tradicionais das monarquias Europeias - ou mesmo de sua perpetuação em entes políticos republicanos - quando nos diz que “nenhum Estado

⁴⁴ Conceito proposto originalmente por Jean Bodin na obra intitulada “Os seis livros da República”.

⁴⁵ Traduzido por Liga da Paz.

independentemente (pequeno ou grande, isso tanto faz aqui) pode ser adquirido por um outro Estado por herança, troca, compra ou doação” (KANT, 2010, p. 15) o faz com vistas a salvaguardar o homem de ser “[...] mantido em soldo para matar ou ser morto parece consistir no uso de homens como simples máquinas e instrumentos na mão de um outro (o Estado) (...) (KANT, 2010, p. 16.). Dito de outra maneira, sua preocupação especial está no não comprometimento dos civis e do comércio no ato de se fazer a guerra, o que considera ser uma afronta à dignidade humana (KANT, 1974, p. 229).

Por sua vez, também o alemão Friedrich List (1789-1846) em seu “Sistema Nacional de Economia Política” avança um manifesto comprometido com a unificação germânica que se lastreia em justificar um modelo de desenvolvimento que possui uma manifestada e protuberante lógica territorial que visa em termo último alcançar o umbral de poder internacional por ter em conta que “[t]oda a situação social de uma nação será sobretudo determinada pelo princípio da variedade e divisão das ocupações e da cooperação de suas forças produtivas” (p.113).

Em sua obra, List elenca o conceito de “nação normal” se atentando ao umbral de poder imposto pelo Império Inglês e sua revolução industrial, no qual um dado povo, na tarefa de conquista o desenvolvimento de suas forças produtivas deve ter em conta tanto os recursos naturais quanto às capacidades humanas existentes em seu território:

La nación normal posee una lengua y una literatura comunes, un territorio dotado de elementos naturales muy diversos, extenso y coherente; y una gran población (...) La Constitución, las leyes y las instituciones otorgan a sus ciudadanos un elevado grado de seguridad y libertad (...) Una gran población y un fondo natural amplio y diverso del territorio son requisitos esenciales de la nacionalidad normal, y condiciones fundamentales tanto de la cultura intelectual como del desarrollo material y de la potencialidad política. Una nación limitada en cuanto al número de habitantes y al territorio, aunque posea una lengua especial sólo dará una literatura enclenque, y contará con instituciones mezquinas para el fomento de las artes y de las ciencias. Un Estado pequeño no puede nunca llevar a desarrollo pleno, dentro de su territorio, las distintas ramas de la producción. En él, toda protección se convierte en monopolio privado. Dicho Estado a duras penas puede mantener su autonomía mediante alianzas con naciones más poderosas, sacrificando parcialmente los beneficios de la nacionalidad y haciendo un exagerado despliegue de energías (PANTOJA, 2009, p. 232).

List, se bem não renega todas as possibilidades e benesses advindas do livre comércio avançadas por Adam Smith (1776) em seu Riqueza das Nações⁴⁶, considera que as mesmas só poderiam de fato ser desfrutadas por entes estatais que estivessem num mesmo patamar de desenvolvimento. Criticando a economia clássica, considera que esta resta numa abstração lastreada no conceito de uma pretensa condição jurídica da sociedade universal, que leva em conta o que

⁴⁶Em referência a obra intitulada “An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations”, publicada pela primeira vez em 1776.

considera ser a sociedade em seu conjunto, perdendo de vista a independência e o poderio das nações.

Em verdade, para os países diminutos e estrategicamente débeis enfrentados com a impossibilidade do desenvolvimento, somente a conquista de novos territórios poderia os ascender-los à categoria de “nações normais”. É certo que List propugna que “quanto mais progride a indústria e proporcionalmente se estende aos países do mundo, tanto menor será a possibilidade de guerras” (LIST, 1983, p. 123), mas este não se furta em dizer que para que Estados civilizados e independentes possam de fato se afirmar, teriam de recorrer ao uso da força (LIST, 1983, p. 123-124).

1.4. DA EVOLUÇÃO DA GUERRA

Carl von Clausewitz (2007), define a guerra, ou mais especificamente o ato de se fazer a mesma, como expressão política superior utilizada para compelir o inimigo a realizar a nossa vontade. De fato, e historicamente, o fenômeno do conflito entre povos têm servido como meio político extremo lançado por agentes beligerantes na tentativa de submeter o inimigo a um desígnio outro que não o seu próprio (SCHMITT, 2008).

Mas não é demais salientar que tempos históricos distintos se caracterizam por meios inerentes de se ocupar e controlar o espaço e, em última instância, por modos próprios de *warfare*. A guerra do sistema de Estados Nacionais que dá gênese a modernidade tiveram por característica serem limitadas (MORGENTHAU, 1948).

A guerra parcial, enquanto expressão bélica entre Estados Nacionais soberanos, está determinada pelo conflito racional entre agentes estatais beligerantes com vontades políticas oponíveis; numa ordem internacional que demarca a era vestfaliana que escorre pelo tempo até o advento das guerras mundiais no século 20.

Neste sentido, a diferença territorial - quantitativa - entre as cidades-Estado e dos nascentes Estados-nação, por exemplo, são um elemento que dá qualidade distinta a ambos. Ademais, se bem são óbvias as disparidades territoriais em jogo, há de se sublinhar que tanto a Espanha quanto a França detinham ademais um avançado controle administrativo de suas posses, pelo qual podiam extrair rendas e contingentes necessários à empresa militar.

Por assim ser, tais Estados “criaram exércitos e frotas avultadas e recrutados cada vez mais entre as próprias populações nacionais, ao mesmo tempo em que os soberanos agregaram as forças armadas diretamente à estrutura administrativa do estado” (TILLY, 1996, p. 79). Nos processos

pelos quais os Estados modernos europeus se assentaram, desde uma lógica de acumulação capitalista, centralizados e com a prerrogativa do monopólio do uso da força, estes incorporaram ao seu corpo também aquelas tarefas militares que até então estavam pulverizadas a terceiros pelo território.

Os exércitos conformados por mercenários, comuns entre os séculos XVI e XVII, cederam passo a forças permanentes, conformadas por recrutados cada vez mais entre as próprias populações nacionais em praticamente toda a Europa dando gênese a formação dos Exércitos Nacionais (ARRIGHI, 2008; TILLY, 1996, p. 79).

É certo que tal nova máquina administrativa não se instala como se por mágica. Para cobrar e recrutar daqueles que detém tais recursos, se faz necessário, antes que nada, negociar, cooptar e coagir, num movimento que de *per si* carva profundas marcas na configuração estatal, deixando o Estado progressivamente cada vez mais “nacional” (TILLY, 1996, p. 159).

O desenvolvimento tecnológico no âmbito bélico de fato contribuiu para a transformação da forma política coerciva, passando lentamente da categoria dos Cidades-Estado a Estados-nacionais numa transição que havia “expandido em muito as burocracias permanentes dos Estados principescos, introduzindo e mantendo exércitos fixos e centralizando a tributação voltada especificamente para o financiamento da guerra” (BOBBIT, 2003, p. 89). Dessa forma, assevera-se que “[t]udo isso ocorreu quando determinadas transformações estratégicas solaparam em definitivo o papel constitucional do Estado principesco no fim do século [XVII]” (BOBBIT, 2003, p. 89).

É nesse sentido que a estrutura do Estado acaba por ser um “produto secundário dos esforços dos governantes para adquirir os meios de guerra”⁴⁷ (TILLY, 1996, p. 61). Por vezes, a mesma estrutura atrofiada de um dado Estado ante aos seus inimigos, coloca empecilhos a preparação necessária à guerra, ao passo que a mesmíssima manutenção de Estado no tempo pode ser colocada em risco.

Não por acaso, Tilly, rememorando a Maquiavel e seu esforço por proteger a península Itálica, remarca que “a extensão da atividade comercial afetou fortemente a viabilidade das diversas táticas usadas para construir o poder do Estado” (TILLY, 1996, p. 198). Numa espiral, a estrutura territorial diminuta das Cidades-Estado impedia o recrutamento de um exército local, pelo qual estas estavam presas a “forças mercenárias recrutadas por contratantes, e os governantes estavam sujeitos, em ampla medida, aos capitalistas (...)” (TILLY, 1996, p. 79).

⁴⁷ Spruyt (2007) também afirma que o desenvolvimento militar acabou por desafiar a estrutura política feudal, a qual foi incapaz de arcar com as transformações militares daquela época que requerem receitas e administração centralizadas (p. 214).

E isso porque os Estados italianos não puderam responder ao esforço militar empreendido pelas potências territoriais europeias. Novamente Tilly (1996), lembrando a crise das cidades-Estado italianas, nos diz que:

(O)s governantes mais poderosos em alguma região particular estabeleceram os termos da guerra para todos; os governantes menos importantes tiveram de optar entre aceitar as exigências dos vizinhos poderosos ou tentar esforços excepcionais no sentido de se prepararem para a guerra (TILLY, 1996, p. 111).

Naqueles conflitos que se estenderam a Revolução Francesa, é emblemático o caso espanhol. Naqueles idos do século XIX, a invasão da *Grande Armée* a península ibérica desatou por vez primeira na história europeia o uso estendido da guerra de guerrilhas, num movimento que surpreendendo e disruptando o planejamento napoleônico, acabou por se tornar uma guerra de desgaste estratégico para a França no espaço continental europeu e chave a sua subsequente derrota (SCHMITT, 1963).

Em verdade, para a Espanha insurrecta, já enfrentados ao estrondoso sucesso das *guerrillas*, não restou outra ação a Junta Central Suprema⁴⁸ que publicar o *Reglamento de Partidas y Cuadrillas*, de 28 de dezembro de 1808, ademais de diversos decretos posteriores, que regulavam a formação dos bandos guerrilheiros pelo qual estas passaram a ter amparo legal do governo provisório para se apropriar de todo o dinheiro, sumiistros e equipamento tirados ao inimigo. Por outras palavras, se tornaram parte integrante do governo e do esforço de guerra nacional num processo que entrou na história sob a alcunha de *Guerra de la Independencia Española*, sendo a parte fundamental da fundação do Estado espanhol moderno (MOREIRAS, 2010, p. 332).

Para Schmitt (1963), o aparecimento do guerrilheiro é um evento que opera uma mudança qualitativa no modo de se pensar a guerra dado que este dá suporte ao aparecimento duma nova teoria de “guerra absoluta e inimidade absoluta no processo mesmo de desenvolvimento, no que seria determinante para a era da guerra revolucionária (...)” (p. 35)⁴⁹.

Se de um lado se alçaram massas organizadas em exército todavia embaladas pelos ideais da Revolução Francesa, do outro irrompe uma guerrilha que traz a tona uma dimensão de insurgência popular alicerçada numa causa política própria, a defesa da terra que agora concebe como sua, algo que confere a luta uma dimensão de causa e ideologia novas, sem paralelos em formações irregulares anteriores (HEUSER, 2010).

⁴⁸ A *Junta Suprema Central y Gubernativa del Reino* foi o órgão formado em setembro de 1808, na localidade de Aranjuez, que exerceu os poderes executivo e legislativo espanhóis durante a ocupação napoleônica.

⁴⁹ No original: “*absolute war and absolute enmity in the process of development, one that would be determinant for the age of revolutionary war (...)*” (SCHMITT, 1963, p. 35).

Certo é que se antes havia uma clara limitação da guerra à uma interação entre Estados soberanos, a Revolução Francesa e suas reverberações haviam colocado em cheque tal distinção (SCHMITT, 1963, p. 27). Para David Bell (2012), o que irrompe neste momento histórico é a Guerra Total.

Prévia das guerras que viriam a marcar o século XX, este tipo de guerra era fruto mesmo da Revolução Francesa, portanto derivada da mesma modernidade, se tornando a guerra - de forma sem precedentes -, não um fenômeno de castas, mas das mesmas massas, no que viria a desencadear as grandes mudanças geopolíticas que se subseguem a conformação dos Estado nação:

(...) A diferença era a guerra total. A questão não era simplesmente a guerra civil da Vendéia ter ocorrido em tempo de guerra externa (o mesmo se dera com a revolta camisard e com o levante escocês de 1745); era ela ter ocorrido no contexto de um tipo de guerra cujas proporções tinham poucos precedentes, quiçá nenhum, fosse em matéria mobilização de população e recursos, de ambições e de objetivos de guerra mal definidos, ou de ameaças aos líderes franceses em caso de derrota. Era uma guerra percebida como mortal, na qual, como vimos, parte dos líderes revolucionários começava a romantizar o combate de um modo novo e sinistro (BELL, 2012, p. 214).

Para Clausewitz, a partir de então, já não havia distinções entre as massas revolucionárias francesas e aquelas tropas napoleônicas, tal como essas também não se diferenciavam em sua essência das *guerrillas* espanholas. Era em verdade o modo de se fazer a guerra o que havia se alterado enquanto a guerra havia se tornado uma “causa do povo” (HEUSER, 2010, p. 157).

Reinhart Koselleck (1985) remarca que durante o período inicial da modernidade, a palavra revolução tinha por significado a uma órbita circular de retorno periódico, um retorno ao ponto de partida. Foi somente após os eventos de 1789 que tal palavra passou a ser associada gradualmente ao seu significado moderno: uma interrupção abrupta de uma ordem anterior, o começo de uma nova era que de certa forma é culminante da época anterior mas ao mesmo tempo um rompimento com esta.

Hobsbawm (2010) também nos rememora que até a modernidade, os processos de ebulição social miravam a uma sorte de restauração, de volta a um período anterior onde a “normalidade” estava presente. Afinal, em configurações de poder de tipo tradicional vinculadas por laços étnicos, clânicos ou de consanguinidade, embora as conspirações de forma alguma estejam ausentes, estas se dão por disputas de poder estritamente conectadas a uma linha sucessória amplamente aceita como natural. A possibilidade de que um grupo forâneo a linha sucessória tome o poder implica diretamente na dissolução de toda a estrutura vinculada ao aparato de poder e seu exercício dando origem a um nova configuração ou a sua vinculação a um ente político externo.

Dito isso, há de se reter que o aparecimento da guerra de guerrilhas e da guerrilha no mesmo espaço-tempo da gênese do Estado-nacional já carregava em si o desmoronamento do mundo eurocêntrico e do *nomos* da ordem interestatal europeia westphaliana.

Tone (1994) aponta que o *guerrillero* espanhol já se tratava duma clara encarnação da modernidade, enquanto já manifesta um novo padrão do modo de se fazer a guerra marcado pela individualização, agarrado a uma ideia política abstrata:

[Eles] se opuseram a vilas, províncias e nações quase tanto quanto se opuseram ao governo francês. Em matéria de guerra, os Homens de Idéia - os guerrilheiros-acreditavam que a energia do povo poderia ser melhor aproveitada dando a cada indivíduo rédea solta para que pudesse agarrar a qualquer porção de poder e território que ele pudesse dominar à força (TONE, 1994, p. 89)⁵⁰.

Certo é que, neste exato momento onde a reorganização internacional fincada na esteira da economia global abria caminhos favoráveis à constituição de grandes unidades político-territoriais, a mesma guerra haveria de retomar características pré-westphalianas.

Ao que se tratava de uma guerra “moderna clássica” em sua gênese - amplamente calcada naquelas limitações explanadas na obra clausewitziana - a massividade da guerra de exércitos industriais desembocada em guerra total abriu passo para que o conceito de guerra absoluta deixasse o campo da pura abstração filosófica e entrevesse a inédita vitória absoluta como possibilidade estratégica.

1.5. DA GÊNESE DOS ESTADOS CONTINENTAIS INDUSTRIAIS

Intelectual engajado na tarefa da unificação alemã, e avançando as concepções de seu contemporâneo Friedrich List, Ratzel identifica em sua época uma emergente tendência, segundo a qual, num longo prazo, o único destino possível para aqueles diminutos entes estatais era agruparem-se ou serem absorvidos. Para o mesmo, tais transformações no sistema internacional avançavam a uma nova fase histórica que dava lugar ao que nomeia por potências continentais, no que abriga um amplo e novo rumo para a configuração espacial global.

Em seu entender, a esta altura já seriam três os Estados que haviam ascendido à categoria de continentais, a saber: os Estados Unidos, a Rússia e a China. Aos olhos de Ratzel, a então recente anexação estadunidense do território do Texas e o avanço do país ao oeste de maneira geral, tal

⁵⁰ No original: “[They] opposed village, province, and nation almost as much as they did the French government. In the matter of warfare the Men of the Idea believed that the energy of the people could best be harnessed by giving each individual free reign to grab whatever portion of power and territory he could forcefully dominate” (TONE, 1994, p. 89).

como da movimentação russa ao oeste e sobre o Cáucaso confirmariam um novo *momentum* das relações internacionais.

Ratzel centra seu raciocínio em uma concepção biológica do Estado na qual “o Estado é um organismo vivo e as fronteiras ou limites são partes integrantes e inseparáveis deste organismo” estando, pois, sujeitas, portanto, a alterações de ordem permanente (MARTIN, 2004, p. 42). É nesse sentido que impulsiona o conceito de *Lebensraum*, traduzido por Espaço Vital que busca tecer uma relação de proporção - cientificamente embasada - entre o equilíbrio da população de uma determinada sociedade e daqueles recursos disponíveis para o suprimento de suas necessidades, no que acabaria por determinar suas possibilidades de progresso e permanência no tempo.

Por essa aproximação, o espaço junto ao Estado, sendo este atrelado a aquele, se tratam de elementos fundamentais na compreensão da relação dos povos com o meio numa relação dinâmica. O espaço se transforma a partir do momento em que o povo trabalha para fixar-se no território, num *continuum* tempo-espaço e é na mesma existência que dá lugar à consciência da necessidade de expansão e posse do espaço, sendo este o elemento lastreador dentro da cultura geral de um povo.

Neste sentido, Ratzel elabora, numa série de artigos prévios a sua *magnum opus*, o que considera serem leis do crescimento espacial dos Estados: 1) As dimensões dum Estado crescem em acorde com sua cultura; 2) O crescimento dos Estados se dão por conseguinte a outras manifestações do crescimento dos povos, que necessariamente precede a tal crescimento; 3) O crescimento do Estado tem por procedimento a anexação dos membros menores circundantes ao agregado; 4) As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo do Estado; 5) Em seu movimento de expansão, o Estado em questão esmera-se em especial pela delimitação de posições que lhe sejam politicamente valiosas. 6) Inexoravelmente, os estímulos primários ao crescimento espacial dos Estados são dados desde seu exterior; 7) A tendência geral para a anexação e fusão territorial transmite-se sistematicamente, de Estado a Estado, exponenciando de forma contínua sua intensidade (RATZEL, 1990, p. 177-190):

[...] Ratzel argumentava que os Estados seguiam as mesmas leis de desenvolvimento de entes biológicos e que - portanto - quando o *Lebensraum* do mesmo se tornava insuficiente - devido ao crescimento populacional, por exemplo - esse necessitava anexar um novo território para estabelecer um novo *Lebensraum* maior. Nessa direção, ele postulou sete leis para o crescimento espacial dos Estados, que propugnavam que um Estado deve se expandir anexando territórios menores, que ao expandir tal Estado se esforça para ganhar posições politicamente valiosas e que - finalmente - a expansão territorial é contagiosa, espalhando-se de Estado a

Estado e se intensificando, de tal forma que a escalada para a guerra se torna inevitável (JONES, JONES & WOODS, 2004, p. 5)⁵¹

Ao que pode soar com um contra senso aos incautos, é a partir de tais pressupostos que Kjellén (1864-1922) aponta a afirmar que a geopolítica não é e nem se pode tratar dum privilégio das grandes potências. Ao contrário, de maneira fundamental, tal apreensão geográfica não pode ser separada do Estado - não importando o seu tamanho - dado que esta é, paralelamente a economia e a ciência política, uma das ciências do Estado.

Por detrás de tal pensar, está o fato de que Kjellén, ele mesmo nascido na então periférica Suécia, um pequeno país na Europa setentrional, tem por centro mesmo de sua obra a inconformidade ante a hegemonia britânica e a busca do rompimento do *status quo* europeu. Nos comenta Andrés Rivarola (2009) que:

Justamente en esta búsqueda de pensamiento propio, independiente de las grandes potencias y sus intereses, se origina el concepto “geopolítica” en el trabajo de Rudolf Kjellén. No es entonces desde la perspectiva de una gran potencia sino de un académico proveniente de una nación y Estado pequeño en la periferia del norte europeo donde surge el concepto (PUNTIGLIANO, 2009, p. 18).

Ao que nos interessa, tanto na obra Kjellén como naquela de Ratzel, o desenvolvimento e as transformações do sistema internacional colocam a questão da emergência de uma nova fase histórica com o surgimento de potências continentais. Se debruçando sobre tal fenômeno, Kjellen (1916) lança mão do conceito do “Estado organicista” para se referir às possibilidades do Estado no devir histórico a partir de um fator fundamental: a expansão territorial⁵².

Lastreado em tal noção, o sueco avança dois postulados: a) que aqueles Estados virtualmente fortes, com áreas de soberania limitada, são dominados pelo imperativo vital de dilatar seus territórios, já seja pela colonização, pela conquista, ou pela união com outros Estados; b) que para aqueles Estados territorialmente diminutos estaria reservado destino idêntico àquele dos povos primitivos: ser centrifugados para a periferia, empurrados para áreas marginais ou zonas fronteiriças e, finalmente, enfrentados à extinção (MAFRA, 2006. p. 41, 46, 51).

⁵¹ No original: “[...] Ratzel contended that states followed the same laws of development as biological units and that when a state’s *Lebensraum* became insufficient – for example, because of population growth – the state needed to annex new territory to establish new, larger, *Lebensraum*. As such he posited seven laws for the spatial growth of states, which held that a state must expand by annexing smaller territories, that in expanding a state strives to gain politically valuable positions, and that territorial expansion is contagious, spreading from state to state and intensifying, such that escalation towards warfare becomes inevitable” (JONES, JONES & WOODS, 2004, p. 5).

⁵² Para Kjellen, o Estado se trata na verdade de um ser vivo, tal como se fosse um ser humano. É daqui que emana seu conceito de “Estado Organicista”, o qual postula que Estado estaria de forma orgânica unido ao solo, é dizer, ao território, sempre buscando por mais espaço (SICUREZZA, 2006, p. 44, 46).

Ademais, Kjellén (1916), secundando a Ratzel, correlaciona o fenômeno da industrialização à quase imperatividade do estabelecimento e estabilização de um Estado de proporções continentais. Tendo em vistas tal condição sine qua non, a geopolítica do início do século XX, estava demarcada pela vontade política de Estados agrários em superar suas limitações alçando um umbral econômico-territorial superior e a vontade daqueles daqueles centros industriais planetários em denegar tal ascensão (p. 132).

Os impactos das obras Ratzel e Kjellen, se bem fossem postulados sobre o poder desde uma posição periférica da Europa, não deixariam de se fazer presentes também na então potência regional que já rumava ao seu ocaso. No de 1904 o geógrafo inglês Halford John Mackinder publicou o artigo seminal intitulado “*The Geographical Pivot of History*” onde postula uma teoria de poder centrada de uma dialética primordial derivada da mesma geografia terrestre.

Em Mackinder (1975), está propugnada a ideia central de que as características do meio ambiente acabam por influenciar de maneira decisiva as coletividades humanas. Assim sendo, embora os homens tenham limitada agência sobre o meio, ao fim e ao cabo é a natureza quem define o devir da história ao moldar os povos em seu "caráter nacional e desenvolvendo neles uma vocação predominantemente marítima ou continental" (ITAUSSU MELLO, 1999, p. 35).

Mapa 1.5.1 - O *Heartland* Euroasiático por Mackinder



Fonte: https://www.ca-c.org/journal/2005/journal_eng/cac-04/02.megeng.shtml

Nos comenta Itaussu Mello (1999), que resta subjacente à teoria mackinderiana uma concepção histórico-geográfica que se baseia na visão de que as realidades geográficas são o fator condicionante no confronto secular entre nações. Um de seus lastros está vinculado à idéia de que o mundo no início do século XX se trata pela primeira vez de um sistema político fechado - no que conclui ser o início da era pós-colombina - e que em tal altura havia sido dada a gênese a um sistema internacional no qual os principais fatos da política e da economia global estavam diretamente conectados numa interação já quaisquer fossem as distâncias que os separassem.

Mapa 1.5.2 – O *Inner Circle* e o *Heartland*



Fonte: <https://www.young-diplomats.com/theories-lessons-from-mackinder/> (2018).

Para Mello, o que é atualmente uma constatação de senso comum era, em 1904, “uma formulação intelectual audaciosa, arrojada e revolucionária” (p. 31). Ademais, em sua aproximação histórico-geográfica Mackinder (1975) aponta que o fim da era colombina era também o esgotamento final da ocupação de territórios por meios - relativamente pacíficos, isto é, sem que tal movimento provocasse o enfrentamento direto a outros Estado-nação. É por tal razão que o britânico considerava que:

(...) na era pós-colombina, encontraremos um sistema político fechado e, o que não é menos importante, a sua esfera de ação será o mundo inteiro. Todas as explosões das forças sociais que se produzam em vez de dissipar-se num âmbito circunvizinho de espaço desconhecido, no qual dominam a barbárie e o caos, serão diretamente refletidas nos mais distantes cantos do globo e, por esta razão, os elementos frágeis do organismo político e econômico do mundo serão destruídos (MACKINDER, 1975, p. 66).

Nos diz Methol Ferré (2009):

La era de la formación unificada de la globalización abierta por Castilla y Portugal cuando iniciaron la navegación de altura oceánica, se terminó. Ahora se necesitaban otros caminos para la geografía, más intensivos e incluso de síntesis filosófica (digamos, hacerse geopolíticos, geoculturales, geoproductivos)... la geografía descriptiva ya no alcanzaba. La primera fase de la globalización, la era colombina, ha terminado (METHOL FERRÉ, 2009, p. 89).

De fato, para Alberto Methol Ferré (2009), o século XX havia rompido como uma sorte de salto qualitativo com a gênese de um novo tipo de Estado de dimensões geográficas superlativas e de vastas capacidades industriais, encarnado exclusivamente, até aquele momento, nos Estados Unidos da América.

A partir de tal momento para todas as outras unidades políticas do “*sistema internacional solo les sería posible ser protagonistas de la historia si lograban conformar un Estado industrial de superficie y población semejantes a las de Estados Unidos, es decir, de superficies continentales*” (GULLO, 2018, p. 182).

1.6. DA DESTRUIÇÃO DOS ESTADOS IMPERIAIS

Não por acaso, acompanhando a gênese dos Estados Continentais Industriais, irrompeu o que Hobsbawm chamou de “A Era da Guerra Total”. O que era até então uma guerra de proporções inimagináveis revelava-se enquanto desprendimento de uma verdadeira *Raumrevolution*⁵³ iniciada no final do século XIX e desdobramento do avanço ideológico-cognitivo proporcionado pelos novos arranjos da modernidade (BUELA, 2019; HEIDEGGER, 1967).

Tal como previsto por Kjellén (1916), a Primeira Guerra Mundial, haveria de ter por vítimas principais àquelas unidades políticas de estruturação territorial imperial - resquícios de um mundo anterior ante a onipresença de Estados-nacionais pós-iluministas - mas ainda economicamente atrasadas da Europa. Tais Estados, de proporções continentais, exatamente por conta de suas características territoriais e populacionais, tinham por possibilidade efetivar-se também como Estados de grande capacidade industrial, no que os alçaria ao novo umbral de poder global.

Numa sorte de tragédia telurocêntrica, Alemanha e Áustria-Hungria, mestres da Europa Central, e a Rússia, que de fato controlava o *Heartland* do qual falava Mackinder (1975), se viram enfrentadas entre si, cumprindo as conjecturas geopolíticas mackinderianas de impedir quaisquer potencial unidade política na Europa continental.

Movimento de câmbio de ordem estrutural e sistêmica⁵⁴, a Primeira Guerra, lançando o continente europeu a primeira parte de prolongada guerra civil (ROBERTS, 1996; ADAMTHWAITE, 2014) que se arrastaria ainda por décadas, rumava a dar cabo a proeminência do arranjo sistêmico centrado ao redor do Estado nacional moderno.

⁵³ Traduzido por Revolução Espacial.

⁵⁴ Samir Amin (2004), restando sua mirada apenas à presença dos Estados Unidos da América, avança a ideia que a Europa adentrou a um modo colonial no Pós-Segunda Guerra (p. 77).

Mas nem só isso: como desdobramento final inescapável, e talvez algo que a caracterize, a Primeira Guerra por fim desatou grandes revoluções que fizeram desaparecer aos Impérios Russo, Alemão e Austro-Húngaro, todos eles estados com dimensões continentais, ainda que com diminutas capacidades produtivas, e que ao mesmo tempo eram as encarnações restantes e essenciais da “terra geopolítica” na história moderna (DUGIN, 2000):

Cambió la guerra no sólo «cuantitativamente», sino también, para emplear el concepto hegeliano, cualitativamente. La idea no nació únicamente de la exasperación de los jefes militares ante el fracaso o el atolladero de batallas que habían esperado decisivas. Tampoco procedía de los gabinetes de los diplomáticos, de las cancillerías. Parecía surgir de las profundidades populares. Tenía un acento casi místico. Era ideológica. Consistía en jugar con el enemigo, en hacer de la guerra de fuerza una fuerza metafísica, un combate entre el bien y el mal, una cruzada (FEJTÖ, 2015, p. 298).

Desde os primeiros meses do conflito europeu, o Império alemão voltou seus esforços para sacar Moscou do fronte e para isso, sob os auspícios diretos do General Ludendorff, quem contava com a benção irrestrita do Kaiser Wilhelm, passou a manter contato direto com as diversas facções de exilados russos espalhadas pela Europa, financiando-os diretamente tanto em seu repatriamento como em suas atividades políticas no país do leste (FLEISCHHAUER, 2017).

Mapa 1.6.1. - Expansão territorial do Império russo



Fonte: <http://www.thechristiansolution.com/img/RussianExpansion.gif>

Como resultado, tal maquinação desencadeou uma série de convulsões político-sociais que haveriam de resultar no colapso do governo czarista abrindo passo, em última instância, ao completo colapso territorial russo. O Império foi lançado à uma encarniçada guerra civil que arrastou o país ao caos por longos quatro anos e uma série de revoltas secessionistas.

Como dividendo direto e imediato, Moscou foi obrigada a firmar o vexatório acordo de paz de Brest-Litovsk, pelo qual a Rússia depôs armas e rompeu seu compromisso com a Entente, ademais de ceder vastíssimo território a Berlim (FLEISCHHAUER, 2017). Pelo acordo, o novo governo russo abriu mão dos territórios da Finlândia, Estônia, Lituânia e Letônia, além de ter cedido posições na Ucrânia e Belarus, renunciando territórios no Cáucaso, especificamente nos distritos Ardahan e Kars, e do distrito georgiano de Batumi. Com isso o governo bolchevique cedeu nada menos que 780 mil quilômetros quadrados do seu território e cerca de 56 milhões de habitantes, no que correspondia a aproximadamente 34% de sua população, 54% de sua área industrial, 89% de suas minas de carvão e 26% de sua malha ferroviária. Ademais, o novo governo se comprometeu com o pagamento de cerca de 300 milhões de marcos de ouro alemão como compensação de guerra (RUSSIAN INTERNATIONAL..., 2018).

A título de comparação, o Tratado de Versalhes, firmado por Berlim ao final do conflito, cedia “apenas” 65,000 km² de um território que abrigava 7 milhões de pessoas:

MAPA 1.6.2. - Perdas territoriais russas com o Tratado de Brest-Litovsk



Fonte: https://www.facinghistory.org/sites/default/files/Map_3.2_Europe_ME_WWI_1914_18.jpg

Nessa altura já se podia testemunhar de uma característica que se tornaria comum a nova época: a ação de um governo estrangeiro financiando uma miríade de grupos dissidentes de um outro país com fins fim de quebrantar a unidade nacional e fazer colapsar seu governo desmobilizando assim suas capacidades militares-estratégicas (FLEISCHHAUER, 2017).

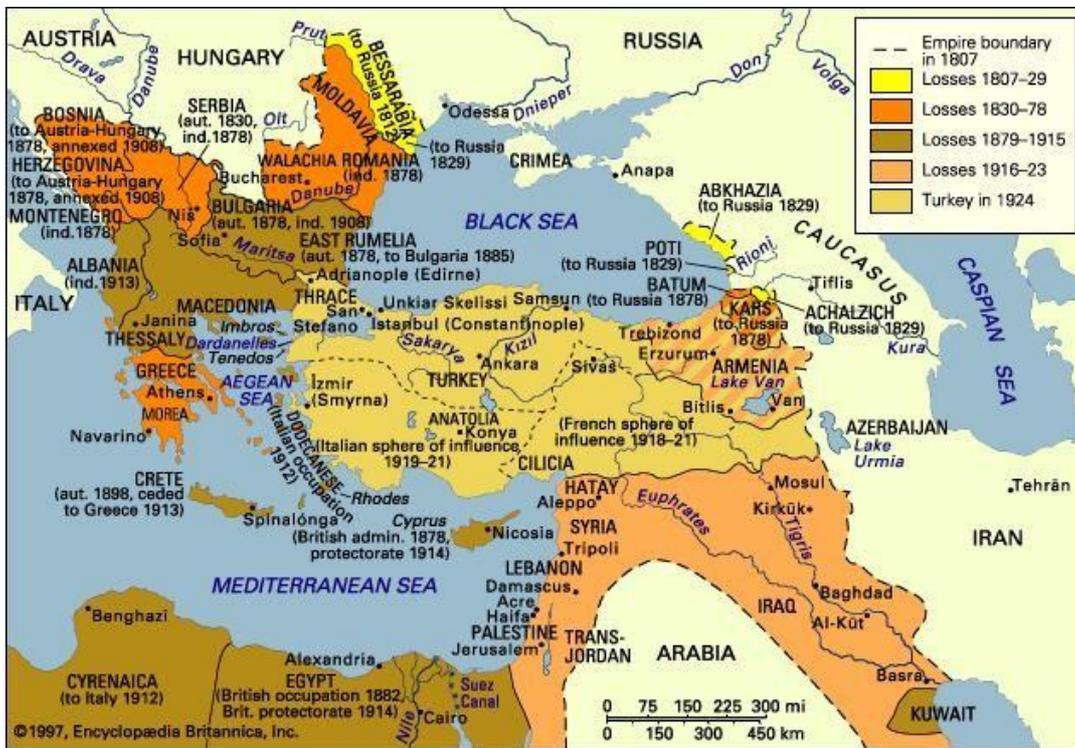
Também o Império Otomano, foi forçado a adentrar-se à guerra em novembro de 1914, aliado à Alemanha e Áustria, ao ver-se enfrentando a sanha de Rússia, Inglaterra e França, que já cobiçavam seus territórios no período prévio ao conflito. Seus vastos territórios, que além da Anatólia compreendiam quase todo o mundo árabe, não demoraram em tornar-se um enorme campo de batalha.

Ademais da guerra “clássica”, o império islâmico já enfrentava uma série de convulsões internas que se arrastavam há mais de meio século e que se somavam junto a uma incapacidade de industrialização já revelada quando da invasão napoleônica do Egito (1798-1801). O sultanato muçulmano se tratava de um ente político “cambaleante”.

Com o estalar da guerra, Istambul se viu obrigada a enfrentar uma série de movimentos nacionalistas largamente apoiadas pelas forças Aliadas no que fez que sua própria população armasse um *front* interno que irrompeu como o de maior importância em todo o esforço de guerra otomano (HOURANI, 2012). Desde a altura de 1916, já existiam planos de criação de regiões de influência divididas por britânicos e franceses, no Acordo Sykes-Picot⁵⁵.

⁵⁵ O Acordo Sykes-Picot, firmado em 16 de maio de 1916, foi um ajuste secreto entre os governos de Reino Unido e França que previa a divisão de suas respectivas esferas de influência no Oriente Médio, considerando-se a hipótese da vinda derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial. O acordo estabeleceu limites que ainda permanecem na maior parte da fronteira comum entre a Síria e o Iraque.

Mapa 1.6.3. - Decadência e perdas territoriais do Império Otomano



Fonte: Encyclopaedia Britannica (1997).

Partilhando de um destino comum a todos os impérios terrestres da Eurásia, Istambul foi derrotada. O sultão logo se viu sob o sítio de marinhas estrangeiras e representantes Aliados em sua capital, sendo obrigado a firmar um tratado de paz desfavorável, o Tratado de Sèvres⁵⁶ (1920), que impunha uma tutela estrangeira sobre o antes vasto Império:

[A] Primeira Guerra Mundial assinalou também o desaparecimento final do Império Otomano. Das ruínas do Império emergiu um novo Estado independente na Turquia, mas as províncias árabes foram postas sob controle britânico e francês; todo o mundo de língua árabe achava-se agora sob domínio europeu, a não ser por algumas partes da península Arábica (HOURANI, 2012, p. 274-275).

O tratado haveria de ser também o documento que dava por sentado a fragmentação territorial do combalido sultanato imperial entre entre o Reino da Grécia, o Reino da Itália, o Império Britânico e a República Francesa, além de estender o território da Armênia e prever a criação de um Estado curdo. Ademais, a rendição otomana fez eclodir um movimento nacionalista

⁵⁶ O Tratado de Sèvres foi um acordo de paz firmado entre Aliados e o Império Otomano em agosto de 1920, após o desfecho da Primeira Guerra Mundial.

no mesmo centro do império, liderado por oficiais do exército e apoiado pelos Aliados europeus, no que resultou na criação de uma república turca e na abolição do império.

Obviamente, tais novidades foram aceitas com entusiasmo pelos Aliados que forçaram sobre Istambul o infame Tratado de Lausanne⁵⁷ (1923), que em seu ponto principal às potências ganhadoras à posse dos territórios que agora eram pretensamente livres a influência estrangeira (HOURANI, 2012).

Certo é, porém, que nenhum outro exemplo contém proporções tão catastróficas quanto àquele do Estado imperial austro-hungaro. Como nos rememora Fejtö (2015), este se tratava de Estado soberano de fato experimentado e que jamais sofreu qualquer derrota fundamental nas vicissitudes daquela fatídica guerra continental, mas que haveria, da mesma maneira, de ser lançado a um fluxo centrípeta de caos social interno que acabaria por dar cabo a sua existência, num processo inédito que sequer poderia ter sido imaginado alguns anos antes.

Ao que pese ser habitualmente retratado como desdobramento temporal de suas mesmas contradições e debilidades internas, tal processo jamais poderia ser explicado em sua essência sem a constatação de que foram de fato forças forâneas às catalisadoras da ruína do Império Austro-hungaro:

[L]as tendencias centrífugas, autonomistas, separatistas, no hubieran podido llegar a una disgregación desde el interior; si el desmembramiento de la monarquía no se hubiera decidido en el exterior; ni las fuerzas separatistas (de las que nada prueba que estuvieran unidas ni que representarían a la mayoría de las poblaciones) no hubieran sido sostenidas y alentadas por los «árbitros» de la Entente (FEJTÖ, 2015, p. 11).

Irrompeu aqui um entramado de características só possíveis pela culminação do frenesi tecnológico e da organização massificada do homem que encontraram culminação no início do século 20. A imprensa, nos planos externo e interno, amparadas em dispositivos discursivos progressistas, haveria de turvar as percepções gerais do continente sobre a realidade do império, caracterizando-o tal como como resquíio autoritário de um passado pré-moderno, sorte de prisão de povos, embora este fosse - em suas condições específicas - uma dos Estados mais liberais de toda a Europa (FEJTÖ, 2015).

⁵⁷ O tratado de Lausanne foi firmado em 24 de julho de 1923, na cidade suíça de Lausanne, por Reino Unido, França, Itália, Japão, Grécia, Romênia, o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, e a nova república turca. O acordo sentou o pronto reconhecimento internacional da nova República da Turquia como sucessora legítima do extinto Império Otomano, anulando o tratado de Sèvres.

Mapa 1.6.4. - Os grupos étnicos da Áustria-Hungria em 1910.



Fonte: SHEPHERD (1991).

Tal como nos rememora Jean Béranger (1990), a família imperial Habsburgo sempre reteve grande indiferença ante ao conceito de Estado-Nação, e mesmo sendo este império fundado ao redor da casa austríaca, uma ideia de nação austríaca jamais fora ventilada antes dos desdobramentos das primeiras décadas do século XX. Nesse então, eram as minorias étnicas diversas as quais constituíam o maior naco populacional imperial, chegando a 60% de seu total (BENOIST, 1993, p. 6).

E haveria de ser justamente a cunha republicana, escorada na ideia autodeterminação étnica, o que de fato quebrantaria a unidade territorial austro-húngara e daria fim ao Império. Grupos progressistas animados desde o exterior e nacionalismos étnicos com vistas a conformação de Estados-nacionais republicanos diminutos, numa sorte de frenesi volteriano contraposto ao governo de Viena, seriam as verdadeiras armas que trariam uma derrota absoluta ao império (FEJTÖ, 2015).

Por resultado, a balcanização do território austro-húngaro deu gênese a numerosos novos

Estado-nações que tampouco eram mais homogêneos ou menos multinacionais que o Império predecessor. Mas suas cadeias produtivas e de energia sim foram quebrantadas, a potencialidade demográfica fragmentada e aqueles laços territoriais imperiais foram substituídos pelo isolamento:

Os poloneses e os romenos, enquanto sediando uma grande maioria de seus grupos étnicos dentro de suas fronteiras, tinham minorias substanciais também (ucranianos e bielorrussos na Polônia, húngaros na Romênia). Eles só eram ‘estados-nação’ no sentido de que as nacionalidades dominantes eram a polonesa e a romena; mas, eles não eram estados-nação ‘puros’ dado a grande presença de grupos minoritários. A Tchecoslováquia era algo completamente diferente: uma mistura de alemães, tchecos, eslovacos e húngaros. Era uma entidade artificial criada puramente para fins políticos (KORYBKO, 2014)⁵⁸.

Mais do que os resultados desastrosos para o Império Austro-húngaro tal rearranjo territorial imerso em artificialidade discursiva carregava dentro de si os germens da instabilidade continental que haveria de jogar a Europa a uma nova guerra poucos anos adiante.

A nova *buffer zone* europeia composta por um punhado de Estados - que servia a estabelecer uma sorte balanço de poder entre Moscou e Berlim, atendendo aos interesses ingleses e franceses - se tornaria um turbilhão de instabilidades advindas de sua mesma fragmentação, no que deixaria a todo o continente em desequilíbrio (KORYBKO, 2014; FEJTÖ, 2015).

Ao mesmo tempo, como dissolução final do *Ius publicum europaeum*, a Primeira Grande Guerra havia significado um cambio profundo sobre a dimensão espacial do fenômeno da guerra que advinha, antes que nada, da mesma deterioração do conceito de soberania.

Como resultado, a fracturação dos territórios imperiais dos grandes poderes terrestres europeus e deu gênese a Liga das Nações, que apesar de ser liderada por Inglaterra e França, respondia aos desígnios de uma ascendente ordem mundial tendida aos desejos crescentes de Washington e seu super-Estado que já era a fronteira do avanço industrial global (VISENTINI, 2014).

Ao que se seguiu como desdobramento e continuação do conflito, a Segunda Guerra mundial, uma nova guerra fratricida europeia catalisada pela invasão das tropas alemãs ao espaço antes pertencente ao Império Austro-Húngaro, uma vez mais colocaria enfrentados a dois países cuja geopolítica era manifestamente continental e terrestre.

⁵⁸ No original: “The Poles and the Romanians, while housing the vast majority of their ethnic groups within their borders, had substantial minorities as well (Ukrainians and Belarusians for Poland, Hungarians for Romania). They were ‘nation states’ in the sense that the dominant nationalities were Polish and Romanian, but they were not ‘pure’ nation states because of their large minority groupings. Czechoslovakia was something altogether different, a hodgepodge of Germans, Czechs, Slovaks, and Hungarians. It was an unnatural entity created purely for political purposes” (KORYBKO, 2014)

A eventual vitória da URSS em 1945 haveria de se comprovar no longo termo como uma derrota continental já que não conseguiu se traduzir num movimento de unidade e ademais abriu passo a um novo modo colonial na Europa ocidental perpetrado pelos EUA (AMIN, 2004; DUGIN, 2013).

Foi cimentado definitivamente o umbral de poder sistêmico à proeminência dos *großraums*⁵⁹ (SCHMITT, 1996, 1994) numa nova ordem internacional lastreada pelas duas potências continentais. Era este o assentamento da *Raumrevolution*⁶⁰ no que levou a cabo uma evidente ruptura estrutural em relação à fundação da modernidade na qual a soberania de qualquer Estado que não houvesse alcançado o novo umbral de poder, se tornou subjugado ao agente soberano do Grande Espaço.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo, em concordância com o objetivo específico desta pesquisa, se inicia com breves pontuações teórico-conceituais, desde o pensamento geopolítico, sobre o soerguimento do fenômeno da integração territorial enquanto expressão da lógica estatal de sobrevivência e permanência no tempo.

Certo modo, o Estado Nacional Moderno, como disposição de assentamento territorial de poder própria da gênese da modernidade, só se alça a esse patamar como resultante de um complexo processo espiralado e ascendente no qual a Guerra - enquanto fenômeno - também se alça a um nível de complexidade tal que quaisquer outros arranjos políticos com poucas capacidades de mobilização de recursos para o ato de se lançar ao conflito se tornaram obsoletos. Tal transição a novos arranjos de poder locais com capacidades militares superiores descambou para forçar a uma *raumrevolution* na qual o controle direto de ampla extensão territorial, para além de uma perspectiva puramente defensiva de tipo maquiavélica, se tornou condição *sine qua non* para a retenção de poder *de facto*.

Nesse sentido, num contexto de busca pela centralização territorial e da construção da unidade do poder político ao redor de um ponto único irradiador de poder, o Estado Nacional Moderno já em sua concepção inicial não é outra coisa senão a integração de territórios que antes tinham entre si nada além conexões frouxas que advinham de suas proximidade geográfica. De fato,

⁵⁹ O conceito schmittiano de *Großraum*, construído a partir da observação da expansão territorial dos EUA e da formulação da Doutrina Monroe, faz referência a um vasta extensão espacial dominada por uma potência soberana representante de uma "ideia política" que está enfrentada as demais e diversas concepções de poder

⁶⁰ Traduzido por Revolução Espacial.

é a mesma integração territorial e sua legitimação relacional no início da modernidade o que dá um fundamento a um novo *nomos* terrestre, o *Ius publicum europaeum*, uma distribuição do espaço baseada ao redor do conceito de soberania e da inviolabilidade da integridade territorial.

Atrelado a mesma lógica anterior, mas no que viria a romper com *Ius publicum europaeum* posteriormente, a revolução industrial na a Grã-Bretanha inaugurou uma nova categoria de Estado-nação, o Estado-nação Industrial, que a colocou como potência hegemônica inquestionável por quase dois séculos, num período em que o conceito de soberania europeu já entrava sob questionamento. Outros poucos pontos geográficos ao redor do planeta só conseguiriam culminar seus processos de unificação e industrialização no final do século 19, mas esse já não era o passo sistêmico suficiente.

Com a gênese do Estado Continentais Industrial, tendo seu primeiro representante nos EUA, tais antes impensadas dimensões geoestratégicas, ocuparam uma posição dominante nas relações internacionais, dando lugar à emergência de uma nova ordem global. No início do século XX, todos aqueles médios e pequenos Estados que não concretizaram a soma de suas capacidades se tornaram inviáveis, sua centralidade estatal foi debilitada e, portanto, suas soberanias se tornaram formais.

De forma não contraditória, a propagação de ideologias nacionalistas e o estímulo de movimentos de emancipação nacional ao redor do globo encontrou neste exato momento o seu ponto pinacular. Claro estava: a fragmentação territorial e o aparecimento de novos entes de poder que desde sua incubação já estavam caducados se tornaram garante maior de que o surgimento de novos ECIs concorrentes não teria lugar. Se forjava uma ordem em que a vasta maioria das nações teria nenhum controle.

2. GEOPOLITIK MIT ANDEREN MITTELN: DA CONSTRUÇÃO DA GUERRA SEM FIM

(...) vocês têm os relógios, nós temos o tempo.
- **Provérbio afegão**

2. *GEOPOLITIK MIT ANDEREN MITTELN*⁶¹: DA CONSTRUÇÃO DA GUERRA SEM FIM

No presente capítulo, num primeiro momento, voltamos brevemente a nossa atenção para a evolução da compreensão teórico-prática do fenômeno da guerra dentro do contexto maior erguido ao redor do arranjo de poder sistêmico surgido pela ascensão hegemônica dos Estados Continentais Industriais no século XX.

Num segundo movimento, passamos a investigar a distensão do ato de se fazer a guerra, a *warfare*, dentro do contexto do fim da Guerra Fria e do início do *momentum* unipolar estadunidense que aparece como ponto histórico de reafirmação da supremacia do então único Estado continental e de imposição inédita do domínio talassocrático ao globo.

Aqui, como concepção de acionar da hegemonia ocidental estava a manutenção do pensamento geopolítico da Guerra Fria e a radicalização da estratégia direcionada ao controle tanto do *heartland* euroasiático como de sua periferia. Como fim estratégico essencial, estava a construção de um só Estado-Mundial, pelo qual toda e qualquer dissidência em quaisquer níveis de realidade deveriam ser contestadas e sufocadas por completo.

Todavia, para o mesmo estabelecimento de tal objetivo totalizante, o que irrompeu não se tratou de uma guerra de tipo industrial, mas sim uma concepção de guerra no qual o enfrentamento direto foi parcialmente relegado por uma doutrina de guerra sem fim na qual o atrito constante a uma gestão controlada da selvageria predominaram. Se tornam prevalentes o uso de meios não cinéticos e a centralidade de ação em direção a objetivos sub estratégicos tal como o avanço sistemático e planejado rumo a supremacia sobre o domínio completo de todos os aspectos da vida humana.

Numa realidade na qual a guerra se tornou parte integral da política, a todo o tempo, a guerra interestatal se prostrava enquanto impossibilidade advinda tanto da assimetria quanto da irregularidade do *warfare* ocidental. A *timeless war* se tratava de uma investida final contra a noção de soberania com vistas à dissolução do Estado nacional.

Deste novo momento, onde a narrativa de enfrentamento também haveria de ser distinta, o território russo e todas suas ramificações de influência se tornaram palco de variadas e indiretas formas de desestabilização política, que tinham por intuito solventar o domínio russo sobre o centro da massa continental eurasiática, no que derivou a um desdobramento temporal e atualizado do conflito que marcou o século o século XX, escorrendo para o novo milênio enquanto guerra global.

⁶¹ Em referência a frase em que Clausewitz (1993) associa guerra e política: "A guerra é a continuação da política por outros meios" (p. 69).

2.1. UM NOVO UMBRAL DE PODER

No *post bellum*, a Europa - até então centro difusor da modernidade - se encontrava finalmente “em uma grande pinça, espremida entre a Rússia de um lado e a América do outro” (HEIDEGGER, 1958, p. 37-38)⁶².

A larga crise da primeira metade do século XX, que havia lançado o velho continente a uma prolongada guerra civil de fragmentação (ROBERTS, 1996; ADAMTHWAITE, 2014), finalmente culminou em um movimento de câmbio de ordem estrutural sistêmica, que se assegurando da derrota completa dos Estados europeus⁶⁴, deu cabo da era da primazia do Estado nacional moderno.

Foi cimentado definitivamente o umbral de poder sistêmico à proeminência dos *großraums*⁶⁵ (SCHMITT, 1996, 1994) numa nova ordem internacional lastreada pelas duas potências continentais. Era este o assentamento de uma *Raumrevolution*⁶⁶ que levou a cabo uma evidente mudança estrutural em relação à fundação da modernidade. Aparece então o terceiro *nomos* da Terra, caracterizado pela divisão do mundo em dois pólos na qual a soberania de qualquer Estado que não houvesse alcançado o novo umbral de poder, se tornou subjugado ao agente soberano do Grande Espaço.

Ao mesmo tempo, a dissolução do *Ius publicum europaeum*, abriu passo para um câmbio profundo sobre a dimensão espacial do fenômeno da guerra. Se na transição para a modernidade havia se soerguido uma “institucionalização efetiva da guerra, fundada sobre uma ordem espacial” (SCHMITT, 1994, p. 122) na qual se lastreavam tanto a soberania e a organização concreta das relações intraestatais, na nova ordem emergente a concepção de *ius ad bellum* havia sido virtualmente denegado a imensa vastidão dos Estados.

Em 1945, o princípio de renúncia à Guerra foi consagrado na Carta da Organização das Nações Unidas e o uso legítimo da força recaiu de forma exclusiva sobre seu Conselho de Segurança, o que era dizer sobre Moscou e Washington. A guerra enquanto direito restrito havia se revertido ao mesmo impulso econômico da pré-modernidade, e ao invés de garante da mesma soberania territorial, tomava concepções cosmopolitistas e dissolventes (HAGGENMACHER,

⁶² No original em inglês: “Europe (...) lies today in a great pincers, squeezed between Russia on one side and America on the other (...). Situated in the center, our nation incurs the severest pressure” (HEIDEGGER, 1958, p. 37-38).

⁶³ Em “*The Principle of Reason*” (1983), Jacques Derrida endossou parcialmente a análise de Heidegger no que tange a culminação da metafísica tecnocientífica nas duas super-potências no pós-guerra. Da mesma maneira, reconhecia que se fazia necessário encontrar uma nova base para a comunidade caso o restante do mundo quisesse escapar da dicotomia encarceradora que marcou o período da Guerra Fria (p. 17-18).

⁶⁴ Samir Amin (2004), restando sua mirada apenas à presença dos Estados Unidos da América, avança a ideia que a Europa adentrou a um modo colonial no Pós-Segunda Guerra (p. 77).

⁶⁵ O conceito schmittiano de *Großraum*, construído a partir da observação da expansão territorial dos EUA e da formulação da Doutrina Monroe, faz referência a um vasta extensão espacial dominada por uma potência soberana representante de uma “ideia política” que está enfrentada as demais e diversas concepções de poder

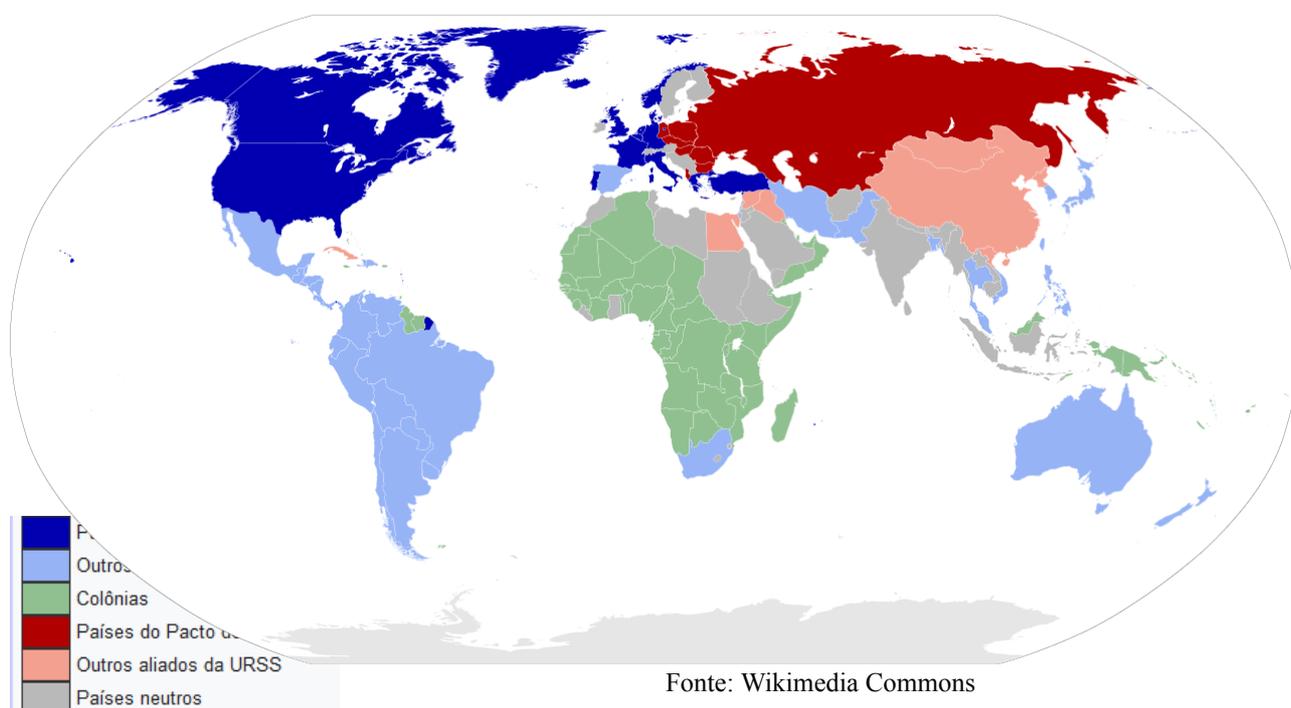
⁶⁶ Traduzido por Revolução Espacial.

2008).

No novo arranjo sistêmico, aqueles dois únicos estados-nações continentais e industriais, ainda que posicionados em pontos geográficos que tradicionalmente ocupavam pólos opostos na acepção histórica calcada na dialética entre terra e mar⁶⁷, compartilhavam "do ponto de vista metafísico, (...) [d]o mesmo frenesi tecnológico sombrio, a mesma organização irrestrita do homem comum" (HEIDEGGER, 1959, p. 37)⁶⁸.

Tendo interesses idênticos e ao mesmo tempo enfrentados pela hegemonia da própria modernidade, estes entraram em choque pelo território global ao qual visavam por tornar finalmente homogêneo, a sua própria imagem e semelhança. Organizados ao redor e agindo em nome de suas próprias narrativas, as quais consideravam como solventes e aplicáveis de forma universal, estes tinham por intenção aplicá-las de maneira global.

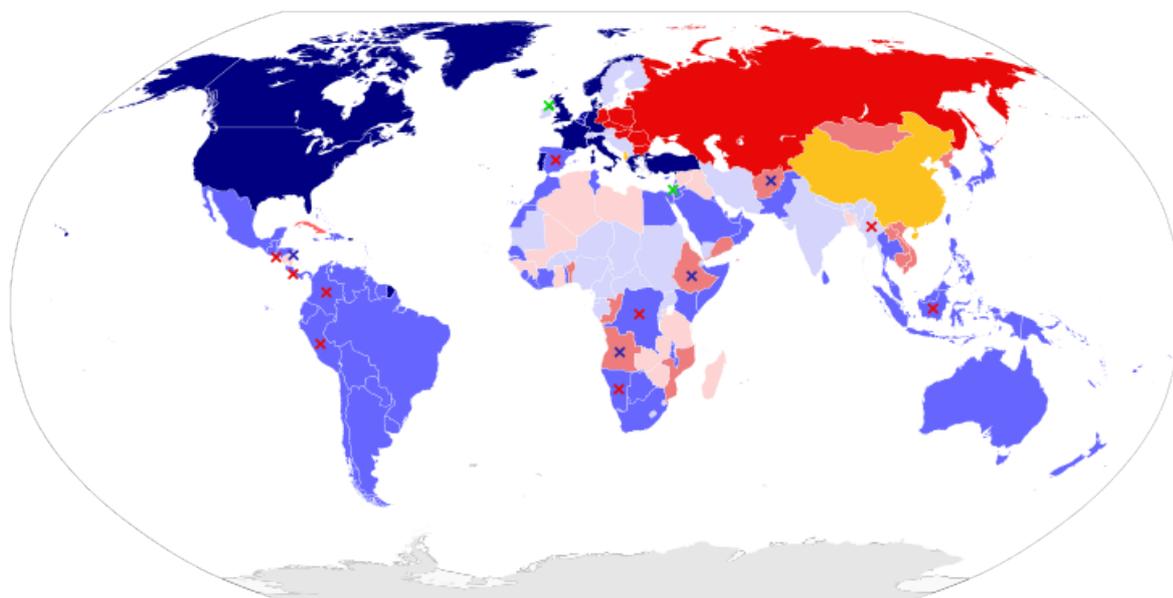
Mapa 2.1.1 - Mundo bipolar nos anos 1950



Mapa 2.1.2 - Mundo bipolar nos anos 1950 e nos anos 1980

⁶⁷ Para Schmitt (2008), o líder revolucionário russo Vladimir Lênin, inicialmente, e a diferença dos prévios pensadores marxistas que o antecederam, traz à centralidade da disputa pelo poder a noção da inimidade absoluta, que emana primordialmente da teluricidade política e de identificação da sua manifestação no concreto. Todavia, já quando no poder, o impulso expansionista socialista, tendido a culminação de uma revolução global, havia desembocado num cosmopolitismo eclético e dissolvente, que ao passo que pretende homogeneizar o globo, também acabou por romper por completo suas conexões telúricas com seu território de origem, a Rússia.

⁶⁸ No original em inglês: "From a metaphysical point of view, (...) Russia and America are the same, the same dreary technological frenzy, the same unrestricted organization of the average man" (HEIDEGGER, 1959, p. 37).



									
Membros da OTAN	Outros aliados dos Estados Unidos	Grupos armados antisocialistas	Membros do Pacto de Varsóvia	Países socialistas aliados da União Soviética	Outros aliados da União Soviética	Grupos armados socialistas	China Popular e seus aliados	Países Neutros	Outros conflitos

Fonte: Wikimedia Commons

Nesse momento, embora as lutas anti-coloniais houvessem e continuassem a exponenciar o número de Estados formalmente soberanos, num movimento que se acelerou com o ocaso europeu, em verdade todos aqueles Estados-nações “comuns” se encontravam numa posição subordinada no espaço e no tempo, sendo incapazes de exercer uma soberania territorial de *facto*, e doravante sob o poder de duas potências dominantes, os EUA e a URSS (SCHMITT, 1994).

Nessa altura, e não de forma acidental, como bem nós comenta o uruguaio Methol Ferré (2009), a dinâmica de enfrentamento da candente bipolaridade assumiu uma aparência de enfrentamento entre dois modos de produção distintos, que em verdade escondia seu trasfondo fenomênico real: a hegemonia dos Estados Continentais Industriais e sua derivada partilha planetária:

Sólo se hablaba vagamente de superpotencias, sin explicar los nuevos significados y los nuevos umbrales históricos que se alcanzaban irreversiblemente. (...) La idea de la era de los Estados Continentales quedó arrumbada en los trastos viejos de la geopolítica alemana y los ensueños cartográficos de Haushofer. Los conflictos de democracia liberal vs. Marxismo, y economía de mercado vs. planificación total, en vez de enmarcarse en los Estados continentales, borraban u oscurecían a los Estados Nación (METHOL FERRÉ, 2009, p. 95).

Desde os mesmos centros de poder se soergueu uma narrativa “geo-política” que deflagrou um amplo esforço por denegar o território e a centralidade da espacialidade na existência de um

ente político, num processo que Guzzini (2012, p. 13) descreveu como a ‘desnaturalização’ da geopolítica. Se deslocou a mirada da política internacional para uma sorte de ensaio retratista da realidade, que se preocupava mais com representações e ideias e na qual a interpretação da realidade se deu através do "texto ao invés da paisagem ou do globo" (SMITH, 2000, p. 368)⁶⁹.

Tanto nos EUA quanto na URSS, toda a tradição do pensamento geopolítico de ascendência germânica e associada a uma dialética entre terra e mar foi sinonimizada ao enfrentamento bélico e por sua vez aos horrores nazi-fascismo. A “arcana e obscura” (KORF; ROWAN, 2020) *geopolitik* se tornou parte do arcabouço ideológico de uma narrativa da modernidade derrotada e que provinha, ademais, de um continente que já tampouco tinha a centralidade no jogo do poder global pelo qual foi amplamente silenciada.

A razão estava clara: o pensamento geopolítico continental europeu, que havia dado por primeira vez centralidade a questão da territorialidade na política estatal⁷⁰, era em sua gênese o fruto de uma aproximação primordialmente reativa e periférica⁷¹ sobre o problemática internacional, que já tinha como preocupação maior contrarrestar a emergente estruturação geopolítica na qual Estados Unidos e Rússia representavam um poder continental tão superior que “[l]os Estados medianos y pequeños que no logren materializar la sumatoria de sus capacidades y concretar un Estado continental serán inviables, debilitarán su centralidad estatal y, por ende, sus soberanías serán formales” (BARRIOS, 2011).

Por essa mesma senda, todas aquelas questões relacionadas à integração econômica e ao desenvolvimento regional e que de fato eram o coração das obras Friedrich Ratzel (1804-1904), pai da geografia política e autor do conceito de *Lebensraum*⁷², e o do sueco Johan Rudolf Kjellén quem primeiro usou a expressão *geopolitik*, foram paulatinamente dissociadas de sua origem no pensamento geopolítico e realista. Desde os centros do poder, o fenômeno da integração foi atrelado conceitualmente como própria de movimentos de países débeis e reduzidos ao mero campo econômico (PUNTIGLIANO, 2016).

Certo é, entretanto, que esta assunção era também uma evidência que rumava a dizer que o território não havia perdido sua centralidade ao poder, e que a capacidade real de exercer soberania

⁶⁹ No original em inglês: “*text rather than landscape or globe*” (SMITH, 2000, p. 368).

⁷⁰ Friedrich Ratzel com sua *magnum opus* “*Politische Geographie*” (1897) foi responsável por lastrear uma concepção de Estado desde aqueles componentes espaciais e geográficos enquanto, anteriormente, a ciência política “(...) sempre se absteve de qualquer consideração espacial, de qualquer comparação entre Estados ou parte deles” (CASTRO, 2005, p. 68).

⁷¹ Nos diz Puntigliano (2009) que: “*Justamente en esta búsqueda de pensamiento propio, independiente de las grandes potencias y sus intereses, se origina el concepto “geopolítica” en el trabajo de Rudolf Kjellén. No es entonces desde la perspectiva de una gran potencia sino de un académico proveniente de una nación y Estado pequeño en la periferia del norte europeo donde surge el concepto*” (p. 18).

⁷² O conceito de *Lebensraum*, ou de espaço vital, foi formulado pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) no contexto da unificação alemã e durante o momento da segunda Revolução Industrial (século XIX) e diz respeito a uma certa proporção de equilíbrio territorial na qual uma determinada nação, entendida como sujeito histórico, possa cumprir suas potencialidades totais.

direta sobre o mesmo, restava a aqueles dois únicos poderes dominantes que haviam conformado ao redor de si dois vastos *Großräumes* e que eram, verdadeiramente, os dois únicos soberanos do sistema internacional (SCHMITT, 1994; PUNTIGLIANO, 2016).

2.2. UM OUTRO *MOMENTUM*, O MESMO ARRANJO SISTÊMICO

Para além do quase meio século de silenciamento sistêmico, no início da década de 1990, com a ruína da União Soviética, tanto o argumento geopolítico centrado ao redor da proeminência do poder telurocrático, como a vasta tradição realista das Relações Internacionais, incapazes de prever o colapso do bloco socialista, pareciam haver encontrado seus limites finais ante a mesma realidade (PARKER, 1998).

A desintegração da URSS significou, desde uma perspectiva geopolítica, um evento histórico de importância ímpar que afetou diretamente toda a estrutura do mapa geopolítico mundial. Do enfrentamento entre aqueles dois Estados Continentais Industriais, que travaram um duelo de proporções planetárias e que colocaram as respectivas grandes narrativas da modernidade mutuamente enfrentadas, resultou, em 1991, uma resolução qualitativa que quebrantava não só a retórica marxista-soviética da realidade, mas ao que realmente importa, colapsava a integridade territorial de um dos pólos de poder que havia soerguido o arranjo sistêmico no pós-II Guerra Mundial e que ocupava, geograficamente, o lastro territorial do poder terrestre global.

Tal como salienta Kerr-Oliveira (2012), com a dissolução da URSS, a Rússia tornou-se muito menor em termos geográficos, econômicos e populacionais. Sua infraestrutura antes integrada em escala continental foi fragmentada pelas fronteiras de 15 novos estados, dividindo e quebrando cadeias produtivas e lançando a economia à bancarrota, o que implicou, também, na redução da renda total e per capita do país, em uma queda abrupta do consumo de energia e nos principais indicadores de qualidade de vida, em suma, em uma tragédia social alastrada. Como resultado, surgirá um Estado russo geograficamente menor, com soberania reduzida e autonomia estratégica comparativamente inferior para atuar no Sistema Internacional, portanto, com uma renovada dificuldade para enfrentar os desafios da competição inter-estatal internacional (KERR-OLIVEIRA, 2012, p. 43).

Desde a concepção da dialética histórica do pensamento geopolítico, adentrava-se a um período com características que não haviam se repetido em nenhum outro período. A unipolaridade trouxe consigo a possibilidade da proeminência do poder marítimo e o avarar da possibilidade de síntese entre a mesma contradição fundamental entre os pólos terrestre e marítimo (DUGIN, 1997):

(...) isto significou que a estrutura do mundo após o fim da "Guerra Fria" manteve um de seus pólos (...) com seu centro nos EUA. O fim do mundo bipolar significa, portanto, a vitória de um de seus pólos e seu fortalecimento em detrimento do perdedor. Um dos pólos desapareceu, enquanto o outro permaneceu e se tornou a estrutura natural dominante de todo o sistema geopolítico mundial. Esta vitória da civilização do Mar sobre a civilização da Terra representa o verdadeiro conteúdo da globalização, sua essência. Depois disso, o mundo tornou-se simultaneamente global e unipolar. Do ponto de vista sociológico, a globalização representa a difusão planetária do modelo único da sociedade burguesa democrática e liberal de mercado ocidental, a sociedade dos mercadores. Isto é talassocracia (DUGIN, 2016).

Certo modo, o *momentum* unipolar (KRAUTHAMMER, 1991) desatou desde o polo marítimo uma corrida de dimensões escatológicas, rumo a um inexorável conflito de caráter final, uma *Endkampf*, que tinha por fim perpetuar a hegemonia estadunidense sobre o globo num movimento que passou a permear e penetrar de forma sincrônica a política, a econômica e todos os demais aspectos da vida social (DUGIN, 1997).

Os EUA jamais chegaram a considerar que uma nova ordem do pós-guerra, a exemplo do que havia ocorrido na década de 1940, deveria ter sido erigida. Ao contrário, mantendo seu *weltanschauung* geopolítico intacto, e com vistas a evitar que uma nova potência geopoliticamente revisionista representasse mais um desafio à preponderância do Ocidente, Washington, se aproveitando do recuo estratégico russo, radicalizou sua geoestratégia direcionada ao controle tanto do *hinterland* euroasiático como de sua periferia (BRZEZINSKI, 1997; DUGIN, 1997, 2021; MEARSHEIMER, 2001, 2014; HUTSCHENREUTER, 2021):

Atuando em total acordo com as ideias do geopolitólogo britânico (Mackinder), a liderança da aliança do Atlântico Norte busca estabelecer o controle sobre a Europa Oriental para controlar o Heartland, o que equivalerá a estabelecer o controle sobre o mundo⁷³ (ZYUGANOV, 1998).

O fenômeno da globalização irradiado desde os EUA passou a promover, agora sem empecilhos, uma radicalização da modernidade lastreado num sincronismo histórico autocentrado, que mais do que o fim da história, preconizava o fim do tempo, avançando em tragar o espaço geográfico terrestre numa sorte de cruzada líquida e dissolvente (DUGIN, 2012):

(...) configuraram, por assim dizer, um desdobramento histórico, uma segunda guerra fria, que os Estados Unidos (cujo poder econômico o cartel ultraimperialista formado com as potências da União Europeia unificou e tornou politicamente mais eficaz) empreenderam, explorando fatores endógenos e encorajando a oposição

⁷³ No original em inglês: "Acting in complete accordance with the ideas of the British geopolitician, the leadership of the North-Atlantic alliance seeks to establish control over Eastern Europe in order to control the Heartland, which will amount to establishing control over the [entire] world" (ZYUGANOV, 1998)..

doméstica, com o objetivo, *inter alia*, de avançar o sistema de global governance, sob sua hegemonia, e assegurar completamente o monopólio das fontes de energias fósseis e de rotas estratégicas (...) (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 537).

Sem outro objetivo a não ser erigir, em última instância, um só Estado-mundial (METHOL FERRÉ, 2009), este foi o momento de reafirmação da supremacia do então único Estado continental, já que a unipolaridade acabou por constranger de maneira progressiva e irremediável o poder dos Estados-nacionais, restringindo em muito sua capacidade de operar em suas competências plenas (DUPAS, 2006).

Todavia, ante a falta de um grande nêmesis encarnado à sociedade ocidental, e quando a guerra direta como “(...) um evento massivo e decisivo em uma disputa em assuntos internacionais (...)”⁷⁴ (SMITH, 2006) já não aparecia como opção viável (MEARSHEIMER, 2014), procedeu-se a construção de uma hidra ideológico-discursiva que amalgamou de forma sincrética os conceitos de Fim da História, de Francis Fukuyama (1992) e o de Choque de Civilizações, de Samuel Huntington (1996) numa narrativa paradoxal que se balizou na ideia de “agir unilateralmente com propósitos globais”⁷⁵ (KRAUTHAMMER, 2002).

Tal aproximação tinha por objetivo maior a realização de uma Nova Ordem Mundial sob a liderança incontestável do imperialismo ocidental (VIZENTINI, 1999) como culminação da narrativa liberal da modernidade numa escala global, no que abria passo à completa dominação daquelas forças talassocráticas por toda a extensão do planeta (DUGIN, 1997):

De fato, se para Clausewitz a guerra se tratava “meramente a continuação da política por outros meios” (1993, p. 99), a globalização totalizante que se sucedeu ao regime mundial da Guerra Fria, tomou um forte conteúdo econômico-comercial e praticamente sem lugar para outras alternativas, supondo “a continuação da geopolítica por outros meios” (HUTSCHENREUTER, 2021) numa realidade na qual a guerra se tornou parte integral da política, a todo o tempo.

Não por um acaso, autores como Trenin (2018), Engdahl (2009) e Moniz Bandeira (2014), remarcam que em que tal altura histórica se abria uma sorte de desdobramento da Guerra Fria, ainda que trazendo em seu âmago características singulares. Sem inimigo claro e sem objetivos estratégicos definidos, houve a gênese de uma guerra de novo tipo que não tinha outro objetivo senão o de prolongar-se no tempo⁷⁶.

⁷⁴No original em inglês: “*a massive deciding event in a dispute in international affairs*” (SMITH, 2006).

⁷⁵No original em inglês: “(...) *acting unilaterally but for global ends*” (KRAUTHAMMER, 2002).

⁷⁶Para ilustrar tal tendência citamos a Moniz Bandeira (2016) que por sua vez resgata as palavras do então presidente estadunidense George Bush, o filho (2001-2009): “George W. Bush, no discurso sobre o Estado da União, em janeiro de 2002, demonstrou que pretendia instaurar e envolver o mundo em um estado de guerra permanente, implantando a ditadura global dos Estados Unidos. Ao delinear as diretrizes de sua política exterior, denunciou o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte, dizendo que “*states like these and their terrorist allies constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world*”. Foi um discurso de inspiração religiosa, que ameaçava uma série de Estados soberanos, com o

2.3. A CONSTRUÇÃO DA GUERRA SEM FIM

Surgiram no horizonte as Guerras de Quarta Geração⁷⁷, que se caracterizariam pela emergência da grande estratégia de *Full Spectrum Dominance*⁷⁸, no qual a guerra de enfrentamento direto derivou-se em *Timeless War* com predomínio de meios não cinéticos e centrada em objetivos sub estratégicos, pautada pelo avanço ao domínio completo não somente sobre as esferas militares, mas principalmente sobre a retórica de direitos humanos, da geopolítica, o espaço sideral e as telecomunicações. Dito de outro modo, o domínio de todas as dimensões da vida social em seu estágio superior, na mesma estrutura da cognição da realidade (KORYBKO, 2015; ENGDahl, 2009).

Na prática, a perspectiva do *Full Spectrum Dominance*, significava “a ampliação e consolidação da hegemonia planetária dos Estados Unidos” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 597) forçando o mundo a “uma guerra infinita e indefinida, contra um inimigo assimétrico, sem esquadras e sem força aérea, e cuja organização militar, recursos econômicos e sistema de informação nunca foram conhecidos (...)” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 598). Irrompe uma zona intermédia de ambiguidade, tratada por alguns autores pela alcunha de *gray zone*, em que paz e guerra já não mais o eram, já que seus limites balizantes já não mais existiam. O avanço do hegemon unipolar se fez por meio de conflitos com limites difusos pelos quais territórios e países que estavam em seu caminho, foram mergulhados na incerteza de como agir e como poder fazer frente ante a vontade e avanço do adversário (BRANDS, 2016).

Uma guerra global, enquanto ação de “polícia internacional”, irrompeu como um fenômeno que não tinha por fim a mera derrota do adversário inimistado e sua pacificação, mas que ao contrário, repousava sua centralidade em lança-lo a um processo de desestabilização virtualmente infinito, com vistas a eliminar todos aqueles objetos e possíveis inimizades que se se apresentassem em contra de seu perpetrador no horizonte (BENOIST, 2009; ZOLO, 2011):

(...) *asistimos a un proceso sin precedentes de recolonización cultural basado, ahora, en una visión fundamentalista de la globalización que crea la falsa imagen de un mundo sin fronteras, gobernado de forma absoluta por fuerzas que se*

intento de imitar Reagan, que qualificaria a União Soviética como o “*evil empire*”. Seu objetivo consistia em fomentar o clima de medo e de pavor, para justificar o programa de guerra permanente, a guerra infinita, e a rationale foi que tais Estados buscavam fabricar armas químicas, biológicas e nucleares (“*weapons of mass destruction*”) (p. 668-669).

⁷⁷ Desde a perspectiva russa, adentra-se a Sexta Geração da guerra (SLIPCHENKO 1993; 2005; GAREEV, 2005)

⁷⁸ No ano 2000 o Pentágono publicou o documento intitulado “*Joint Vision: 2020*” onde expõe o objetivo de atingir o *Full Spectrum Dominance*, traduzido por Domínio em Largo Espectro, ao qual define como “*Persuasive in peace; Decisive in war; Preeminent in any form of conflict*” o qual o autor William Engdahl (2009) resume como o domínio completo sobre as esferas militares convencionais, nucleares, sobre a retórica de direitos humanos, geopolítica, espaço e comunicações, por outras palavras, o domínio de todas dimensões da guerra.

encuentran totalmente fuera del control de los Estados y de los actores sociales (GULLO, 2018, p. 234).

A ampla ação dos Estados Unidos, que era em si uma contestação global a soberania territorial do Estado-nação, armou-se numa sorte de guerra não pública e não Estatal, que por fim já não era propriamente guerra e que habitava os limiões da legalidade e contra a qual nenhuma defesa absoluta se fazia possível (RACZ, 2015).

Eis o problema: se bem é a guerra quem dá forma ao Estado territorial soberano, e é este que também dá forma à guerra por circunscrevê-la com base na soberania territorial de seus partícipes (SCHMITT, 2014), a *timeless war* tinha por objetivo principal o direito a quaisquer guerras defensivas sobre o território. Por outras palavras, se o conceito de soberania já era até então questionável, passava-se a uma nova fase na qual se investia a grande passos à dissolução do Estado nacional.

2.3.1. Revolução Técnico-Militar (MTR)

Dentro do contexto da Guerra Fria e com vistas a superar a chamada “síndrome do Vietnã” (DUARTE, 2012, p. 14; NEVES JÚNIOR, 2015, p. 50; TOMES, 2000, p. 99), em meados da referida década se deram vários projetos dentro do programa guarda-chuva da *Defense Advanced Research Projects Agency* (DARPA por sua sigla em inglês), que não tinham outro objetivo senão o de compensar a superioridade quantitativa das forças soviéticas na Europa (ADAMSKY, 2010; KASHIN; SIMON, 2016; RASKA, 2017; LARSEN, 2018).

Dentro de tal movimento maior, há a gênese do programa batizado de *Second Offset Strategy* - Segunda Estratégia de Compensação, em português -, que tinha por centralidade aumentar as capacidades militares de Washington sem depender em exclusivo de suas capacidades nucleares (KASHIN; RASKA, 2017, p. 8).

Tal estratégia ascendeu a compreensão de que, com as capacidades de computadores e de microeletrônica, as plataformas e os efetivos materiais e humanos já existentes poderiam ascender a um patamar de vantagem competitiva de ordem estratégica, sem que necessariamente fosse necessário o aumento da força militar. Em acôrde a Perry (1991), a *Second Offset Strategy* buscou “usar a tecnologia como um equalizador, ou ‘multiplicador de força’, e foi persistentemente seguida por cinco governos, antes da Guerra do Golfo” (p. 69).

Os soviéticos, por sua vez, passaram logo a estar cientes de que sua desvantagem qualitativa no campo não-convencional derivou a um rápido câmbio na situação estratégica do palco europeu, pelo qual iniciaram, ainda em meados da década de 1970, estudos sobre o que viria a ser conhecido como *Military-Technical Revolution* (MTR em sua sigla em inglês), que tangia sobre a aplicação de novas tecnologias ao aparato militar, tais a como utilização de microcomputadores, apoio satelital no âmbito da inteligência e o desenvolvimento tecnológico para defesa ativa e passiva de carros de combate tal como para aeronaves (TEIXEIRA JUNIOR; DUARTE, 2018, p. 15).

Tal movimento sugeriu, na visão soviética, uma “Revolução Técnico-Militar” - MTR - do ocidente, no que acabou por impulsionar o início de uma vasta série de mudanças operacionais e doutrinárias nas Forças Armadas soviéticas (TOMES, 2000, p. 99).

A partir daquele ponto, ideias sobre uma suposta Revolução dos Assuntos Militares - do inglês *Revolution in Military Affairs*, doravante RAM - emergiram ao *mainstream* a partir de trabalhos soviéticos, principalmente a partir dos estudos desenvolvidos pelos chefes do estado-maior geral Nikolai Ogarkov (1977-84) e Sergei Akhromeyev (1984-88) — que apontavam para o início duma revolução técnico-militar por parte do complexo militar-industrial dos EUA já a altura das décadas de 1950 e 1960.

Curiosamente, tal aproximação ganhou força nos Estados Unidos a partir da década de 1970, quando Andrew Marshall - com seu olhar posto sobre as novas acepções soviéticas - concluiu em trabalho no âmbito da *Office of Net Assessment* (ONA) que a grande debilidade da URSS se encontrava no campo da tecnologia da informação (SHIMKO, 2010, p. 36).

Foi por meio de Marshall, quem estava em contato com a aproximação soviética sobre MTR desde a década de 1980 e publicou seu relatório sobre o tema intitulado *The Military Technical Revolution*, de 1992, que o conceito de Revolução Técnico-Militar soviético haveria de derivar ao conceito e ao impulso de uma *Revolution in Military Affairs* - doravante RAM por sua sigla em português - que culminaria na estratégia dos EUA a partir do ano de 1993 (SLOAN, 2008).

Foi a mesma incapacidade da URSS de seguir os passos do desenvolvimento bélico ocidental (SLOAN, 2008), e sua eventual queda, o que acabou dando momento para que os EUA alcançasse uma posição militar incontestada no plano convencional nos derradeiros anos da Guerra Fria e desatasse seus experimentos com a RAM.

Os Estados Unidos, estacionados com superpotência global e com nível de ameaça externa à beira da nulidade com a derrocada da URSS (SIMON, 2016, p. 11), permitiram-se ao “luxo de experimentar uma estratégia de inovação de capacidades militares e doutrinas na forma de revolução nos assuntos militares” (DYSON, 2010, p. 232).

O evento histórico que fora fundamental para expressar as rápidas mudanças que se

desdobravam nesse momento, foi, sem sombra de dúvidas a *Operation Desert Storm*, lançada entre 1990 e 1991, que foi concebida ao redor dos conceitos da RAM e tida por comprovar o caráter decisivo da tecnologia na condução da guerra moderna sendo o resultado e expressão de um largo processo de pesquisa (DUARTE, 2012, p. 14).

No Pentágono e naqueles meios acadêmicos achegados, chegava-se ao consenso de que o país deveria garantir a “(...) continuidade do seu poder e de sua influência na medida em que aumentaria o seu poder relativo. Assim, caso os Estados Unidos não adotassem a Revolução nos Assuntos Militares, seus competidores adotariam” (DYSON, 2010, p. 12).

No conceito de RAM há que se reter que a palavra *Revolution* aparece justamente no sentido de explicitar que as mudanças doutrinárias e organizacionais postas em marcha não criavam apenas vantagens de ordem quantitativa, mas sim modificaram o modo de se fazer a guerra, obviando a completa transformação das estruturas vigentes e obsolescência de tudo aquilo até então existia (ANDREWS, 1998).

Em artigo publicado na revista *Joint Force Quarterly* (JFQ), em 1994, Fitzsimonds e Van Tol definiam a RAM como:

A transformação tecnológica pode revolucionar a guerra no próximo século. As nações que explorarem as emergentes tecnologias através de uma doutrina operacional inovadora e da adaptação organizacional podem obter ganhos significativos relativamente à eficiência militar. No passado, os Estados Unidos tiveram tempo suficiente para adaptar-se em meio a guerra às revoluções militares que se desenvolveram na paz. Entretanto, a proliferação da tecnologia pode não mais permitir o luxo de observar os desenvolvimentos desde a via lateral. O papel dos militares no desenvolvimento de conceitos para explorar as tecnologias emergentes será crucial para permanecermos à frente dos competidores. Os oficiais subalternos em particular precisam ser encorajados a pensar sobre implicações da emergente revolução em assuntos militares (FITZSIMMONS; VAN TOL, 1994, p. 24).

Naquela altura, autores como Van Creveld (1991), Arquilla e Ronfeldt (1997), Heisbourg (1997), Leonhardt (1998) e Coker (1998) propugnavam que à inovação tecnológica e o advento da Era Digital estariam operando uma mudança qualitativa na própria natureza da guerra que a distanciava da concepção clausewitziana de que essa se tratasse da como política por outros meios.

E de fato, ao longo da década de 1990, os princípios emanados da ideia de RAM difundiram-se colimando a se tornarem consenso enquanto as características que caracterizavam um conflito militar convencional moderno. Se coloca como modelo ideal de ação o acionamento e emprego de uma força conjunta diminuta e altamente qualificada, que apresenta versatilidade tanto

para a guerra convencional como em cenários de contra insurreição, flexível, de emprego rápido e com a utilização de tecnologia de informação altamente avançada (ADAMSKY, 2010, p. 3).

Para autores adeptos de tal tendência, a adoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e a subsequente re-organização das unidades em redes descentralizadas e distribuídas, por sua vez, permitiria ao comandante e às tropas o controle total do teatro de operações.

Assim, o domínio informacional propiciado pela inovação tecnocientífica eliminaria gradualmente as incertezas e ambiguidades inerentes à guerra até aquele então. Em outras palavras, estaria extinguida a chamada névoa da guerra⁷⁹ tal como observada por Clausewitz. Van Creveld (1991), em seu *Technology and War*, culmina em afirmar que:

[A] tecnologia não representa apenas uma montagem de hardware, mas também um sistema filosófico. Por essa razão, a mesma não afeta apenas a forma de como a guerra é conduzida e a vitória é perseguida, como também acaba por afetar a própria estrutura de cognição pela qual tal realidade é percebida (VAN CREVELD, 1991, p. 232)⁸⁰.

Pelo qual arremata que:

[L]onge de ser algo ‘objetivo’ ou uma realidade ‘dada’, o quadro (da guerra) demonstrou ser resultante de circunstâncias históricas específicas. Tendo em conta que as circunstâncias históricas estão num estado de fluxo sem fim, uma estrutura útil em um dado momento provavelmente estará desatualizada, sendo prejudicial (a análise), em outro. Com o progresso tecnológico no campo militar, talvez nosso pensamento sobre tecnologia e guerra devessem também serem revisados (VAN CREVELD, 1991, p. 233)⁸¹.

Neste cenário, a guerra já não se trataria dum fenômeno próprio da política interestatal, tendente a se tornar um fenômeno para além do controle dos Estados. Seu protagonismo, daquela altura em diante, repousaria nas ações a grupos identificados em torno a filiações de ordem étnica, religiosa ou tribal, os quais raramente se engajam em embates decisivos ou mesmo em objetivos manifestamente estratégicos (VAN CREVELD, 1991; KALDOR, 1999) .

⁷⁹ Sobre a questão do conceito da névoa da guerra em Clausewitz, cremos pertinente a elucubração do humorista brasileiro Fausto Fanti (1978-2014): "(...) Chega então a hora mais sinistra do baile, onde lado A e lado B se engalfinham, numa batalha frenética e encarniçada. Em meio ao bololô, a porrada come, o pau canta, o filho chora e a mãe não vê" (HERMES & RENATO, 2011).

⁸⁰ No original: "*technology does not just represent an assemblage of hardware but a philosophical system. As such, technology affects not only the way war is conducted and victory is sought, but that very framework that we use for thinking about it*" (VAN CREVELD, 1991, p. 232).

⁸¹ No original: "*far from being somehow 'objective' or 'given', the framework has been shown to be the product of specific historical circumstances. Since historical circumstances are always in a state of flux, a framework useful at one moment is likely to be out-of-date, even positively harmful, in the next. In the light of military technological progress, our thinking about both technology and war may need to be revised*" (VAN CREVELD, 1991, p. 233).

2.3.2. Guerras de Quarta Geração

O então tenente do exército William Lind, com seus olhos postos sobre tal discussão subjacente, apresentou ainda no final do anos 1980 seu artigo *The Changing Face of War: Into the Fourth Generation* (1989) uma visão relacionada à emergência de uma guerra de caráter fluído, descentralizado e assimétrico, portanto de caráter não convencional, que traria consigo uma grande ênfase no elemento civil para desestabilização do inimigo em questão.

Com o fim da Guerra Fria e em decorrência do que se reconheceria como momento unipolar, Lind aponta que naquele momento histórico se entrava no período de hegemonia que se caracterizaria pelo que chamou de Guerra de Quarta Geração⁸². Sua característica distintiva seria, de forma principal, a assimetria do poder militar entre os combatentes. Nela, a parte mais fraca ficava obrigada a adotar táticas que evitassem o enfrentamento direto ao poder de fogo superior do inimigo por meio de táticas que incluem sigilo, uso de terror e confusão:

As operações psicológicas podem se tornar a arma operacional e estratégica dominante na forma de intervenção midiática; informacional (...). Um dos seus principais alvos será quebrantar o apoio da população inimiga ao seu governo e à mesma guerra. Os noticiários da televisão podem se tornar uma arma operacional mais poderosa do que as divisões blindadas (LIND, 1989)⁸³.

Korybko (2015) descreve as características gerais da Guerra de Quarta Geração, tal como definidas por Lind, do seguinte modo:

Identificada como Guerra de Quarta Geração, prevê-se que esta fosse mais fluída, descentralizada e assimétrica do que a guerra do passado. Quando se olha para a explosão da atividade de atores não estatais desde o fim da Guerra Fria, o prognóstico de Lind parece ter se confirmado. Este tipo de guerra também corresponde ao estilo da Guerra Não Convencional (...) (KORYBKCO, 2015, p. 19)⁸⁴.

⁸² Mapeando historicamente as formas de fazer guerra pelas grandes potências, chegando a quatro grandes tipos ideais: a Guerra de Primeira Geração refere-se a aqueles tipos de engajamentos típicos do período das Guerras Napoleônicas - é dizer, ocasionadas pela mesma gênese dos Estados nacionais modernos - onde seria o uso de mosquetes de cano liso, exércitos compostos majoritariamente por conscritos e o uso de linhas e colunas de tiro com vistas a maximizar o poder de fogo, as principais características da guerra em sua manifestação superior. A Guerra de Segunda Geração, teria sua gênese na resposta ao advento de armas de cano raiado, metralhadoras e de fogo indireto, se utilizando de táticas de fogo linear e movimento, restando sua lógica no atrito. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), previamente da ofensiva alemã de seu derradeiro ano, talvez seja seu maior exemplo. Já a Guerra de Terceira Geração, uma vez mais seria uma resposta mesma a novos desenvolvimentos tecnológicos, forçando aos exércitos a procurarem contornar as forças inimigas por métodos de infiltração, distanciando-se das batalhas apoitadas na lógica da dependência do atrito e restando seu foco nas relações de velocidade e profundidade de manobra (SIMONS, 2010, p. 7).

⁸³ No original: "*Psychological operations may become the dominant operational and strategic weapon in the form of media/information intervention (...) A major target will be the enemy population's support of its government and the war. Television news may become a more powerful operational weapon than armored divisions*" (LIND, 1989).

⁸⁴ No original: "*Identified as Fourth-Generation Warfare, it is predicted to be more fluid, decentralized, and asymmetrical than the warfare of the past. When one looks at the explosion of non-state actor activity since the end of the Cold War,*

Em suas elucubrações adicionais, Lind repousa sua mirada de forma especial para o papel do Estado nessa configuração de, apontando que:

Na guerra de Quarta Geração, o Estado perde o monopólio sobre a guerra. Em todo o mundo, os militares se encontram combatendo oponentes não estatais tais como a al Qaeda, o Hamas, o Hezbollah e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Quase em toda parte, o Estado está perdendo. [...] No seu fundamento se encontra uma crise universal da legitimidade do Estado, e essa crise significa que muitos países terão evoluído a guerra de Quarta Geração em seu território (LIND, 2005, p. 14).

Nesse tipo de conflito estão dados múltiplos níveis que alcançam também o nível inteligível, mental e moral, no qual a informação cumpre um papel crucial para determinar quem será o vencedor do conflito. Para Lind (2005), “[a]quele que ‘vence’ nos níveis tático e físico pode perder nos níveis operacional, estratégico, mental e moral, onde se decide a guerra da Quarta Geração” (p. 15).

Ademais, por se tratar de um conflito de tipo irregular, com forte componente civil, salienta que a grande mudança de tal guerra de nova geração não são as técnicas de combate, mas a dificuldade em se distinguir entre inimigo e não-inimigo:

[...] a guerra de Quarta Geração virá cada vez mais à tona. O que a caracteriza não serão grandes mudanças em como o inimigo combate, mas quem estará lutando e para que. A mudança em quem combate torna difícil diferenciar entre o amigo e o inimigo (LIND, 2005, p. 17).

Culminação de tal corrente se viu plasmada no livro *The Utility of Force: The Art of War in the Modern World*, publicado em 2005 pelo general inglês Rupert Smith. Sir Smith, quem havia servido como general durante o pico do conflito na Irlanda do Norte e comandou a UNPROFOR⁸⁵, de 1995 a 1996 na Bósnia. Sir Smith proclama em sua obra a culminação de uma mudança de paradigma fundamental na essência da guerra, a qual, ao menos em suas acepções clássicas - já estaria extinta.

Se para von Clausewitz (1993) "a guerra é portanto um ato de força para compelir nosso oponente a fazer a nossa vontade" (p. 83), para o general britânico “[...] a guerra enquanto batalha

Lind's prognosis appears to be correct. This type of warfare also corresponds to the style of Unconventional Warfare, meaning that its rise can be seen as a direct consequence of Fourth-Generation Warfare. Lind also forecast that there would be an increased emphasis on information warfare and psychological operations, which perfectly meshes with the modus operandi of Color Revolutions” (KORYBKO, 2015, p. 19).

⁸⁵ A Força de Proteção das Nações Unidas foi a primeira “força de paz” das Nações Unidas na Croácia e na Bósnia e Herzegovina durante as guerras iugoslavas na década de 1990.

em um campo entre homens e máquinas, como um acontecimento massivo de decisão em uma disputa nos assuntos internacionais (...) não existe mais” (SMITH, 2005, p. 16)⁸⁶.

Ao longo de seu livro, Smith proclama a obsolescência do que ele chama de exército industrial - o exército de tipo convencional - o qual considera haver entrado em convalescença enquanto começavam a ruir os primeiros fragmentos do Muro de Berlim. Aqui embora conflitos em grande escala ainda possam ocorrer, a “Guerra no meio do povo” emerge como paradigma para o qual haviam avançados os conflitos na virada do século (SMITH, 2005).

O conceito de *War amongst the people* predica que “as pessoas mesmas fazem parte do terreno do seu campo de batalha” (SMITH, 2005, p. 720)⁸⁷, e que ante tal fato, as forças militares regulares já não deveriam ser utilizadas como fatores determinantes da guerra mas sim como meios de suporte para “criar uma condição na qual um resultado estratégico seja alcançado” (SMITH, 2005, p. 719)⁸⁸.

Ademais, Smith se utiliza do termo *timeless* para demarcar uma nova característica das novas formas de conflito. Ao apontar a presença de um inimigo pulverizado e fluído, a guerra, enquanto movimento, se tornaria uma encadeamento de ações táticas que ocorreriam sem um real objetivo estratégico - sendo guiados pelo sub-estratégico⁸⁹ na definição de Smith - pelo qual avançam e escorrem pelo tempo.

Aqui o conceito de “*timeless*” sugere tanto ações que ocorrem fora de uma sincronia estratégica quanto certa perpetuidade, naquilo que é interminável. Sem inimigo claro e sem objetivos estratégicos definidos, a guerra de novo tipo escorre no tempo. Em sua baixa intensidade, paz e guerra já não o são, seus limites balizantes não mais existem. De fato, se para Clausewitz “a guerra é meramente a continuação da política por outros meios” (1993, p. 99), em tal novo momento histórico, a guerra se torna parte integral da política, a todo tempo.

Irrompe aqui uma zona intermédia de ambiguidade, tratada por alguns autores de *gray zone*, onde se bem não existem declarações de guerra, a rigor, também é impossível falar de paz com limites difusos e nos quais surge a dúvida de como agir, como poder fazer frente ante a vontade e avanço dos adversários (BRANDS, 2016).

Para Danilo Zolo (2011), aparece como irrefutável a alçada dum cenário de normalização da guerra e da violência em formas que são cada vez menos passíveis de quaisquer regulações jurídicas.

⁸⁶ No original: “[...] war as battle in a field between men and machinery, war as a massive deciding event in a dispute in international affairs: such war no longer exists” (SMITH, 2005, p. 16)

⁸⁷ No original: “the people are part of the terrain of your battlefield” (SMITH, 2005, p. 720)

⁸⁸ No original: “create a condition in which a strategic result is achieved” (Ibid, p. 719).

⁸⁹ Para Smith o sub-estratégico aflora quando os efeitos alcançados pelo uso *per si* da força militar é incapaz de contribuir diretamente, ou menos de forma combinada, no logro do suposto objetivo estratégico inicial.

A guerra global, enquanto ação de “polícia internacional” irrompe como um fenômeno que não tem por fim a mera derrota do adversário inimizado e sua pacificação, mas ao contrário, tem por fim único lançar uma guerra virtualmente infinita com vistas a eliminar todos aqueles objetos e inimizadas que se se apresentem em contra de seu perpetrador no horizonte (BENOIST, 2009; ZOLO, 2011, p. 212).

2.4. DA DESORDEM MUNDIAL: DOMINAÇÃO DE ESPECTRO TOTAL

De encontro à isso, no ano 2000 o Pentágono publicou o documento intitulado *Joint Vision: 2020*, onde expõe o objetivo de atingir o *Full Spectrum Dominance*, traduzido por Dominação de Espectro Total, ao qual define como “persuasivo na paz; decisivo na guerra; preeminente em qualquer forma de conflito” (ESTADO-MAIOR CONJUNTO DOS ESTADOS UNIDOS, 2000, p. 1)⁹⁰.

O Departamento de Defesa desenvolve sobre tal ideia agregando a necessidade de ter a “capacidade das forças dos EUA, operando sozinhas ou com aliados, para derrotar qualquer adversário e controlar qualquer situação em toda a gama de operações militares” (GARAMONE, 2000)⁹¹.

William Engdahl (2009) resume o *Full Spectrum Dominance* como o domínio completo sobre as esferas militares convencionais, nucleares, sobre a retórica de direitos humanos, geopolítica, espaço e comunicações, por outras palavras, toda a atividade humana.

Na prática, a perspectiva do *Full Spectrum Dominance*, significava “a ampliação e consolidação da hegemonia planetária dos Estados Unidos” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 597) e inseriram o país em um “uma guerra infinita e indefinida, contra um inimigo assimétrico, sem esquadras e sem força aérea, e cuja organização militar, recursos econômicos e sistema de informação nunca foram conhecidos (...)” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 598).

É exatamente por carregar em sua natureza encoberta, ao mesmo tempo que totalizante e que habita os limiares da legalidade construída com vistas a outras ameaças à soberanias estatais, que, de forma sucinta, nenhuma defesa absoluta é possível (RACZ, 2015).

O *leitmotiv* das movimentações da OTAN por toda a década de 1990, tal com sua participação no conflito iugoslavo, a criação do grupo GUUAM (Geórgia, Uzbequistão, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia), em 1999 eram apenas a face tradicional da organização militar ocidental

⁹⁰ No original: “*Persuasive in peace; Decisive in war; Preeminent in any form of conflict*” (ESTADO-MAIOR CONJUNTO DOS ESTADOS UNIDOS, 2000, p. 1)

⁹¹ No original: “*ability of U.S. forces, operating alone or with allies, to defeat any adversary and control any situation across the range of military operations*” (GARAMONE, 2000).

operante. Todavia, tal como nos chama a atenção Pautasso (2014), começam a se proliferar um particular novo fenômeno no *near-abroad* russo, as chamadas revoluções coloridas (p. 81).

A etnicidade política emergia novamente como uma força no cenário internacional⁹² revertendo uma tendência desvanecida desde o *Interbellum* e em claro contraste ao nacionalismo civil pós-iluminista (BRUBAKER, 2012, p. 412-413). Uma vez mais, fomentar nacionalismos e lutas de libertação nacional contra supostos entes estatais tolhedores de liberdades civis se tornou uma ferramenta desintegradora.

Numa época em que os Estados-nação já se tratavam de uma disposição organizacional caduca, isso favoreceu a desintegração de um Grande Espaço, a URSS, de um projeto integração outro, a Iugoslávia, e a manutenção de uma ordem nucleada ao redor dos EUA e seu condomínio de poder.

De fato, laboratório principal de tal nem tão nova aproximação na década de 1990 seria justamente o *near abroad* russo, num movimento que deixava claro que o fim da Guerra Fria e a postura ocidentalista dos regimes Gorbachev-Yeltsin de nada havia adiantado para interromper o avanço do eixo EUA/OTAN rumo às fronteiras russas (MONIZ BANDEIRA, 2015, p. 55).

Adaptando e em grande medida realizando os conceitos de Prometeísmo do polonês Jozef Pilsudski⁹³ (PETERSEN, 2011, p. 78), que encontraram seu porta-voz temporal no trabalho do ideólogo polaco-estadunidense Zbigniew Brzezinski, a miríade étnica que dava forma à URSS, tal como a Iugoslávia, foi utilizada para lançar ambos os países de forma simultânea a fluxo caótico e constante de desestabilização. Desde as periferias do leste europeu, se mirava a balcanização de todo o ex-bloco socialista (KORYBKO, 2005, p. 18).

⁹² Fenômeno que recebe menor atenção, mas que todavia nos parece de importância considerável neste período, são os despontes de processos separatistas mais cercanos aos interesses russos no espaço pós-soviético, casos como os da Transnístria, em território moldavo, e os da Abecásia e da Ossétia do Sul (LEPIJINA, 2012, p. 256 – 276), ao norte da República da Geórgia, tal como o dos enclaves étnicos sérvios que se encontraram insularizados no processo da balcanização iugoslava como os da Bósnia Ocidental, da República Krajina, em território hoje de facto croata, e o da República Srpska hoje parte integrante da República da Bósnia e Herzegovina. Em todos estes casos, temos minorias que se viram injetadas em um novo país hostil e há de se considerar que tais erupções de resistência política, amplamente lastreadas na ação de populações locais, demonstravam agir de forma menos vacilante que as próprias lideranças dos Estados os quais estão sob influência se tornando uma sorte de trincheira geopolítica avançada (KOSTO; PAUKOVIC, 2014, p. 316-317).

⁹³ Contemporâneo de Halford J. Mackinder, Pilsudski – quem seria chefe de Estado da Segunda República polonesa – chegou a conclusões análogas às do geógrafo inglês em relação a necessidade de se isolar a Rússia, percebida como uma ameaça a Europa. Desenvolveu dois conceitos, o de Prometeísmo, que fazia apologia a instigar movimentos nacionais das minorias étnicas nas fronteiras do Império Russo, a fim de isolar o seu centro, e do de *Intermarium* onde advogada por uma federação de pequenas nações independentes entre a Rússia e a Europa Ocidental, numa sorte de buffer zone que impedisse um avanço russo.

2.4.1. *Underground*: Era uma vez um país⁹⁴

Nomeadamente, seria a então República Federal da Iugoslávia o primeiro alvo concreto de tal fenômeno político. Num laboratório que perdurou por mais de duas décadas, a Guerra da Quarta Geração se plasmou em uma década de guerras que se baseavam antes que nada, em alegações de ordem humanitária, e caracterizada por novas formas de enfrentamento. Todavia esta seria um desdobramento inequívoco da *raison d'être da* Guerra Fria, o enfrentamento político calcado no dialética mackinderiana:

A história não se repete. Continua em espiral e evolui para uma etapa superior, frequentemente aos saltos, assumindo novas formas e novos aspectos, relacionados reciprocamente entre si, porém fragmentos efetivos de épocas passadas se combinam e se preservam no inconsciente social e na cultura dos povos, na alma coletiva, ainda que modificados, qualitativamente, pela dinâmica e pelo desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Daí que as rebeliões nos países do Oriente Médio e da África do Norte, bem como nos Bálcãs — Iugoslávia, Kosovo, Bósnia, Croácia etc. — e nas repúblicas orientais da finada União Soviética, a partir dos anos 1990, configuraram, por assim dizer, um desdobramento histórico, uma segunda guerra fria, que os Estados Unidos (cujo poder econômico o cartel ultraimperialista formado com as potências da União Europeia unificou e tornou politicamente mais eficaz) empreenderam, explorando fatores endógenos e encorajando a oposição doméstica, com o objetivo, *inter alia*, de avançar o sistema de global governance, sob sua hegemonia, e assegurar completamente o monopólio das fontes de energias fósseis e de rotas estratégicas (...) (BANDEIRA, 2014, p. 537).

O processo de desintegração da Iugoslávia, a partir da década de 1990, pode ser elencado cronologicamente da seguinte maneira: em seu início, a Independência da Eslovênia, no ano de 1991, que desatou o conflito entre as chamadas forças de defesa territorial eslovenas e o exército iugoslavo que ali estava estacionado. Tão logo, a independência da Macedônia em 1991, seguida da Independência da Croácia em 1991, no que culminou na Guerra na Croácia (1991-1995) entre o exército iugoslavo, o Estado croata e os sérvios residentes na região da Krajina (atualmente Croácia), com participação ativa da Organização das Nações Unidas (ONU). A Independência da Bósnia e Herzegovina em 1992, que resultou na chamada Guerra na Bósnia (1992-1995), entre sérvios, croatas e bosníacos, com ampla atuação da ONU, da OTAN e de voluntários jihadistas do mundo islâmico. Finalmente, a guerra na província do Kosovo e Metohija (1997-1999) que envolveu ademais de grupos nacionalistas albaneses uma ampla campanha de bombardeios da

⁹⁴ Em menção a película iugoslava *Underground* (1995), comédia dirigida por Emir Kusturica, que traça uma relação direta entre a Segunda Guerra e as guerras de desintegração da Iugoslávia nos anos 1990.

OTAN contra a Sérvia. Por fim, já após a virada do século, a independência de Montenegro em 2006 e a contestada independência do Kosovo, em 2008.

Se é certo que os interesses estratégicos dos EUA na região eram em sua aparência escassos, e sua atenção estava predominantemente sobre os desdobramentos do colapso da União Soviética e possível fragmentação do Estado russo, se assomava a ideia em Washington de que a OTAN arriscava sua irrelevância⁹⁵, ou algo pior, caso não conseguisse lidar com uma ameaça à porta da Europa, mesmo que tecnicamente os balcãs estivessem "fora da área" de ação designada (LUGAR, 1993; HUTCHINGS, 1997; BRANDS, 2016; SERWER, 2019).

Todavia, de maior monta e essencial foi a atuação de Berlim no esfacelamento iugoslavo. Recém unificada e principal investidora estrangeira no país, era de interesse estratégico de Berlim a abertura para o Mar Mediterrâneo, ao que a criação das repúblicas da Eslovênia e Croácia viria a calhar.

Foi a *bundeskanzleramt* quem convenceu a suas contrapartes estadunidenses a apoiar a fragmentação iugoslava (FRANÇA, 2004), já nos primeiros espasmos de violência do ano de 1991 e foi de liderança teutônica o movimento internacional que de pronto deu reconhecimento internacional das repúblicas da Eslovênia e da Croácia:

Com isso, Estados fora da Iugoslávia impulsionaram o incêndio - a Alemanha, por reconhecer prematuramente os novos Estados da Croácia e da Eslovênia, legitimando a noção de uma Iugoslávia dividida; Rússia e França por apoiar os velhos aliados sérvios; e o Oriente Médio por publicamente tomar o partido dos bósnios muçulmanos contra as forças cristãs croatas e sérvias (MINGST, 2003, p. 174).

Ao que Paulo Vizontini (1999) chamou de “A guerra da OTAN contra a Iugoslávia”, os nacionalismos de base étnica que se alçaram em armas nos balcãs receberam apoio direto e extenso dos principais Estados do sistema mundial num “longo processo de decomposição, [no qual] a 'comunidade internacional', ao invés de apagar o fogo, [fez] foi realmente atijar as chamas” (SAMARY, 1998):

Quanto ao plano internacional, percebe-se, claramente, que os EUA tiveram na guerra um instrumento para a progressiva afirmação das estruturas hegemônicas de poder, destinadas a perpetuar a supremacia norte-americana, mas a um custo mais baixo do que durante a Guerra Fria. Essas estruturas constituem-se de um instrumento militar (a OTAN) da difusão de valores "universais" (democracia liberal, economia de mercado, direitos humanos individuais, proteção às minorias e ao meio ambiente e combate ao narcotráfico e ao terrorismo) e de sua imposição

⁹⁵ A aliança militar transatlântica passava pelo escrutínio estratégico das potências que compunham uma então ascendente Comunidade dos Estados Europeus (CEE) que por sua vez ensejavam ter um instrumento de segurança que, de forma gradual, rompesse com a dependência em relação a Washington.

enquanto normas de conduta mundial, sobretudo por intermédio de organizações internacionais (ONU, OMC, FMI, ONGs) (VIZENTINI, 1999).

Ao mesmo tempo, já se revelava uma fenda profunda no processo de integração europeu tendo nos Balcãs o seu foco central. Por detrás da ação da OTAN, capitaneada por Washington e Berlim, havia uma encarniçada disputa sobre a mesma essência da integração econômica europeia e no que haveria de ser o bloco econômico continental que logo ali a 2 anos se tornaria a União Europeia.

Ao contrário de Berlim, Paris era a maior interessada na manutenção da unidade iugoslava ao entender que o país balcânico se tratava de um fator importante na estabilidade europeia e garantidor mínimo de que o bloco de integração europeu não se tornaria uma mera ferramenta de expansão sob a liderança alemã. Para além disso, evitar o separatismo iugoslavo enviaria uma forte mensagem às tendências nacionalistas e separatistas em toda a Europa das quais a própria França padecia. Não obstante, os franceses não queriam envolver-se diretamente na guerra iugoslava, pelo qual, as vontades teutas se impuseram por dentro a estrutura da OTAN (VIZENTINI, 1999).

Se bem no imediato *aftermath* dos conflitos fossem os estadunidenses quem tivessem assumido a liderança do condomínio de poder que impunha pela força um rearranjo de poder nos Balcãs através da presença da OTAN, paulatinamente, a responsabilidade primária pela defesa do assentamento pós-Iugoslavo passou para as mãos da União Europeia que - ao menos parcialmente - entrevendo na região balcânica uma nova possibilidade de expansão estratégica rumo ao leste, procurou substituir o *hard power* da presença militar estadunidense para o poder suave do alargamento do bloco econômico.

Nesta transição, a narrativa que se sobrepôs era a de que o próprio ato de se preparar para uma futura e provável adesão à UE transformaria os autoritários e pobres Estados balcânicos em unidades políticas prósperas, democráticas e obedientes à lei, a espelho do resto da Europa, nos quais as minorias insatisfeitas seriam finalmente absorvidas em seus Estados adotivos na esteira da melhoria dos indicadores sociais.

O Acordo de Dayton era o ponto final da segunda fase da desintegração da Iugoslávia, mas a oferta de Bruxelas teve pouca reverberação na Sérvia, que manteve suas preocupações geoestratégicas fixadas nas principais questões de população, fronteiras e soberania (PADRÓS, 1999; VIZENTINI, 1999). Do mesmo o governo

2.4.2. Sérvia, 1999

Em 1998, a guerrilha do ELK (Exército de Libertação do Kosovo) iniciou suas atividades armadas na Província Autônoma de Kosovo e Metóquia, deflagrando um novo episódio na desintegração iugoslava. Passado o breve respiro dos Acordos de Dayton, Milosevic se tornou uma vez mais o “açougueiro dos Bálcãs” e a narrativa de direitos humanos e a mídia ocidental trabalharam como nunca para sacá-lo do poder.

A deslegitimação da presença das “forças de segurança sérvias” na província, tal como havia sido feito na Croácia e Eslovênia, adentraram ao argumento ocidental, e a presença militar iugoslava se tornou uma vez mais em indicador que uma “catástrofe humanitária” era iminente. Em Racak, uma pequena aldeia de população albanesa, 45 corpos foram apresentados à imprensa internacional pelo chefe do OSCE⁹⁶ como prova maior de que uma limpeza étnica estava em andamento.

A emoção provocada pela cobertura da mídia possibilitou aprovação pública o suficiente para que a OTAN lançasse quase três meses de bombardeios intensos por toda a Sérvia e Montenegro a partir de março de 1999. Milosevic manifestou a intenção de Belgrado em aceitar um acordo pelo qual retiraria as tropas da província, todavia condicionado e reafirmando a soberania iugoslava sobre a região.

A liderança sérvia deu sinal verde à entrada da OTAN desde que outras forças da ONU, especialmente a Rússia, fossem garantidoras da paz na província rebelde, desarmando o ELK (VIZENTINI, 1999). Como meio de fiar a integridade territorial do que sobrava da então Iugoslávia, a liderança sérvia, havia logrado recuperar em certa medida o protagonismo da ONU e o de Moscou, bem como projetar a posição da China nas relações internacionais.

A chamada Força do Kosovo (KFOR), sob mandato da OTAN mas composta por forças da OTAN, entrou no Kosovo em 12 de junho de 1999 sob aprovação da Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A província foi dividida em cinco zonas de ocupação atribuídas a cinco países membros da organização atlântica: França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos.

Como haveria de se provar posteriormente, a ocupação haveria de resultar em verdade na garantidora da secessão de facto do Kosovo, numa violação da integridade territorial sérvia que se tornaria um caso *sui generis* no direito internacional (NOGUEIRA, 2015).

⁹⁶ A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) é uma organização de países do Ocidente que se projeta nominalmente na tarefa promoção da democracia, direitos humanos e liberdade de imprensa na Europa.

Nesse sentido, o Kosovo serviu para demonstrar tanto à Rússia quanto à China que não havia limites nem bélicos nem sistêmicos para a ousadia da hegemonia estadunidense. Ao mesmo tempo, para a Europa, era um aviso da condição de subordinação continental aos EUA (PADRÓS, 1999).

Todavia, nem só sobre a fragmentação última da iugoslávia se tratava a intervenção estrangeira na província do Kosovo. A derrota final das intenções de soberania de Belgrado eram condição *sine qua non* para o fim das hostilidades e objetivo máximo da década de desintegração territorial. Todavia, a Guerra do Kosovo só havia feito reforçar o apoio popular a liderança de Milosevic:

Quanto ao enfraquecimento de Milosevic, cabe ressaltar que, desde as campanhas contra Saddam Hussein, se sabia que ataques à população civil, principalmente contra cidades, produzem o efeito contrário. A população fecha com aquele que está sendo alvo do ataque. De nada adiantou a propaganda de que o povo iugoslavo não era o inimigo, pois a morte de civis demonstrou exatamente o contrário. Paradoxalmente, os três meses de bombardeio sobre a Iugoslávia, em vez de enfraquecer Milosevic e seus aliados, liquidaram com as chances da oposição, porque ficou isolada e até ameaçada de ser considerada traidora (PADRÓS, 1999).

Ante a incapacidade de se fazerem cumprir os objetivos estratégicos finais na liderança do Estado Sérvio, seria desatada uma segunda onda da guerra, sem o uso de meios cinéticos mas se aproveitando da década de ebulição nos Balcãs. Logo, um distinto *modus operandi* seria testado em Belgrado.

2.6. GUERRA POR TODOS OS MEIOS: SOB(RE) OS TRATORES DA REVOLUÇÃO BULLDOZER

Desde 1997 se desenrolava na Iugoslávia as atividades do *Office of Transition Initiatives*, um dos braços da USAID que promovia iniciativas de promoção à democracia e estabilização. De acordo com a própria USAID, o objetivo do trabalho naquele país não era outro que forçar uma mudança de regime (USAID, 2002).

Na primeira fase, de julho de 1997 a março de 1999, o foco do programa foi o de insuflar a oposição ao governo do Partido Socialista da Sérvia, dando especial ênfase na aproximação com mídia escrita, eletrônica e no apoio a ONGS que tinham por agenda a abertura política e a dos

cidadãos no processo político. O trabalho prosseguiu inalterado mesmo de março a agosto de 1999, a despeito do bombardeio da OTAN na Sérvia.

Moniz Bandeira (2015), aponta que não apenas a USAID, mas também a *US National Endowment for Democracy*, a *The George Soros Foundation*, a *International Republican Institute*, a *Konrad-Adenauer-Stiftung* e outras ONGS e *think-tanks* europeias participaram ativamente de uma operação ampla para derrubar o regime, junto quais a grupos locais de mídia independente, partidos e associações de oposição ao governo, minorias étnicas e grupos estudantis:

A União Europeia investiu US\$17 milhões e o governo dos Estados Unidos, sobretudo através da USAID, mais de US\$23 milhões, em média, entre 1995 e 2002, só na assistência à mídia de oposição. Durante os 18 meses que antecederam a derrubada de Slobodan Milosevic, gastaram um total de aproximadamente US\$80 milhões (MONIZ BANDEIRA, 2015, p. 56).

Ao passo que os bombardeios de 1999 isolaram a oposição institucional no país, o fim das hostilidades e a ocupação do Kosovo foram a senha para o desatar final de um movimento que tinha como missão principal fazer o que quase uma década de guerra não havia conseguido: derrubar o governo Milosevic.

Uma ampla rede preparada nos anos anteriores foi mobilizada com ampla atuação informacional que organizou fóruns públicos e demonstrações de massa contra o governo. As ONGs e grupos de universitários foram lastro organizacional que deu momento a uma convulsão social sem precedentes (MONIZ BANDEIRA, 2015).

Testava-se pela primeira vez nas condições ideais os postulados propostos pelo escritor estadunidense Gene Sharp em seu manual *Da Ditadura À Democracia: Uma Estrutura Conceitual para a Libertação* (1994). O *modus operandi* era o de se apresentar como uma luta não violenta, travada em diversos campos como o social, político, econômico, psicológico e levada a cabo a nível de rua pelas camadas populares lideradas por grupos da sociedade civil:

A estratégia de golpes desenvolvida pelo Professor Gene Sharp consistia em métodos de luta não violenta, todavia complexos, travada por meios diversos como protestos, greves, não-cooperação, deslealdade, boicotes, marchas, carreatas, procissões, etc., em meio a guerra psicológica, social, econômica e política, visando a subversão da ordem. Foi esse o padrão das chamadas Revoluções Coloridas na Eurásia e da Primavera Árabe no Norte da África e no Oriente Médio. ONGs, financiadas pela National Endowment for Democracy (NED), USAID, a CIA e outras instituições públicas e privadas, foram manipuladas a servir as guerras sombrias promovidas por Washington (MONIZ BANDEIRA, 2019, p. 209)⁹⁷.

⁹⁷ No original: “The strategy for coups developed by Professor Gene Sharp consisted in a non-violent, but complex struggle waged by various means, such as protests, strikes, noncooperation, disloyalty, boycotts, marches, car parades, processions, etc., in the midst of psychological, social, economic, and political warfare, aiming at the subversion of order.

Para Moniz Bandeira (2014), a estratégia do professor Gene Sharp não apresentava grandes novidades para com a arte da subversão, tratando-se, em seu fundamental, de uma compilação de táticas e métodos colocados à prova ao longo do século XX, principalmente pelos EUA (p. 108-109).

Na verdade, o desafio político de Gene Sharp se tratava da evolução temporal de um movimento já conhecido. Eram estes métodos já algo provados anteriormente como na Hungria em 1956, e na Tchecoslováquia, em 1968, e durante o processo que deflagrou a queda do socialismo no leste europeu.

Todavia, um vasto *know-how* nas técnicas envoltas em golpes de estado com ampla participação da população civil, que curiosamente alcançaram seu ponto de melhor acabamento com as revoluções de veludo⁹⁸, encontraram na década de 1990 um momento histórico de particularidades, também atreladas à culminações técnicas singulares:

(...) as Revoluções Coloridas não são espontâneas, mas resultado de uma vasta planificação. Os Estados Unidos, em particular, e seus aliados exerceram nos Estados pós-comunistas uma impressionante gama de pressões e utilizaram financiamentos e tecnologias a serviço de ‘apoio à democracia (VISENTINI, 2012, p. 158).

Para nós, é fundamental salientar duas de tais particularidades, as quais consideramos fundamentais: a ideológica e a informacional. No que tange a primeira, como nos recorda Gullo (2018):

Desde la caída del muro de Berlín asistimos a un proceso sin precedentes de recolonización cultural basado, ahora, en una visión fundamentalista de la globalización que crea la falsa imagen de un mundo sin fronteras, gobernado de

*It was the pattern of the so-called color revolutions in Eurasia and the Arab Spring in North Africa and the Middle East. And NGOs, funded by the National Endowment for Democracy (NED), USAID, the CIA, and other public and private institutions, were manipulated for the shadow wars promoted by Washington. Gene Sharp is a professor at the University of Massachusetts Dartmouth and director of the Albert Einstein Institution in Boston. After the cold war, with the support of Colonel Robert Helvey, the Albert Einstein Institution held the Conference on Nonviolent Sanctions at the Center for International Affairs of Harvard University, with the participation of 185 specialists from 16 countries. Reuben Gal, an Israeli psychologist and author of several works, among which *Service Without Guns*, was one of them. The translation and distribution of the book "From Dictatorship to Democracy" by professor Gene Sharp was sponsored by entities of the United States and the European Union" (MONIZ BANDEIRA, 2019, p. 209).*

⁹⁸ Estão dados indícios de cooperação entre o governo Gorbachev e Washington nos processos que derrubaram os governos socialistas de países os quais faziam parte da URSS e que se negavam a mergulhar em processos próprios de *perestroika*, sendo Romênia e Alemanha Oriental os casos mais emblemáticos. Em tais países, processos de desestabilização interna, amparados por um considerável grau de participação popular de aparência espontânea - que evoluíram em violência de rua, no caso romeno - terminaram por romper com a unidade nacional e levaram à derrocada de seus respectivos governos (ADEVÁRUL, 2010).

forma absoluta por fuerzas que se encuentran totalmente fuera del control de los Estados y de los actores sociales (GULLO, 2018, p. 234).

Ao mesmo tempo, é certo que com a emergência da internet e do uso da telefonia móvel, o Pentágono refinou e alcançou um novo patamar na tecnologia da desestabilização política (ENGDAHL, 2009, p. 118-119).

Para além de seus usos militares óbvios, a profusão de telas portáteis e conectadas por um rede deram a capacidade para que multidões se comunicassem de forma instantânea à medida em que se deslocam por suas urbes. Ademais, tal novos aparatos se casaram perfeitamente com a ideologia dominante. A ideia de difusão de ideias e notícias por indivíduos correntes que, como a maioria dos outros cidadãos, apenas se manifestam contra a tirania, levaram a guerra informacional a um novo patamar:

A novidade no golpe que gesta contra Slobodan Milosevic foi o uso da Internet - especialmente o uso das salas de bate-papo, mensagens instantâneas e blogs - junto aos telefones celulares, incluindo mensagens de texto SMS. Usando esses recursos de alta tecnologia que surgiram apenas em meados da década de 1990, um punhado de líderes treinados poderia rapidamente conduzir a seu bel-prazer uma horda de jovens rebeldes e sugestionáveis da "Geração X" para dentro e para fora das manifestações de massa (ENGDAHL, 2009, p. 34)⁹⁹.

Aqui, a mídia informacional emergiu como um quarto fator ante a infame trindade clausewitziana, despontando com um fio que pode estreitar ou romper de vez a unidade entre o povo, o exército e o governo. As eleições gerais em 24 de setembro de 2020, por fim, foram o fato necessário para que as manifestações pró-democracia tomassem as ruas

Tal como seria praxe dali para frente, alegadas denúncias de fraude eleitoral, foram difundidas por todo o aparato montada pela USAID e rapidamente pela própria população do país. Como que para dar um caráter puramente local as manifestações, ONGs e grupos de estudantes universitários, como a *Otpor*, tiveram protagonismo na cobertura midiática. Deu-se o verniz às demonstrações de rua contra o então presidente e o resultado das eleições eram fruto de movimentos autóctones da juventude sérvia (BANDEIRA, 2013).

O movimento da USAID culminou-se vitorioso quando tratores ocupados por manifestantes civis irromperam pelo salão do andar térreo do canal estatal de televisão e manifestantes controlam o seu sinal no dia 5 de outubro. Milosevic foi forçado a aceitar sua derrota quando vários de seus

⁹⁹No original: "What was new in the Belgrade coup against Milosevic was the use of the Internet – particularly its chat rooms, instant messaging, and blog sites – along with mobiles or cell phones, including SMS text-messaging. Using these high tech capabilities that had only emerged in the mid-1990s, a handful of trained leaders could rapidly steer rebellious and suggestible 'Generation X' youth in and out of mass demonstrations at will" (ENGDAHL, 2009, p. 34).

comandantes manifestaram ao mandatário que não iriam permitir a derrubada violenta do governo sérvio. Em 6 de outubro, o presidente aceitou a derrota aceita.

A Revolução Bulldozer alcança os objetivos estratégicos do ocidente quando Milosevic mais tarde foi preso, sequestrado e deportado para a prisão holandesa de Scheveningen. O subsequente julgamento foi necessário desde o ponto de vista ocidental para justificar a agressão contra a Iugoslávia e o golpe perpetrado pelas forças da oposição democrática da Sérvia em Belgrado.

Em 11 de março de 2006, mais de 10 anos desde o fim de sua luta solitária para defender a si próprio e a Sérvia, o ex-presidente iugoslavo morreu encarcerado. Somente a Federação Russa exigiu uma investigação pública sobre as circunstâncias da morte de Slobodan, quando o ministro das Relações Exteriores russo, Sergey Lavrov, afirmou que o país não aceitava a negação de responsabilidade do Tribunal de Haia. Ao invés disso, o tribunal internacional instaurou sua própria investigação, que ficaria conhecida como Relatório Parker. Obviamente, a corte exonerou-se de toda a culpa.

2.4.3. Portões do *Heartland*: as revoluções coloridas caminham ao oeste

Na esteira dos tratores de Belgrado surgiu também uma crise na Geórgia. A pequena nação da transcaucásia que recém havia se independizado com o colapso da URSS, havia trilhado um caminho conturbado desde 1991. Além de uma guerra civil, se viu envolvida em conflitos separatistas nas regiões da Abecásia e da Ossétia do Sul, ao norte do país, sofrendo duas derrotas humilhantes. Ademais a isso, talvez por atribuir sua derrota ante os abecasis e ossetas aos vizinhos russos, havia se envolvido em apoiar os separatistas chechenos no país ao norte.

Por isso mesmo a nação entrou na mira dos EUA, que se aproveitando das tensões locais já durante a década de 1990 atribuiu a Tbilisi o papel de *key player* na tarefa de impedir que a Rússia voltasse a dominar a região do Cáucaso (LEPIJINA, 2012) e de forma talvez não tão curiosa, o país foi palco da Revolução Rosa, em novembro de 2003, a primeira do tipo no espaço da CEI. Tal movimento foi deflagrado em coordenação com Washington, que receava que a instabilidade interna do país o pudesse levar outra vez para a órbita russa.

O modelo sérvio se verificava novamente: após uma série de protestos, liderados por um grupo da sociedade civil - o *Kmara!* - e inflamados pela emissora de televisão oposicionista, *Rustavi-2*, ante uma suposta fraude eleitoral, o então presidente eleito Eduard Shevardnadze se viu sob ampla pressão internacional. Não lhe restava outras opções que não a renúncia.

Tal revolução abriu passo à assunção ao poder do líder da Frente do Movimento Nacional Democrático, Mikheil Saakashvili, cercano aos interesses ocidentais. O novo líder logo determinou o fechamento da base militar russa que restava em seu território, inflamou as tensões com as regiões separatistas da Abecásia e Ossétia do Sul e deu pontapé na aproximação das forças armadas do país com a OTAN (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 93-97).

Menos de um ano adiante, chegava a vez de Kiev. A chamada Revolução Laranja, ao melhor modelo sharpiniano, se alavancou sobre as denúncias de corrupção, manipulação eleitoral e baixo padrão de vida. No entanto, tal como na Geórgia, ampla e documentada foi a participação de ONGs internacionais (LEPIJINA, 2012, p. 19). Uma vez mais a mídia ocupou um papel central e uma versão vernácula do Otpor, o *Pora!*, assumia o controle dos protestos de rua.

Naquele então, o candidato apoiado pelo Kremlin, Viktor Yanukovich, venceu seu rival pró-ocidental Viktor Yushchenko após encarniçada disputa eleitoral. No primeiro turno a Comissão Eleitoral Ucraniana num primeiro momento havia contabilizado 40% dos votos para Yanukovich e 30% para Yushchenko.

Todavia, estranhamente, uma semana mais tarde, o resultado oficial havia sofrido reviravolta após recontagem de votos e era Yushchenko quem havia ganhado, alcançando 39,9% dos votos enquanto Yanukovich havia recebido 39,3%. No segundo turno uma vez mais Yanukovich foi declarado vencedor com 49,5% dos votos, contra 46,6% de Yushchenko (WILSON, 2005, p. 116).

A oposição se recusou a reconhecer o pleito. Milhares de apoiadores de Yushchenko se dirigiram a protestar na praça Maidan, na capital do país, carregando bandeiras na cor do partido de Yushchenko, o laranja. Depois de 12 dias de pressão popular, o pleito foi anulado. No dia 26 de dezembro num terceiro turno inusitado, Yushchenko saiu vitorioso com 51,8% dos votos contra 44,1% de Yanukovich (ADAM, 2011).

A Revolução Laranja e a chegada de Viktor Yushchenko ao poder significava um novo impulso rumo ao leste por parte da OTAN. O flerte se aprofundava a tal ponto que na Cúpula da OTAN de 2008, sediada na Bulgária, a aliança militar manifestou abertamente o interesse em admitir a Geórgia e a Ucrânia à organização.

Para a Federação russa o caso ucraniano era a concretização de seu maior temor. As potências do eixo EUA-EU poderiam fincar uma cunha se aproveitando de fraturas históricas para finalmente penetrar em suas fronteiras imediatas, contrabalanceando o poder regional (ADAM, 2008, p. 91) em seu próprio berço civilizacional:

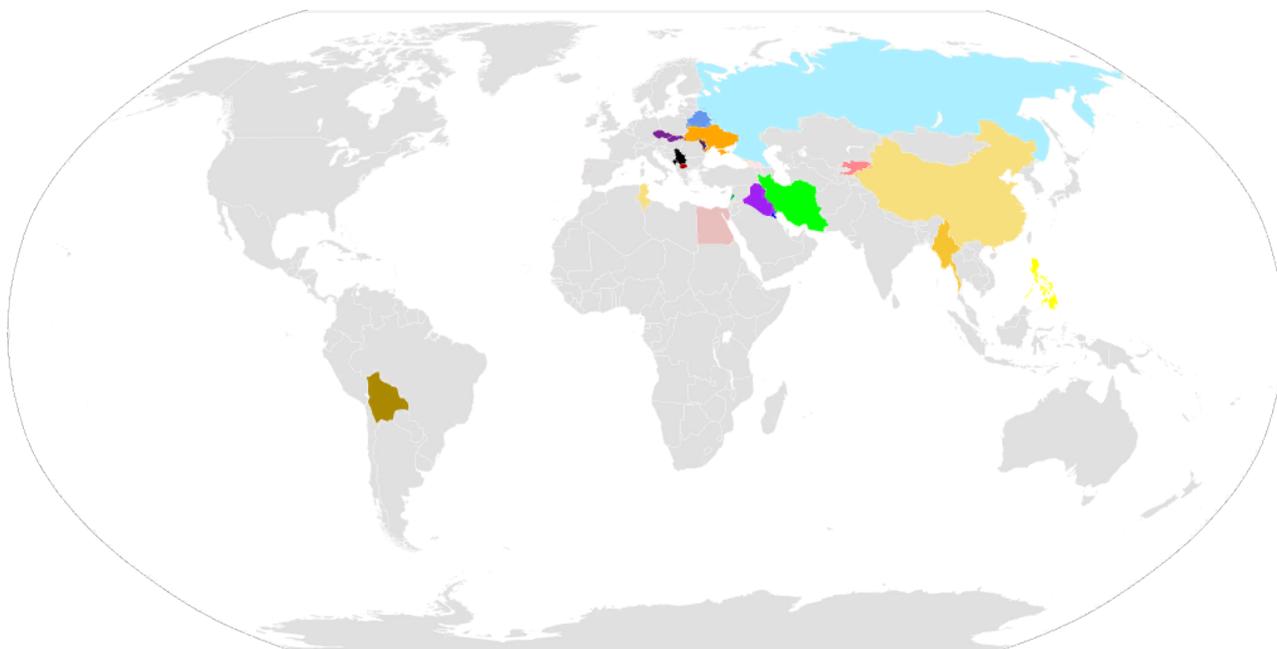
Sem a Ucrânia, a Rússia não é suficiente tanto no espaço e estratégia como no sentido político ou demográfico. É exatamente o porquê o Ocidente (e os EUA especificamente) ativamente patrocinou a “Revolução Laranja”¹ na Ucrânia para

assim estabelecer um regime que, não obstante, fazia com que todos os interesses vitais dos ucranianos cortassem as relações com a Rússia e integrassem no pacto estratégico-militar da OTAN em um ritmo acelerado (DUGIN, 2012).

Cerca de um ano após a Revolução Laranja, o Quirguistão seguiu o exemplo da Geórgia e da Ucrânia e lá ocorreu a Revolução Tulipa. Novamente um grupo da sociedade civil, o *Kel-Kel*, num movimento anticorrupção amparado por uma rede de ONGS internacionais e baseando sua ação no manual de Sharp contra um governo próximo ao russo (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 99-100). A aquela altura parecia ser que o modelo de revolução colorida se estabelecia como um modelo de golpe de estado perfeito.

Todavia, o modelo sharpiniano encontrou seus primeiros reveses a partir da segunda metade da década de 2000. No Uzbequistão (2005), Belarus (2006) e na Moldávia (2009), a reação governamental se deu de forma satisfatória a interromper o mecanismo por trás do modelo de Gene Sharp (KORYBKO, 2015, p. 25). Temos por claro que a essa altura os aparatos de inteligência dos governos do leste europeu, e principalmente de Moscou, tiveram tempo e exemplos suficientes para entendê-lo e desenvolver uma tecnologia de resposta.

Mapa 2.4.3.1. - Processos de Revoluções Coloridas deflagrados ao redor do mundo



Fonte: Soffredo, disponível em Creative Commons, CC0 1.0 Universal Public Domain Dedication, Wikimedia. Mapa original de 2013, atualizado em 2020. <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Color_revolutions_map_2.svg>

Concomitantemente, a Revolução Laranja ucraniana entrou em colapso: Viktor Yushchenko, envolto numa série de acusações, foi incapaz de cumprir com suas promessas eleitorais de maior segurança social, combate à corrupção e de se aproximar com a UE.

Seu governo foi amplamente percebido como um retrocesso que soterrou o país em uma grave crise econômica. Em 2009, o PIB ucraniano caiu 14% (MIELNICZUK, 2014, p. 03). Como resultado o candidato Víktor Yanukóvich, ainda próximo aos interesses russos, foi novamente eleito e dessa vez o resultado das urnas era incontestável.

Tais revezes nos esquemas ocidentais deram algum respiro a Moscou e demonstraram sua capacidade de reação. Todavia, o desgaste do modelo pelo qual o eixo ocidental penetrava no *heartland* eurasiático era o prenúncio de que o mesmo assumiria novas características e o acirramento geopolítico alcançaria um novo patamar.

Neste momento as relações entre OTAN e Rússia adentraram a um período de deterioração acelerada. Nos primeiros meses a OTAN reiterou publicamente sua intenção de instalar sistemas de mísseis e radares na Polônia e República Checa. Em resposta, o presidente Putin ameaçou denunciar o Tratado sobre Forças Convencionais na Europa, acordo firmado em 1991 que previa medidas de controle e de redução de armamentos que marcaram o encerramento da Guerra Fria (ÁVILA; MARTINS; CEPIK, 2009, p. 52).

Todavia, foi o ano de 2007 que marcou a diatribe anti-ocidental do discurso de Putin diante a Conferência de Segurança de Munique, dando por esgotados os limites de avanço da OTAN rumo às fronteiras russas:

A OTAN colocou as suas forças de linha de frente em nossas fronteiras ... [É] óbvio que a expansão da OTAN não tem qualquer relação com a modernização da própria Aliança ou com qualquer garantia da segurança na Europa. Ao contrário, esta representa uma provocação séria que reduz o nível de confiança mútua. E nós temos o direito de perguntar: contra quem se dirige esta expansão? O que aconteceu com as garantias que nossos parceiros ocidentais nos deram após a dissolução do Pacto de Varsóvia? (PUTIN, 2007)¹⁰⁰.

Por vez primeira, desde a dissolução da URSS, a mídia ocidental como que pega por surpresa e escandalizada pelo discurso do presidente russo, começava a balbuciar algo sobre uma possível reedição da Guerra Fria entre a Rússia e o ocidente. Todavia, o discurso do presidente

¹⁰⁰ No original: "NATO has put its frontline forces on our borders... [I]t is obvious that NATO expansion does not have any relation with the modernisation of the Alliance itself or with ensuring security in Europe. On the contrary, it represents a serious provocation that reduces the level of mutual trust. And we have the right to ask: against whom is this expansion intended? And what happened to the assurances our western partners made after the dissolution of the Warsaw Pact?" (PUTIN, 2007).

russo apenas revelava - sem meias palavras - um movimento ocidental que jamais havia cessado (ENGDAHL, 2009, p. 10)

Moscou estava convencida de estar envolta na continuidade de uma *rationale* geopolítica que se prolongava desde ao menos o fim da Segunda Guerra Mundial. Imersa num longo processo de retrocesso político-territorial ante um inimigo que não cessava de avançar, finalmente, foi obrigada a reagir.

2.4.4. Ponto de inflexão: sobre a guerra na Geórgia

Coube a pequena Geórgia, candidata a membro da OTAN, o papel de servir como uma sorte de boi de piranha geopolítico. Ainda sob a égide de Mikheil Saakashvili o país se lançou, em conluio com Washington, a testar as fronteiras russas avançando a invadir o território *de facto* independente da Ossétia do Sul, adjacente ao território do país vizinho. A reação militar de Moscú ante às tropas do país caucasico não se fez esperar quando as últimas fronteiras possíveis foram cruzadas.

A Rússia respondeu com uma contra invasão à Ossétia do Sul, lançou ataques às forças georgianas nas cercanias da Abecásia e avançou no território da Geórgia, dirigindo-se para o sul, até a cidade de Gori. No curso do conflito, a Rússia submeteu o país a ataques aéreos, tal como também bombardeou a cidade portuária de Poti. De forma contundente, em poucas horas as tropas georgianas se viram totalmente imobilizadas. Após apenas cinco dias de combates, ambos os lados chegaram a um acordo preliminar de cessar-fogo, que subseqüentemente foi firmado pela Geórgia, em 15 de agosto e pela Rússia no dia seguinte (LANNON, 2011, p. 27).

Tal movimento sinalizava que aquela região estava na esfera de influência russa e que o país já não admitiria o avanço impune dos Estados Unidos e da OTAN em sua fronteira imediata. Na época o presidente George W. Bush, o filho, declarou que a invasão da Ossétia do Sul era inaceitável e que não ficaria sem resposta, todavia nada aconteceu. A Rússia reconheceu formalmente a independência da Abecásia e Ossétia do Sul e nem a Geórgia nem o ocidente nada puderam fazer. Pela primeira vez desde sua derrota no Afeganistão, Moscú deixava de retroceder.

A Federação Russa parecia haver se reorganizado a fim de interromper o avanço ocidental e de consolidar uma zona de influência regional que estabilizasse o cenário político em sua periferia (PICCOLLI, 2015, p. 23). Moniz Bandeira (2014), corroborando a Engdahl, afirma que a ação na Geórgia evidenciava o andamento de uma Nova Guerra Fria (p. 165). Eis que chegamos às portas de um novo momento histórico.

Todavia, apesar de números esmagadores e do aparente grande triunfo para as Forças Armadas russas, a guerra na Geórgia deixou escancaradas falhas tecnológicas, de comando e de controle presentes nas forças terrestres e aéreas do país, ante a conclusão de que as forças convencionais russas eram técnica e tecnologicamente inferiores às suas contrapartes georgianas.

Ante tal assunção, chegou-se à conclusão de que o conflito demonstrou fraquezas na organização militar em relação às contrapartes ocidentais (FERNANDEZ-OSORIO, 2015, p. 75; KLEPPER, 2015, p. 38). As tropas georgianas, embora sem qualquer vantagem estratégico-operacional, demonstraram as ter no plano tático.

Claro estava, enquanto as tropas russas se utilizaram táticas de estilo soviético, as tropas georgianas partícipes costumeiras das operações da OTAN, eram empregadas em configurações menores e se utilizavam de equipamentos modernizados e unidades táticas de maior mobilidade e de melhores técnicas de apoio de fogo (KLEPPER, 2015, p. 34-35).

Com isso, menos de quatro meses após finda a guerra, o Ministério da Defesa russo, anunciou que todas as forças armadas do país seriam radicalmente transformadas, de modo que, quando terminadas, todos os vestígios de sua antiga estrutura dos tempos soviéticos fossem eliminados (FACON, 2017, p. 10; LANNON, 2011, p. 27).

Os sucessos de agosto foram prenúncio de um novo plano de reforma. Em 13 de novembro de 2008, Nikolai Makarov, ministro de defesa, anunciou as reformas e submeteu o documento “*The Future Look of the Russian Federation Armed Forces and Top-Priority Measures for its Formation in 2009-2020*” à Duma.

Em contraste com as reformas das administrações Yeltsin e do primeiro mandatos de Putin, as reformas de 2008 pretendiam criar uma nova organização militar no que seria a transformação mais radical das Forças Armadas do país desde a criação do Exército Vermelho em detrimento das milícias, em 1918 (BARBANOV; MAKIEKO; PUKHOV, 2012, p. 3).

De modo geral, a reforma de adoção do chamado C4ISR¹⁰¹ num movimento que deveria ocasionar uma mudança das operações baseadas em plataforma para uma atualizada capacidade de guerra centrada em rede. Por outras palavras, a dotação de capacidade de realizar operações militares na Era Digital (BARBANOV; MAKIEKO; PUKHOV, 2012, p. 30).

Prontamente, tais reformas passaram a ser conhecidas no ocidente pelo termo “*New Look*” e provocaram prontas reações no ocidente. Não por acaso, de acordo com a Agência de Inteligência de Defesa dos EUA, tais reformas poderiam significar um novo impulso a construção multipolar:

¹⁰¹ C4ISR é um acrônimo usado pela comunidade de defesa, que significa Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento.

As forças armadas russas estão hoje em ascensão - não com a mesma força daquela soviética que enfrentou o Ocidente na Guerra Fria, dependente de grandes unidades com equipamento pesado, mas sim como uma força menor, mais móvel e equilibrada, que rapidamente se tornou capaz de conduzir a vasta gama da guerra moderna. É um exército que tem capacidade de intervir em países ao longo da periferia da Rússia ou tão distantes como o Oriente Médio. O novo exército russo é uma ferramenta que pode ser usada para dar sustém as ambições declaradas de Moscou em ser uma força líder em um mundo multipolar (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2017, p. 13)¹⁰².

Por parte da Rússia, estava reconhecido que sem modernizar e reestruturar suas forças armadas o país não poderia mais competir em pé de igualdade nos vindouros conflitos militares com o eixo Estados Unidos-OTAN ante a incapacidade de operar com sucesso em conflitos assimétricos (GRATZ, 2014, p. 1; MCDERMOTT, 2011, p. 9).

Slipchenko e Gareev (2005) afirmam que uma *blitzkrieg* de um exército industrial, tal como o fora na Segunda Guerra Mundial, já não avançaria sobre a fronteira russa. Todavia, a guerra do porvir, de sexta geração, seria marcada pelo não-contato, por bombardeios de precisão contra os centros de decisão militares e o aparato estatal, a estrutura de comunicações e a economia. Ademais, enfatizam que os Estados Unidos não atacariam o território russo, ante o receio de uma retaliação, ainda que mínima, ao seu próprio território, mas que ficariam cunhas ao seu redor (SLIPCHENKO; GAREEV, 2005, p. 81).

Não por um acaso, na *Third Moscow Conference on International Security*, onde especialistas da região da CIS debateram de forma específica sobre o problema das chamadas Revoluções Coloridas e de sua evolução a um novo patamar. De forma muito mais dura que em ocasiões anteriores, tais manifestações populares foram classificadas de forma cabal como guerra (CORDESMAN, 2014).

Sobre as novas formas de *warfare*, Vladimir Putin, o qual não esteve presente no evento, deixava um recado transmitido pelo então ministro da defesa Sergei Shoigu:

Obviamente, os desafios e ameaças modernas tornam necessário interromper a lógica arcaica dos jogos geopolíticos sob a lógica do jogo de soma zero e aquelas tentativas de impor seus próprios métodos e valores a outros povos, inclusive por meio das revoluções coloridas (PUTIN, 2014)¹⁰³.

¹⁰² No original: “The Russian military today is on the rise—not as the same Soviet force that faced the West in the Cold War, dependent on large units with heavy equipment, but as a smaller, more mobile, balanced force rapidly becoming capable of conducting the full range of modern warfare. It is a military that can intervene in countries along Russia’s periphery or as far away as the Middle East. The new Russian military is a tool that can be used to underpin Moscow’s stated ambitions of being a leading force in a multipolar world” (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2017, p. 13).

¹⁰³ No original: “Obviously, modern challenges and threats make it necessary to stop the archaic logic of geopolitical games with a zero sum game, the attempts to force your own methods and values on other peoples, including by color revolutions” (PUTIN, 2014).

Naquela altura, o presidente russo já levantava a tese de que as Revoluções Coloridas tinham por fim barrar a ascensão da multipolaridade e agrega que:

O processo de desenvolvimento de um novo sistema policêntrico de relações internacionais avança com dificuldade e é acompanhado por um aumento da instabilidade global. Não conseguimos fazer avanços consideráveis na formação de um espaço de união de paz, segurança e estabilidade na Europa e no Atlântico (PUTIN, 2014)¹⁰⁴.

A Rússia se via enfrentada por um *modus operandi* que tal como um judo político se utilizava das fraturas internas a fim de convulsionar a estrutura de poder nos países orbitantes ao seu *lebensraum*. As “revoluções coloridas” derrubaram, em pouco menos de dois anos, os governos de três países membros da Comunidade dos Estados Independentes (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 108).

Na Conferência de Moscou sobre Segurança Internacional de maio de 2014 focou em peso no papel das Revoluções Coloridas para o avanço dos objetivos de política externa dos EUA no mundo. O Ministro da Defesa russo, Sergei Shoigu (2014), declarou que "as Revoluções Coloridas estão assumindo progressivamente a cara de guerra e estão se desenvolvendo de acordo com as regras da guerra".

Se rumava a dizer que meios não militares (identificados como Revoluções Coloridas) são reforçados pelo uso de forças encobertas ou de interferência militar aberta (depois que um pretexto é encontrado) contra um Estado opositor (KORYBKOV, 2018, p. 7-8). Ou seja, que a passos largos os conflitos cinéticos se tornavam também parte da equação.

Para William Engdahl, estadunidense autor do livro *Full Spectrum Dominance: Totalitarian Democracy in the New World Order* (2009), em tal altura abre-se um salto qualitativo que dava momento ao início de uma Nova Guerra Fria (p. 24) que tem em seu centro a aliança militar atlântica centrando sua atenção na destruição das capacidades de resistência russas.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo, continuamos a nos utilizar da mesma lógica de aproximação avançada na primeira parte do trabalho, mas aplicada a um novo contexto temporal: o período em que os dois

¹⁰⁴ No original: “The process of development of a new polycentric system of international relations is proceeding with difficulty and is accompanied by an increase in global instability. We have not been able to make considerable headway in the formation of a union space of peace, security and stability in Europe and the Atlantic” (Ibidem.).

únicos ECIs já haviam sentado sua primazia planetária como ordem sistêmica.

Por certo, dentro do contexto de *raumrevolution* inacabada e no qual o planeta se viu dividido numa confrontação bipolar, o fenômeno da guerra também se viu alterado e embora tenha se acelerado em sua evolução tecno-científica também se viu limitado pela relativa estabilidade sistêmica. Se a guerra decide o *nomos* da Terra, o *nomos* da Terra também decide os rumos da guerra.

Dentro do contexto do fim da Guerra Fria na década de 1990, o *momentum* unipolar estadunidense irrompeu como reafirmação da supremacia do único Estado Continental Industrial de fato existente. Os Estados Unidos, estacionados como superpotência global e com nível de ameaça externa à beira da nulidade, permitiram-se ao luxo de experimentar uma estratégia de inovação de capacidades militares e uma nova doutrina totalizante tendo por amparo o consenso de que o país só poderia garantir a continuidade do seu poder e de sua influência na medida em que aumentaria o seu poder relativo.

Nesse sentido, a unipolaridade, longe de concretar um nova ordem de assentamento, abriu passo a uma verdadeira guerra de proporções globais que tinha nenhum outro objetivo senão o de continuar a fragmentação territorial iniciada na Primeira Guerra Mundial e bloquear quaisquer projetos que ainda de forma incipiente representassem um vindouro desafio à ordem sistêmica estabelecida. A cruzada ocidental já não se escondia mais por detrás da pretensa luta anticomunista, mas passou a projetar uma luta contra todos os outros modos de vida que não compartilhassem das acepções civilizacionais ocidentais.

Sua lança, a Guerra de Quarta Geração, trouxe consigo o conceito de *timeless war*, no qual a guerra já não teria outra função do que criar zonas de atrito permanentes na periferia global. Se utilizando das mesmas contradições locais para avançar um modelo de fragmentação territorial permanente, o avanço ideológico da hegemonia ocidental projetou o seu domínio no espaço para dissolver o tempo, controlando todos os aspectos da vida humana.

Mas aqui há um porém: ainda que de forma distinta, o avanço da hegemonia dos EUA se fez seguindo aquele mesmo padrão de confrontação da Guerra Fria. A geoestratégia estadunidense, focada no *Heartland*, se manteve intocada, ante a aferição de que somente na Eurásia poderiam surgir novos blocos de poder com capacidades de enfrentamento ao domínio unipolar.

Nesta *raison d'être*, o território russo e seu entorno imediato continuaram a ser o centro principal de testes das novas formas de guerra perpetradas pelos Estados Unidos e seu condomínio de poder. Como resultado, paulatinamente, a mesma ação agressiva da hegemonia desatou a uma rápida compreensão da realidade por parte que Moscou, que adotou uma lógica geopolítica reativa, na qual a acepção securitária e estratégica da Rússia, tal como a de seus poucos aliados, encontrou

por centro um enfrentamento a uma guerra dissolvente de proporções apocalípticas. À medida que o enfrentamento avançou, passou-se a compreensão de que todos os meios de resistência possíveis deveriam ser postos em movimento. Tal luta contra a desintegração, em condições de assimetria inéditas, seriam o marcador principal das relações internacionais no início do século XXI e animou uma escalada nas tensões sistêmicas.

3. KATECHON E ENDKAMPF: PROJETO DE SOBERANIA E DESAFIO SISTÊMICO

Carthago delenda est

— Marcus Porcius Cato

3. EURÁSIA E AMÉRICA DO SUL: UM DERROTEIRO DA EVOLUÇÃO DAS GUERRAS DA INTEGRAÇÃO

Neste derradeiro capítulo, tratamos de lançar um bosquejo sobre os processos que conformam o que Moniz Bandeira (2014), Engdahl (2009), Korybko (2015; 2016) e Trenin (2018) tencionaram a chamar de um “Novo Momento” nas relações internacionais. *Pari passu* tocamos de forma incipiente no seu desdobramento inevitável.

Desde a década de 1990, ante a mesma guerra dissolvente lançada pela potência unipolar, a Integração regional, se tornou recurso último de uma candente estratégia das grandes e medianas potências, que forçadas pela mesma ação hegemônica tomaram feições de uma confrontação atrelada a dialética mackinderiana.

Nessa sorte de geopolítica de corte reativo vislumbrou-se como única possibilidade de insubordinação sistêmica a conformação de vários *großraums*, como possibilitantes de um novo balanço sistêmico e com capacidade de dar sustentação a uma nova ordem planetária. Se projetou no horizonte a criação de novos Estados supranacionais com dimensões e capacidades superlativas que assumissem a representação externa das soberanias das unidades constituintes e retendo jurisdição superior às de seus componentes.

Ao mesmo tempo, a ampliação do fenômeno integracionista não só atraiu uma reação contundente por parte da hegemonia estadunidense como também desdobrou a fomentar rivalidades sobre aqueles territórios de contato nos quais distintos projetos de integração regional passaram a rivalizar por controle territorial.

Neste ínterim, ao longo da última década, a iminência de um conflito interestatal de largas proporções e o aventamento de um desafio à hegemonia estadunidense se tornaram o centro dos debates das Relações Internacionais e a emergente ação e limitada coordenação de um punhado de nações semi-periféricas, lastreadas no avanço de seus respectivos projetos de integração regionais, paulatinamente, principiaram o socavamento dos interesses estratégicos dos EUA e de seus aliados, num amplo movimento que deu lugar a uma crescente instabilidade internacional no que se convencionou chamar de “volta da geopolítica” por alguns e foi caracterizado pela pretensa imediação de uma “Guerra Híbrida” por tantos outros.

Por detrás de tal fenômeno estaria a emergência de uma crise sistêmica que enfrentando a *Pax Americana* em vias de esgotamento e mirando a uma ascendente nova configuração multipolar, passou ao processo de culminar uma uma revolução espacial iniciada ainda no século XIX. Ao que nos interessa, o esgotamento final de uma manifestação espacial caduca e a emergência de novos

grandes espaços desatou um período de pugna pelo arranjo de poder global, que se caracteriza em sua essência por ser um confronto hegemônico no qual também as potências emergentes se lançam ao conflito. Outrossim, se provou na realidade - uma vez mais - que a ascensão, ainda que momentânea, de uma disposição do poder em policêntria espacial tende - historicamente - a ser um brote fenomênico temporalmente altamente instável no que deriva de suas mesmas qualidades.

Numa confrontação que traz em seu âmago um novo momento das Relações Internacionais e no qual se desdobram novas possibilidades geopolíticas, a soberania territorial recobra um impulso primordial e a disputa por território fronteiriços se coloca em um tal nível de conflitividade que as guerras entre Estados, enquanto como possibilitadoras de câmbios estruturais no arranjo de poder global, retornaram enquanto possibilidades e como sintoma do início de uma guerra pela hegemonia sistêmica ampla e prolongada.

Aqui, se bem os projetos de integração regional se alçaram como “*katechons*” do domínio total da potência unipolar até então, a mesma ação de contenção projetada desde os EUA e seu condomínio de poder deflagraram uma batalha de ordem apocalíptica, uma *Endkampf* - desde que tem potencialidade de terminar com vários mundos -, entre mar e terra, unipolaridade e multipolaridade, o telúrico e o dissolvente.

De futuro aberto e todavia incerto, esta se trata da disputa entre possibilidade de conformação de um novo arranjo policêntrico baseado em vários novos *großraums* soberanos ou na confirmação de um único ente soberano sobre todo o planeta.

3.1. ANOMIA TERRITORIAL: DO PODER TALASSOCRÁTICO

O arranjo sistêmico que se desdobrava da estruturação dissolvente e com ares totalizantes, encorajou a muitos indivíduos a crer que o movimento desencadeado pela hegemonia dos EUA haveria de devir numa suposta - e talvez inevitável ante a mesma assimetria de capacidades - evolução pacífica do sistema internacional, que substituiria o conflito militar como o principal meio de ajustar as relações entre os Estados-nação no mundo contemporâneo.

Essa suposição se articulou dentro de uma *rationale* teórica que defendia de que as metas econômicas e de bem-estar haviam triunfado sobre os objetivos tradicionais de poder e segurança dos Estados e que a oportunidade de estreitar relações econômicas pacíficas somada às restrições impostas pelas capacidades destrutivas da guerra moderna serviriam para diminuir a conflitividade sistêmica (GILPIN, 1981; ESCUDE, 2012; MEAD, 2014):

Ese estrechamiento de las ideas ha acompañado la reducción del margen de maniobra de los Estados que adhirieron al programa de liberalización global y quedaron, al mismo tiempo, prisioneros de la camisa de fuerza creada por sus propias políticas liberales (...) (FIORI, 2001, p. 40).

Ao mesmo tempo, paradoxalmente desde as mesmas posições hegemônicas, formulou-se uma sorte de recuperação tergiversada de conclusões da geopolítica clássica e da importância do território que preconizavam o esgotamento do Estado Nacional moderno. Ancoradas sobre pretensões de matiz pretensamente liberal, desde o centro da hegemonia, tomou evidência dentro do campo das Relações Internacionais uma literatura que colocaria em voga os temas da integração regional e da segurança, especialmente nos trabalhos fincados no conceito do Complexo Regional de Segurança (CRS).

Uma vez mais, apareceria a usual presença antipodal dos conceitos de integração, entendida por cooperação, e conflito, como pólos contrapostos do fenômeno da polarização sistêmica. O que havia de novo, em relação ao período bipolar, é que desta vez este se desenhava como movimento de acomodação a um novo arranjo de poder no qual supostamente emergia um contexto de câmbio estrutural dos padrões de amizade/inimizade sistêmicos no qual a relação de conflito estaria em vias de superação (BUZAN; WÆVER, 2003).

Nesse momento, os processos de integração irromperam como forma principal de expansão e controle territorial (PUNTIGLIANO, 2016) culminando no chamado “Novo Regionalismo” que por sua vez estava lastreado ao redor do chamado Consenso de Washington.

No experimento que teve o NAFTA¹⁰⁵ como primeiro laboratório, se caracterizou uma guinada à formação de áreas de livre comércio, uniões aduaneiras e mesmo integração monetária numa onda de processos de integração em que prevaleceu uma tendência à formação de blocos econômicos regionais, com perspectiva liberal e comercialista, centrada ao redor da tríade imperialista conformada por Estados Unidos, Alemanha e Japão (AMIN, 2004; LIMA; COUTINHO, 2006).

Para Vizentini (2008, p.5), o que se propagava era uma aproximação em que “a noção de projeto, interesse ou soberania nacional foi largamente abandonada (...) diante de uma abertura considerada ‘inevitável’ e a promessa da inclusão à modernidade”, que em verdade se tratava da inclusão no pós-tempo hegemônico, e que se estirava num processo de “encolhimento diplomático” e de “internacionalização passiva”.

O que se regia era uma proposta de integração desintegradora que tinha por intenção máxima não o desenvolvimento de seus partícipes, mas ao avanço da desregulação financeira e da

¹⁰⁵ Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio ou *North American Free Trade Agreement*, em inglês.

abertura comercial, arrastadas a reboque junto às reformas neoliberais, num processo de fragilização estatal que de fato ampliaria a subordinação de seu elos mais débeis (PARADISO, 2009).

Nessa esteira de ação, o aparato bélico da hegemonia global teria também seu papel complementar. A primeira Guerra do Golfo junto ao conflito nos Balcãs ao mesmo tempo que dissolveram pólos “realmente existentes” de desafio aos interesses de Washington, serviram também como eventos sinalizadores aos membros da CEE, e principalmente a França, de que estes ainda pouco poderiam fazer para evitar que a OTAN participasse de um conflito sob a liderança dos EUA num papel de quase total sujeição num movimento. No conflito se reafirmava a presença estadunidense no continente europeu e a intenção central de denegar a todos os custos as possibilidades de existência de qualquer pólo outro de poder desafiante (AGUIRRE, 1990; MONIZ BANDEIRA, 2016).

Ao que importa, a movimentação estadunidense trouxe novos ventos ao deixar desvelado que a globalização do capital e o avanço tecnológico não eliminavam a centralidade da dimensão territorial da política (PUNTIGLIANO, 2016).

Retirado o foco da perspectiva de conflito daquele eixo leste-oeste e aparentemente ideológico próprio da bipolaridade do século XX, foi lançado luz sobre o umbral de poder sistêmico e suas consequências espaciais (DUGIN, 1997; METHOL FERRÉ, 2009; PAGLIARI, 2008; GULLO, 2018), no que configurou paulatinamente a um “retorno à geopolítica” (MEAD, 2014).

A “desordem territorial” propagada por Washington e seu condomínio de poder, buscando estender a vitória para além da vitória mesma e perpetuar seu domínio a todos âmbitos da realidade, acabou por causar um desequilíbrio geopolítico que derivou de forma rápida a uma crise sistêmica. Ao redor do globo, a “caducidade do Estado-nação” (METHOL FERRÉ, 2009) se fez sentir como verdade incontornável não em razão da narrativa hegemônica que se projetava desde o centro do poder global propugnando um “mundo plano” (FRIEDMAN, 2006), mas em clara função de reagir a tal monstruosidade.

O avanço da hegemonia estadunidense através de seus projetos de regionalização de matiz expansionista obviam que não era o confronto ideológico sua razão de ser (MONIZ BANDEIRA, 2015, p. 55) e acabou por desatar um movimento antipodal que também se ateve a integração regional como maneira de refrear ou ao menos atrasar a culminação de um mundo virtualmente unipolar (MEARSHEIMER, 2001; VIZENTINI, 2006).

No momento em que muitos autores creiam residir a deflagração de uma “sociedade sem fronteiras” (OHMAE, 1996; FRIEDMAN, 1999; 2006; HALL, 2015), houve em verdade a catalisação de uma série de espasmos que recorrendo à possibilidade da integração regional, articulou um ensejo de contra-resposta sistêmica, que tinha por centro superar as restrições

impostas aos Estados-nação individuais e enfrentar - ainda que em assimetria - o poderio do Estado Continental Industrial estadunidense (BRESSER-PEREIRA, 2007).

Tal realidade representava uma sorte de desafio que forçaria tanto a países industrializados como aqueles em desenvolvimento a reavaliar suas estratégias de desenvolvimento e de política externa (SAVIN, 2021) e enquanto a maior parte do campo liberal rejeitava a possibilidade da construção de uma multipolaridade, por variadas razões, testemunhou-se no final dos anos 1990 os primeiros sinais da “emergência de um mundo multipolar” (KAMPF, 2009) catalisada pela aproximação de potências emergentes que deram ímpeto a seus próprios modelos de integração regional (SAVIN, 2021).

3.2. INTEGRAÇÃO REGIONAL: PODER PARADOR DA TERRA

Desde uma aproximação da tradição realista das Relações Internacionais, se alçaram o que Mearsheimer (2001) chama de *revisionist states*, que ao não ver seus interesses salvaguardados com a ordem mundial existente tiveram a disposição e agência a modificá-lo. O objetivo por detrás da ação destes “estados questionadores” não é outra a não ser ampliar sempre e cada vez que possível suas capacidades de decisão e de iniciativa estratégica autônoma. Sua ação se baseia num tripé político, econômico e militar para poder aumentar gradativamente a eficácia no espalhamento de suas ideias e propostas de mudanças no arranjo sistêmico (FIORI, 2014, p. 231).

É neste contexto que a integração regional aparece como estratégia central às potências emergentes na tarefa de pendulação e subversão da ordem. Numa sorte de desafio “periférico-contestador ” (PADULA, 2010, p. 77). Afinal, a integração regional se trata de um processo no qual os atores são persuadidos - por coerção ou coação - a deslocar suas lealdades, expectativas e atividades políticas para se orientar em direção a um novo centro soberano cujas instituições possuem ou exigem jurisdição sobre os Estados Nacionais preexistentes (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 55).

Historicamente, todas as experiências moderadamente bem sucedidas de desenvolvimento mais do que por fatores internos tem o seunexo causal lastreado, principalmente, num amplo desafio a uma conjuntura externa. É neste contexto em que governos, num movimento de insubordinação, conseguem alcançar certa unidade interna no país, destravar suas forças potenciais e implementar estratégias de desenvolvimento que lhe deem maior autonomia e que lhe aproximem de uma situação de soberania de facto (GULLO, 2018):

O caminho dos “ganhadores” está aberto para todos os países? Sim, está aberto, mas poucos serão os vencedores, porque a energia que move esse sistema, conforme vimos, vem da luta contínua entre Estados, economias nacionais e capitais privados, pela conquista de posições monopólicas que são desiguais por definição. Ainda assim, todos os Estados podem se propor a modificar sua posição relativa dentro do sistema, ainda que não queiram necessariamente ser uma potência regional ou internacional (FIORI, 2014, p. 45).

Lastreado em argumentos de ordem securitária e colocando sua mirada sobre os câmbios de correlação de forças internacionais que inviabilizam aos entes Estatais a atingirem seus objetivos nacionais, deu-se um ímpeto a processos regionais de dessecuritização entre países limítrofes que desdobraram-se também em processos de integração econômica e militar (VIZENTINI, 2006).

Num movimento de corte reativo, recobrou-se uma apreensão da realidade apoiada numa racional de ordem geopolítica enquanto *Katechon*. O território, determinante de possibilidades de desenvolvimento (tempo) e negligenciado na segunda metade do século XX, retomou sua importância.

Pari passu, uma lógica dialética territorial inerente se impôs na política global enquanto possibilidade de contrarrestar a “visão fundamentalista da globalização segundo a qual este é o único mundo possível”¹⁰⁶ (BUELA, 1999) e propugnando a capacidade de se refrear no espaço o fim do tempo¹⁰⁷¹⁰⁸¹⁰⁹ (DUGIN, 1997).

Aqui tal fenômeno traz à tona uma vez mais lógica da expansão territorial que não deve ser encarada como um fim, mas como determinante de possibilidades. Há uma relação de ordem fundamental do tripé integração, desenvolvimento e soberania que, em última instância, indicam um processo civilizatório mais amplo (PADULA, 2010, p. 77).

O que se fez verificar, paulatinamente, era que ao contrário do que inicialmente afirmavam Buzan e Wæver (1998), o fenômeno da integração regional, longe de restar sobre a superação dos padrões de amizade/inimizade, confirmava-os, carregando em seu âmago concepções de desenvolvimento e soberania que se atrelam intrinsecamente a ideias, estratégias e políticas de um

¹⁰⁶ No original em inglês: “*fundamentalist vision of globalization according to which this is the only possible world*”(BUELA, 1999).

¹⁰⁷ Dugin (2012) comenta que sem tempo não existe futuro algum, dado que a subjetividade transcendental dos povos estaria cancelada. Na massa amorfa, o ser já não seria mais possível num mundo achatado pela dominação da fluidez do poder do mar (p. 165).

¹⁰⁸ Contudo, Dugin (1992), nos comenta que a Geopolítica, por sua própria natureza dialética, retém uma tendencial evolucionária e apocalíptica que rememora em certa medida àquela dialética hegeliana onde o ente toma consciência de seu próprio Ser ao longo tempo, rumando a um inexorável conflito de caráter final, uma *Endkampf*. A *Endkampf* passa a permear e penetrar de forma sincrônica também a política, a econômica e todos os demais aspectos da vida social. Certo é, porém, que o desdobramento final de tal batalha de ordem apocalíptica tem um acabamento aberto, indefinido e incerto (DUGIN, 1997, p. 30).

¹⁰⁹ Como bem nos chama a atenção Alain de Benoist (2009), no conceito schmittiano, o mundo terrestre está tendido a dividir o solo entre diferentes unidades políticas e por esta mesma razão em dar lugar a uma multipolaridade em seu espaço. Já o seu polo antipodal, o poder marítimo, não está ele mesmo lastreado às divisões necessárias para a sustentação de múltiplos pólos de poder, sendo então tendido a sanha de unificar o globo a sua imagem e semelhança.

Estado e sua dinâmica territorial (SLIPCHENKO, 1993; SMITH, 2006; MEARSHEIMER, 2014; PUNTIGLIANO, 2016).

Desde uma aproximação estritamente geopolítica, a regionalização e a formação de blocos regionais podem - e talvez devam - ser encarados como processos de constituição de “blocos de poder” que tem por fim alcançar o umbral de poder de uma época histórica determinada e alterar as balanças de poder entre as grandes potências duma determinada época (GULLO, 2018). Conforme Vizentini (2006):

Os blocos comerciais, que representam um dos resultados da globalização, estão se tornando blocos político-econômicos, que tendem a se converter em novos atores no lugar das super-potências. Assim, para os Estados Dinásticos, no congresso de Viena de 1815, foram substituídos pelas potências (o sistema europeu de equilíbrio de poder), e estas pela superpotências na Conferência de Ialta em 1945, hoje estas poderiam estar em vias de ceder seu lugar aos blocos regionais de poder (VIZENTINI, 2006, p. 17).

Ao que Mearsheimer (2001) propugnava como um “poder parador da água” nos opomos com o poder parador da terra. Como nos diz Buela (1992, 1999), é na luta por pertencer a um espaço territorial determinado que se dá o sustém a uma resistência de ordem civilizacional ante a ameaça do avanço do inimigo hegemônico.

Ainda nos anos 1990, enquanto na América do Sul o Mercosul dava seus primeiros passos, do outro lado do mundo, em 1997, os temores da confirmação de uma unipolaridade irreversível (DUGIN, 1997), fizeram Pequim e Moscou reverterem as desconfianças mútuas da Guerra Fria, no que derivou a assinatura da chamada “Declaração Conjunta de um Mundo Multipolar e o Estabelecimento de uma Nova ordem Mundial” num movimento que sinalizava um desejo compartilhado de um “século XXI verdadeiramente multipolar” (HUNTINGTON, 1999).

Moscou passou a adotar de igual maneira uma nova postura no espaço pós-Soviético, passando a considerar como primordial a predominância regional a fim de manter seu status de grande potência. Os países da CEI se tornaram a prioridade e através de instrumentos econômicos, políticos e militares se construía uma estratégia de restauração das posições de lastros de poder do país no longo prazo (PICCOLLI; DALL'AGNOL; PEREIRA, 2017, p. 5, 11).

A partir disso, também na Europa, agora sob a forma da União Europeia, retomava-se o ímpeto por finalmente deixar a influência de Washington. Ante a constatação de que potências não-ocidentais poderiam num médio-prazo de tempo vir a confrontar a hegemonia de Washington, cresciam os temores de que o seguidismo aos ditames dos EUA tinha condições de provocar o

completo desvanecimento das possibilidades do velho continente como polo de poder numa vindoura nova configuração global (SAVIN, 2011).

Neste sentido, já fossem econômicos, militares, de infraestrutura e, não de forma inusual, uma amálgama destes, os processos integracionistas que tiveram sua gênese ou impulso a partir da década de 1990 se tornaram arietes da estratégia geopolítica das grandes e medianas potências, tomando feições de uma confrontação atrelada a dialética mackinderiana (BRZEZINSKI, 1997; METHOL FERRÉ, 2009).

Nessa sorte de geopolítica de corte reativo - tal como em sua origem germânica -, vislumbrou-se a possibilidade de conformação de vários e independentes *großraums* ou blocos de poder como possibilitantes de um novo balanço sistêmico e com capacidade de dar sustentação a uma nova ordem planetária (PUNTIGLIANO, 2016), com “*la creación de un nuevo Estado más grande que asume la representación exterior de las soberanías de las unidades constituyentes y que tiene jurisdicción superior a las de sus componentes*” (HERRERA *apud* METHOL FERRÉ, 2009).

Não é curto afirmar que a política das grandes potências abarca de maneira histórica e usual práticas e ações que tem por fim sabotar de forma deliberada o acúmulo de poder relativo daquelas das potências concorrentes e de países emergentes, a fim de dar sustentação a continuidade do status quo e assegurar dominação do sistema internacional.

Por assim ser, a mesma possibilidade de formação de um polo de poder potencialmente concorrente, especialmente por processos de integração regional liderados por potências regionais emergentes, invariavelmente, atraiu a ação das potências hegemônicas momentâneas com vistas em reforçar suas influência respectivas, bloqueando ou refreando a ampliação da influência de potências rivais na forma de blocos regionais (MEARSHEIMER, 2001; VIZENTINI, 2006).

A ampliação do fenômeno integracionista não só atraiu uma reação por parte da hegemonia, como também se desdobrou a fomentar rivalidades sobre aqueles territórios de contato nos quais distintos projetos de integração regional passaram a rivalizar por controle territorial (MONIZ BANDEIRA, 2014; SAVIN, 2021).

Enquanto movimento amplo e incerto - por sua própria característica policêntrica - este também carrega uma contradição que dá lugar a um complexo movimento de transição hegemônica em que torna “mais provável a ocorrência de disputas por áreas de influência entre os pólos de poder do sistema internacional” (KERR-OLIVEIRA *et al*, 2016) mesmo entre as potências que irrompem.

É a mesma possibilidade de rearranjo espacial dá lugar a uma maior conflitividade entre as hegemonias decadentes e as potências em ascensão. Ao mesmo tempo, a maior conflitividade é ela mesma a possibilitadora de um novo rearranjo (ORGANSKI, 1968). Isso é dizer que do mesmo

processo de consolidação dos processos de integração regional, que se projetam enquanto novos entes políticos soberanos, se propicia possibilidades de um câmbio estrutural.

Ao passo que se acelera o declínio do poder relativo – mas todavia não estrutural – dos Estados Unidos no sistema internacional; acompanhado da estagnação da Europa e Japão; e a ascensão econômica e política de poderes outros conforma-se um cenário “*caracterizado por una muy significativa redistribución del poder mundial que, como recuerda la historia, jamás transcurrió pacíficamente*” (BORON, 2013)

3.3. DO DESAFIO SISTÊMICO: *HYBRID WAR*?

De fato, a pugna pela estruturação de pólos do sistema internacional desatou um período de Revolução em Perspectiva Estratégica (WALTON, 2009), numa sorte de ponte temporal transicional na qual o mapa-mundi geopolítico foi injetado a um tipo de dinamismo com alto grau de imprevisibilidade que inclina, tendencialmente, a cambiar o comportamento dos atores estatais e derivar numa larga crise sistêmica,

Por sua vez, ante tal desprendimento, o hegemom global, ante a possibilidade de perder sua posição de poder, lançou-se ao conflito global com o “grande objetivo (...) de disputar projetos multipolares de conexões transnacionais por meio de conflitos de identidade provocados externamente (étnicos, religiosos, regionais, políticos, etc.)”¹¹⁰.

Nesta conjuntura em que a retomada da competição e da rivalidade interestatal se manifestam como características imutáveis das relações entre Estados soberanos e se desenha um equilíbrio estratégico temporal, se assomando no horizonte o retorno da guerra estatal enquanto possibilidade e condicionante de novas possibilidades.

Tal *momentum*, em verdade a culminação de uma revolução espacial iniciada ainda no século 19, opera uma por sua vez uma reconfiguração do fenômeno da guerra enquanto na qual abrem-se caminhos incertos na qual se projetam novos arranjos de poder em escalas regional, continental e global. É de tal aventamento que trataremos nas páginas que se seguem.

Premonitórios, os autores apontavam que um país com condições econômicas ascendentes, tal como a China, poderia evitar os novos modos de guerra e o escalonamento da própria guerra por meio de seu poderio financeiro. Estrategistas e militares russos passaram a se utilizar do termo

¹¹⁰ No original em inglês: “*grand objective (...) to disrupt multipolar transnational connective projects through externally provoked identity conflicts (ethnic, religious, regional, political, etc.)*” (KORYBKO, 2016).

gibridnaya voina, numa tradução direta de guerra híbrida, para se referir de maneira específica a ação das aliança militar ocidental em direção a seus inimigos e, de forma principal, a própria Rússia, num processo que em verdade se trata “do processo de transformar uma revolução colorida em uma guerra não convencional com o intuito de alcançar uma mudança de regime em um estado alvo”:

[o] grande objetivo por trás de cada Guerra Híbrida é interromper projetos conectivos transnacionais e multipolares por meio de conflitos identitários provocados externamente (étnicos, religiosos, regionais, políticos, etc.) dentro de um estado inimistado visado (...) minha definição de guerra híbrida trata de sua implementação prática no processo de transformar uma revolução colorida em uma guerra não convencional com o intuito de alcançar uma mudança de regime ou federalismo sob o eixo de uma identidade em um estado alvo (KORYBKO, 2016).

O que se convencionou chamar de Guerra Híbrida, levantou a hipótese de que uma revolução colorida poderia se alçar ao patamar de um conflito amplo e com emprego de meios violentos quase que imediatamente após o início do distúrbio para atuar como multiplicador de forças (KORYBKO, 2018, p. 71).

Subvertendo a Tilly (1978), podemos afirmar que uma situação de crise num determinado arranjo de poder num espaço geográfico determinado tendência a um desfecho de câmbio estrutural quando há a persistência de soberanias múltiplas soberanias que se estendem tanto num território considerável quanto num tempo de razoável proporção.

Tais forças tendem a tomar ao menos parte da estrutura do poder que se torna caduco ao passo que também avançam a construir o seu próprio poder. Isso é dizer que uma crise sistêmica depende, inexoravelmente, de múltiplos entes exercendo soberania sobre seus respectivos territórios de assento e em disputa por espaços.

A ampliação do fenômeno integracionista se desdobrou a fomentar rivalidades sobre aqueles territórios de contato nos quais distintos projetos de integração regional passaram a rivalizar por controle territorial. Em seu espaço principal, a Eurásia, os projetos de integração russo e da Europa Ocidental, liderados pela Alemanha, entraram em atritos sistemáticos que se alastraram por todo o *near-abroad* russo (MONIZ BANDEIRA, 2014; SAVIN, 2021).

Nessa direção, Moniz Bandeira (2014), Engdahl (2009), Korybko (2015; 2016) e Trenin (2018), aventam a tese de que mais do que mero paradigma estratégico ao que concerne a guerra, o que se convencionou chamar de Guerra Híbrida é nada além da manifestação aparente que encobre uma disputa pela configuração espacial da ordem global e que deriva a se tornar uma guerra hegemônica toma aspectos e dimensões também globais.

Uma guerra civil num Estado periférico mas todavia localizado numa zona de contato direto entre projetos de integração distintos e em que bandos enfrentados passaram a lutar por defender

interesses externos ao meramente local, demonstrou-se como confirmação de que a necessidade estratégica da conformação de blocos de poder descambava ao enfrentamento aberto a medida que territórios de contato passassem a ser disputados por projetos de territorialização distintos.

Tal como já o ponderava Luttwak (1968), de forma acertada em nossa opinião, um *Coup d'Etat* em sua forma clássica só se torna possível se a fonte real do poder dominante do país estiver localizado dentro de suas próprias fronteiras (p. 25) - ou se o novo poder local estiver em conluio com tal soberania real - e se a configuração de poder interna repouse centralizada num nodo geográfico único (p. 40). Caso contrário, teríamos a derivação a uma confrontação aberta entre o novo poder e aquele poder forâneo que controla *de facto* o país, no primeiro caso, ou a explosão de uma guerra interna, no segundo.

De fato, como um bom exemplo de como o uso do termo “*hybrid war*” evoluiu e tomou importância na segunda década do século XXI, ao redor crescentes discussões de ordem semântica e de disputas de corte geopolítico, podemos nos utilizar da publicação pela OTAN de sua Doutrina Militar Conjunta (*Allied Joint Doctrine*) que a altura de 2010 se referiu a “ameaças híbridas” dentro do tópico de “Outras ameaças”, sendo aquelas de tipo convencional e não-convencional colocadas por atores não-estatais (NATO, 2010, p. 2–6). Na edição de 2017, todavia, o mesmo já contava com uma seção própria e uma definição muito mais específica:

Ameaças híbridas ocorrem onde ameaças convencionais, irregulares e assimétricas são combinadas no mesmo tempo e espaço. O conflito pode envolver uma série de participantes transnacionais, estaduais, de grupos e individuais que operam global e localmente. Alguns conflitos podem envolver violência intercomunitária simultânea, terrorismo, ataques no ciberespaço, insurgência, criminalidade e desordem generalizadas¹¹¹ (NATO, 2017, p. 2–11).

Certo é, entretanto, que embora seu uso tenha se tornado corrente, o conceito de guerra híbrida jamais teve maior sistematização teórica. Em acorde a Rácz (2015), a expressão Guerra Híbrida apareceu pela primeira vez no ano de 2002 por meio do trabalho do Major William J. Nemeth, do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América, em sua tese intitulada *Future War and Chechnya: a Case of Hybrid Warfare*; todavia de maneira diversa a empregada atualmente¹¹².

¹¹¹ No original em inglês: “*Hybrid threats occur where conventional, irregular and asymmetric threats are combined in the same time and space. Conflict could involve a range of transnational, state, group and individual participants operating globally and locally. Some conflicts may involve concurrent inter-communal violence, terrorism, cyberspace attacks, insurgency, pervasive criminality and widespread disorder*”(NATO, 2017, p. 2–11)..

¹¹² Neste trabalho, em verdade sua dissertação para obtenção do título de mestre em *Arts In National Security Affairs* pela *Naval Postgraduate School*, Nemeth postula que uma guerra híbrida seria manifestação maior do que chama de ‘Estados devolutos’ que, por sua vez, seriam são aqueles que retornaram a uma organização sócio-política mais tradicional e, como resultado, operam sob um conjunto diferente de normas do que os Estados modernos demonstrando, em sua face militar, características salientes de forças militares modernas e pré-estatais, ao mesmo

Para autores tais como Guindo, Martínez e Gonzáles (2015, p. 4) a primeira referência à denominação de guerra híbrida é atribuída ao trabalho de Mattis e Hoffman, publicado em 2005, sob o título *Future Warfare: The Rise of Hybrid Wars*, no qual discorrendo sobre os EUA, os autores afirmam que:

[...] nossa superioridade convencional cria uma lógica convincente para que atores estatais e não estatais saiam do modo tradicional de guerra e busquem alguma capacidade de nicho ou alguma combinação inesperada de tecnologias e táticas para obter uma vantagem (MATTIS; HOFFMAN, 2005, p. 1)¹¹³.

Temos por certo que o termo em si começou a ter seu uso mais proliferado, ainda que de maneira errática e confusa, após o conflito entre Israel e o Hezbollah no ano de 2006. Naquele momento, as palavras *Hybrid Warfare* começaram a ser utilizadas para descrever conflitos não-convencionais, sob os conceitos dos EUA-OTAN, onde a ação de atores puramente estatais não se manifestava de maneira clara.

Nesse sentido, o trabalho de Frank Hoffmann (2007) por certo foi aquele que começou a disseminar o amplo uso do termo *Hybrid Warfare*, a partir da publicação de sua obra *Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars*. Analisando as experiências dos conflitos que àquela altura eram recentes, Hoffmann dá um especial enfoque à guerra entre Israel e o Hezbollah no sul do Líbano em 2006, que naquela altura resultou na improvável vitória do movimento de resistência libanês.

Hoffman (2007) postula que o acionar do Hezbollah se tratava de uma sorte de protótipo e indicador de um novo tipo de guerra no qual se verificava a emergência de agentes não-estatais assumindo capacidades análogas a aqueles que o são, tornando-se capaz de enfrentá-los e eventualmente derrotá-los, aliando o uso de táticas de guerrilha e do uso de tecnologia bélica e informacional no que lhe alçou à categoria de possuir capacidades de ordem estratégica.

É aqui que Hoffman (2007) nos chama a atenção a algo que apontaria o sentido que as novas compreensões futuras do termo, baseadas numa interpretação tecno-científica, teriam no ocidente quando sublinha que o “ciclo constante de ação-reação dos avanços tecnológicos é antigo, mas parece ser que [hoje] este precisa ser reaprendido da maneira mais traumática” (HOFFMAN, 2007,

tempo (NEMETH, 2002). O autor recorre ao caso do movimento separatista checheno para ilustrar a sua tese, num estudo que guarda certos paralelos com aquele apresentado por Valery Tishkov em seu *Life in a War-torn Society* (2004) onde se apresenta a tese que o conflito checheno teria tido sua gênese em decorrência de um fenômeno de ‘desmodernização’ - recorrendo ao conceito de Alain Touraine - da república do Cáucaso, no processo mesmo do esfacelamento da URSS, atrelado a uma rebelião daquelas populações do interior montanhosa da região.

¹¹³ No original: “[...] our conventional superiority creates a compelling logic for states and non-state actors to move out of the traditional mode of war and seek some niche capability or some unexpected combination of technologies and tactics to gain an advantage” (MATTIS; HOFFMAN, 2005, p. 1).

p. 36)¹¹⁴.

Contrastando a Hoffman, nos demonstram Schuurman (2011), Gray (2005) e Sumida (2008), que o emprego de meios diversos e o amplo desencadeamento de ações de baixa intensidade não trazem em si com qualquer novidade qualitativa enquanto a própria essência - calcadas na trindade primária - da guerra tal como propugnada na obra de Clausewitz¹¹⁵. Novas tecnologias desatam novas abordagens ante problemas que permanecem, em sua essência, inalterados. Como nos aponta o General e presidente da Academia Russa de Ciências Militares, Makhmud Gareev (2013):

Desde sempre o confronto entre nações se deu por meio do uso de diferentes forças e métodos, tais como inteligência, contra-inteligência, engano, manipulação, desinformação e outros. Apenas alguns de nossos filósofos pensam que todas essas ferramentas não militares apareceram hoje (GAREEV, 2013, p. 3)¹¹⁶.

A guerra é ela mesma um fenômeno marcado pela hibridicidade imposta tanto pelo escorrimento do tempo quanto pela extensão do espaço (CLAUSEWITZ, 1993). Ademais, óbvios e vastos são os exemplos históricos nos quais as combinações de métodos regulares e irregulares foram utilizados com vistas a fim de se atingir um objetivo político. Para von Clausewitz (1976):

A guerra se trata de um verdadeiro camaleão que adapta ligeiramente suas características face ao caso concreto. Como fenômeno total, suas tendências dominantes sempre fazem da guerra uma trindade composta de violência, ódio e inimizade primordiais, que devem ser considerados como uma força natural cega do jogo de azar e na qual irrompe a probabilidade dentro do qual o espírito criativo está livre para vagar (...) (CLAUSEWITZ, 1976, p. 89)¹¹⁷.

Ao mesmo tempo, o emprego tático-estratégico de ações em esferas outras da vida que as do campo de batalha, mas ainda assim no contexto do conflito, já podiam ser encontrados em obras tão antigas e caras ao pensamento militar clássico como aquela de Sun Tzu (2000):

¹¹⁴ No original: “[t]he constant action-reaction cycle of technological advances is age old, but it appears it needs to be relearned the hard way” (HOFFMAN, 2007, p. 36).

¹¹⁵ Em Clausewitz (1993), se demonstra uma ligação entre o Estado e a guerra; sendo esta última uma continuação mesma da política, pelo qual não seria possível uma avaliação estritamente militar de tal fenômeno, pois uma análise completa do mesmo demanda a observação de três componentes: a) violência e paixão; b) indeterminação e chance; e, só então, c) razão.

¹¹⁶ No original: “All the time the international confrontation was implemented through the use of different forces and methods such as intelligence, counterintelligence, deception, manipulation, disinformation and others. Only some of our philosophers think that all these non-military tools appeared today” (GAREEV, 2013, p. 3)

¹¹⁷ No original: “War is more than a true chameleon that slightly adapts its characteristics to the given case. As a total phenomenon its dominant tendencies always make war a remarkable or paradoxical trinity--composed of primordial violence, hatred, and enmity, which are to be regarded as a blind natural force; of the play of chance and probability within which the creative spirit is free to roam (...)” (CLAUSEWITZ, 1976, p. 89)

Contraria o comando do inimigo, semeia a dissensão entre seus chefes, fornece motivos de cólera uns contra outros, faz com que murmurem contra seus oficiais, amotina os oficiais subalternos contra seus superiores. Interceptalhes víveres e munições. Semeia entre eles melodias voluptuosas para lhes estiolar o coração. Envia-lhes mulheres para acabar de corrompê-los. Faz com que saiam quando conviria que ficassem acampados, e permaneçam tranquilos quando urgiria que atacassem. Dissemina ininterruptamente falsos alarmes e falsos avisos. Conquista, para tua causa, os governadores de províncias inimigas. Eis aproximadamente o que deves fazer, se queres ludibriar, usando habilidade e astúcia (SUN TZU, 2000, p. 45).

Toda guerra ou conflito partilha de características híbridas porque se pressupõe que esta se constitui de métodos, técnicas e formas que intersectam diferentes modos de levar a cabo uma confrontação. A guerra, enquanto fenômeno, habita este lugar de coexistência espaço-temporal de elementos que, ainda que complementares, podem ser pertinentes a pontos distintos no mesmo fluxo temporal.

Como bem pontuaram Murray e Mansoor (2012) em sua obra *Hybrid Warfare: Fighting Complex Opponents from the Ancient World to the Present*, no que ao nosso parecer é um trabalho muitíssimo bem realizado e de caráter seminal, as guerras sempre foram e continuarão a ser um fenômeno complexo e tendentes a maior complexidade, pese a que em sua essência permaneça inalterada (p. 1).

De fato, para Kofman e Rojansky (2015), o termo Guerra Híbrida não passa de ser uma nova denominação para atos de guerra de tipo não-convencional e políticos que carrega nenhuma capacidade explicativa de *per se*. Para Van Puyvelde (2015), o mesmo se torna tão amplo em usos e sentidos que por si não tem capacidades explicativas e deveria ser relegado, pois na prática, qualquer ameaça pode ser híbrida, desde que não se limite a uma única forma e dimensão de guerra. Qualquer ameaça ou uso de força é em verdade híbrido, pelo qual o termo perderia seu valor causando confusão ao invés de esclarecer a "realidade" da guerra moderna (VAN PUYVELDE, 2015)¹¹⁸.

O híbrido é próprio daquilo que é transicional. Uma tecnologia que ruma a superar o antigo, mas que carrega dentro de si aquilo que o precede. O não-convencional só o é comparado a aquilo que é tido por convenção. Neste sentido, a hibridicidade surge da busca por se alçar a um patamar de maior otimização e sinergia no emprego de recursos e capacidades disponíveis, na qual o uso de métodos, meios e técnicas militares e não-militares tem por vistas pendular o arranjo de poder momentâneo e galgar uma posição de vantagem sobre o inimigo. Tal vantagem irrompe como fator de câmbio estrutural no espaço da confrontação (BANASIK; PARAFIANOWICZ, 2015, p. 20).

¹¹⁸ No original: "In practice, any threat can be hybrid as long as it is not limited to a single form and dimension of warfare. When any threat or use of force is defined as hybrid, the term loses its value and causes confusion instead of clarifying the 'reality' of modern warfare" (VAN PUYVELDE, 2015).

Por assim ser, a hibridicidade da guerra não se trata de fenômeno particular do nosso tempo, mas sim parte da essência da guerra enquanto fenômeno e experiência do poder. A hibridicidade tal como o “novo” nada é nada além de resposta - ou tentativa de - a problemas materializados na mesma realidade. Afinal, o que se convencionou chamar de “guerra híbrida não muda a natureza da guerra, ela meramente muda a maneira como as forças se engajam no conflito” (MURRAY; MANSOOR, 2012, p. 3)¹¹⁹.

Todavia, de fato há de se prestar atenção em nosso momento histórico e no próprio modo de se fazer a guerra e de como as forças se engajam no conflito. Se bem o confronto internacional por toda sua existência foi implementado por meio do uso de diferentes forças e métodos, como inteligência, contra-espionagem, engano, manipulação e desinformação (GAREEV, 2013), de fato no hodierno todas estas ações estão sendo integradas através em um alto grau de complexificação planejada, num movimento que se bem não revela uma mudança da essência da guerra, traz luz aos objetivos de seus perpetradores, que é o de:

(...) interromper projetos conectivos transnacionais e multipolares por meio de conflitos identitários provocados externamente (étnicos, religiosos, regionais, políticos, etc.) dentro de um estado inimistado visado (...) minha definição de guerra híbrida trata de sua implementação prática no processo de transformar uma revolução colorida em uma guerra não convencional com o intuito de alcançar uma mudança de regime ou federalismo sob o eixo de uma identidade em um estado alvo (KORYBKO, 2016)

Estrategistas e militares russos, se utilizam do termo *gibridnaya voina*, numa tradução direta de “*hybrid warfare*” para se referir de maneira específica à ação das aliança militar ocidental em direção a seus inimigos e, de forma principal, a própria Rússia. Tal ação se trataria em verdade do processo de evolução e maturação técnica daqueles movimentos que adentraram para a literatura como “revoluções colorida” para verdadeiras guerras de caráter não-convencional como o intuito único de fazer tombar governos aos quais são percebidos como inimigos:

A Guerra Híbrida levanta a hipótese de que o conflito preexistente em questão é uma revolução colorida fabricada externamente e que a guerra não convencional pode ser iniciada de forma secreta quase que imediatamente após o início da revolução colorida para atuar como multiplicador de forças (KORYBKO, 2018, p. 71).

Não por acaso, ainda desde a Rússia, a guerra contemporânea e suas necessidades temporais

¹¹⁹ No original: “*hybrid war does not change the nature of war; it merely changes the way forces engage in its conflict*” (MURRAY; MANSOOR, 2012, p. 3).

são de fato tratadas desde outros conceitos paralelos, ainda que não inteiramente relacionados, onde o termo “novo” aparece com centralidade tal como em "Nova aproximação para o alcance de Objetivos Políticos Militares" (GERASIMOV, 2013) e "*New Generation War*" (CHEKINOV; BOGDANOV, 2013). Aponta-se na direção que nosso tempo, de fato, testemunha um novo momento do conflito global.

Nesse mesmo sentido, Trenin (2018) nos traz um elemento central. Para o mesmo, o que havia era a escalada de um conflito essencialmente entre Rússia e Estados Unidos pelas disputas de configuração da ordem global, pelo qual toma aspectos e dimensões também globais.

Coronel retirado do Exército Vermelho, Trenin passa a tratar tal momento não como mera nova aproximação estratégica ao problema da guerra, mas como um novo momento estratégico de disputa hegemônica global que se dá, de forma prioritária, entre os EUA e a Rússia dando lugar a um novo momento na história das relações internacionais.

Todos modos, Hugo San Martin (2019), em sua obra *La Guerra Híbrida Rusa Sobre el Occidente* - que já pelo seu título aponta em adjudicar a versão ocidental dos fatos - sublinha que o termo “Guerra Híbrida” se tornou onipresente na discussão sobre a guerra moderna e em suas perspectivas futuras pelo qual passou a permear tanto o imaginário quanto às análises do alto comando militar se tornando referência para a formulação das estratégias militares do hodierno (SAN MARTIN, 2019, p. 13).

Em tal novo imaginário, se incorporaram uma miríade de diferentes modos de se conceber a guerra e até mesmo se supõe que estaríamos diante a uma manifestação totalmente distinta da mesma. Pensou-se a guerra em tempos de paz, tal como o fora a Guerra Fria, mas, diferentemente daquela, nesta as populações dos países inimistados não estariam plenamente conscientes do conflito (SAN MARTIN, 2019, p. 16).

George Friedman, em seu “*Coming conflict with Russia*” (2009), pouco após o conflito na Geórgia em 2008, portanto, trata a mesma existência da Rússia como uma questão que desafia a segurança estratégica da Europa, elevando a sucessão de guerras do continente contra a zona do *Heartland* eurasiático como manifestações de uma questão não resolvida.

Ante tal fato, não haveria outra coisa a se fazer do que a promoção de novas guerras até que a “questão russa” (FRIEDMAN, 2009) fosse resolvida por um necessário processo de balcanização:

A Rússia é a porção oriental da Europa e entrou em conflito com o resto da Europa em várias ocasiões. As guerras napoleônicas, as duas guerras mundiais e a Guerra Fria, todas pelo menos em parte, foram sobre o status da Rússia e sua relação com o resto da Europa. Nenhuma destas guerras acabaram por resolver esta questão, porque, no final, uma nação unida e independente, a Rússia, sobreviveu ou triunfou.

O problema é que a própria existência de uma Rússia unida representa um desafio potencial significativo para a Europa (FRIEDMAN, 2009).

O mesmo Friedman (2009) elenca que a confrontação com a Rússia é uma questão global dominante e um problema permanente embora reconheça - de forma contraditória - o fato que a Rússia não se trata de uma ameaça global mas de um poder regional ao qual os Estados Unidos deveriam responder.

Destarte, Friedman (2014), pontua em sua coluna no diário New York Times, que Putin pretendeu "jogar" em um campo onde não há regras e, portanto, para enfrentá-lo, os Estados Unidos deveriam jogar o mesmo jogo. Para "ajudar" a Ucrânia e confrontar Putin, eles também devem se colocar no campo da oposição factual e não no do direito internacional. Nesse momento, o autor se pergunta se os EUA estão preparados para "jogar sujo".

De fato, a investida russa nos desdobramentos da revolução colorida na Ucrânia prontamente ligaram o alerta nos centros de poder do eixo euro-atlântico. Neste Novo Momento a geoestratégia de Washington se manteve como sempre o foi, mas a narrativa e agressividade de ação recobram o mesmo ímpeto dos tempos da Guerra Fria: Moscou deveria ser impedida de cumprir seus objetivos estratégicos e securitários em suas fronteiras imediatas como modo de fazer cumprir sua ruína interna em um desejado futuro.

Mas isso também abriu passo para que uma nova onda de revoluções coloridas tomassem ímpeto ao redor do planeta. Claro estava, embora se tratasse principalmente da Rússia, nem só contra ela deveria haver ação. Projetos de integração regionais ao redor do globo passaram a ser atacados como forma de suprimir a rebelião sistêmica.

Já em junho de 2012, no Paraguai, o golpe que removeu Fernando Lugo da presidência apresentava características prototípicas. Tal como num espasmo, após deflagrada uma crise interna de menor intensidade, a oposição e parte da até então base de apoio parlamentar se juntou em bloco e deu início a um processo de impeachment que se confirmou em menos de 48 horas. De forma subsequente, em 2013, as chamadas "Jornadas de junho" também viriam a ruir com o governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil - também por meio de um processo de impedimento (ANDRÉ, 2020).

Dava-se início a uma guinada política que colocaria no governo das duas potências regionais governos de tendências mais seguidistas em relação aos EUA: Mauricio Macri, na Argentina, e Jair Bolsonaro, no Brasil (TOLEDO; RITROVATI, 2021). Tal movimento ainda haveria de atingir a Bolívia em 2019.

Como objetivo estratégico cumprido, as várias revoltas populares que descambam a

processos de mudanças de regime, deram cabo a então nascente UNASUL, que viu sua continuidade ameaçada, se demonstrou débil, assim como o mesmo processo de integração regional sul-americano, ante as novas possibilidades de conflito.

Mas como fato principal do período rompeu a Primavera Árabe que não se tratou de outra coisa do que o deslocar de forças por meio da doutrina de Guerra de Quarta Geração, e os métodos das revoluções coloridas, para lançar o mundo árabe a uma correlação de forças tal em quaisquer projetos de insubordinação aos ditames do centro global fossem impedidos.

Insufladas desde o ocidente, certa forma, as revoltas da chamada Primavera Árabe foram o resultado de uma colisão de interesses globais e regionais que, ao mesmo tempo que se tratam de expressão temporal do choque entre os grandes projetos de integração econômica globais, também são a manifestação maior da pugna entre potências regionais e seus projetos de territorialização.

A série de protestos iniciados na segunda metade do ano de 2010, se iniciou na Tunísia e no Egito, logo se espalhando por Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã e Iémen e, em menor medida, no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental, obtendo parcial sucesso em remover do poder governos considerados autocráticos e/ou forçando reformas institucionais (MONIZ BANDEIRA, 2014).

Por certo revelando inquietudes materiais de larga parte da população de seus respectivos países e confirmando a tendência do uso expressivo de mídia sociais e novas tecnologias descentralizadas, o real caráter essencial de tais protestos se fizeram mostrar em dois países que resistiram aos ventos das “revoluções coloridas”.

Líbia e Síria, ao passo que impediram a culminação de Golpes de Estado, foram lançadas a guerras civis de caráter fragmentador e desmodernizador, que se valeram de uma selvageria até então impensada e haveriam de se arrastar por mais de uma década.

Nesse entremeio, a Rússia já carregando suas experiências na Geórgia e Ucrânia, viu seus os interesses nacionais uma vez mais em risco ante as ações do ocidente. Tendo por posição sua política de defesa dos interesses nacionais, projetada desde o início dos nos anos 2000, Moscou fez a leitura de que como resultado maior, as revoltas do mundo árabe tinham como objetivo maior derrubar os aliados de Moscou na região, colocando em risco de colapso suas alianças com o mundo xiita. Tal movimento aparecia como um novo salto na geoestratégia estadunidense no *rimland*¹²⁰ continental (MONIZ BANDEIRA, 2014)..

O Oriente Médio possui três dimensões principais que tomam preponderância estratégica

¹²⁰A Teoria do *Rimland* é um conceito geoestratégico criado por Nicholas John Spykman (1982), segundo o qual o controle da franja marítima da Eurásia, incluindo suas bordas oeste, sul e leste são de suma importância no controle geopolítico do mundo. Esta teoria se opõe à teoria *Heartland*, teorizada por Halford John Mackinder.

por conta de sua localização geográfica. Localizada na zona do *rimland* eurasiático, dentro daquelas mesmas pressuposições da racional mackinderiana, esta se torna uma zona de ligação entre a Ásia, a Europa e África.

Somado a isso, também sua riqueza em recursos naturais se tornam fatores que acabaram por atrair a cobiça internacional, gerando graves deformações na história do Oriente Médio: Visentini (2002) nos diz que está é a “região do mundo que conheceu as maiores tensões e confrontos armados de forma contínua, durante todo o século XX, constituindo um verdadeiro pivô das relações internacionais” (VISENTINI, 2002).

Se bem a história recente da região está perpassada por guerras e invasões de entre potências forâneas, nas últimas décadas também há uma crescente tensão entre potências regionais enfrentadas que tentaram de diferentes maneiras aumentar sua influência na região.

Soma-se aqui a disputa entre Irã e Arábia Saudita por preponderância na península arábica, mas também se insere a Turquia, outro importante ator que cresce na região, com um crescente e agressivo ímpeto de se firmar como pólo regional, e querendo os assuntos de todo o espaço que correspondia ao antigo Império Otomano. A dinâmica de disputa entre três países toma a forma de uma competição tripartida por recursos e posição territorial posições, sendo críticas no processo de reconstrução da arquitetura de segurança regional.

A Primavera Árabe elevou-se a um evento de novo impulso das rivalidades regionais, mas, ao mesmo tempo, trouxe ao terreno entre atores internacionais e seus diferentes projetos de expansão na Eurásia, tais como China, Rússia, EUA e a União Europeia. Nota-se que ante tais tensões de projetos de poder, descambam a uma miríade insurgências no mundo Árabe, no que jogou principalmente a região do Oriente Médio de por um rearranjo geopolítico que provocou um forte impacto em estrutura regional de poder, reforçando o conflito entre regionalismo e internacionalismo, e intensificado rivalidades entre atores em diversos níveis (BARZEGAR, 2012).

Desde suas posições, Moscou e Pequim insistem que o Ocidente deve limitar o escopo de sua interferência na região, o que vem sendo demonstrado pelos recentes vetos exercidos por estes países no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Teerã identifica-se com as ideias de Rússia e China à medida que tenta balancear as investidas ocidentais e de seus parceiros regionais. Por sua vez, os EUA - tal como União Europeia em grande medida - mantém uma retórica para a região lastreada em sua geoestratégia global, se apoiando em atores regionais como a Arábia Saudita, Qatar e Israel (MONIZ BANDEIRA, 2014).

Em 2019, em publicação intitulada “*Overextending and Unbalancing Russia*”, a organização Rand Corporation, ligada oficialmente ao governos dos EUA, delineou as principais linhas de ataque, sobre as quais o governo estadunidense iria efectivamente avançar em seu projeto

de desmantelamento do projeto de poder russo no palco eurasiático (RAND, 2019).

Já em seu início do documento a Rand Corp. enaltece seu papel em haver contribuído na concepção da estratégia que permitiu aos EUA saírem vitoriosos da Guerra Fria, forçando a União Soviética a consumir os seus recursos num confronto militar cansativo. Na atualidade, os autores invocam a necessidade de um mesmo modelo de ação para tentar controlar a concorrência e canalizá-la para áreas de vantagem dos EUA (RAND, 2019).

Como não poderia deixar de ser, há uma especial atenção a todo o *near abroad* russo, desde sua fronteira europeia até os confins da Ásia Central. O plano da Rand Corporation, que se lastreia numa lógica de maiores custos ao inimigo e menores custos ao ocidente, mas tendo por referencial a probabilidade de sucesso na inserção de verdadeiras cunhas geopolíticas, afirma que “tais opções onerosas poderiam colocar novos fardos para a Rússia, idealmente mais pesados do que aqueles que seriam impostos aos Estados Unidos por buscar tais opções”¹²¹ (RAND, 2019).

O texto aponta algumas possibilidades neste sentido quando traça linhas de uma aproximação que chama de “*Geopolitical Cost-Imposing Measures*”¹²² (RAND, 2019), lastreada na racional geopolítica clássica de cercamento e proliferação de conflitos na periferia do *Heartland* continental e todas as opções discutidas estão assumidas como escaladoras de tensão e se pressupõe que as mesmas levariam a alguma contra-escalada russa.

Tendo em pauta nenhum cenário em que a guerra não fosse uma probabilidade, o plano de ação da Rand delibera uma ação cuidadosamente calibrada com vistas a um efeito desejado (RAND, 2019). Mais do que isso, é naqueles cenários nos quais uma guerra ampla aparece como desdobramento de maior potencialidade, que a Rand concentra sua análise de perdas e ganhos.

3.4. DO CERCO À RÚSSIA

Tal como salienta Kerr Oliveira (2012), a dissolução da URSS foi um processo de desintegração regional. Embora sejam complexas as causas fundamentais de sua queda, o expansionismo da URSS acabou “[d]ispersando suas forças por todo o mundo em busca de miragens ideológicas (...) os líderes soviéticos não conseguiram assegurar o controle necessário sobre os processos políticos que se desenrolam sob seus próprios narizes (ZYUGANOV *apud*. BASSIN; AKSENOV, 2006, p. 105)

¹²¹ No original: “such cost-imposing options could place new burdens on Russia, ideally heavier burdens than would be imposed on the United States for pursuing those options” (RAND, 2019).

¹²² Traduzido por: Medidas de Imposição de Custos Geopolíticos

Em tal processo de fragmentação territorial, a Rússia tornou-se muito menor em termos geográficos, econômicos e populacionais. Sua infraestrutura foi fragmentada pelas fronteiras de 15 novos estados¹²³, quebrantando cadeias produtivas, de logística e consumo, no que acabou lançando a economia a bancarrota.

Para além disso, o nível de corrupção perpetrado pelos funcionários públicos no momento da dissolução da união também se tratou de um agravante que levou o país a um nível social e econômico deplorável, lhe tirando as capacidades de se posicionar como uma potência global (RUTLAND, 2013).

Como resultado, surgiu um Estado com menor soberania e menor autonomia estratégica no Sistema Internacional, o que implicará também numa tragédia social alastrada. A nova Rússia Federal surge com uma menor renda *per capita*, uma menor capacidade de transformação industrial e uma vertiginosa queda nos gastos militares (KERR-OLIVEIRA, 2012, p. 43).

Em troca, e ao contrário do que acreditou a elite russa no momento da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a adoção de uma economia de mercado, da liberalização de suas atividades financeiras e a “democratização” das antigas repúblicas soviéticas não mudaram em nada a geoestratégia ocidental com relação à Rússia. Tal como nos diz Samir Amin (2004):

Em primeiro lugar, a Rússia, cujo desmembramento constitui o maior objetivo estratégico dos Estados Unidos. A classe dominante russa não parece ter entendido isso até agora. Pelo contrário, parece ter se convencido de que, depois de ter "perdido a guerra", poderia "conquistar a paz", como aconteceu com a Alemanha e o Japão. Esquece que Washington precisava ajudar os dois adversários da Segunda Guerra Mundial, precisamente para enfrentar o desafio soviético. As novas circunstâncias são diferentes; os Estados Unidos não têm concorrência séria. Sua opção, então, é destruir definitivamente e totalmente o adversário russo derrotado¹²⁴ (AMIN, 2004).

A transição de regime político seguido ao esfacelamento da URSS foi marcada pela ausência de um rumo claro na política externa russa. Entre os anos de 1993 e 1996, a política externa russa foi marcada por orientações ora ocidentalistas, ora mais voltadas ao espaço póssoviético, sem uma base sólida sobre a qual se definissem os interesses do país ou mesmo uma estratégia coerente (WALLANDER, 2004, p. 69).

¹²³ A União Soviética era constituída por 15 repúblicas: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Estônia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

¹²⁴ No original: “*In the first place Russia, whose dismemberment constitutes the United States’ greatest strategic objective. The Russian ruling class doesn’t appear to have understood this to date. Rather, it seems to have convinced itself that, after having “lost the war,” it could “win the peace,” just as happened with Germany and Japan. It forgets that Washington needed to help those two adversaries of the Second World War, precisely to face the Soviet challenge. The new circumstances are different; the United States has no serious competition. Its option then is to definitively and utterly destroy the defeated Russia*” (AMIN, 2004).

Naquela altura, aquelas posturas ocidentalistas de um compromisso intransigente ao liberalismo euro-atlantista, que escorreram do período Gorbachev a primeira metade do governo Yeltsin, propugnavam a normalização e estreitamento das relações com o ocidente (DUNLOP, 2004, p. 13).

Boris Yeltsin afirmava que os Estados Unidos e outros países ocidentais eram de fato parceiros e aliados da Rússia, e que a Rússia independente rumava a compartilhar dos valores liberais-ocidentais de primazia dos direitos humanos, liberdade, estado de direito e alta moralidade, ao que chamava de integração virtuosa (MAZAT; SERRANO, 2012, p. 14).

Por sua vez, e nesta mesma direção, Andrei Kozyrev, o então Ministro das Relações Exteriores, apostava pela aproximação aos EUA dentro de sua própria lógica universalizante, colocando em segundo plano o espaço circundante ao território russo e relegando a recém-criada Comunidade dos Estados Independentes¹²⁵, doravante CEI, um mero papel de mediadora de uma transição que não descendesse toda a região ao caos completo.

Ao fim de 1991, a Rússia já flertava com a possibilidade de entrar na OTAN e pelos começos de 1992 apoiaria no Conselho de Segurança das Nações Unidas sanções contra o Iraque e a Líbia, seus antigos aliados dos tempos soviéticos. Mais grave porém seria seu apoio em resoluções em desfavor da próxima e eslava Iugoslávia, presidida por Slobodan Milosevic, dando certa anuência de Moscou ao avanço da OTAN nos primeiros momentos da dissolução iugoslava.

No plano interno, todavia, tal como salienta Kerr Oliveira (2015), com a dissolução da URSS a Rússia tornou-se muito menor em termos geográficos, econômicos e populacionais. Sua infraestrutura foi fragmentada pelas fronteiras de 15 novos estados¹²⁶, quebrantando cadeias produtivas e lançando a economia a bancarrota.

Como resultado, surgirá um Estado russo com menor soberania e menor autonomia estratégica no Sistema Internacional, o que implicou também numa tragédia social alastrada (p. 43). A expectativa de vida havia caído para os homens em 9 anos em comparação com a última estimativa da URSS. Pensões deixaram de ser pagas e o sistema de saúde e educação colapsou. Alcoolismo e abuso de drogas se tornaram endêmicos entre a juventude.

Na região da República da Chechênia, tomou o controle *de facto* um governo separatista liderado pelo ex-general da Força Aérea Soviética Dzhokhar Dudayev proclamando a República Chechena da Ichkeria que logo se lançou na expulsão sistemática de russos étnicos, no que

¹²⁵ Organização supranacional fundada em 8 de dezembro de 1991 por iniciativa do então presidente Boris Yeltsin, integrando no espaço econômico russo parte das repúblicas da extinta União Soviética, a saber: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

¹²⁶ A União Soviética era constituída por 15 repúblicas: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Estônia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

paralisou a economia local num território que era vital para a segurança energética e o funcionamento da já cambaleante economia russa (TISHKOV, 2004).

O conflito na Chechênia se espalhou para as regiões vizinhas da Ingushetia e do Daguestão e se somava isso à possibilidade real de que o Tartaristão optasse por trilhar um caminho separatista semelhante a aquele tomado pelos chechenos.

Desde o começo de 1991 se desenrolava o conflito na Ossétia do Sul¹²⁷, em março de 1992 eclodiu o conflito na Transnístria¹²⁸, e em agosto do mesmo ano estouraria o conflito georgiano-abecásio e em outubro o conflito interétnico na Ossétia do norte, entre ossetas e inguchétios que desembocaria numa campanha de limpeza étnica liderada pelos primeiros vitimando os últimos.

A política isolacionista em relação aos países da CEI foi logo rechaçada no âmbito interno. Nas eleições parlamentares de 1993, a grande vencedora foi a coalização formada pelo Partido Comunista da Federação Russa e pelo Partido Democrático Liberal, que apesar de seu nome, se trata de um partido nacionalista¹²⁹ (ADAM, 2008, p. 68).

Tal como destaca Moniz Bandeira (2013), começa a ficar claro a partir da publicação do *Defense Planning Guidance*, que a nível estratégico o eixo militar ocidental não só não tinha intenção de cessar sua mirada a Rússia como tinha por diretriz o avanço sobre o espólio da desintegração soviética e o domínio de toda a massa continental euroasiática:

A pretensão era assegurar aos Estados Unidos o status de lonely power, potência hegemônica, chefe e guia de um sistema ultraimperial das potências ocidentais, atribuindo à OTAN o monopólio da violência internacional, como global cop. O documento original — *Defense Planning Guidance* — elaborado, em 1990, juntamente com Paul Wolfowitz, Lewis “Scooter” Libby e Eric Lewderman, todos neocons, estabeleceu que o objetivo estratégico dos Estados Unidos, como “permanent unilateral superpower”, consistia em capturar o controle da Eurásia (Europa e Ásia) inteira e encontrar os meios “to integrate the ‘new democracies’ of the former Soviet bloc into the U.S.-led system (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 52).

Dentro da Rússia passou-se a ter por certo que a hegemonia ocidental tinha na Rússia a principal ameaça para sua hegemonia, enquanto talvez a única possibilidade de regionalização comercial próspera e com capacidades estratégicas consideráveis. Sendo assim, como meio de culminar a dominação unipolar, o Ocidente apontava em impedir quaisquer projetos de integração projetados desde Moscou (ZYUGANOV, 1998).

¹²⁷ Na fronteira norte do território da República da Geórgia.

¹²⁸ Ao leste do território da Moldávia, adjacente à fronteira ucraniana.

¹²⁹ O Partido Democrático Liberal foi o partido mais votado naquele pleito, recebendo 22,92% dos votos, o que representou 59 cadeiras na Duma, já os comunistas receberam 12,40% dos votos, os quais equivalem a 35 cadeiras do total de 450 da Duma.

Como salienta Zyuganov (1998), a estratégia de alargamento da OTAN em direção às fronteiras russas se apresentam como uma continuação clara e contínua àquela elaborada por Mackinder: "[o]s apelos de Mackinder para liquidar o controle russo sobre o núcleo da Eurásia são notavelmente ressonantes com as ideias dos atuais opositores da Rússia, como [Zbigniew] Brzezinski ou [Henry] Kissinger¹³⁰" (ZYUGANOV, 1998, p. 34).

Todavia, como nota Trenin (2018), ao contrário da URSS, a qual através de uma complexa estrutura ideológico e geopolítica havia se firmado como uma potência de alcance global, a Federação Russa agora já tinha:

[...] poucos aliados formais, nenhum Estado satélite e apenas um punhado de protetorados, (...) Não possui ideologia que se compare ao dogma abrangente do marxismo-leninismo, e embora ainda seja uma superpotência nuclear, está muito atrás dos Estados Unidos em suas capacidades militares não nucleares. Economicamente, a Rússia - com sua estimativa de 1,5 por cento do produto interno bruto global - é uma anã (TRENIN, 2018, p. 3)¹³¹.

Já era manifesto o descontentamento popular ante o isolacionismo da federação. Pressionado o próprio Kosyrev procurou alterar os rumos de seu ministério, manifestando que este de fato precisava reformar a política externa russa, o qual se tratava de uma potência eurasiática, com limites claros a sua adesão a Europa Ocidental, especialmente por causa dos planos ameaçadores da OTAN quanto à Bósnia e os Estados Bálticos (NOGEE; DONALDSON, 2005, p. 128).

Não foi o suficiente. Ante tal calamitosa realidade, Yeltsin, mais apegado ao poder do que a ideologias, nomeou como ministro de relações exteriores a Yevgeny Primakov, que anos adiante seria nomeado primeiro-ministro. Um nacionalista que propugnava o afastamento russo das potências ocidentais e a aproximação com os países asiáticos, Primakov trouxe para a política externa russa conceitos tipicamente geopolíticos, tratando de aproximar o país das potências emergentes do Oriente a fim de estabelecer uma balança de poderes no cenário internacional baseada em uma multipolaridade ante ao monstro da unipolaridade que agora tinha os Estados Unidos como centro.

Em relação ao espaço pós-soviético, a mudança de rumo da política exterior russa foi significativa, sendo a negligência dos primeiros anos da Rússia independente deixados de lado. Com Primakov, a Rússia retomou o pensamento de que a conquista de alguma espécie de poder

¹³⁰ No original: "Mackinder's appeals (prizyv) to liquidate Russian control over the core of Eurasia are remarkably resonant with the ideas of today's sworn opponents (nenavistniki) of Russia such as [Zbigniew] Brzezinski or [Henry] Kissinger" (ZYUGANOV, 1998, p. 34).

¹³¹ No original: "[...] has few formal allies, no satellite states, and a handful of protectorates, (...) It has no ideology to compare with the comprehensive dogma of Marxism-Leninism, and although it is still a nuclear superpower, it lags far behind the United States in non-nuclear military capabilities. Economically, Russia—with its estimated 1.5 percent of the global gross domestic product—is a dwarf" (TRENIN, 2018, p. 3).

global estava associada diretamente à manutenção de sua projeção no seu *near-abroad* de forma (ADAM, 2008, p. 114).

Primakov trouxe para a política externa russa conceitos tipicamente geopolíticos, tratando de aproximar o país das potências emergentes do Oriente a fim de estabelecer uma balança de poderes no cenário internacional baseada em uma multipolaridade ante ao monstro da unipolaridade que agora tinha os Estados Unidos como centro.

Em relação ao espaço pós-soviético, a mudança de rumo da política exterior russa foi significativa, sendo a negligência dos primeiros anos da Rússia independente deixados de lado. Com Primakov, a Rússia retomou o pensamento de que a conquista de alguma espécie de poder global estava associada à manutenção de sua projeção no seu “near-abroad” de forma indiscutível (ADAM, 2008, p. 114).

Primakov dá início ao que se alcunhou de período de estabilização, que se caracterizou pelo pragmatismo nas relações exteriores do país, rompendo com o breve período seguidista, num movimento que marcaria a maior parte do governo Yeltsin tal como de seu sucessor, Vladimir Putin. Ainda que sem romper com o liberalismo democrático ocidental, foi adotada uma clara posição geopolítica a fim de preservar o Estado russo: reconhecer a si mesmo como uma civilização eurasiática num espaço mais ou menos coincidente com o *Heartland* continental tal como propugnado por Mackinder (1975), ainda que isso não representasse uma contradição fundamental com o ocidente.

Para os adeptos da guinada de Primakov, a manutenção da estabilidade russa estava conectada de forma intrínseca a relação do país com seu *near abroad*, de forma especial àquelas regiões fronteiriças que abrigam populações russofalantes, por sua importância política, econômica e geoestratégica (JOVANÍ GIL, 2015, p. 171).

Embora no pós-guerra Fria a Rússia já não tivesse contradições de ordem superior com o ocidente, o jogo de soma zero não poderia ser descartado. Nesse contexto, a expansão da OTAN rumo a leste e a crescente influência de outros atores estatais sobre o Cáucaso e a Ásia Central representavam uma ameaça real aos interesses estratégicos russos (TSYGANKOV, 2010, p. 669).

A decepcionante realidade enfrentada pela Rússia em seus anseios sistêmicos no pós-1991, forçaram um câmbio de raízes profundas em sua política doméstica do país, o que forçou uma nova posição nos assuntos globais. Neste período, a Rússia retomou o pensamento de que a conquista de qualquer projeção de poder global estava associada à manutenção de sua influência sobre os Estados que compunham a CEI, tornando esta uma zona na qual a projeção de seu poder deveria ser indiscutível.

Em documento oficial do ano de 1995, Yeltsin declarou que “o principal objetivo da Rússia em relação à CEI era criar uma associação de estados política e economicamente integrada capaz de reclamar seu próprio lugar na comunidade internacional” tendo como objetivo “consolidar a Rússia como a líder na formação de um novo sistema de relações interestatais econômicas e políticas no território da ex-União Soviética” (YELTSIN, 1995, *apud* BRZEZINSKI, 1997, p. 107).

Em setembro de 1999, o ex-chefe do serviço secreto russo (FSB) Vladimir Putin, ascendeu ao cargo de Primeiro-Ministro. Tendo por norteante o pragmatismo a Rússia optou por manter relações próximas com o Ocidente e o Oriente buscando maior equilíbrio. Finalmente, em março de 2000, Putin foi eleito presidente russo nomeando para o cargo de Ministro das Relações Exteriores a Sergei Lavrov o que deu continuidade em tal abordagem em relação aos assuntos externos, flutuando entre as influências do período Kozyrev e aquele de Primakov.

A assunção de Putin ao poder marcou um ponto de inflexão da mentalidade russa após uma década de grandes perdas ao povo. Em seu manifesto publicado no dia 30 de Dezembro de 1999, véspera de sua posse, Putin propugnava que ser uma grande potência era característica inalienável dos valores tradicionais da Rússia:

Creiam na grandeza da Rússia. A Rússia foi e continuará sendo uma grande potência. Isso é pré-condicionado pelas características inseparáveis de sua existência geopolítica, econômica e cultural. Elas determinaram a mentalidade dos russos e a política do governo ao longo da história da Rússia e não podem deixar de fazê-lo também no presente¹³² (PUTIN, 1999, p. 09).

De forma inconsistente, dada a encarniçada disputa política sobre Moscou, Putin assumiu a tendência a qual já se desenhava desde 1993. Uma concepção eurasianista que emergia galopante sobre as contradições da nova Rússia se impuseram sob seu governo que incorporou, ainda que com vacilações (CALICH; *et al*, 2013, p. 63-64) - uma estratégia geopolítica como norteante de sua política externa (DUGIN, 2014b, p. 89).

Sob Putin, o país adotou de igual maneira uma nova postura no espaço Pós-Soviético. Considerando como primordial a predominância regional a fim de manter seu status de grande potência, os países da CEI se tornaram a prioridade e Putin avançou sua posição na periferia pós-soviética através de instrumentos econômicos, políticos e militares. Tomava-se tal estratégia em seu *near-abroad* para preparar a restauração das posições dos lastros de poder da Rússia no longo prazo (PICCOLLI; DALL'AGNOL; PEREIRA, 2017, p. 5; 11).

¹³² No original: “*Belief in the greatness of Russia. Russia was and will remain a great power. It is preconditioned by the inseparable characteristics of its geopolitical, economic and cultural existence. They determined the mentality of Russians and the policy of the government throughout the history of Russia and they cannot but do so at present*” (PUTIN, 1999, p. 09).

Segundo Adam (2013, p. 76), a política externa russa desde a assunção do governo Putin, em 1999, caracteriza-se por ser uma ampla defesa da multipolaridade, da excepcionalidade Eurasiática russa, de uma aproximação pragmática da realidade, e da utilização de suas potencialidades energéticas e tecno-industriais - herdadas em grande medida da URSS - como maneira de flexionar uma maior assertividade na busca dos interesses do país.

Dentro deste contexto, a integração regional despontou como uma maneira de melhorar sua posição no sistema internacional e pendulá-lo a suas próprias necessidades. Acorde a Satpayev (2014, p. 11), o projeto de integração regional irradiado desde Moscou - a União Eurasiática - possuía já em sua gênese, desde o ponto de vista russo, um foco maior na geopolítica do que na economia.

O projeto de integração proposto por Moscou evoluiu paulatinamente desde sua inepção com a criação da Comunidade Econômica Eurasiática, ainda em 2000, que serviu de base fundacional para a criação da União Aduaneira em 2010, um Espaço Econômico em 2012 e, finalmente, da União Econômica Eurasiática, formalizada através do Tratado assinado em 29 de maio de 2014 pela Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia, e que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015.

Em sua fase superior, a União Eurasiática enseja promover uma gradual união econômica, através da livre-mobilidade de bens e serviços tal como de capital e pessoas ademais de uma tarifas aduaneiras comuns, uma coordenação das políticas econômicas regionais e da harmonização de regulações técnicas e das conexões da infraestrutura que conectam os países da região.

De certo modo, a evolução do projeto de integração avançado pelos russos também acompanhou a evolução da sua estratégia de defesa, de sua doutrina de política externa geral e, marcadamente, dos grandes eventos de ordem securitária e estratégica que marcaram a agência russa nas últimas duas décadas.

Seu principal objetivo resta em consolidar a Rússia como potência-líder na região, freando, ao mesmo tempo, a expansão de China, Estados Unidos e Turquia e da União Europeia sobre o território ao qual considera ser estratégico:

Para a Rússia, a criação da União Econômica da Eurásia (UEE) não é tanto um projeto econômico, mas sim um projeto geopolítico que visa consolidar seu papel como potência líder. Moscou está preocupada em fortalecer sua posição na região pós-soviética, onde a realocação de esferas de influência entrou em uma fase mais ativa (SATPAYEV, 2014, p. 11)¹³³.

¹³³ No original em inglês: "For Russia, the creation of the Eurasian Economic Union (EEU) is not so much an economic project, but rather a geopolitical one that is intended to consolidate its role as leading power. Moscow is concerned about strengthening its position in the post-soviet region, where the reallocation of spheres of influence has entered a more active phase" (SATPAYEV, 2014, p. 11).

Ainda no ano de 2011, o presidente russo, Vladimir Putin, já afirmava que a União Eurasiática deveria se tornar em um dos pólos de poder num vindouro mundo multipolar em construção, através da concentração e mobilização de recursos naturais e humanos tal como por suas amplas capacidades de recursos e tecno-industriais:

Nós propomos um modelo de associação supranacional poderosa, capaz de ser um dos polos do mundo contemporâneo e, assim, desempenhar um papel de “laço” efetivo entre a Europa e a dinâmica região asiática do Pacífico. Entre outras coisas, isso implica que na base da União Aduaneira e do EEU é imprescindível ter uma coordenação mais estreita da política econômica e de divisas, criar uma união econômica plena. A combinação de recursos naturais, capitais e um forte potencial humano irão permitir à União Euroasiática se tornar competitiva na corrida industrial e tecnológica, na busca de investimentos, na criação de novos postos de trabalho e nas produções de ponta (PUTIN, 2011).

No discurso supracitado, Putin já tem seu olhar posto sobre as novas realidade emergidas nos anos 1990. Nesse momento, nem só sobre a expansão da OTAN rumo ao leste se davam as tensões entre o ocidente e Moscou.

(...) a visão geral na Rússia era de que não havia tal problema. As pessoas na Rússia disseram: “Faça o que quiser, desde que não seja a OTAN. A União Europeia – por todos os meios, pode ir em frente!” Duas coisas sobre a UE apelavam à Rússia – a ausência de americanos e a ausência de forças armadas. Mas depois de 2004, eles passaram a ver a situação de uma maneira diferente: a adesão da Polônia e dos países bálticos mudou o equilíbrio dentro da UE em relação à Rússia. A questão da (dificuldade de) trânsito através do oblast de Kaliningrado mostrou quanto os países complicam as coisas para os seus vizinhos quando aderem à UE, em comparação com a adesão à OTAN (TRENIN, 2011, p. 51)¹³⁴.

Se nas primeiras duas décadas de sua existência a Federação Russa havia colocado menor atenção sobre a expansão do bloco econômico ocidental, a Revolução Laranja de 2004 na Ucrânia e seus desdobramentos haviam cambiado isso por completo.

3.4.1. Sobre a Ucrânia

Tal como nos aponta Adam (2008) a Ucrânia sempre esteve no centro da rivalidade entre Rússia e os governos ocidentais desde que o primeiro Estado ucraniano foi fundado em 1991. De posição estratégica a ambos os lados, de forma geral, o interesse do eixo EU-EUA-OTAN pela

¹³⁴ No original: “the general view in Russia was that there was no such problem. People in Russia said: “Do whatever you like, so long as it’s not NATO. The European Union—by all means go ahead!” Two things about the EU appealed to Russia—the absence of Americans and the absence of armed forces. But after 2004 they viewed the situation differently: the accession of Poland and the Baltic countries shifted the balance within the EU in relation to Russia. The issue of transit through Kaliningrad oblast showed how much countries complicate matters for their neighbors by joining the EU, in comparison with joining NATO” (TRENIN, 2011, p. 51).

Ucrânia se deve em grande medida na busca de inviabilizar aqueles mesmos fatores que tornam a perda da influência insuportável para os russos:

(...) a extensão do território ucraniano; a posição estratégica do país e sua faixa litorânea voltada para o Mar Negro; a sua importância na distribuição de recursos energéticos à Europa; a relevância para a Rússia e a possibilidade de fincar definitivamente a bandeira norte-americana no Complexo Regional pós soviético (ADAM, 2008, p. 122).

Zbigniew Brzezinski (1928-2017), considerado da nova geração de autores que retomam as abordagens clássicas da geopolítica do poder terrestre, em 1986, publicou uma de suas principais obras, intitulada por *Game Plan*, na qual recuperando a Mackinder e Spykman faz análises geopolíticas e estratégicas da Guerra Fria que ocorria entre Estados Unidos e União Soviética. Em tal obra, o referido autor propugna que o foco estratégico da confrontação bipolar, lastrada na luta entre poder terrestre versus poder marítimo, é na luta pelo domínio da Eurásia, em busca da preponderância mundial, ressaltando a necessidade do controle das zonas periféricas à Rússia (ITAUSSU MELLO, 1999).

Posteriormente, já no pós-guerra fria, Brzezinski (1997) mantém sua racional de enfrentamento intacta e aponta a centralidade que ocupa o território ucraniano na estratégia estadunidense de primazia global no pós-Guerra Fria. Já a essa altura, se nota que a importância geoestratégica ucraniana para o ocidente só pode ser totalmente atingida com a expansão de suas da OTAN e da União Europeia – rumo ao *near-abroad* russo.

Brzezinski (1997), ademais, classifica o território ucraniano como talvez o mais importante espaço no tabuleiro eurasiático e ideal para a implementação de uma anti-Rússia. Mirando a isolar por completo Moscou da Europa, o polaco-americano postula que:

A independência da Ucrânia privou a Rússia de sua posição dominante no Mar Negro, onde Odessa servia como porta vital da Rússia para o comércio com o Mediterrâneo e o mundo exterior. (...) Sem a Ucrânia, a Rússia deixa de ser um império eurasiático. A Rússia sem a Ucrânia ainda pode lutar pelo status imperial, mas se tornaria um estado imperial predominantemente asiático, com mais probabilidade de ser arrastado para conflitos debilitantes com os asiáticos (BRZEZINSKI, 1997, p. 40; 92).

Por essa racional, a Rússia deveria ser confinada a sua situação pré-século 18 e voltar ao seu suposto lugar de pertencimento original: o isolamento asiático:

(...) sem a Ucrânia e os milhões de companheiros eslavos, qualquer tentativa de Moscou de reconstruir um império eurasiático deixaria a Rússia enredada sozinha em

conflitos prolongados com nacionalidade e religiões não-eslavas, dos quais a Guerra da Chechênia é o primeiro exemplo (BRZEZINSKI, 1997, p. 92).

Por outro eixo, interessante é notar que também Samuel Huntington (1996), já na década de 1990 repousa sua atenção no que considera ser a fissura civilizacional que divide o então recém-criado estado ucraniano entre o leste, ortodoxo e cercano a esfera de influência russa, e sua região oeste, católica e tendente à aproximação ao ocidente. Naquela altura, o referido autor descartava a possibilidade de conflito pela região, embora deixasse salientada a probabilidade de que o país se dividisse - em algum ponto futuro - em ao menos dois Estados menores (HUNTINGTON, 1996, p. 167).

John J. Mearsheimer, no ano de 1993, antes de que a Ucrânia entregasse de forma definitiva seu arsenal nuclear à Rússia para descarte ¹³⁵, impulsionava a ideia de que Kiev, a fim de manter o equilíbrio estratégico com seu vizinho e manter a estabilidade na Europa, deveria reter o armamento. Em sua obra, Mearsheimer afirmava que caso contrário haveria uma inevitável invasão e anexação russa ao território ucraniano num movimento de reconquista dos territórios perdidos durante o colapso da URSS (MEARSHEIMER, 1993, p. 61).

Ao passo que encontrava um provável avanço europeu em direção às fronteiras russas improváveis àquela altura, o autor pretendia utilizar a nação ucraniana como uma sorte de tampão estratégico, que numa lógica mackinderiana assumiria a função primordial de evitar uma aproximação entre Moscou e Berlim (MEARSHEIMER, 1993, p. 61).

Desde a perspectiva geoestratégica russa, e de forma reativa a posição ocidental, a importância da Ucrânia deve-se ao fato de que, junto aos territórios da Moldávia e Belarus, esta corresponda a uma sorte de zona de contingência, que protege e separa a Rússia do Ocidente e de um possível avanço do eixo EU-EUA-OTAN sobre a sua área de influência (TRENIN, 2011, p. 45).

A falta de barreiras naturais - os territórios ao oeste da fronteira russa são todos eles estepes planas - faz com que as fronteiras de seus Estados vizinhos também lhe sejam uma questão de sobrevivência (TRENIN, 2001, p. 41-42):

Por essa razão geográfica, a Ucrânia constituiu uma sorte de linha vermelha traçada pelo desenvolvimento teórico do pensamento geoestratégico russo nos anos 1990. Embora agora independente, este ainda se trata do lugar que representa a fronteira entre a civilização e a ortodoxia, conta com uma localização privilegiada na margem europeia do *Heartland* e conta, ademais, com potencialidades para contaminar a política interna russa (JOVANÍ GIL, 2015, P. 642):

¹³⁵ Através do acordo conhecido por Memorando de Budapeste sobre Garantias de Segurança, firmado em dezembro de 1994.

Uma maior ampliação é possível, mas perigosa. Por que é perigosa? É perigoso porque, em princípio, as pessoas sentadas em Berlim e a oeste de Berlim pensam que a OTAN [Organização do Tratado do Atlântico Norte] é sobre o Afeganistão. Mas as pessoas sentadas a leste de Berlim, inclusive em Moscou, acham que a OTAN era, é e será sobre a Rússia. E estas são duas OTANs bastante diferentes. A maioria dos países a leste da Alemanha tem um consenso bastante estável sobre o que é a Rússia e como lidar com ela. Já os novos estados-membros da OTAN, especialmente na região do Báltico, Polônia e alguns outros países, veem a Rússia como um país contra o qual eles precisam se defender. Hoje não representa ameaça, mas quem sabe? No futuro, poderá novamente adotar uma política imperial agressiva e, então, nós precisaremos de proteção. E apenas a OTAN pode nos dar essa proteção, por isso entramos para a OTAN (TRENIN, 2011, p. 50)¹³⁶.

O mesmo Mearsheimer (2014) também corrobora com tão visão quando afirma que:

A Ucrânia serve como um estado-tampão de enorme importância estratégica para a Rússia. E nenhum líder russo toleraria uma aliança militar que até ontem era sua inimiga mortal de Moscou se mover para a Ucrânia. Nem nenhum líder russo permaneceria quieto enquanto o Ocidente ajuda a instalar um governo determinado a integrar a Ucrânia ao Ocidente. (MEARSHEIMER, 2014, p. 5)¹³⁷.

Em relação a relevância geoestratégica do território ucraniano, cabe também ressaltar a situação do Mar Negro. Antes motivo das guerras contra otomanos, e sucesso militar que provocou a reação das potências da Europa ocidental, o Mar Negro se trata do ponto de partida da projeção naval russa sobre o mediterrâneo, sua única saída a águas quentes (BRZEZINSKI, 1997, p. 93).

A manutenção da base de Sebastopol, no que até 2014 se dava sob uma parceria com o Estado ucraniano, permitia resguardar um papel considerável na região e a manutenção do acesso ao Mar Mediterrâneo. Todavia, é inegável que a posição russa sobre o Mar Negro deixou de ser dominante com o fim da URSS, e sob constante risco de isolamento ante qualquer instabilidade no país vizinho (ADAM, 2008, p. 129).

Por conta das razões supracitadas, para o eixo ocidental a Ucrânia, como construção anti-Rússia se tornou uma ponte para sua expansão estratégica através da Eurásia, e passou a ser considerada como área pivotal do equilíbrio global, servindo a impedir que a Rússia voltasse a reconquistar sua posição dominante no Mar Negro (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 265-266).

¹³⁶ No original: "Further enlargement is possible but dangerous. Why is it dangerous? It is dangerous because, in principle, people sitting in Berlin and west of Berlin think NATO [North Atlantic Treaty Organization] is about Afghanistan. But people sitting east of Berlin, including in Moscow, think that NATO was and is and will be about Russia. These are two quite different NATOs. Most countries east of Germany now have a quite stable consensus on what Russia is and how to deal with it. The new NATO member-states, especially in the Baltic region and Poland and certain other countries, see Russia as a country against which they need to defend themselves. Yes, today it poses no threat, but who knows? In the future it may again adopt an aggressive imperial policy, and then we will need protection. Only NATO can give us protection, so we are for NATO" (TRENIN, 2011, p. 50).

¹³⁷ No original: "Ukraine serves as a buffer state of enormous strategic importance to Russia. No Russian leader would tolerate a military alliance that was Moscow's mortal enemy until recently moving into Ukraine. Nor would any Russian leader stand idly by while the West helped install a government there that was determined to integrate Ukraine into the West" (MEARSHEIMER, 2014, p. 5).

Tal verdade ficaria explicitada com a expansão da OTAN em 2004, que incluiu a Bulgária e a Romênia, no que havia resultado que três dos seis estados do litoral do Mar Negro fossem membros da OTAN. A passos largos, o ocidente passou a um estratagema agressivo para absorver dois outros estados, Ucrânia e Geórgia, que passaram a trabalhar em estreita parceria com a aliança com uma visão potencial para a adesão ao bloco. No afã de isolar a Rússia e empurrá-la para a Ásia, o Mar Negro se tornou “importante para a segurança euro-atlântica” (DECLARAÇÃO DA CUPULA DE BUCAREST, 2008).

3.4.2. Ucrânia, União Europeia e uma Linha Vermelha

Pelos motivos elencados anteriormente, a Rússia não viu com bons olhos quando a Ucrânia se tornou o primeiro país do ex-espaço soviético a assinar um acordo de Parceria para a Paz (PfP, em sua sigla em inglês) com a OTAN, já em fevereiro de 1994. A contrariedade russa aumentou em 1997, quando Ucrânia e OTAN assinaram um novo acordo, denominado de Carta de Parceria Distintiva, que resultou em exercícios militares conjuntos realizados em território ucraniano sem prévia notificação a Moscou.

Todavia, a essa altura, era certo que os laços econômicos com a Rússia ainda se faziam mais importantes de forma imediata para Kiev, devido ao alto grau de interdependência econômica entre ambos os vizinhos. Tal conjuntura deu o tom algo amistoso das relações russo-ucranianas durante os anos 1990. Todavia, de acordo com Moniz Bandeira (2016), já naquela época as fissuras começam a se entrever de forma clara:

Diversos fatores e pressões – tanto domésticas quanto externas – compeliram o presidente Leonid Kuchma à tentativa de estabelecer o entendimento duplo e difícil da Ucrânia com a Rússia e, simultaneamente, a OTAN. Os Estados Unidos não desistiram de cercar, confinar e, ocupando econômica e militarmente a Ucrânia, apartar a Rússia da Europa Ocidental (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 261).

O início dos anos 2000 seria testemunha de uma movimentação agressiva que não teria outro objetivo do que desbalancear o equilíbrio no palco ucraniano. Uma outra revolução colorida, haveria de se abater também sobre Kiev. O movimento denominado “Revolução Laranja” teve início após a alegação de uma suposta fraude eleitoral no segundo turno das eleições presidenciais de 2004, quando o candidato apoiado pelo Kremlin, Viktor Yanukovich, venceu seu rival, apoiado pelo ocidente, Viktor Yushchenko. Yanukovich foi declarado vencedor com 49,5% dos votos, contra 46,6% de Yushchenko (ADAM, 2008, p. 89).

A presença de votantes no leste do país no segundo turno foi muito superior à média nacional (80,9%), principalmente no oblast de Donetsk, onde compareceram 96,7% dos eleitores registrados onde 96,2% votaram em Yanukovich. Todavia, o resultado foi considerado fraudulento pela oposição que acusou as forças políticas do leste do país de terem fraudado o pleito (ADAM, 2008, p. 89).

A Rússia prontamente reconheceu o resultado das eleições, posição diversa da adotada pelos países ocidentais e pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Deflagrou-se uma onda de protestos e milhares de apoiadores de Yushchenko afluíram às ruas para protestar na praça Maidan, em Kiev, carregando bandeiras laranjas, a cor do partido de Yushchenko. Depois de 12 dias de protestos, o pleito foi anulado e um novo sufrágio convocado. No dia 26 de dezembro nova eleição foi realizada, e desta vez Yushchenko saiu vitorioso com 51,8% dos votos contra 44,1% de Yanukovych (ADAM, 2011).

A Revolução Laranja de 2004 deu um novo impulso às aproximações com o bloco da OTAN que se aceleraram por completo. Para a Federação Russa essa era a concretização de seu maior temor, o de que as potências do eixo do ocidente conseguissem tomar contato direto com o território de Moscou e de que adquirissem capacidades para penetrar não tão somente nos assuntos regionais a fim de contrabalancear o poder russo, mas também o de influenciar a política interna do país (ADAM, 2008, p. 91)

O flerte pró-europeu se aprofundava a tal medida que na Cúpula da OTAN de 2008, sediada na Bulgária, a aliança militar manifestou abertamente o interesse em admitir a Geórgia e a Ucrânia à organização, emitindo uma declaração que confirmava que esses países se tornariam membros da OTAN (LEPIJINA, 2012).

Uma vez mais não é demais lembrar que este foi o momento de inflexão que somado à guerra da Geórgia, no mesmo ano, culminou na total deterioração das relações entre OTAN e Rússia. Nos desdobramentos do avanço do bloco ocidental, Putin ameaçou denunciar o Tratado sobre Forças Convencionais na Europa, acordo firmado em 1991 que previa medidas de controle e de redução de armamentos que marcaram o encerramento da Guerra Fria (ÁVILA; MARTINS; CEPIK, 2009, p. 52).

Vladimir Putin, ao tratar sobre a possibilidade do ingresso da Ucrânia na Otan afirmou que:

No tocante à situação na Ucrânia, de acordo com a informação que eu tenho, a grande maioria dos ucranianos se opõe ao ingresso na OTAN. Mas as lideranças ucranianas assim mesmo assinaram certo documento dando início aos procedimentos de acesso.[...] Se esta for a forma como as coisas estão sendo feitas, sem perguntar a opinião de ninguém, então talvez no futuro lá poderão ser estabelecidas bases e instalados componentes de sistemas de mísseis de defesa. E o que devemos fazer? Em tal situação, seremos obrigados a mirar nossos mísseis para

esses lugares, os quais consideramos uma ameaça a nossa segurança nacional (PUTIN, 2008).

Certo é, entretanto, que 2008 também apresentou revezes para a OTAN. Além da derrota georgiana, a aproximação com a OTAN com Kiev foi interrompida tão logo o representante da Revolução Laranja perdeu seu cargo nas eleições de 2010. Yushchenko embora tenha se focado em retórica na aproximação pró-europeia, foi incapaz de cumprir com suas promessas políticas de progressos sociais, combate à corrupção e de mesmo de implementar reformas que aproximasse Kiev de Bruxelas.

Seu mandato presidencial foi considerado como um retrocesso que afundou o país em uma grave crise econômica. No ano de 2009, o PIB ucraniano caiu 14% (MIELNICZUK, 2014, p. 03). Quatro anos adiante, novas eleições deram ao então presidente pró-ocidental apenas 4% dos votos e uma vez mais Viktor Yanukovich, cercano aos interesses de Moscou, foi eleito. A vontade das urnas dessa vez foi tão óbvia que ninguém poderia desafiar o resultado. Ou ao menos parecia assim ser.

Neste mesmo ano o presidente Yanukovich incluiu na Constituição do país um dispositivo que afirmava o não alinhamento de seu país a qualquer tipo de bloco militar, sejam eles ocidentais ou orientais, a exemplo do dispositivo que já se encontrava na carta magna da vizinha Moldávia (LEPIJINA, 2012).

Tal movimento por certo irritou os estrategas do bloco euro-atlântico, mas o gatilho para a uma nova crise da Ucrânia que se seguiria dali a alguns meses não foi, entretanto, o alargamento da OTAN. Ao invés disso, um novo choque se formou ao redor do plano da UE em oferecer acordos de associação, juntamente com os chamados *Deep and Comprehensive Free Trade Agreements*, para Moldávia, Armênia, Geórgia e Ucrânia em sua Cúpula de Vilnius, no final de novembro de 2013.

A expansão da União Europeia rumo ao near-abroad russo também foi promotora de constantes atritos entre a Rússia e o Ocidente. Este foi de fato o detonante da segunda revolução colorida em solo ucraniano e catalisador da guerra civil no país.

Nota-se que a corrida ao leste do bloco europeu nas últimas duas décadas incluiu a República Tcheca, Eslováquia, Polônia, Eslovênia, Malta, Chipre, as ex-repúblicas soviéticas bálticas Estônia, Lituânia, Letônia, ademais da Hungria, no ano de 2004, e Bulgária e Romênia, em 2007.

Excetuando-se duas pequenas nações insulares de menor expressão, Malta e Chipre, todos os outros países antes pertenciam à União Europeia ou se localizavam dentro do chamado “campo socialista”, num movimento que trouxe à Europa cada vez mais as portas das fronteiras russas. E se, num primeiro momento tal expansão chamava menos a atenção do que aquela relacionada a OTAN,

logo isso mudaria por completo:

(...) a visão geral na Rússia era de que não havia tal problema. As pessoas na Rússia disseram: “Faça o que quiser, desde que não seja a OTAN. A União Europeia – por todos os meios, pode ir em frente!” Duas coisas sobre a UE apelavam à Rússia – a ausência de americanos e a ausência de forças armadas. Mas depois de 2004, eles passaram a ver a situação de uma maneira diferente: a adesão da Polônia e dos países bálticos mudou o equilíbrio dentro da UE em relação à Rússia. A questão da (dificuldade de) trânsito através do oblast de Kaliningrado mostrou quanto os países complicam as coisas para os seus vizinhos quando aderem à UE, em comparação com a adesão à OTAN (TRENIN, 2011, p. 51)¹³⁸.

Ficou patente para a liderança russa que ameaça protagonizada pela União Europeia embora não envolva diretamente assuntos militares e de segurança, se isolada a seu caráter puramente econômico, mantém seu potencial de ameaça aos interesses russos sendo que os avanços desta representem “maior periculosidade do que os movimentos da OTAN, uma vez que, se no aspecto militar, a União Europeia é débil e irresoluta, sua economia é forte e desenvolvida” (ADAM, 2008, p. 126).

3.5. BOLÍVIA - DESESTABILIZAÇÃO NO HEARTLAND SULAMERICANO

A atuação de Washington na América do Sul sempre se pautou tanto na tarefa de impedir o surgimento de uma possível potência regional, mas, talvez principalmente, evitar que qualquer outro poder global pudesse exercer influência no continente, com uma "meta de estabilidade regional, que busca impedir ameaças aos interesses vitais dos Estados Unidos diante de 'países desestabilizadores' na região" (BRUCKMANN, 2011, p. 207).

Em busca de tais objetivos estratégicos, a hegemonia do norte manteve a postura de intervir política, militar e economicamente buscando manter sua supremacia e presença militar difundindo a agenda de liberalização econômica ampla tal como de seus próprios projeto de integração regional ao passo que sua política contra os projetos regionais se tornou cada vez mais agressiva.

A eleição de governos levemente mais críticos em países como a Argentina, a Bolívia, o Brasil e o Equador durante os anos 2000, somando-se a postura da Venezuela bolivariana e a

¹³⁸ No original: Initially, the general view in Russia was that there was no such problem. People in Russia said: “Do whatever you like, so long as it’s not NATO. The European Union—by all means go ahead!” Two things about the EU appealed to Russia—the absence of Americans and the absence of armed forces. But after 2004 they viewed the situation differently: the accession of Poland and the Baltic countries shifted the balance within the EU in relation to Russia. The issue of transit through Kaliningrad oblast showed how much countries complicate matters for their neighbors by joining the EU, in comparison with joining NATO (TRENIN, 2011, p. 51).

realização da Cúpula de Mar del Plata, em 2005, que bloqueou o projeto econômico da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), foi o ponto que desatou o interesse estadunidense à recuperar sua incontestada hegemonia política e econômica na região.

Nesse sentido, processos como os da UNASUL e CELAC, que ajudavam a construir alternativas regionais contra hegemônicas ao Banco Mundial e o FMI, logo se tornaram os alvos principais da política estadunidense no continente sul-americano, com vistas a evitar o desenvolvimento autônomo de um projeto transnacional local pudesse se contrapor com os interesses estratégicos dos EUA na região (RODRIGUES, 2020).

De certo modo, o continente sulamericano serviu de laboratório e prévia de complexificação do que viria a ser chamado de “Guerra Híbrida”, já tratada anteriormente, tendo testemunhado o início de tentativas de golpes de Estado e convulsão social que flertavam com a fragmentação territorial, justamente naqueles territórios que serviam de ponto de soldadura nos processos integracionistas continentais (RODRIGUES, 2020).

Com o avanço dos projetos de integração regional nucleados ao redor do Mercosul - e da mais recente UNASUR - o território boliviano, junto ao do Paraguai e do centro-oeste do Brasil, recobram sua importância geopolítica continental. Com “posição lhes aufere enorme potencial para exercer o papel de plataforma de interligação do comércio regional e bioceânico” (PADULLA, 2011), o país também se tornou o centro da operação anti-integracionista estadunidense no continente.

A mediterrânea Bolívia representa um caso especial: seu território participa, ao mesmo tempo, do sistema orográfico andino e dos *llanos orientales*; por essa razão, o país é signatário do Pacto Andino e do Tratado de la Cuenca del Plata (1969) e o eixo andino organiza o espaço sul-americano condicionando a configuração de seus espaços nacionais e estabelece, salvo exceções, a distinção entre países do Atlântico e do Pacífico.

Do mesmo modo, seu sistema territorial e a pertinência ao bloco andino obstruíram e demoraram em seu momento sua plena incorporação ao arranjo geopolítico criado em torno do Mercosul e do Tratado de Asunción¹³⁹ (1991), que já naquela altura demonstrava intenções prioritárias de que o país fosse incorporado ao novo espaço de integração (THENON, 2008).

Colocando a Bolívia como um Estado-chave para o controle geopolítico da “área-pivô”, pois o país andino está encravado no centro do continente, tornando-se uma sorte de área de soldadura (COUTO E SILVA, 1955, p. 127-128) - ou de separação - da massa continental sul-americana,

¹³⁹ O Tratado de Assunção foi um tratado assinado em março de 1991, entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com vistas a ser pedra basal da criação de um mercado comum entre os países signatários formando o que viria a ser chamado de Mercosul (Mercado Comum do Sul). Em 1994, o Protocolo de Ouro Preto foi assinado como um complemento do Tratado prévio, estabelecendo que o este fosse reconhecido juridicamente e internacionalmente como uma organização internacional.

resultado de contradições geográficas com resultantes geopolíticas, relacionadas a sua mesma localização, entre a Cordilheira dos Andes, que corta o seu território do Leste para o Oeste, a Bacia do Prata ao Sul e as Bacias Amazônicas ao Norte, esta disposição hidrográfica une-se ao Oceano Pacífico e Atlântico, este caráter único, concederia a Bolívia a capacidade de se projetar ou exercer pressão nestes quatro espaços (RODRIGUES, 2014), e, ao mesmo tempo, está sujeita a sofrer ameaças desde todas as direções (WEXELL SEVERO, 2012; NAVARRO MIRANDA, 2014).

Sobre uma hipotética área similar ao *heartland* na América do Sul o geopolítico estadunidense Lewis Tambs, recorrendo igualmente a perspectiva mackinderiana, também afirmava que:

(...) a história mostrou a importância dessa região durante os impérios pré-colombianos Aymara e Inca e mais tarde durante a colonização espanhola, quando o altiplano e Charcas eram centros de poder. O Alto Peru permaneceu o centro nervoso do poder espanhol na América do Sul até o final do Império espanhol (...) Sob a falta de liderança boliviana, o Heartland não teria mais força para agir e foi coagido. Vista como a luta pelo Heartland de Charcas, a história sul-americana dos séculos XIX e XX se torna inteligível (TAMBS, 1965, *apud* WEXELL SEVERO, 2012, p. 35).

Ao que poderia assomar-se como uma área destinada a integração, também atuam forças centrífugas, que causam tensões e distensões sobre o território do país andino, que, geograficamente, se definem nas contradições entre as principais urbes do país: “a chave desses problemas se encontra no triângulo econômico, verdadeiro signo da riqueza boliviana” (PFRIMER; ROSEIRA, 2009, p. 6).

Nessa realidade, no mesmo coração do continente, as riquezas naturais e sua extração foram monopolizadas por multinacionais principalmente estadunidenses, mas também daquelas potências regionais, enquanto - na maior parte do tempo - o Estado abdica em sua tarefa de aperfeiçoar suas capacidades soberânicas (MIRANDA NAVARRO, 2014). A pugna interna constante pelo poder, num processo que deixou mais claro a importância geoestratégica do país¹⁴⁰.

O novo milênio encontrou ao *Heartland* sul-americano num longo processo de ebulição social. Já em janeiro do ano 2000, os moradores de Cochabamba foram pegos de surpresa pelo estratosférico aumento das taxas do serviço de água. Segundo o Consórcio privado Aguas del Tunari, que recém havia tomado o controle do fornecimento de água para a cidade, o aumento de 35% das tarifas se justificava ante aos custos das benfeitorias necessárias ao sistema e ao pagamento de dívidas acumuladas. Em verdade, uma revisão posterior detalhada destes casos acusará, em média, uma subida de 200% nos preços (VARGAS; KRUSE, 2000, p. 12).

¹⁴⁰ Vale apontar para o interessante fato de Ernesto Che Guevara ter decidido iniciar a sua guerrilha exatamente no meio do “triângulo estratégico”, mesmo contra as orientações do Estado cubano. O argentino insistia que desde a localidade de Vallegrande seria possível projetar a luta armada para os demais países da região. Em 1967, foi capturado e morto por Rangers estadunidenses e pelo exército boliviano (WEXELL SEVERO, 2012).

Como resposta, o povo organizado saiu às ruas, deixando a cidade numa sorte de estado de Sítio. O transporte de cargas tal como os ônibus interdepartamentais foram impedidos de entrar ou sair da cidade, tal como também foi com o aeroporto que teve suas pistas bloqueadas por manifestantes. Pelos três dias em que perduraram as primeiras manifestações, milhares de cochabambinos se aglomeraram na praça central sob a consigna: “*El agua es nuestra, carajo!*” (SHULTZ, 2008):

De febrero a abril de 2000, hubo una serie de acciones: bloqueos, tomas de espacios públicos, cabildeos, negociaciones con representantes de gobierno como los comités cívicos, la prefectura y diputados, así como la implementación de una consulta popular que promovió el accionar coordinado - debido en parte a una falta de estrategia acertada por el Estado y por otro lado a la capacidad de articulación de La Coordinadora - y permitió que la gente del campo descendiera a la ciudad y la gente de la ciudad se integra a la movilización en defensa del agua (GLEASON ESPÍNDOLA, 2011, p. 89).

No que haveria de devir numa ziguezagueante negociação entre movimentos populares e o governo, que derivou ademais na convocação presidencial de um Estado de Sítio por parte do governo central e na prisão de líderes civis, tomando matizes trágicos - foram 22 feridos, além de 135 detidos nos protestos-, haveria de dar lugar a uma vitória popular.

No dia 10 de abril, finalmente, o prefeito de Cochabamba convocou uma coletiva de imprensa que anunciou a revogação do contrato que privatizava a água na cidade. O Consórcio Aguas del Tunari, anunciava seu retiro do país, embora demandassem uma gorda indenização (CRESPO, 2010, p. 23; VARGAS; KRUSE, 2000, p. 12).

O que ficaria conhecido com a “Guerra da Água” era esta a antessala de um movimento maior que mudaria a estrutura política do país. Era cada vez mais claro que o conflito pela água mudava o centro mesmo do debate e ação política no país. Colocava-se em questão tanto a forma pela qual as políticas públicas eram instituídas, quanto a falta de participação efetiva da população no processo de tomada de decisões do Estado boliviano. Questionada a sua estruturação, o modelo político local adentrava a uma crise (CRESPO, 2010).

Na esteira da Guerra da Água, em outubro de 2003, os bolivianos protagonizaram uma nova revolta popular em defesa dos recursos naturais. A chamada “Guerra do Gás”, por sua vez teve uma dimensão nacional, contou com um brutal repressão do exército - morreram aproximadamente 65 pessoas - e teve por sintoma último a derrubada do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, que renunciou à presidência e se retirou a um degredo voluntário (CRESPO, 2010).

Dessa vez, a cidade de La Paz e El Alto foram tomadas durante dias pelas mobilizações de mineiros, camponeses e indígenas, ao passo que um largo naco do exército e da polícia adentrou a condição de desobediência, se recusando a reprimir as mobilizações. Surgiam novos embriões de auto-organização popular no calor da revolta social.

Após a derrubada de Sánchez de Lozada, o partido MAS, liderado por Evo Morales, respaldou a posse do então vice-presidente Carlos Mesa. Todavia, este novo governo haveria de durar pouco. Entre maio e junho de 2005 parte da população boliviana voltou às ruas. Principalmente conformada por indígenas, camponeses, e setores da classe média urbana estavam as reivindicações ligadas à luta contra a privatização dos recursos naturais e a favor de sua nacionalização, tal como a convocação de uma Assembleia Constituinte. As mobilizações, por fim, também derrubaram a Carlos Mesa e a nova presidência interina foi forçada a convocar novas eleições extemporâneas.

Por fim, em dezembro de 2005, Evo Morales, candidato postulado pelo partido Movimento Ao Socialismo (MAS), foi eleito com 53,74%, no que significou uma dura derrota da estrutura estatal que havia se conformado a governar a Bolívia desde o fim da ditadura em 1982 (CARDIM ROCHA, 2015).

O programa do partido MAS, desde sua chegada ao poder, propugnava dois grandes objetivos aos quais considerava dorsais: sancionar uma nova Constituição e empreender-se na tarefa de nacionalizar os recursos naturais do país, colocando especial atenção sobre os hidrocarburos. Bem verdade, os movimentos iniciais do governo Evo Morales intentaram rapidamente tocar nos pontos aos quais considerava estratégicos, tendo limitado êxito em ambos (SCHLEZ, 2008).

Ao final do ano de 2006, o governo em La Paz firmou uma série de convênios com a vizinha Argentina no que tangia a venda de gás natural, a prospecção e a exploração de hidrocarburos em solo boliviano, num movimento que o governo Morales qualifica de “*una nacionalización sin indemnización*” (BBC, 2006). Sem embargo, os contratos estavam regidos pela *Ley de Hidrocarburos 3058*, substancialmente aquém da nacionalização prometida e acordada com os movimentos sociais durante a campanha.

Se bem o Estado boliviano receberia mais ingressos com a atualização dos contratos petroleiros, sua taxa ficaria bem aquém daquelas projetadas pelas transnacionais. Por assim ser, ainda que pagassem cerca de 50% de impostos na maioria dos campos explorados, as empresas de capital estrangeiro, tal como Repsol, Petrobras, Total, British Petroleum, Pluspetrol, Vintage y Pan American, entraram em conformidade com o novo governo boliviano (SCHLEZ, 2008).

Ainda que fossem tímidas, os movimentos do novo governo tinham ao seu fundo a ampliação das contradições entre a elite exportadora das terras baixas e os indígenas pobres do altiplano (VAN COTT, 2000, p; 348).

A clivagem étnica, econômica e social ganhava contornos políticos, e as diferentes demandas sociais polarizaram-se dando vazão a um enfrentamento a nível de rua. Os setores mais reacionários do compasso político local, derrotados nas mobilizações do início da década, se articularam em torno da Assembleia Constituinte.

Proliferaram-se as demandas por autonomia, seja ela de indígenas ou dos cambas. Instaurou-se uma crise de hegemonia e o Estado fragmentou-se, num processo galvanizado pela inédita chegada à presidência de um indígena (ROCHA, 2015). No lado oriental do país, isto significou a reemergência do movimento separatista que, apesar de ter um legítimo arraigo histórico, atendia a interesses muitíssimo contemporâneos.

Também rápidas e bem manifestadas foram as reticências do governo dos EUA com relação a eleição de Morales para o governo da Bolívia. Em telegrama vazado pelo sítio Wikileaks, de janeiro de 2006, momento mesmo da posse do novo governo, nas palavras do então embaixador David Greenlee já estavam dadas as diretrizes da aproximação da Casa Branca:

Dentro de um curto período de mandato, as intenções do governo Morales nessa área provavelmente ficarão claras. Uma segunda área de interesse serão os planos do governo para a nacionalização da indústria de hidrocarbonetos (talvez seguido por um movimento similar dentro do setor de mineração), o que teria um impacto negativo sobre os investidores estadunidenses. Um terceiro será sua atitude e ações em relação às normas e práticas democráticas, incluindo a liberdade de imprensa e a independência dos poderes do Estado¹⁴¹ (WIKILEAKS, 2006).

A intensificação da aproximação do governo Evo Morales com governos inimistados com Washington, como nos casos de Venezuela e Irã, aceleraram a largos passos a deterioração dos vínculos boliviano-estadunidenses. A essa altura, o enlace com a Casa Branca, ocupada neste então por George W. Bush, tomava ares de hostilidade e conflito, à medida que o país sul-americano Bolívia se afastava das normativas seguidistas da política exterior dos EUA (CEPPI, 2014).

Não demorou para que fosse indicado como embaixador estadunidense no país o diplomata Philip Goldberg, quem havia sido alto funcionário do corpo diplomático dos EUA durante o processo de balcanização da Iugoslávia, tendo tido envolvimento direto desde o início das guerras

¹⁴¹ No original: “*Within a short time in office, the Morales Administration's intentions in this area will probably be clear. A second area of interest will be the GOB's plans for nationalization of the hydrocarbons industry (perhaps followed by negative movement within the mining sector), which would have a negative impact on U.S. investors. A third will be its attitude and actions with respect to democratic norms and practices, including press freedoms and the independence of state powers*” (WIKILEAKS, 2006).

nos balcões, com especial atuação nas questões da Bósnia e preponderância no separatismo da província do Kosovo (MÉRIDA, 2008).

Desde meados do ano de 2002, a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), adentrou-se no cenário político boliviano com vistas a contrabalancear a um cenário que apontava para a esquerda política ligada a setores indígenas do altiplano. Fundou o que se chamou de *Political Party Reform Project*, que se centrou em auxiliar e financiar os governos regionais bolivianos em detrimento ao seu poder central (JOHNSTON, 2013).

Não estranhamente, três meses após o novo diplomata estadunidense aterrar ao solo boliviano, a pressão política separatista no país sulamericano se veria intensificada no que derivou numa espiral de violência. De acordo a Moniz Bandeira (2007):

[Goldberg] trabalhara na questão da Bósnia, no Departamento de Estado, de 1994 a 1996; fora assistente especial do embaixador Richard Holbrooke, o artífice da desintegração da Iugoslávia; e servira como chefe da Missão dos EUA em Pristina, Kosovo (2004-06), onde orientou a separação dos Estados da Sérvia e Montenegro, após haver sido ministro conselheiro na Embaixada dos Estados Unidos em Santiago do Chile (2001-04) (MONIZ BANDEIRA, 2007).

A mesma *Asamblea Constituyente* se tornou um ponto de tensão que desatou uma crise de maiores proporções. Grandes nacos da população organizada vinculada a base do Partido MAS ao passo que aprofundar a luta por direitos, ligada, principalmente, aos setores indigenistas, impedia que uma constituição consensuada fosse aprovada, o que agravou a polarização e determinou o aprofundamento dos enfrentamentos para além do institucional. No dia 28 de novembro de 2007, os governos regionais opositores convocaram a greve, que tomou proporções massivas em seis das novas regiões da Bolívia (SCHLEZ, 2008).

Com o fim da folga convocada pelos governadores opositores, os departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando, Tarija, Cochabamba e Chuquisaca anunciaram que estavam prontos, como nas palavras do presidente Comité Cívico cruceño, Branko Marinkovic, para “pasar al estado de resistencia civil movilizada ante el quiebre de la democracia” (ROJAS, 2007).

Em efeito, no seguinte mês de dezembro, prefeitos, dirigentes cívicos e lideranças empresariais e populares do oriente e sul do país se declararam em virtual desobediência civil e começaram uma greve de fome sinalizando a um amplo movimento de resistência civil, que incluiu ademais a toma de oficinas públicas, o intento de cooptação da polícia e de parte da casta militar. Junto a isso, representantes do governo regional viajaram a Washington, capital dos EUA, para denunciar a ação do governo central aos amplos poderes do país do norte (SCHELZ, 2008).

Ao mesmo tempo, a *Asamblea Constituyente*, expressando a mesma polarização das forças políticas bolivianas, finalizava sua sessão com a redação de uma Constituição Política capenga, que deveria ser aprovada por referendo mas que, sem embargo, era curta em tocar em problemas de ordem fundamental e estruturante do país, tais como o tema o do latifúndio.

As disputas ao redor da aprovação de um novo texto constitucional, aditivadas pelas demandas autonômicas departamentais da região denominada de *medialuna*, não tardaram a desaguar nas ruas, ocasionando múltiplos momentos de tensão e violência, num processo que dúvidas sobre as reais capacidades do governo Morales de manter a hierarquia institucional do país e mesmo a continuidade de seu mandato (CEPPI, 2014).

A aceleração de projetos políticos nacionais antagônicos, com um de seus eixos centrais na divergência quanto a questão distributiva e fiscal sobre os recursos do gás, ganharam contornos políticos claros e a polarização atingiu níveis críticos. Tal região, a aquela altura, era responsável por 80% do PIB boliviano, correspondia a quase dois terços do território do país, abrigando cerca de 58% de sua população¹⁴² (MALAMUD; ENCINA, 2008) e, ademais, sediava quase a totalidade da produção de gás natural, que é a espinha dorsal da economia do país.

A produção neste momento representava cerca de 90% do gás importado pelo vizinho Brasil (VALENTE, 2007) sendo responsável pelo abastecimento de 50% de seu parque industrial, sendo de vital importância ao polo industrial paulista (SANTORO, 2007, p. 14):

Primero, hay un modelo político y social de éxito; segundo, ese modelo no obedece a un proyecto hegemónico; tercero, el modelo impone una refundación del estado, pasa a ser el “Estado Plurinacional de Bolivia” que agudiza los problemas culturales, históricos, acumulados en la sociedad colonial; cuarto, ese país tiene un millón de kilómetros cuadrados, es decir, es gigante el territorio, y resulta que tiene recursos naturales abundantes que el mundo tal vez no se había interesado hace 100 o hace 50 años (BAUTISTA LARA, 2019).

A região da Meia Lua, com interesses de gerir por conta própria o principal recurso econômico da Bolívia, o gás-natural, mirou a um rearranjo radical do concerto político autóctone, no que acabou por se materializar numa agenda política que propugnava, abertamente, o separatismo político e a conformação de um novo Estado na América do Sul (BUFFINGTON; CAIMARI, 2009, p. 476).

Desde ao menos o ano 2002, os EUA, via as suas agências de caráter humanitário financiadas pelo orçamento nacional, tal como a USAID e a NED (Fundação Nacional para a

¹⁴² Contrapostos, os departamentos do altiplano, como La Paz, Oruro e Potosí apresentavam condições muito mais precárias, com níveis de renda e desenvolvimento humano semelhantes aos de países da África Subsaariana (CUNHA, 2004, p. 14).

Democracia), tinham estabelecidos vínculos com a oposição separatista da medialuna boliviana e suas organizações.

Também o NDI (Instituto Democrático Nacional), parte da mesma seara de agências tais como a USAID e a NED, destacava por financiar de forma seguida a viagem de membros dos movimentos cruceñistas até solo estadunidense para cursos e especializações pretensamente focados em aprofundamentos democráticos (DANGL, 2008; BOLIVIA HOY, 2009; JOHNSTON, 2013).

Como aríetes do separatismo cambia¹⁴³, o grupo político denominado *Nación Camba*, que na altura do ano de 2006 alegava ter mais de 40 mil membros em suas fileiras, a Comitê Cívico Pró-Santa Cruz e a União da Juventude Cruceñista, essa última com envolvimento direto na organização a nível de rua (ASSIES, 2006).

Segundo a Federação Internacional de Direitos Humanos, trata-se de um grupo paramilitar, acusado de diversos atos de violência e violação aos direitos humanos (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS, 2008).

(...) A liderança de Santa Cruz é anti-indígena e busca separar o país. A União da Juventude (Cruceñista) e outros grupos pró-autonomia afirmam estar formando uma "guardia civil" (brigada de proteção civil) para vigiar os locais de votação e as instalações da prefeitura. A União da Juventude vangloriou-se à imprensa de que se inscreveram ao menos 7.000 membros para participar da guarda civil - tal número provavelmente está inflado, mas muitos dos que aderiram são militantes ¹⁴⁴ (WIKILEAKS, 2008).

Para Moniz Bandeira (2007), tal organização a aquela altura era liderada pelo banqueiro Branko Marinkovic Jovicevic, de origem croata, com enlacs econômicos com capitalistas chilenos. Além disso, por aquele então, Marinkovic era também presidente da Federação de Empresários Privados de Santa Cruz.

Em maio de 2008 começaram a ser realizados os referendums autonomistas nas cidades no oriente do país, que tinham por objetivo consultar a posição da população daquele naco do país sobre no que tangia o aprofundamento do processo secessionista.

Os EUA, a aquela altura, eram sabedores de que tal referendação à revelia do governo central tinha potencialidades em desaguar em violência. De fato, em telegrama vazado pelo

¹⁴³ O termo cambia, utilizado para denotar aqueles habitantes da metade oriental da Bolívia, a despeito de sua origem étnica, tem origem na referência a aquelas comunidades nativas das regiões baixas, principalmente guaranis e chiquitanos. Estes se diferenciam histórica e etnicamente daqueles habitantes do altiplano, chamado por *collas*. A oposição entre os dois termos cristaliza a profunda fissura de elementos políticos e econômicos que se expressa num antagonismo entre as regiões baixas e altas do país (BLANCHARD, 2005).

¹⁴⁴ No original: "(...) *Santa Cruz leadership is anti-indigenous and seeks to separate the country. The Youth Union and other pro-autonomy groups state they are forming a "guardia civil" (civil protection brigade) to guard polling places and prefecture installations. The Youth Union has boasted to the press that it has signed up 7000 members to participate in the guardia civil) - the number is likely inflated but many of those who have signed-on are militant*" (WIKILEAKS, 2008).

Wikileaks, datado nos dias prévios a tal movimentação, a embaixada estadunidense na capital boliviana arazoava que:

Reconhecendo que não pode bloquear o referendo, Morales provavelmente evitará a intervenção direta do governo, em vez disso, continuará a minimizar a importância do referendo, denunciando-o como ilegal e ilegítimo. No entanto, há uma chance de ele recorrer a ações mais drásticas. Circulam boatos de que Morales está pensando em prender líderes políticos de Santa Cruz e que seu governo pode assumir o controle de alguns agro-negócios de Santa Cruz. Tanto a polícia nacional quanto os militares relutam em interferir. No entanto, a Bolívia está se adentrando ainda mais no caos potencial com novas greves, bloqueios e marchas de protesto. Em tal ambiente, o governo central pode ser capaz de convencer as forças de segurança de que essas devem estabelecer a ordem conforme exigido pela Constituição. Alternativamente, é bem possível que, como no passado, Morales envie seus "grupos sociais" como tropas de choque para interromper o referendo¹⁴⁵ (WIKILEAKS, 2008).

Deveras, aquelas jornadas referendatárias se caracterizam por sua particular violência que irrompeu em várias regiões da Bolívia, no que marcou a polarização e divisão regional do país a nível de rua. Ambos os bandos se envolveram em confrontações e o governo central boliviano primou por sua ausência. Urnas e locais de votação foram violados, tal como eleitores foram atacados nas ruas, principalmente no departamento de Beni.

Dentre os principais atos perpetrados pelos grupos pró-separatistas, destaca-se a interrupção do fornecimento de gás para Argentina e Brasil. No dia nove de setembro de 2008, civis tomaram a distribuidora de gás, na localidade de Villa Montes, no departamento de Tarija, voltada ao fornecimento ao território brasileiro. A planta ocupada pertencia a um consórcio entre a Petrobras, a francesa Total e a boliviana Andina.

Enquanto os atos de violência prosseguiram pelo país, no dia 12 de setembro, o Conselho Departamental de Santa Cruz designava novas autoridades para os organismos públicos tomados do governo central. Também foi aprovada a incorporação de 24 instituições ocupadas na estrutura do departamento, muitas delas saqueadas e destruídas. Enquanto isso, o governo central boliviano respondeu declarando como *persona non grata* o embaixador norte-americano, Philip Goldberg, requerendo que o diplomata se retirasse do país. Supostamente, em acorde ao governo em La Paz, este havia se encontrado em diversas ocasiões com líderes separatistas.

¹⁴⁵ No original: "Recognizing he cannot block the referendum, Morales will likely avoid direct government intervention, instead continuing to play down the referendum's significance by denouncing it as illegal and illegitimate. Nevertheless there is a chance that he may resort to more drastic actions. Rumors are circulating that Morales is contemplating arresting Santa Cruz political leaders and that his government may take over some Santa Cruz agro-businesses. Both the national police and military are reluctant to interfere. However, Bolivia is slipping further into potential chaos with more strikes, blockades, and protest marches. In such an environment the central government may be able to convince security forces that they must establish order as constitutionally required. Alternatively, it is quite possible that, as in the past, Morales will send his "social groups" as shock troops to disrupt the referendum" (WIKILEAKS, 2008).

Ante a escalada sem precedentes da conflitividade, a mesma importância geoestratégica da Bolívia se fez sentir. Em meados de setembro, foi convocada pela então presidente em exercício da instituição, Michelle Bachelet, em Santiago, no Chile, uma reunião extraordinária da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) para tratar em exclusivo da crise boliviana.

Daquele encontro saiu um documento no qual o texto nove presidentes do continente reconheciam, de forma unânime, a constitucionalidade e legalidade única do governo Evo Morales, respaldando - de forma copiosa - o comprometimento regional com relação à integridade territorial do país do altiplano.

Isolado em sua mediterraneidade peculiar, tal como a mesma Bolívia, e sem perspectivas de apoio em nenhuma de suas fronteiras, ao contrário do governo central, o movimento separatista encontrou-se numa delicada posição estratégica na qual já não poderia avançar. Além disso, uma maior escalada no conflito poderia derivar a uma confrontação com as Forças Armadas para a qual o movimento separatista não estava preparado.

O separatismo foi empurrado a negociar com o governo do MAS, todavia, com ganhos relativos substanciais. A precária trégua, forçada pelo plano externo, derivou a que a disputa tivesse continuidade pelas vias eleitorais. Também acuado, Morales mostrou-se disposto a ceder na questão da autonomia e da redistribuição do Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos. Em janeiro de 2009, um referendo constitucional foi levado a cabo no país. Embora aprovada, a nova Carta Magna foi rejeitada no pleito nos departamentos de Beni, Chuquisaca, Pando, Santa Cruz e Tarija.

A aprovação da Nova Constituição postergaria, mas não resolveria o conflito. Há incompatibilidade estrutural entre as duas agendas para a Bolívia, simbolizada por exemplo pela contradição extrema entre o status quo legal boliviano e o Estatuto de Santa Cruz. A nova constituição, aprovada em plebiscito nacional com 61,43% de apoio, fundava o novo “Estado Plurinacional da Bolívia” (ROCHA, 2015).

As reformas impostas pela Constituição entravam em choque frontal com os interesse da Meia Lua, ademais de aprofundar a contradição étnica no país, afinal, *“nos habla de un estado plurinacional con 36 naciones (que no incluye a los criollos que son la mayoría) produce un sinsentido, un desatino”* (BUELA, 2015).

Ao mesmo passo, à medida que a mediação coletiva por meio de uma instituição regional, a então nascente UNASUL, foi um movimento relativamente bem sucedido e decisivo no desenlace da situação (NOLTE; WEHNER, 2012), a continuidade mesma de tal organização se veria ameaçada nos próximos anos. Essa se demonstrou débil, assim como o mesmo processo de integração regional sul-americano, ante as novas possibilidades de conflito e de atrito na complexidade das disputas ocasionadas pelos diferentes projetos de integração regional.

Em dezembro de 2009, novas eleições presidenciais foram levadas a cabo e Evo Morales foi reeleito com 64,2% dos votos. Em outubro de 2014, Morales foi eleito para um terceiro mandato com 61,36% de apoio, o que prolongaria seu governo até o ano de 2020 (ROCHA, 2015). É certo, porém, que pouco mais de 10 anos depois da crise de 2008, a mesma Bolívia seria palco de um novo episódio da disputa regional.

No pós crise de 2008, tal importância foi potenciada e sublinhada pela quantidade de projetos da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA)¹⁴⁶ - adentrada a estrutura da UNASUL - na região. No início da década de 2010, somente na Bolívia, eram 53 os projetos de infraestrutura, centrados na área de transportes, energia e telecomunicações (WEXELL SEVERO, 2013).

Ao mesmo tempo, abriu-se passo para que fosse destravado - finalmente - o processo para que o país andino deixasse a condição de membro-associado e aderisse ao Mercosul como membro-pleno¹⁴⁷, no que foi finalmente firmado entre os Estados-membros e o governo boliviano no ano de 2012 (MERCOSUL, 2012):

O processo de adesão da Bolívia ao Mercosul evidencia a força centrípeta de um bloco econômico regional que já foi referido como do "Cone Sul". Atualmente, todos os países livres do continente participam do processo de integração. Com a entrada da Venezuela, em 2012, o MERCOSUL ampliou sua dimensão geopolítica, estendeu-se ao Caribe e passou a representar mais de 70% da população, do território e do PIB da América do Sul. O bloco afirmou-se como potência política, energética e econômica, configurando um dos centros de poder de uma ordem mundial multipolar (PINTO SLOBODA, 2015, p. 713).

Ao mesmo tempo, o governo e o MAS revelaram os primeiros sintomas de esgotamento em sua relação com os setores indígenas, operários e populares que haviam lhe alçado ao poder. De fato, os principais conflitos a partir de 2010, já não se caracterizam por enfrentamentos entre o governo e a direita política, nem obedeceu a clássica divisão entre oriente e ocidente, mas sim estiveram marcadas por conflitos de considerável proporção entre o governo e os setores sociais populares (ROCHA, 2015).

Com relação aos EUA, apesar dos intentos por recompor a normalidade do vínculo diplomático e político, uma nova onda de tensão negativa se faria ver com o governo Obama. Em maio de 2013, La Paz procedeu à expulsão da USAID do território boliviano sob acusação de que essa patrocinava grupos sediciosos e de extrema direita no país. A situação se agravou com os

¹⁴⁶ A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) se trata de um programa conjunto dos governos dos 12 países da América do Sul que visa a promover a integração continental através da integração física dos mesmos, por meio de ações conjuntas com vistas à adequação e modernização da infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações.

¹⁴⁷ A Bolívia requereu seu ingresso formalmente ainda no ano de 2006 (MERCOSUL, 2012).

vazamentos do Wikileaks com relação a crise de 2008 e a perseguição a Edward Snowden (GOLINGER, 2016).

Por sua vez, em 2013, num episódio com certo ineditismo, enquanto Evo Morales regressava de um encontro de países exportadores de gás em Moscou, quatro países europeus - França, Espanha, Itália e Portugal -, alegando questões técnicas, denegaram o acesso do avião presidencial boliviano a seus respectivos espaços aéreos. O forçoso desvio deueniu a um pouso forçado em solo austríaco, onde o avião do mandatário boliviano foi retido sob suspeitas de transportar o responsável pelo vazamento do Wikileaks que naquela altura supostamente se encontrava em território russo (CEPPI, 2014).

Pari passu, o pêndulo político regional havia se pendurado à direita. Já em junho de 2012, no Paraguai, o golpe que removeu Fernando Lugo da presidência apresentava características prototípicas. O episódio deflagrante foi o massacre de 15 de junho de 2012, em Curuguaty, próximo à fronteira com o Brasil, no qual 17 pessoas morreram - 6 policiais e 11 camponeses (VIDALLET, 2017). A tragédia ofereceu o elemento para a abertura de um processo político contra Lugo. Com tempo recorde em seu afastamento, Lugo resignou-se com o resultado, sendo substituído por seu vice-presidente, Federico Franco. A ação não gerou reação popular (ESTRADA, 2019).

De forma subsequente, em 2016, também viria a ruir o governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil - também por meio de um processo de impedimento. Dava-se início a uma guinada política que colocaria no governo das duas potências regionais governos de tendências mais seguidistas em relação aos EUA: Mauricio Macri, na Argentina, e Jair Bolsonaro, no Brasil (TOLEDO; RITROVATI, 2021).

Embora tais movimentos revelem uma ampla geoestratégia da hegemonia do norte, o acima descrito se equaliza a dizer que todas as condições que seguraram a Morales e seu partido no poder em 2008, já não existiam, embora todas as tensões que deram estopim a aquela crise todavia persistiam ativas.

Embora as iniciativas estadunidenses tivessem cumprido sua função em sabotar de maneira momentânea os projetos integracionistas sul-americanos, a Bolívia continuou a ser alvo enquanto ente político que poderia servir, uma vez mais, a qualquer reação soberana do continente. O governo do MAS jamais se viu enfrentando um cenário tão complexo como aqueles da década de 2000 no qual culminaria nas eleições realizadas em 2019. De facto, desde meados daquele ano, foi crescendo o convulsionamento social no país, no que atingiu o seu clímax nas proximidades das eleições de outubro.

Paulatinamente, se estabeleceu um estado de crise social através de manifestações públicas violentas e pacíficas, barricadas e greves, protagonizadas pelos ditos comitês cívicos, estudantes

universitários, o sector médico e demais grupos da sociedade civil. Patentes foram a presença de grupos ditos democráticos treinados pela NED e pela Freedom House (JALIFE-RAHME, 2019).

Nas datas que precederam a eleição, já se filtravam conversações de que o Pentágono, desde o seu Comando Sul, matinha com o mesmo Estado Maior boliviano, ademais da Colômbia, e o serviço de Inteligência da Argentina, de que poderia ocorrer um golpe de Estado em solo boliviano (NEWS E. C., 2019).

Na tensa eleição de 20 de outubro, que tardou 4 dias para ter seus resultados oficiais divulgados, foi confirmado pelo Tribunal Eleitoral da Bolívia que Morales havia ganhado novamente o pleito, já no primeiro turno, em acordo com a lei boliviana. Os resultados foram: Evo Morales: 47,07% dos votos, Carlos Mesa, com 36,51%, Chi Hyun Chung com 8,78% e os demais candidatos que não atingiram 5% dos votos válidos. Tal resultado deflagrou protestos por suposta fraude nas ruas do país e logo assomou-se a posição da União Europeia e da Organização dos Estados Americanos que demandaram a realização de um segundo turno (G1, 2019).

Era a antessala do golpe. Logo, desatou-se a irrupção de um levante cívico-militar contra o presidente Evo Morales, logo após sua reeleição, no que foi o evento que deu início a amotinação de largos nacos das Forças Armadas e das lideranças da *medialuna*: o Exército e as forças policiais, descumprindo os seus respectivos deveres legais, se lançaram em contra o governo, primeiramente tentando sua prisão e logo, dado a sua fuga, forçando-o a deixar o cargo em nome da preservação da democracia.

Dizia William Kaliman, então Chefe do Exército do país que: “[d]epois de analisar a situação conflituosa interna, sugerimos que o presidente do Estado renuncie a seu mandato presidencial, permitindo a pacificação e a manutenção da estabilidade pelo bem de nossa Bolívia” (*apud* MOLINA, 2020).

Notem que aqui umas das condições às quais não estavam dadas naquele 2008 se apresentam já nas primeiras horas do processo de *putsch*. O Exército nacional ao dar sustentação às pretensões políticas que estavam - principalmente - enraizadas na banda oriental do país fazem possível que o pretendido novo projeto político possa se apoderar da totalidade do território boliviano. Nesse cenário, o separatismo já não faz sentido, e as possibilidades de escalonamento do conflito são relativamente baixas.

Logo ascendeu o nome de Jeanine Áñez, numa reescrita da tática Guaidó¹⁴⁸ com auxílio estadunidense (VALENCIA, 2019) que levou a então Presidente do Senado a assumir a presidência do país com uma Assembleia Legislativa que sequer cumpria o quórum regulatório estabelecido por seu regimento interno.

¹⁴⁸ Em referência a Juan Gerardo Guaidó Márquez quem auto-proclamou-se presidente da Venezuela com respaldo estadunidense.

No cenário que circundava a sua posse, as Forças Armadas cumpriram o papel de sitiarem a cidade de La Paz, com aviões e helicópteros em seu espaço aéreo, enquanto blindados e soldados garantiam a segurança das ruas (LEONEL JÚNIOR; VILLALBA PÉREZ, 2020, p. 37).

É certo que houve algum grau de convulsão social por parte da população ligada às bases do partido MAS, todavia, essa foi relativamente menor. O Golpe, tal como o foi na Ucrânia, passou logo a tarefa de securitizar os rincões geográficos de possíveis resistências. De modo geral, a militância ligada ao governo derrubado - em seu amplo espectro - sofreu ampla perseguição (LEONEL JÚNIOR; VILLALBA PÉREZ, 2020, p. 40):

Según dijo en su momento José Miguel Vivanco, director de Human Rights Watch para América, las medidas adoptadas por el gobierno ‘parecen priorizar la brutalidad para neutralizar a los oponentes y críticos y otorgan a las fuerzas armadas un cheque en blanco para cometer abusos, en vez de trabajar para restablecer el estado de derecho en el país’ (ANGEE, 2019).

Em seus desprendimentos, o golpe de estado boliviano tem elementos tradicionais, culminado a um *putsch* cívico-policial e militar. Adotando uma postura de insubordinação e de autonomia ante ao executivo, respondendo a vínculos outros, tanto em relação à estrutura de poder interna quanto a nexos com entes políticos forâneos (LÓPEZ GIRONDO, 2019), se bem a postura do Estado Maior e das forças armadas do país são uma das chaves do golpe, é certo que afirmar que estes não foram os agentes centrais do processo, mas seus fiadores. Foi deles o papel de fazer-se cumprir em todo o território o que já havia sido consumado em La Paz.

O politólogo argentino, Enrique Javier Díez Gutiérrez, em seu artigo intitulado “*Lo que esconde el golpe de Estado en Bolivia*” (2019), considera que o golpe de Estado de 2019, reúne características que são um tanto quanto distintas a movimentações bonapartistas anteriores, contendo certa ‘hibridicidade’ de elementos, que são tradicionais e ao mesmo tempo novidades na batalha política autóctone:

El trasfondo de este golpe de Estado es la distribución de la riqueza en Bolivia y el control geoestratégico de EEUU sobre sus recursos, alentado con el racismo supremacista. Es un nuevo capítulo de la guerra híbrida contra los pobres en el escenario internacional, donde se revelan los hilos de una operación de desestabilización, organizada desde el exterior, utilizando a grupos internos ligados a la oligarquía boliviana, con el fin de derribar un gobierno no afín a los intereses geoestratégicos de la potencia dominante en la zona, en este caso EEUU. Un golpe de Estado “suave” por medios no convencionales, con armas psicológicas, sociales, económicas, mediáticas, políticas, etc (DÍEZ GUTIÉRREZ, 2019).

Em eleições realizadas em 2020 pelo governo golpista, o partido MAS voltou ao poder, dessa vez com a presidência de Luis Arce:

As apurações das eleições ultrapassaram amplamente o que as pesquisas de opinião vaticinavam, ensejando o que alguns articulistas viriam chamar de “voto oculto” e “voto paciente” reinventando, desde abaixo, as maiorias silenciosas. A chapa do MAS Arce-Choquehuanca obteve 55,1% dos votos válidos, livrando mais de 26% sobre o candidato da direita, o intelectual Carlos Mesa, e mais de 41% sobre o candidato da extrema direita, o Sr. Fernando Camacho (PORTO-GONÇALVES; REGO MONTEIRO, 2020).

Todavia, há de ser recordar, que também na Ucrânia em 2010 o candidato Víktor Yanukóvich, retirado do poder pela chamada Revolução Laranja voltou ao poder por meio do voto, só para ser despejado do poder 4 anos mais tarde por uma nova revolução colorida que tinha em seu fundo um choque de projetos de integração regional contendentes. Pelo qual, retemos que seria imprudente dar por sentado os desdobramentos no palco boliviano.

3.6. EUROMAIDAN: KIEV ENTRE MOSCOU E BRUXELAS

Desde uma perspectiva que se tornava agora preponderante, os acordos de associação para Armênia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia com a UE eram desafios diretos ao principal objetivo geopolítico do Kremlin: o estabelecimento de uma "União Eurasiana" conformadas por algumas das ex-repúblicas soviéticas, no que daria uma estrutura institucional à esfera de influência russa em seus países limítrofes através de um projeto de integração irradiado desde Moscou.

A União da Eurásia, que eventualmente culminaria em uma união econômica-política, juntamente com o Tratado de Segurança Coletiva Organização (CSTO)¹⁴⁹, irrompe como projeto equivalente - ao mesmo tempo que reativo - à UE e NATO no espaço pós-soviético. As autoridades russas descreviam como um passo importante num mundo cada vez mais multipolar.

Central a este projeto - não apenas por segurança, mas também por razões econômicas e culturais - era a Ucrânia. Particularmente inquietante para o Kremlin foi a insistência de Bruxelas de que a assinatura de um futuro acordo de associação com o bloco ocidental impediria Kiev de ingressar no Grupo Econômico da Eurásia.

No plano prático, o acordo com a Comunidade Europeia trazia em si várias questões estratégicas e novos problemas: A Ucrânia vendia larga parte de sua produção à Rússia com

¹⁴⁹ A Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO; em sua sigla inglês) é uma aliança militar intergovernamental criada em maio de 1992. A carta de intenções da CSTO propugna que todos os seus Estados signatários se abstenham da utilização ou da ameaça do uso da força. Ademais, estipula que estes não podem participar de outras alianças militares, ou quaisquer outros agrupamentos de Estados, tal como define que participar de agressão contra quaisquer dos membros da organização deve ser tratado como uma agressão a todos os seus membros.

baixíssima proteção alfandegária; nas fronteiras porosas que jamais foram controladas estritamente mesmo após o fim da URSS, as pessoas circulam livremente sem que fosse necessário um passaporte. A Europa passaria a inundar a Rússia através da janela de oportunidade ucraniana.

Ademais, para a Rússia, a entrada ucraniana na União Europeia sinalizava a perda definitiva da nação irmã, eslava, ortodoxa e partilhadora de uma origem em comum, reduzindo drasticamente a projeção de poder russo no seu near-abroad. Isso apontava ao espaço pós-soviético um esmorecimento do poder russo se abrindo um precedente que poderia determinar o futuro de toda região (ADAM, 2008).

De fato, a movimentação ucraniana rumo à adesão ao bloco econômico ocidental se tornou uma linha vermelha estratégica. Moscou passou a entrever a adesão de qualquer um de seus estados vizinhos à UE como um passo irrevogável em direção a uma plena incorporação na ordem institucional ocidental e um caminho pelos fundos para uma eventual adesão também à OTAN.

Como resultado, o Kremlin se utilizou de todos os meios à sua disposição, exceto a guerra, para colocar pressão sobre a Armênia, Moldávia, Geórgia e Ucrânia para que tais países rejeitassem a adesão à UE. A influência da Rússia foi variada, mas poderosa, incluindo ofertas de assistência financeira, ameaças de represálias econômicas, oferta de gás natural abaixo dos preços de mercado e políticas de pressão, de variada intensidade (PEIXOTO, 2021).

Sua tarefa foi facilitada quando o aperto financeiro aplicado pelo Federal Reserve Bank dos EUA causou um aumento nas taxas de juros sobre dívidas de mercados emergentes, incluindo da Ucrânia. O pico da taxa mudou o que foi uma desaceleração econômica já grave na Ucrânia - após a crise de 2008 - para uma grave crise nas capacidades de pagamento entre os anos de 2013 e 2014 (STEIL, 2014).

O primeiro país a mudar o rumo quanto à adesão à UE foi a Armênia, que anunciou no início de setembro de 2013 que não estava mais interessada em ingressar como membro pleno do bloco ocidental e que se juntaria à União Econômica Eurasiática (PEIXOTO, 2021). Por alguma razão, o presidente ucraniano, Viktor Yanukovich, foi oscilante neste momento, talvez porque esperasse obter o melhor negócio econômico possível entre a Rússia e a UE.

Como contraproposta, o Kremlin tentou persuadir a Ucrânia a entrar em sua União Econômica Eurasiática, um acordo de integração total entre Belarus, Rússia e Cazaquistão que entraria em vigor em de Janeiro de 2015. Moscou em seu favor promete principalmente subsídios no campo energético e a permanência ao acesso ao seu mercado interno dos produtos industrializados ucranianos. Tal proposição dividiu a política interna ucraniana, de um lado aqueles que se colocam a favor da assinatura do acordo de livre comércio com a União Europeia, do outro, aqueles inclinados a aderir à União Eurasiática capitaneada por Moscou (PEIXOTO, 2021).

A UE é bastante dura com seus novos membros do Leste. Bulgária, Letônia e Romênia, por exemplo, tiveram que abrir mão de suas indústrias e agricultura. Ademais, o acordo de associação oferecido à Ucrânia nem sequer dava aos seus cidadãos o acesso ao livre acesso a trabalho e viagens no bloco ocidental.

O acordo de associação entre a Ucrânia e União Europeia previa, entre outras disposições, a abertura do mercado em duas fases, a aceitação das normas de produção da Europa ocidental e um gradual mas todavia fundamental corte dos subsídios para os setores industriais ucranianos.

Tal movimento acabaria por dar cabo na indústria do leste do país que produzia carvão, aço, máquinas, carros, mísseis, materiais bélicos e aeronaves. As importações ocidentais apagariam a indústria ucraniana do mapa. A Rússia, principal consumidora de produtos industriais ucranianos e que já vendia energia a preços abaixo do mercado para Kiev, era o sustém que dava alguma capacidade de competitividade à indústria local. Naquela altura, especialistas do país estimaram perdas ligadas à associação com a UE em algo até 150 bilhões de euros (CHUIKOV; MAKSIMUS, 2015).

Enquanto tal escolha de rumo aprofundava as já marcadas contradições entre os opostos antipodais do país, assentou-se para o final de 2013 a celebração do *European Union Association Agreement*, cuja negociação havia sido impulsada ainda no governo de Yushchenko.

Por sua vez, a Rússia começou a expressar seu poderio regional em outubro, quando tomou uma série de medidas a fim de alertar a Ucrânia das consequências que a aguardava em tal cenário: aumentou as tarifas aduaneiras para os produtos da Ucrânia, reduzindo suas exportações em 25%; cobrou dívidas relativas ao fornecimento de gás natural, considerou aumentar o preço do combustível; e ameaçou restringir a entrada de ucranianos na Rússia (CHUIKOV; MAKSIMUS, 2015).

Enquanto a Rússia ameaçou retirar todo apoio econômico ao país vizinho, Yanukovich estava em grandes problemas. A falta de capacidade de pagamento da dívida colocava a Ucrânia diante de uma bifurcação na qual uma escolha foi feita: não a União Europeia e um sim a Moscou. Prontamente a Rússia concedeu um empréstimo de US\$15 bilhões à Ucrânia e anunciou a retomada de subsídios que reduziriam consideravelmente o preço do fornecimento de gás para seus vizinhos. A aquela altura, um acordo de livre comércio não foi discutido.

Em 18 de dezembro, Viktor Yanukovich e Vladimir Putin se reuniram em Moscou para o anúncio do estreitamento de relações, enquanto alguns pequenos protestos contra a decisão do governo já haviam começado em Kiev. Tal movimento irritou a população pró-ocidental e boa parte da base política de Yanukovich.

3.6.1. Guerra Civil no Donbass

No dia 22 de novembro, estudantes se mobilizaram e logo, nos dias 24 e 25 de novembro, receberam o apoio de alguns milhares de manifestantes vindos do interior para um ato político que já havia sido agendado para a data da assinatura do acordo. No dia 26 de novembro, juntaram-se na ao protesto dois grupos que até então se manifestavam em distintos pontos da capital: os partidos de oposição ao partido de Yanukovich se juntaram na praça.

Por mais de um mês, Kiev foi sitiada e chegaram centenas de ônibus de toda a Ucrânia. A mobilização, que se arrastou de novembro de 2013 até fevereiro de 2014, passou a ser conhecidos por Euromaidan, tanto em referência a localização de seu palco principal como às suas inclinações geopolíticas.

Era outra revolução colorida em andamento e o colapso passou a rondar o governo. Grupos ultranacionalistas tomaram o centro da cidade e tornaram a tropa de choque do movimento político que agora tinha por fim último derrubar o governo do país. A prévia preparação e estrutura operacional ligada ao *modus operandi* sharpiniano deram óbvias vantagens organizativas para tais grupos e os colocaram na vanguarda ante os grupos de manifestantes desorganizados que compunham os números que davam legitimidade numérica ao processo.

Logo, os gritos de “Glória à Ucrânia, Glória aos Heróis”, que remetiam aos grupos nacionalistas da Segunda Guerra Mundial, se tornaram palavras de ordem enquanto as forças policiais eram sitiadas (BUNTOVSKY, 2015, p. 65). Barricadas foram erguidas e militares reformados ajudaram a treinar brigadas de choque que por sua vez eram comandadas por um membro do partido Svoboda e contando com um grupos principais de 200 e 300 pessoas.

O desafio político preconizado por Gene Sharp estava instalado e toda repressão por parte do governo de Kiev só aumentava a pressão sobre a estrutura governamental. Este amálgama que deflagrou uma aliança entre liberais pró-ocidentais e grupos paramilitares ultranacionalistas deu, por fim, deu cabo ao governo Yanukovich no dia 22 de fevereiro de 2014.

Um governo interino de emergência pela Rada que marcou as eleições presidenciais para maio de 2014. Ademais, o legislativo tomou de forma imediata ainda algumas decisões que teriam consequências diretas no desencadeamento de eventos que seriam centrais ao desenlace do país.

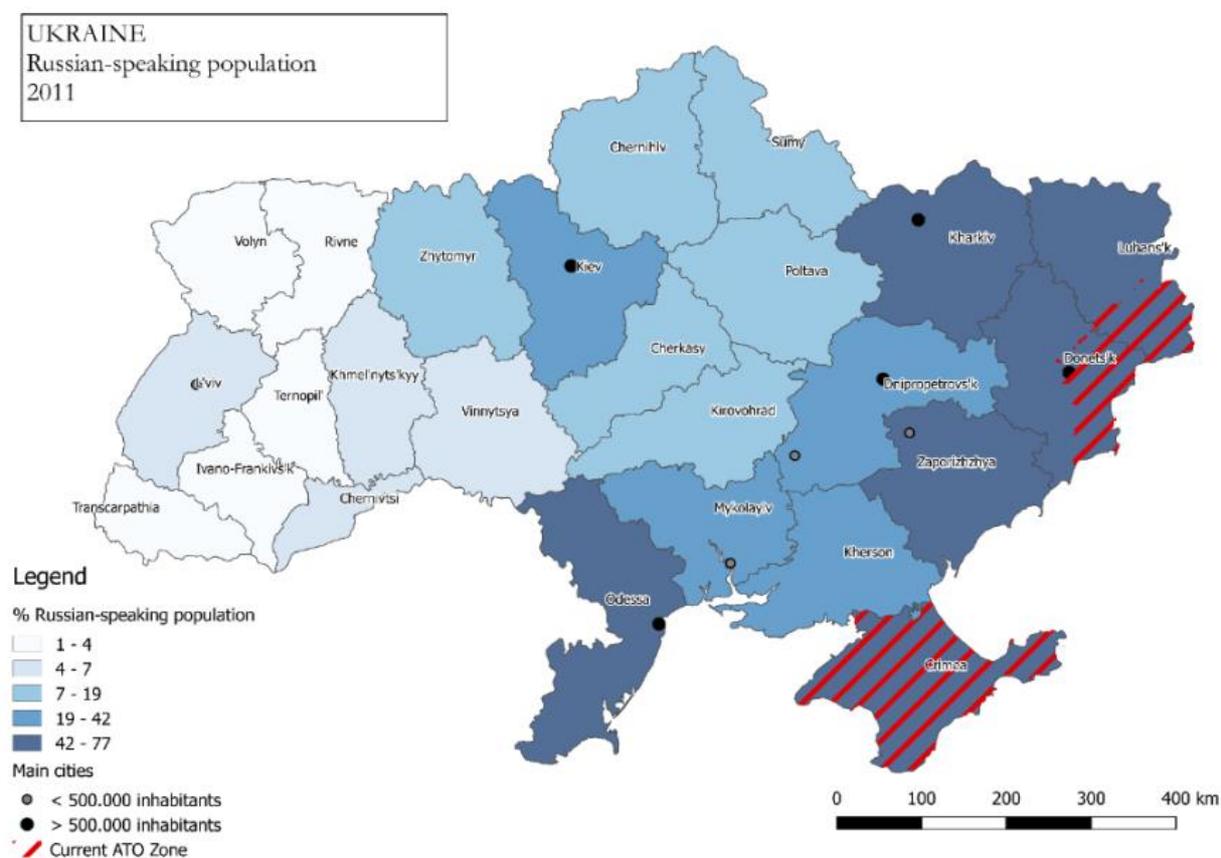
Ademais da emissão de ordem de prisão a Yanukovich, que se refugiou na Rússia, e a abertura de um processo por crime de lesa humanidade junto ao Tribunal Penal Internacional, pela suposta repressão ao Euromaidan, decidiu-se pela revogação da lei que estabelecia que em áreas habitadas por pelo menos de 10% da população falante de uma língua que não o ucraniano, essa

fosse considerada como oficial, o que foi um golpe direto as regiões russificadas no leste do país (CHUIKOV; MAKSIMUS, 2015).

O governo de Moscou prontamente declarou internacionalmente que não reconhecia o governo interino e denunciou o que julgava ser um golpe de Estado em Kiev.

Nos desdobramentos do Euromaidan seguiu-se uma sorte de perseguição sistemática anti-russa. Neste momento, nos diz Moniz Bandeira (2016) que se desatou uma “nítida proxy war, i.e., guerra por procuração, entre os Estados Unidos e a Rússia” (p. 328). Uma onda de violência animada pela russofobia tomou conta do país e as populações do leste, mais próximas culturalmente ao país vizinho, se tornaram inimigas frente ao novo regime.

Mapa 3.6.1.1. - A língua russa na Ucrânia



Fonte: PIGLIUCCI (2018)

Nas semanas que seguiram, foi deflagrada uma perseguição a partidos e organizações consideradas pró-russos, tais como o próprio Partido das Regiões, que até então governava o país. Mais tarde algumas dessas filiações políticas seriam banidas do território ucraniano.

Enfrentamentos entre manifestantes pró-maidan e parte da população russófona se espalharam pelo sul e leste do país.

O ponto de inflexão ocorreu em 2 de maio de 2014. Dois ativistas pró-Maidan e quatro anti-Maidan foram mortos a tiros durante os confrontos nas ruas. Tais confrontos culminaram em uma grande escaramuça do lado de fora da Casa dos Sindicatos, no centro da cidade. O prédio foi então incendiado, resultando na morte de quarenta e dois ativistas pró-Rússia que buscaram abrigo em seu interior (CHUIKOV; MAKSIMUS, 2015).

O exército ucraniano, que a essa altura se encontrava em grande medida inoperante por anos de desatenção do governo central, foi em grande parte substituído em suas funções internas por grupos nacionalistas que participaram do Euromaidan, principalmente o Setor Direito (*Pravyi Sektor*) e o Batalhão Azov (*Batal'on Azov*).

Tais organizações ultranacionalistas passaram a ser empregados pelo novo governo com a missão de territorializar o novo poder por toda a Ucrânia. Tal situação gerou inquietação na população do sudeste do país, o que desatou uma série de protestos que ocuparam ruas e prédios públicos (BUNTOVSKY, 2015, p. 77).

Eventualmente, os protestos anti-maidan, antes pacíficos, evoluíram para a formação de grupos de autodefesa. Incapaz de consolidar seu poder por toda a extensão territorial do país, face à resistência de amplas parcelas das populações dos oblasts de seu extremo oriental, o novo governo recorreu à ação violenta de bandos armados irregulares e majoritariamente civis a fim de completar suas tarefas gerais e consolidar seu poder (BUNTOVSKY, 2015, p. 68).

Em grupos de autodefesa compostos por voluntários (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 326 – 328) a população autóctone se insurgiu em contra do novo governo instaurado em Kiev e não reconheceu a legitimidade no gabinete provisório encabeçado por Arseniy Yatsenyuk, que contava ademais com a participação de partidos de extrema-direita com um inflamado discurso anti-russos tais como o *Svoboda* e do *Pravyi Sektor* (CHUIKOV; MAKSIMUS, 2015, p. 87). De acordo com Moniz Bandeira (2016):

(...) o levante logo se espalhou às demais províncias da Novorossiia, em Donbass, sobretudo Donetsk, Kharkov (Kharkiv) e Lugansk, onde a população se sublevou, em Slaviansk, Mariupol, Yenakiyevo, Kramatorsk, Zaporizhya, Makiyivka e outras cidades, cerca de 32, a demandar referendos sobre o status de autonomia da região, federalização da Ucrânia, maior integração com a Rússia e renúncia das autoridades de Kiev (...) (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 324).

Como resposta, o governo de Kiev passou a bombardear e lançar operações de incursão sobre as cidades de Slaviansk, Kramatorsk, Severodonetsk, Antratsyt, Lugansk e Donetsk ademais

de assentamentos menores por toda a região do Donbass. No dia 8 de maio de 2014, Dia da Vitória contra o nazismo na Europa, quando o povo de Mariupol também se alçou contra o novo governo, foram mais de 140 o número de mortos.

Como resultado, nos dias 6 e 7 de abril de 2014, foi deflagrada uma ampla insurgência armada no sudeste da Ucrânia. Os rebeldes passaram a exigir a realização de um referendo de autodeterminação e tomaram o controle da maior parte das cidades da região, incluindo Donetsk e Lugansk. Em 7 de abril de 2014 foram proclamadas as Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk (CHUIKOV; MAKSIMUS, 2015, p. 101).

Mapa 3.6.1.2. - Separatismo na região da Novorossiia



Fonte: Ansa (2014). Crimeia irrinunciabile per Mosca.

Ao decorrer da parte restante de 2014 uma espécie de equilíbrio estratégico se instalou, com pouca distensão territorial para ambos os lados, se localizando as batalhas principais ao redor do aeroporto de Donetsk. Todavia ao final do ano os grandes confrontos se reiniciaram. Ao longo da fronteira com a Rússia o restante de tropas fiéis a Kiev foram derrotadas e forçadas a retirada rumo

ao oeste. Nesse momento a vantagem estratégica estava nas mãos dos separatistas, que por vezes falavam em chegar até Kiev e libertar toda a Ucrânia.

Todavia, logo vieram as negociações de paz em maquinações empreendidas pela própria Rússia, a OSCE, o governo ucraniano e os representantes das duas repúblicas populares. Em 5 de setembro, representantes de Kiev, Moscou e da UE assinaram um acordo que declara um cessar-fogo nas hostilidades.

Com o Acordo de Minsk, a independência do Donbass não foi reconhecida, mas Kiev assumiu a obrigação de descentralizar o poder, deixar de perseguir os participantes do levante, tomar medidas para melhorar a situação humanitária e desenvolver um programa de recuperação econômica do Donbass. Em 19 de setembro, em Minsk, representantes da Ucrânia e do Donbass, através da mediação do representante da Rússia, assinaram um memorando segundo o qual as partes cessaram as hostilidades, desviaram armas pesadas a 15 quilômetros da linha de frente e declararam uma zona de exclusão aérea.

Na época da assinatura do tratado, o poder territorial de ambas as repúblicas populares se estendia por uma área de 16.000 km², na qual 4,5 milhões de pessoas viviam antes da guerra e apesar de ter parado a guerra, dando alívio ao povo, o cessar fogo tirou a iniciativa estratégica das forças armadas do Donbass, e deu tempo para que o exército ucraniano se recuperasse de sua incapacidade e de derrotas seguidas. Os bombardeios nunca cessaram e uma guerra de baixa intensidade se alastrou pelas fronteiras das repúblicas populares (BUNTOVSKY, 2015, p. 99).

3.7. CÁUCASO, 2020: NAGORNO KARABAKH COMO SINTOMA DA GUERRA HEGEMÔNICA

As reverberações da guerra russo-georgiana, em 2008, não haveria de encerrar-se nas fronteiras dos dois Estados contendentes, calando profundamente em todo o Cáucaso, mas, principalmente, na pequena Armênia. Mirando a experiência georgiana, e em situação algo parecida a do seu vizinho ao norte, porém, com inimigos outros, as fronteiras armênias também estavam tensionadas ante a iminente possibilidade de um novo conflito com o Azerbaijão, aliado da Turquia.

Naquela altura, pretendeu-se um processo de modernização que não passava de forma principal pelas armas, mas fundamentalmente, por afiançar as alianças político-econômicas do país. Mirando em direção ao oeste, e ensaiando certo esfriamento das relações com Moscou, Yerevan

optou por se lançar a um modelo europeu de desenvolvimento, que significava um processo de europeização formal e uma gradual aproximação com a União Europeia (DELCOUR; WOLCZUK, 2013).

Em maio de 2009, a Armênia junto a outros cinco Estados do Leste Europeu (Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Moldávia e Ucrânia), se aproximou da UE para lançar a Eastern Partnership (EaP) cujo objetivo principal era criar “as condições necessárias para acelerar a associação política e aprofundar a integração econômica entre a UE e os países parceiros interessados”¹⁵⁰ (COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION, 2009, p. 6).

Nos anos que se seguiram, seguindo à risca os objetivos da declaração do EaP, o governo armênio se dedicou a levar a cabo uma série de reformas políticas e socioeconômicas que rumavam em direção à aproximação com a UE. Tal aproximação haveria de recorrer, não raramente, a dispositivos discursivos de corte civilizacional, adjuntando a escolha da aproximação com Bruxelas a uma sorte de pertencimento da nação caucasiana à civilização europeia.

Em 2011, durante discurso proferido na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o então presidente Serj Sargsyan (2008-2018) afirmava que: “[o] povo da Armênia fez sua escolha histórica e irreversível. (...) Para nós, é um regresso à civilização e ao reino cultural europeu, ao qual pertencemos e onde estivemos sempre presentes”¹⁵¹ (Council of Europe, 2011).

Finalmente, em 24 de julho de 2013, o comissariado da UE anunciava que após um extensivo movimento de reformas legais, políticas e socioeconômicas estavam dadas as condições para que Geórgia e Moldávia, além da Armênia, pudessem firmar o início do Association Agreement durante o *Eastern Partnership Vilnius Summit*, realizado em novembro daquele mesmo ano. Tal movimento significava a adesão inevitável ao *Deep and Comprehensive Free Trade Agreement (DCFTA)*.

À primeira vista, a posição russa ante ao EaP e à aproximação armênia com a UE era de indiferença. Todavia, ante a percepção cada vez mais acentuada de que a expansão geográfica do bloco econômico europeu rumo ao oriente se tratava em verdade de um perigo maior que aquele da OTAN, Moscou passou a oferecer diversos incentivos para que os países do EaP se aproximassem da recém fundada União Aduaneira Euroasiática (EACU) e revertissem seus afagos com Bruxelas (ADEMMER; DELCOUR; WOLCZUK, 2016).

Tais incentivos confundiram-se com avisos das possíveis consequências de uma eventual expansão da UE ao near-abroad russo. No que tange a Armênia, a Rússia se utilizou de três

¹⁵⁰ No original: “the necessary conditions to accelerate political association and further economic integration between the EU and interested partner countries” (COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION, 2009, p. 6).

¹⁵¹ No original: “The people of Armenia have made their historic and irreversible choice. (...) For us, it is a homecoming to the European civilization and cultural realm, to which we belong, and where we have been ever-present” (COUNCIL OF EUROPE, 2011, n.d.)

movimentos que tentavam recobrar nas lideranças armênias uma certa dimensão de senso espacial.

Àquela altura, um programa de repatriação de russos vivendo no exterior foi reativado por Moscou, o que ameaçava o território armênio de sofrer com uma debandada populacional. Ademais, nas questões militares, as relações entre o Kremlin e o Azerbaijão se tornaram ainda mais próximas, pelo qual após visita do Presidente Putin a Baku em agosto de 2013, uma venda massiva de armamentos foi acertada. Por fim, a geopolítica da energia se faria aqui também valer, e uma alça nos preços do gás ao patamar de 50% se faria valer em meados daquele mesmo ano (DELCOUR, 2014).

O contrassenso geopolítico de Yerevan se viu logo forçado a redirecionar-se a uma “decisão racional” (MATEVOSYAN *et al*, 2017). O país tinha pouco espaço para não acomodar os interesses de Moscou, e apesar de não ser a Rússia a sua principal parceira econômica, era de fato o país eslavo que lastreia a segurança - em amplos termos - da nação armênia (DELCOUR, 2014).

Finalmente, a decisão do presidente Sargsyan de adentrar-se a EACU colocava por encerradas as tratativas com a UE, dado que as DCFTAs e os marcos regulatórios da EACU eram de fato mutuamente excludentes. Àquela altura, a liderança do país reconhecia que, dados os fatos se davam, era necessário construir uma política externa coerente com as alianças tidas como fundamentais ao país (SARGSYAN, 2013).

Para dar maior sustentação lógica à re-opção da lógica de integração feita por Yerevan, a presidência do país deixava evidente a questão securitária. Sargsyan deu ênfase a participação armênia no CSTO, a qual em teoria servia como garantia da manutenção espaço-temporal da nação armênia, pelo qual, seria “inviável e ineficiente se afastar da (nossa) área geoeconômica relevante”¹⁵² (ARMÊNIA, 2013).

Grosso modo, os conflitos do século XX seguiram a cobrar importância na decisão integracionista de Yerevan. Em Artsakh, as tensões jamais resolvidas com a Turquia, evidenciaram a dependência assimétrica em relação a Moscou ante as vulnerabilidades geopolíticas do país caucásico. Para além do pacto de defesa mútua decorrente da membresia do CSTO, a Rússia continuava sendo a principal parceira de Yerevan em todo o espectro de defesa do país.

É Moscou quem financia e vende por valores abaixo do mercado a maior parte do material bélico adquirido por Yerevan. Ademais, para além da base russa na localidade de Gyumri, única no sul do Cáucaso e que, modo ou outro, também serve a estabilização da região, também a divisão de controle fronteiro do Serviço Federal de Segurança (FSB) russa, auxilia no controle das fronteiras armênias adjacentes a Turquia e ao Irã com ao redor de 4.500 agentes (MATEVOSYAN *et al*, 2017).

¹⁵² No original: “*unfeasible and inefficient to stay away from the relevant geo-economic area*” (ARMÊNIA, 2013, n.d.).

O rompimento com a UE, apesar de ser um choque aos interesses de Bruxelas, haveria de encontrar respaldo em boa parte da elite armênia. Para aquela parte da oligarquia local que deu suporte a um consenso que lastreou a reaproximação com a Rússia, era de fato a parceria com Moscou um dos susténs da economia doméstica (DELCOUR, WOLCZUK, 2015).

Ademais, para tal elite, surgida nas mesmas vicissitudes da guerra no Alto Karabakh no começo dos anos 1990, a guerra passada e as possibilidades de um novo conflito ainda permeiam tanto sua aceção de política externa quanto àquela interna (ISKANDARYAN, MIKAELIAN; MINASYAN, 2016).

Claro estava que a possibilidade de amputação territorial resultaria não somente em perdas econômicas mas na incerteza quanto a viabilidade da nação armênia. Fato era que a aproximação com Moscou se dava num momento delicado da segurança nacional. Em 2016, portanto quando a entrada na EACU já havia dado novo ímpeto à cooperação russo-armênia, os gastos militares de Yerevan alcançaram a cifra de 430 milhões de dólares. Do outro lado da fronteira, porém, Baku destinava ao orçamento militar o considerável montante de 1,767 bilhão de dólares (MATEVOSYAN *et al*, 2017).

Nem tão por acaso, a aproximação com a Rússia seria o epicentro de algumas das maiores manifestações durante a década. Embora fosse criticado sistematicamente pelo governo Sargsyan, o transfundo das manifestações de rua era a aliança do país do sul do Cáucaso com a Rússia.

Em julho de 2015, uma série de protestos conhecidos como “elektro maydan” - em óbvia referência ao Euromaidan ucraniano - foram organizados pelo país. Por alvo estava as elevadas tarifas de energia do país cobradas pelo monopólio energético da subsidiária local da empresa russa Inter Rao. Como desfecho paliativo, a empresa haveria de ser vendida ao consórcio armênio-russo Tashir Group.

Mais tarde naquele mesmo ano, o assassinato de 7 membros de uma mesma família nas proximidades da base russa de Gyumri pelo militar russo Valery Permyakov, preso posteriormente por tropas de fronteiras russas estacionadas na Armênia, haveria de catalisar uma nova série de protestos que demandavam a retirada das tropas russas do país, o que ocasionou tensões diplomáticas nas relações entre ambos os países (GRIGORYAN, 2015).

Pari passu, enquanto o país adentrava a uma crescente de instabilidade interna que tensionam as relações com Moscou, também crescia a instabilidade na linha de contato em Nagorno-Karabakh. De episódios esporádicos de tiros de *snipers*, a situação haveria de escalar a intensa troca de artilharia, derrubada de aviões e incursões territoriais sistemáticas. A instabilidade também passou a ser característica da fronteira entre o Azerbaijão e a República de Karabakh, mas se alastrou por toda a linha de contato entre armênios e azeris (ISKANDARYAN, 2018).

Já estava claro que Baku se aproveitava sistematicamente das crescentes debilidades internas e externas de Yerevan, e, finalmente, tal escalonamento de hostilidades haveria de desembocar no maior enfrentamento desde o conflito da década de 1990, no que ficou por conhecido por Guerra dos Quatro Dias, entre 1 e 5 de abril de 2016.

A derrota limitada em 2016 abriu caminho a uma nova série de protestos na república armênia. As autoridades foram amplamente acusadas de não proteger os interesses dos armênios em Karabakh e de terem sido incapazes de manter as capacidades das forças armadas em acordo com as necessidades de enfrentamento ante ao inimigo azeri.

Porém, tal como em 2015, novamente a Rússia haveria de se tornar o “boneco de judas” da ira popular: os protestos acusavam a Rússia de haver fornecido armas as Forças Armadas azeris e apoiado Baku, enquanto que, a bem da verdade, os armênios também tivessem na Rússia o seu fornecedor de armas quase exclusivo e Moscou houvesse manifestado reiteradamente seu apoio a Sargsyan no pós-conflito.

Ademais, nesse ínterim, somaram-se às sanções ocidentais à Rússia pela anexação da Crimeia, que também se demonstraram desastrosas para o comércio entre as duas repúblicas. Não poucas foram as vozes de “blogueiros” e “ativistas sociais” por trás dos protestos que inflamaram os pedidos de revisão da parceria estratégica com a Rússia (MARKEDONOV, 2016).

Em definitivo, todos estes processos se concatenam em pavimentar o caminho a um ato final. Em 2017, após a entrada em vigor da nova constituição nacional, aprovada em referendo em 2015 e desenrolada na esteira das reformas pró-europeias, transformando o país numa república parlamentar, Sargsyan foi novamente eleito para a liderança do país, dessa vez ao cargo de Primeiro-Ministro. A essa altura o bloco de oposição recebeu apenas 7% dos votos e não fez qualquer menção de contestar os resultados eleitorais (ISKANDARYAN, 2018).

Tal desempenho da oposição, todavia, não haveria de se prolongar. No mesmo processo de transição de poder, que durou quase um ano, o líder da oposição, Nikol Pashinyan, tornou-se líder de protestos de rua que se prolongaram pela primavera de 2018. Ao que até poucas semanas antes era impensado, os pequenos protestos da oposição foram atendidos por amplas camadas descontentes da população local que escorreram para as ruas num modus operandi já conhecido no antigo espaço soviético. O mesmo Pashinyan, àquela altura, afirmava que tal processo se tratava de uma Velvet Revolution (VARTANYAN, 2018).

Como resultado, Pashinyan alçou-se ao poder, liderando uma oposição desacreditada e com pouco apoio popular, avançando uma agenda de corte neoliberal e uma política externa com elevado teor de ceticismo frente a Moscou, proponente a uma sorte de via dupla guinante a um retorno a aquele processo de modernização do já distante ano de 2008. Ao que soava como um espasmo de

consciência nacional em parte da população, já ressoavam temores que a “revolução armenia” acabasse por deixar expostos os flancos do país e desatasse uma ofensiva azeri (ZOLYAN, 2018).

O novo presidente Pashinyan, ignorando as mediações de Moscou, passou a adotar uma postura ambígua e diletante em relação ao conflito em Artsakh, não só ignorando todos os indicadores de escalonamento das tensões mas os reforçando ao convidar Baku para uma negociação direta em Stepanakert, capital da República de Artsakh, entidade jamais reconhecida pelo Azerbaijão.

Ao mesmo tempo, Pashinyan criou tensões com o governo da república irmã, supostamente leal ao antigo governo e a Moscou (PERRA, 2020). O isolacionismo de Yerevan dava as condições iniciais para uma nova guerra no Alto Karabakh; e também estava dada as condições da derrota armênia.

Aqui, o projeto integracionista pan-túrquico projetado desde Ancara sobre o espaço pós-soviético também haveria de se defrontar aos interesses integracionistas russos e iranianos na região, num imbricado processo no qual também a União Européia esteve relacionada¹⁵³ (PEIXOTO, 2021).

A guerra irrompeu com elevado potencial para destruir laços históricos pré-existentes, fragilizar a posição de Moscou na região e testar as capacidades de liderança e organização da União Eurasiática, da CSTO e, principalmente, de Moscou, num palco onde vários projetos de integração regionais se digladiam pelo controle territorial:

O Cáucaso é a região mais problemática para a integração eurasiática dado seu mosaico de culturas e etnias, que facilmente eleva as tensões entre as nações. (...) A região deve ser um polígono de testes de diferentes métodos de cooperação entre os povos, pois o que for bem sucedido ali poderá sê-lo ao longo do continente eurasiático (DUGIN, 2012, p. 30).

O Azerbaijão, por sua vez, agregado ao projeto regional turco de forma crescente, recorreu ao apoio de Ankara que exigiu desde o primeiro momento a resolução da contenda em favor de Baku (DERIGLAZOVA; MINASYAN, 2011, p. 70). Ademais, e talvez principalmente, os turcos forneceram armas e entregaram apoio diplomático, político e técnico às forças armadas azeris (DEMOYAN, 2016).

A Rússia, sabedora do novo arranjo regional que se conformava a vista de todos, teve nenhuma outra opção que se não jogar com as novas regras que estavam dispostas no tabuleiro,

¹⁵³ Ver mais em: PEIXOTO, Gabriel Rodrigues (2021). Sob a névoa das montanhas: integração regional e conflito em Nagorno Karabakh. *Revista de Geopolítica*, v. 12, no. 1, p. 18-32.

mirando tanto a um largo processo de integração regional quanto a necessidade da estabilidade regional para que se dessem condições favoráveis para tal (PEIXOTO, 2021).

Jeito ou outro, uma nova guerra no sul do Cáucaso colocava em risco os próprios projetos de integração regional, e em quaisquer dos desfechos possíveis significaria perdas para Moscou. Se tomasse partido por Yerevan, sua aliada no CSTO, perderia o Azerbaijão, ator de preponderância na geopolítica energética regional, o projeto de Corredor Norte-Sul¹⁵⁴ que conectaria a Rússia ao Irã e Índia, e entregaria de vez Baku à influência turca da Europa ocidental.

Mapa 3.7.1 - Conflito entre Armênia e Azerbaijão



Source: rferl.org

Por sua vez, se recusasse a cumprir suas obrigações com Yerevan, teria por diante a potencial retirada armênia da estrutura integracionista nucleada ao redor da União Econômica Eurasiática, a perda de sua única base na transcaucásia e a possível aceleração da aproximação entre a Armênia e o projeto de integração europeu.

O resumo das hostilidades em 27 de outubro desembocará numa vitória incontestável das forças armadas azeris. Ante ao resultado no campo de batalha e a possibilidade de que a guerra tomasse proporções ainda maiores, a Rússia, finalmente, teve de se impor. Mesmo após a derrubada

¹⁵⁴ O Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul (INSTC) é uma rede multimodal de 7.200 km de comprimento, de rota marítima, ferroviária e rodoviária para o transporte de cargas entre Índia, Irã, Afeganistão, Azerbaijão, Rússia, Ásia Central e Europa.

de um helicóptero russo no espaço aéreo armênio por tropas azeris no dia 9 de novembro, no dia 10 de novembro de 2020, Moscou acertou o cessar-fogo que dava por sentada a vitória azeri. Plasmou-se um novo *status quo* (DUGIN, 2020; RÚSSIA, 2020).

3.8. SOBRE A OPERAÇÃO Z: UCRÂNIA 2022

Entre 2020 e 2021, Belarus foi palco de uma série de protestos que não tinham outro objetivo se não o impedir a continuidade no poder do presidente Alexander Lukashenko. A chamada “*Revolução do Chinelo*”, promovida por supostas forças democráticas locais e repetindo mais uma vez o *modus operandi* da revolução colorida sharpiana¹⁵⁵, tardou em um ano para ser totalmente controlada. Sem encontrar respaldo na vasta parte da população, se viu confrontada pelo *know-how* anti-sharpiano acumulado durante a década de 2000 e foi incapaz de se maturar em um estágio de conflito aberto.

No ano seguinte, ainda nos primeiros dias de 2022, também o Cazaquistão, se viu abalado com protestos iniciados na região oeste do país. As manifestações, que inicialmente reivindicavam a redução no preço do gás, logo tomaram as ruas das maiores cidades do país, desaguando em violentas jornadas de consequências mortais e que flertaram com a derrubada do governo local.

Pela primeira vez, uma dos dispositivos do projeto de integração russo foi aplicado para impedir a desestabilização de um país parceiro. As tropas de paz da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), com participantes da Armênia, Belarus, Quirguistão, Tajiquistão, Cazaquistão e da própria Rússia acudiram ao governo de Almaty para controlar a situação no que se provou uma missão bem sucedida em poucos dias.

Todavia, voltamos ao documento da Rand Corp. Já em 2019 o referido texto apontava uma série de dificuldades em potencial no entorno russo, que iriam desde razões históricas até a provável reação militar de Moscou, que impediriam grandes sucessos ocidentais. Por essa mesma razão, e não inocentemente, é o palco ucraniano que aparece como aquele que mais chances de sucesso teria em provocar uma desestabilização tanto política externa como no apoio interno ao Kremlin (RAND, 2019):

Fornecer ajuda letal à Ucrânia exploraria o maior ponto de vulnerabilidade externa da Rússia. Mas qualquer aumento nas armas militares dos EUA e conselhos para a Ucrânia precisariam ser cuidadosamente calibrados para aumentar os custos para a Rússia de sustentar seu compromisso existente sem provocar um conflito muito

¹⁵⁵ Tal como referido no segundo capítulo da presente dissertação.

mais amplo no qual a Rússia, em razão da proximidade, teria vantagens significativas¹⁵⁶ (RAND, 2019).

O processo de integração regional, ariete da geopolítica russa, provou ter a tecnologia e as ferramentas capazes de garantir a estabilidade regional ante aquelas ameaças desintegradoras que se proliferaram desde os anos 1990. Todavia é certo que o caso específico da guerra em Nagorno Karabakh ocorreu para além das dinâmicas puramente nacionais e trouxe novos poderes regionais ao imbricado problema estratégico russo. Por essa razão, o conflito no Cáucaso se demonstrou como caso aviso de uma nova realidade.

Se na Ucrânia o choque entre blocos havia derivado numa guerra civil, o conflito no Cáucaso foi um sinalizador de um salto qualitativo. Tornou-se notável que os choques entre projetos de integração distintos havia descambado a um momento em que guerras de elementos convencionais entre nações, que colocavam em risco a mesma integridade territorial dos países envolvidos, eram uma possibilidade. Uma guerra convencional entre processos de integração distintos havia sido deflagrada e os parceiros regionais da Rússia passaram a ser potenciais vítimas em sua integridade territorial.

Refém do estrangulamento político, económico e militar que o eixo EUA-UE-OTAN estavam a apertar cada vez mais, restou poucas opções de ação à Rússia. Se 2014 havia sido o primeiro movimento de um desafio sistêmico, aquele passo já havia ficado curto ante a agressiva reação do bloco ocidental. Após várias agressões à Rússia e seus parceiros estratégicos, não havia nada além de uma difícil, porém estrategicamente necessária, tomada de decisão.

A decisão da Federação Russa, anunciada pelo presidente Vladimir Putin em 21 de fevereiro de 2022, de reconhecer as independências das repúblicas populares de Donetsk e Lugansk, aquelas duas províncias do Donbass que insurgiram contra o Euromaidan e a expansão dos projetos de poder do ocidente, representaram um golpe maior na ordem hegemônica surgida com a queda da URSS (PUTIN, 2022).

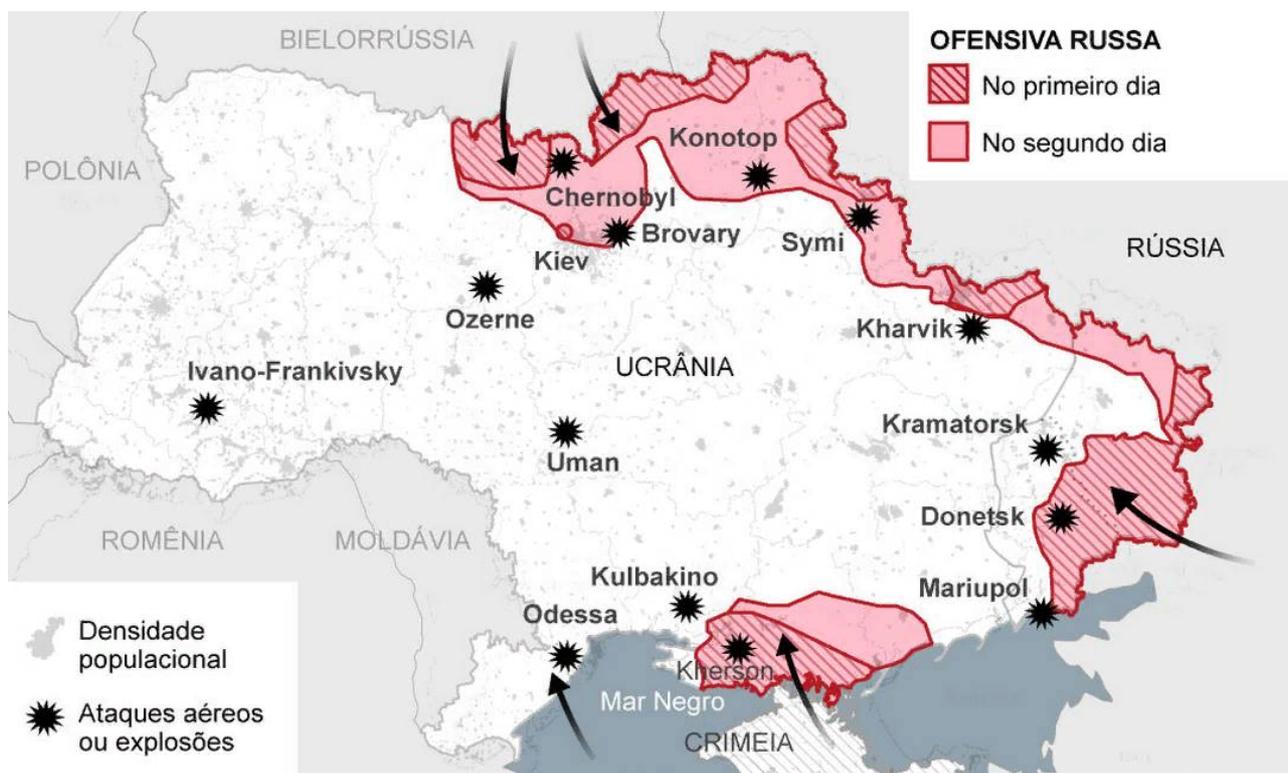
António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), já poucas horas após o anúncio de Putin, em na reunião emergencial do Conselho de Segurança da entidade, afirmou que a posição russa se tratava de “uma violação da integridade territorial e da soberania da Ucrânia e inconsistente com os princípios da Carta das Nações Unidas” (ONU, 2022).

¹⁵⁶ No original: “Providing lethal aid to Ukraine would exploit Russia’s greatest point of external vulnerability. But any increase in U.S. military arms and advice to Ukraine would need to be carefully calibrated to increase the costs to Russia of sustaining its existing commitment without provoking a much wider conflict in which Russia, by reason of proximity, would have significant advantages” (RAND, 2019).

A ofensiva lançada em 24 de fevereiro se deu em duas linhas de ataque, de acordo com a doutrina operacional russa: Um ataque principal para o sul do país na região de Donbass e ao longo da costa do Mar de Azov. De acordo com a doutrina, os principais objetivos são a neutralização das forças armadas ucranianas (objetivo de “desmilitarização”) e a neutralização do paramilitarismo ultranacionalista milícias nas cidades de Kharkov e Mariupol (objetivo de “desnazificação”).

O ataque principal é realizado por uma coalizão de forças: as forças russas do Distrito Militar sul através de Kharkov e da Crimeia, e na região entre as duas cidades mencionadas, no Donbass, portanto, as forças das milícias das Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk, contando com o apoio da Guarda Nacional da Chechênia. O ataque em direção a Kiev, visa a impedir que forças ucranianas e estrangeiras reforcem suas posições de Kiev no Donbass (BAUD, 2022).

Mapa 3.10.1 - Movimentação operacional na Ucrânia nos dois primeiros dias da Operação Especial



Fonte: https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25410598-cba-ef6/FT1086A/mapa_ofensiva_russa2.jpg

De fato, a decisão russa ao denegar a integridade territorial ucraniana e denunciar os tratados que deram sua origem, tiveram por intenção maior se contrapor a mesma dissolução da soberania propagada pelo arranjo sistêmico. Em seu discurso em 21 de Abril, que anunciou a operação militar na Ucrânia, o presidente russo pondera que a queda da URSS levou a um rompimento do equilíbrio de poder e a subordinação do Estado russo:

A União Soviética enfraqueceu no final da década de 1980 e depois entrou totalmente em queda. Todo o curso dos acontecimentos da época são uma boa lição para nós ainda hoje: ele mostrou, de modo conclusivo, que a paralisia do poder e da vontade é o primeiro passo para a completa degradação e o esquecimento. Foi preciso perdermos, na época, nossa autoconfiança e pronto: o equilíbrio dos poderes no mundo foi rompido (PUTIN, 2022).

Na racional russa, a incorporação ucraniana ao bloco de poder ocidental era nada além da expansão de uma entidade supranacional agressiva junto às suas fronteiras:

O assunto aqui é algo que nos desperta especial cuidado e inquietação: as ameaças básicas que, de ano em ano, de passo a passo, são criadas por políticos irresponsáveis no Ocidente em relação ao nosso país. Refiro-me aqui à expansão do bloco da Otan para o leste e à proximidade de sua infraestrutura militar das fronteiras russas. Sabe-se bem que por 30 anos tentamos, persistente e pacientemente, chegar a um acordo com os principais países da Otan sobre os princípios de uma segurança igualitária e unida na Europa. Como resposta a nossas propostas, frequentemente nos debatemos ou com enganações cínicas e mentiras, ou com tentativas de pressão e chantagem, enquanto a Aliança do Atlântico Norte, no meio tempo, apesar de todos os nossos protestos e cuidados, se expande sem parar. A máquina de guerra se movimenta e, repito, se aproxima em cheio de nossas fronteiras (PUTIN, 2022).

A ação militar russa se deu após oito anos de recusas explícitas de Kiev, instigada pelas potências ocidentais, em implementar os acordos de Minsk de 2014-15, e a ofensiva sistêmica que ocorreu por quase três décadas na direção de incorporar a Ucrânia tanto à OTAN quanto à União Europeia.

Um dia após o reconhecimento da independência das duas repúblicas do Donbass, o Ministro de Relações Exteriores russo, Sergey Lavrov (2022) afirmou que o direito à soberania deve ser respeitado apenas em relação aos Estados que representam todas as pessoas que vivem em seu território e que a Ucrânia não se encontrava em tal posição desde 2014 em entrevista ao canal de TV *Rossiya 24*:

(...) esta deve ser estritamente observada em relação a todos os Estados que cumpram em suas ações práticas o princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, e como resultado têm um Governo que represente, sem distinção de raça, religião ou cor, todas as pessoas que vivem neste território (...). Acho que ninguém pode afirmar que o regime ucraniano, desde o golpe de

estado de 2014, representa todas as pessoas que vivem no território do Estado ucraniano¹⁵⁷ (LAVROV, 2022)

Desde um ponto de vista geoestratégico, o avanço da OTAN para o leste e subsequente contra ofensiva russa precipitaram a formação de uma aliança temida por pensadores estadunidenses como Brzeziński: a formação de um eixo entre Moscou e Pequim que tem implicações tão perigosas para a hegemonia ocidental quanto o eixo Moscou-Berlim significou algum dia para Mackinder (1975) e a geopolítica anglo-saxã, justamente por ser o centro de um emergente arranjo em policêntrica.

Assoma-se um consistente acionar com a “Declaração Conjunta da Federação Russa e da República Popular da China sobre as Relações Internacionais Entrando em uma Nova Era e o Desenvolvimento Sustentável Global” firmada em conjunto por Moscou e Pequim e divulgada ainda em 4 de fevereiro de 2022.

Tal como extensão mesma daquela “Declaração Conjunta de um Mundo Multipolar e o Estabelecimento de uma Nova ordem Mundial”, de 1997, seus pontos-chave repousaram em três pontos principais: 1) necessidade da superação da hegemonia unipolar por um sistema global multipolar; 2) o respeito às peculiaridades de cada nação ao invés da imposição global de um modelo único de democracia, 3) que a segurança externa de um país é indivisível e não pode ser obtida à custa da dos demais (RÚSSIA, 2022). Nomeadamente a declaração faz uma menção a ação ocidental e seu bloco de poder:

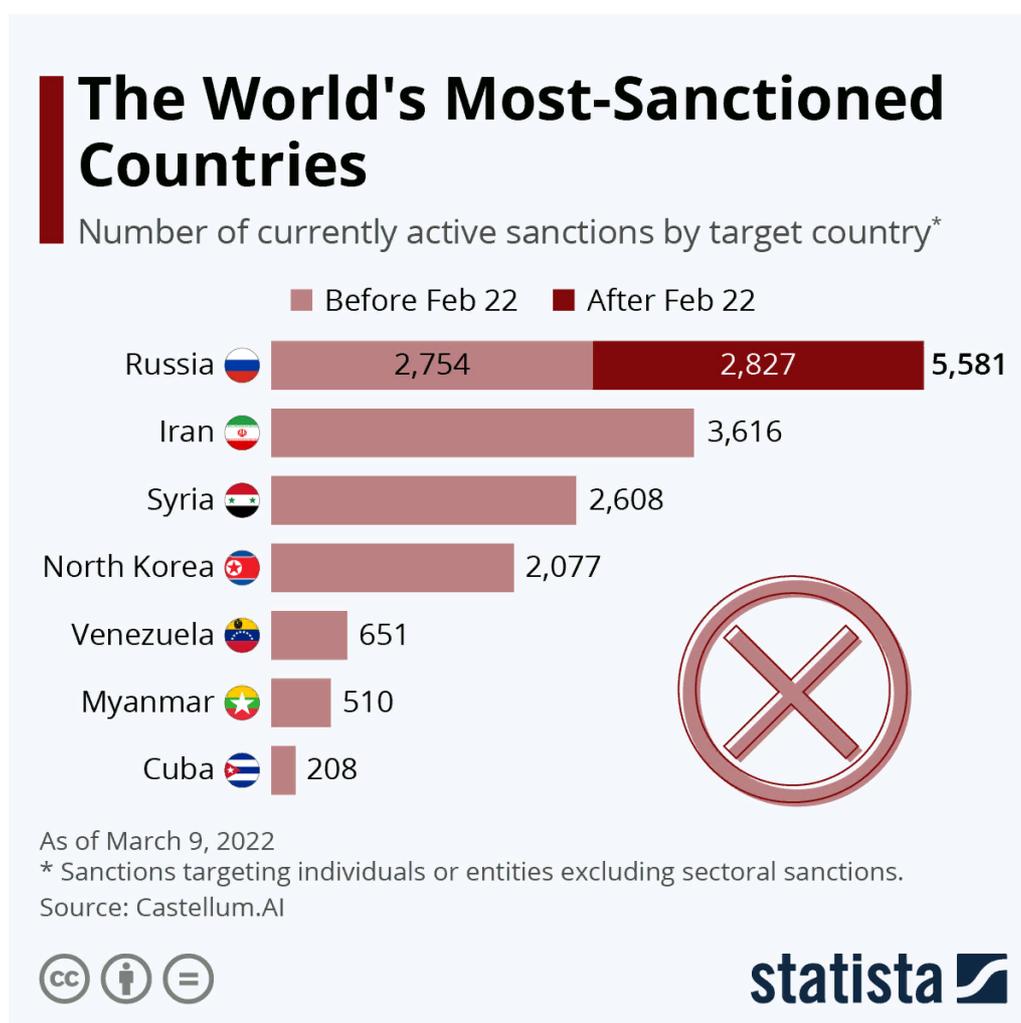
Os lados observam que os princípios democráticos são implementados em nível global, bem como na administração do Estado. Tentativas de alguns Estados de impor seus próprios “padrões democráticos” a outros países, de monopolizar o direito de avaliar o nível de cumprimento de critérios democráticos, de traçar linhas divisórias com base na ideologia, inclusive estabelecendo blocos exclusivos e alianças de conveniência, não passam de desrespeito à democracia e vão contra o espírito e os verdadeiros valores da mesma. Tais tentativas de hegemonia representam sérias ameaças à paz e estabilidade global e regional e minam a estabilidade da ordem mundial¹⁵⁸ (RÚSSIA, 2022).

¹⁵⁷ No original em russo: “неукоснительно соблюдать в отношении всех государств, соблюдающих в своих практических действиях принцип равноправия и самоопределения народов, и вследствие этого имеющих правительство, представляющее без различия рас, вероисповедания и цвета кожи весь народ, проживающий на данной территории. (...) Думаю, никто не может утверждать, что украинский режим, начиная с государственного переворота 2014 года представляет весь народ, проживающий на территории украинского государства” (LAVROV, 2022).

¹⁵⁸ No original em inglês: “The sides note that democratic principles are implemented at the global level, as well as in administration of State. Certain States' attempts to impose their own “democratic standards” on other countries, to monopolize the right to assess the level of compliance with democratic criteria, to draw dividing lines based on the grounds of ideology, including by establishing exclusive blocs and alliances of convenience, prove to be nothing but flouting of democracy and go against the spirit and true values of democracy. Such attempts at hegemony pose serious threats to global and regional peace and stability and undermine the stability of the world order”.

Ao mesmo tempo, a contra-ofensiva ocidental ante a ação russa, por meio de sanções a um nível jamais antes testemunhado, fez salientar e escancarar a completa destruição do conceito de soberania e o alto grau de exposição de economias dependentes e confiadas no mercado globalizado.

Gráfico 3.10.1. - Os Países mais sancionados (2022)



Fonte: <https://www.statista.com/chart/27015/number-of-currently-active-sanctions-by-target-country/>

Numa confirmação do que Schmitt (2003) observa ainda nos primeiros momentos da guerra fria, o desalinhamento ao arranjo de poder global com centro no ocidente significa um cenário de guerra econômica que coloca em risco todos aqueles países que não detenham autossuficiência estratégica:

As consequências globais da operação militar especial russa em curso na Ucrânia ainda estão sendo avaliadas, mas a maioria já espera que sejam profundas, baseados em tudo o que aconteceu até agora desde que o conflito começou em 24 de

fevereiro. O Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, impôs sanções sem precedentes contra Moscou e também escalou a operação de guerra de informação contra ele a um extremo sem precedentes. Tudo isso colocou este grande país sob considerável pressão em todas as ordens. O efeito mais direto é que a Rússia foi "desconectada" à força do Ocidente liderada pelos EUA em quase todos os aspectos, exceto em seu contínuo comércio de energia com a UE. Embora mesmo isso esteja sob ameaça e não deva ser dado como certo que continuar como antes. Bancos ocidentais congelaram ativos estrangeiros de este país, sancionou os seus homólogos russos e as empresas ocidentais também suspenderam suas operações lá, quando não se retiraram completamente do mercado. Este levantou sérias preocupações sobre a estabilidade macroeconômica da Rússia¹⁵⁹ (KORYBKO, 2022).

Para além da aparência de um conflito local, a operação russa na Ucrânia acabou por tornar-se um ponto de convergência das contradições que se alçaram pela mesma disputa entre terra e mar, entre unipolaridade e multipolaridade e dos diversos projetos autóctones que tentam encontrar seu lugar na história.

Por sua lógica de espacialização, o que se iniciou como uma luta por manter sua própria soberania através de um projeto de integração regional que buscava restabelecer, ainda que parcialmente, uma estrutura econômica integrada no espaço da ex-URSS e por manter afastado o projeto de integração econômico-militar do ocidente, derivou-se rapidamente e de forma inevitável a uma escalada de tensão que derivou a um conflito entre duas concepções de mundo distintas e diametralmente opostas.

A crise na Ucrânia tem a particularidade de carregar ao mesmo tempo um desafio à ordem internacional vigente e uma tentativa de socavar a emergência da multipolaridade por parte do ocidente. Se bem os projetos de integração regional se tornaram o *Katechon* de nossa época, a agência russa no leste europeu se tornou a expressão manifestada de que a mesma disputa territorial entre projetos de territorialização distintos derivam, de forma irremediável, ao enfrentamento bélico direto rumo a uma *Endkampf*.

É seguro dizer que as futuras relações da Rússia com o Ocidente já nunca poderão ser as mesmas de antes. A ação da hegemonia ocidental, ao passo que exacerbou os as contradições entre Rússia e a UE, também fizeram apontar a uma convergência significativa de ascendentes blocos de

¹⁵⁹ No original em inglês: "The global consequences of Russia's ongoing special military operation in Ukraine are still being assessed but most already expect them to be profound based on everything that's happened thus far since the conflict began on 24 February. The US-led West imposed unprecedented sanctions against Moscow and also intensified its information warfare campaign against it to an unprecedented extreme. All of this has resulted in putting that major country under considerable full-spectrum pressure. The most direct effect is that Russia has been forcibly "decoupled" from the US-led West in almost every way except for its continued energy trade with the EU, but even that's under threat and shouldn't be taken for granted. Western banks have frozen that country's foreign assets, sanctioned their Russian counterparts, and Western companies have suspended their operations there too if not outright pulled out of that market. This has prompted very serious questions about Russia's macroeconomic stability" (KORYBKO, 2022).

poder que por objetivo em comum compartilhado tem na superação da unipolaridade seu eixo central.

É significativo que no novo cenário estratégico do choque sistêmico, a culminação da *raumrevolution* dos Grandes Espaços se acelere a medida que o confronto hegemônico se aprofunde:

A primeira consequência da guerra que está ocorrendo no momento é a recriação da cortina de ferro, com a diferença de que é uma cortina de ferro erguida nas fronteiras da Rússia pelo Ocidente, na esperança de amordaçar um concorrente considerado perigoso, e não uma cortina de ferro erguida pelos soviéticos para impedir as pessoas de irem para outro lugar. O dilúvio de propaganda russofóbica que estamos testemunhando no momento é significativo desse ponto de vista. O grande continente eurasiático está novamente dividido em dois, o que só tem o mérito de esclarecer as coisas. O que devemos ver, enquanto esperamos poder fazer uma análise mais completa, é que a guerra entre a Ucrânia e a Rússia não é apenas, ou mesmo principalmente, uma guerra entre dois países. Nem é um choque entre o nacionalismo ucraniano e o nacionalismo russo, como muitos querem que você acredite. É antes de tudo uma guerra entre a lógica do Império e a do Estado-nação. Trata-se então, mais genericamente, de uma guerra entre o Ocidente e o Oriente, entre o mundo liberal e o dos "espaços civilizacionais", entre a Terra e o Mar (BENOIST, 2022).

Enquanto não se decida essa batalha de lógicas distintas, nenhum país isolado em qualquer lugar do mundo está a salvo de se tornar “a próxima Rússia”, no que tange a se tornar uma vítima mais do Ocidente liderado pelos EUA, que imporá punições sem precedentes contra todos aqueles que orgulhosamente defendem seus interesses estratégicos e suas próprias projeções de poder ao invés de se submeter ao que consideram ameaças inaceitáveis (KORYBKO, 2022).

Dito isto, e para além das críticas que se possam fazer sobre os trabalhos de Francis Fukuyama e Samuel Huntington nos anos 1990, há de se admitir que a importância da obra dos dois autores, ainda que aparentemente enfrentadas, ainda são os apontamentos balizantes do conteúdo da política mundial e centro visceral do pensamento geopolítico que permeia a realidade da interação interestatal (DUGIN, 2022).

Foi a concepção teórica de Huntington que tornou evidente, já nos anos 1990, que o processo de desintegração da Iugoslávia e da URSS traziam uma nova vitalidade nas abordagens geopolíticas e da tradição realista. Estava claro que o avanço dos EUA e de seu condomínio de poder não só não haviam cessado em sua lógica ofensiva como jamais haviam cambiado a racional de seu acionar.

De algum modo, e nas complexidades da geopolítica real, ao passo que a obra de Huntington servia a justificar o avanço ocidental ela também foi catalisadora de um processo

reativo, e por vezes espelhado, que deflagrou rapidamente a abertura de um imbricado e longo de busca pela soberania na Eurásia, especialmente por Pequim e Moscou.

O mesmo Huntington, que classificou a Rússia como uma civilização eslavo-ortodoxa e a China como uma civilização sino-confuciana deixava a entender que ainda que naquele momento nenhum dos dois países tivessem ideologias contrastantes ao domínio da hegemonia liberal, que ambas as civilizações emergiriam como pólos que se contraporiam, ainda que temporariamente, ao avanço estadunidense. Afinal o Muro de Berlim havia caído, mas o leste e o centro da Eurásia, não (SAVIN, 2021).

Nessa emergente realidade, e embora a obra de Fukuyama tenha envelhecido mal com o breve passar dos anos e o esgotamento da euforia pós-liberal, os escritos sobre o “Fim da História” mantiveram importância não mais como uma análise da realidade, mas como um suporte tecnológico normativo da cruzada dissolvente ocidental.

Esta, por meio do conflito e da guerra, mas também através do domínio das telecomunicações e a promoção de novos aparatos tecnológicos que promovem a coesão entre o homem-máquina, afetando a mesma cognição da realidade, tentou impor percepções totalizantes a vasta porção das nações do planeta (DUGIN, 2022).

Talvez por isso, o artigo de Fukuyama publicado no jornal britânico “*Financial Times*” em 3 de março de 2022, intitulado “*Putin’s war on the liberal order*” tenha que ser lido com atenção e retenha capacidades de explicar o nosso momento histórico. Com os olhos postos na ação russa na Ucrânia, Fukuyama (2022) nos diz que:

A terrível invasão russa da Ucrânia em 24 de fevereiro foi vista como um ponto de inflexão crítico na história mundial. Muitos disseram que marca definitivamente o fim da era pós-guerra fria, uma reversão da “Europa inteira e livre” que pensávamos ter surgido após 1991, ou mesmo o fim do Fim da História.¹⁶⁰ (FUKUYAMA, 2022).

Desde seu título, “A guerra de Putin contra a ordem liberal”, a tese ao redor da ação russa na Ucrânia proposta por Fukuyama nos parece correta. O que Moscou chama de “operação militar especial” se trata de fato de um passo decisivo para o desafio sistêmico russo, ao passo que desafia o avanço ocidental em suas fronteiras, e também projeta Moscou como um pólo dentro de um inevitável conflito de ordem global.

¹⁶⁰ No original em inglês: “*The horrific Russian invasion of Ukraine on February 24 has been seen as a critical turning point in world history. Many have said that it definitively marks the end of the post-cold war era, a rollback of the “Europe whole and free” that we thought emerged after 1991, or indeed, the end of “The End of History”*”(FUKUYAMA, 2022).

Nesse sentido de aproximação, reside na própria literatura geopolítica ocidental a dimensão estratégica e civilizacional da Ucrânia para a Rússia e a fonte causal para a ação russa no país. Se Halford Mackinder (1975) em sua obra seminal trouxe a tona a importância dos portões euroasiáticos para o domínio do *Heartland*, é dizer, da Rússia, também Zbigniew Brzezinski, tal como já citamos, já disse que “sem a Ucrânia, a Rússia deixa de ser um império eurasiático (BRZEZINSKI, 1997, p. 40).

Para que a Rússia não se tornasse polo soberano, e um agente de lastreamento da construção de uma ordem centrada para além do Atlântico, a Ucrânia foi arrastada para dentro de uma geoestratégia da antítese (STARIKOV, 2017), na qual país foi encubido de se tornar, num curto prazo de tempo, a anti-Rússia. Aqui todos os meios do *Full Spectrum Dominance*, indissociáveis das concepções de Fukuyama, foram utilizados para quebrantar a unidade entre povos historicamente e civilizacionalmente conectados.

De repente, a Ucrânia se tornou parte da Europa, o que a Rússia jamais poderia ser. A União Europeia tornou-se portadora de valores aos quais Moscou jamais poderia oferecer. Abriu-se a caixa de pandora que desataria inevitavelmente a guerra. Em nome da integração europeia, se justificou uma ruptura no processo democrático e uma guerra interna.

A Ucrânia, ao passo que forçou o seu caminho a integração ao oeste, tornou-se o posto avançado da estratégia militar do bloco europeu, e para além da ruptura propriamente dita com a União Eurasiática se tornou uma ameaça não só a todo processo integracionista proposto por Moscou para o seu entorno mas a mesma integridade territorial russa. Todavia, há de se reter que isso se encaixa com aqueles pressupostos elementares do “Choque de Civilizações” de Huntington, mas está em desacordo completo com a distopia do próprio Fukuyama.

Em outro texto, confeccionado também durante os desdobramentos da guerra na Ucrânia e publicado na revista na qual é editor, intitulado “*Preparing for Defeat*”, Francis Fukuyama (2022) faz uma série de postulações algo panfletárias as quais considera ser um roteiro para uma incontornável derrota russa e uma irremediável reafirmação da doutrina e do arranjo liberal:

A Rússia caminha para uma derrota total na Ucrânia. O planejamento russo foi incompetente, baseado em uma suposição equivocada de que os ucranianos eram favoráveis à Rússia e que seus militares entrariam em colapso imediatamente após uma invasão. Os soldados russos evidentemente levavam uniformes de gala para o desfile da vitória em Kiev, em vez de munição e rações extras. Putin, neste momento, comprometeu a maior parte de todo o seu exército nesta operação – não há grandes reservas de forças que ele possa convocar para adicionar à batalha. As tropas russas estão presas do lado de fora de várias cidades ucranianas, onde enfrentam enormes problemas de abastecimento e constantes ataques ucranianos¹⁶¹

¹⁶¹ No original em inglês: “Russia is heading for an outright defeat in Ukraine. Russian planning was incompetent, based on a flawed assumption that Ukrainians were favorable to Russia and that their military would collapse immediately

(FUKUYAMA, 2022).

Aqui, Fukuyama (2022) parte a asunções curiosas sobre o conflito. Em certo ponto ele faz uma ode a guerra e diz que não há solução diplomática para a mesma antes de que as forças russas sucumbam; somente com a absoluta derrota russa no palco ucraniano poderia haver qualquer possibilidade de negociação. Ademais, postula abertamente a necessidade da dissolução da ONU e a superação do arranjo sistêmico do pós-Segunda Guerra em favor de uma Liga das Democracias, cumprindo o sonho de Kant, que em verdade nada mais seria do que um clube de todos aqueles estados subordinados à globalização irradiada desde Washington e com nenhum outro fim senão o da perpetuação da subordinação.

Nas palavras do mesmo, “o Conselho de Segurança das Nações Unidas provou mais uma vez ser inútil. A única coisa útil foi a votação da Assembleia Geral, que ajuda a identificar os atores maus ou prevaricadores do mundo”¹⁶² (FUKUYAMA, 2022).

Abre-se uma ponte ideológica entre a ação russa e uma suposta ação pedagógica da vindoura derrota de Moscou que se aplicaria a todo o planeta. A seu ver, todos aqueles nomes ligados ao pensamento iliberal aprenderão uma lição na Ucrânia e serão engolidos pelo “fim da história”:

A invasão já causou enormes danos aos populistas [de direita] de todo o mundo, que antes do ataque expressavam uniformemente simpatia por Putin. Isso inclui Matteo Salvini, Jair Bolsonaro, Éric Zemmour, Marine Le Pen, Viktor Orbán e, claro, Donald Trump. A política da guerra expôs suas tendências abertamente autoritárias¹⁶³ (FUKUYAMA, 2022).

O postulador da dissolução do tempo, por fim, conclama a uma guerra de proporções espaciais globais em nome de salvaguardar a hegemonia libero-ocidental. O estadunidense aponta que o conflito na Ucrânia será também uma lição ao outro polo que emana a possibilidade de uma outra ordem: Pequim. A vindoura derrota russa teria o papel de diminuir os impulsos por soberania da China e isola-lá em seu próprio território ante a constatação de sua *inexpertise* das armas:

Como a Rússia, a China construiu forças militares aparentemente de alta tecnologia na última década, mas não têm experiência em combate. O desempenho miserável da força aérea russa provavelmente seria replicado pela Força Aérea do Exército de

following an invasion. Russian soldiers were evidently carrying dress uniforms for their victory parade in Kyiv rather than extra ammo and rations. Putin at this point has committed the bulk of his entire military to this operation—there are no vast reserves of forces he can call up to add to the battle. Russian troops are stuck outside various Ukrainian cities where they face huge supply problems and constant Ukrainian attacks (Id. Ibid).

¹⁶² No original em inglês: *The United Nations Security Council has proven once again to be useless. The only helpful thing was the General Assembly vote, which helps to identify the world’s bad or prevaricating actors (Id. Ibid).*

¹⁶³ No original em inglês: *The invasion has already done huge damage to populists all over the world, who prior to the attack uniformly expressed sympathy for Putin. That includes Matteo Salvini, Jair Bolsonaro, Éric Zemmour, Marine Le Pen, Viktor Orbán, and of course Donald Trump. The politics of the war has exposed their openly authoritarian leanings (FUKUYAMA, 2022b).*

Libertação Popular, que também não tem experiência no gerenciamento de operações aéreas complexas. Podemos esperar que a liderança chinesa não se iluda quanto às suas próprias capacidades, como os russos fizeram ao contemplar um movimento futuro contra Taiwan¹⁶⁴ (FUKUYAMA, 2022).

Ainda nessa crescente de confrontação e cercamento civilizacional, na derradeira frase de seu texto, Fukuyama reconhece que a batalha pela Ucrânia se trata de uma *Endkampf*, na qual se confrontam forças pela mesma determinação do desenrolar histórico ou de sua detenção. Uma vez mais, sua afirmação não remete a seu próprio constructo teórico, mas ao do russo Alexandr Dugin (1997).

Todavia, se para Dugin (1997, p. 30) o desdobramento final de tal batalha de ordem apocalíptica teria um acabamento aberto, indefinido e incerto (DUGIN, 1997, p. 30), para Fukuyama a inevitável derrota das forças da multipolaridade é questão de tempo. Esta trará um novo nascimento da liberdade e será o evento que irá estancar o declínio da democracia global. Segundo o mesmo, “[o] espírito de 1989 continuará vivo, graças a um bando de bravos ucranianos”¹⁶⁵ (FUKUYAMA, 2022).

Ao nosso ver, o que se pode induzir da fala do autor do “Fim da História” é que caso os seus desejos não se cumpram e em verdade a Rússia cumpra seus próprios objetivos estratégicos no palco ucraniano, estaremos todos diante da derrota do mesmo espírito de 1989, que não é outra coisa que o *weltanschauung* emanado do momento unipolar estadunidense. É dizer, o fim da hegemonia estadunidense:

Neste caso, a Rússia através de um movimento arriscado terá se tornado a maior manifestação do *Katechon* geopolítico de nossa época. O desafio à ordem hegemônica, através de sua faceta militar, permitirá por sua vez a materialização da possibilidade de uma ordem outra, na qual os processos de desenvolvimento dos entes políticos ao redor do planeta a patamares superiores, incluídos os seus processos de aglutinação territoriais, darão o tom de novas relações internacionais.

¹⁶⁴ No original em inglês: Like Russia, China has built up seemingly high-tech military forces in the past decade, but they have no combat experience. The miserable performance of the Russian air force would likely be replicated by the People's Liberation Army Air Force, which similarly has no experience managing complex air operations. We may hope that the Chinese leadership will not delude itself as to its own capabilities the way the Russians did when contemplating a future move against Taiwan (*Id. Ibid.*).

¹⁶⁵ No original em inglês: The spirit of 1989 will live on, thanks to a bunch of brave Ukrainians (*Id. Ibid.*).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O que se convencionou chamar de Guerra Híbrida, levantou a hipótese de que uma revolução colorida poderia apelar a um conflito amplo e com emprego de meios violentos quase imediatamente após o início do distúrbio para atuar como multiplicador de forças. Todavia, o uso de métodos violentos sempre esteve de fato presente nas revoluções não-violentas.

Se embora a situação ao redor da situação boliviana nos anos 2000 fosse uma manifestação do que estaria por vir, foi na crise ucraniana que um território em disputa entre dois blocos de integração distintos, se viu perpassado por um conflito civil de tal monta que a integridade territorial do Estado em questão entrou em disputa e sua soberania foi contestada.

Tal movimento é ele mesmo o início de um Novo Momento das relações internacionais no qual a pugna regional tomou forma numa dinâmica sistêmica na qual a hegemonia soerguida da resolução da bipolaridade, e que avançou por ter o controle do planeta como um todo, se viu de forma progressiva sendo neutralizada por forças de contrabalanço num amplo movimento onde há uma clara e manifestada desaceleração da expansão relativa de suas capacidades, tal como retração em sua expansão territorial. No centro de tal movimento estão os processos de integração regional, enquanto katechons.

Todavia, tomando tais processos de integração por uma lógica geopolítica, fica impossível negar o caráter geoestratégico dos mesmos. Esta compreensão nos forneceu um parâmetro analítico que tange a abrangência da modulação da guerra: a sub-estatal, a local e, finalmente, a guerra regional. Quando o problema da integração regional passa a ser o cerne mesmo dos processos de securitização de um ente Estatal - ou mesmo de um punhado deles - não é possível, dentro daquela concepção clausewitziana, que os meios militares e estratégicos, em seu amplo espectro permaneçam inertes e indiferentes à política de Estado, dado que a preparação militar do mesmo está condicionada por sua diplomacia tal como por seus objetivos políticos gerais.

Torna-se claro o esgotamento final de uma manifestação espacial caduca e a inevitabilidade da culminação da revolução espacial dos Grandes Espaços. Todavia esse período transicional e de luta pelo arranjo de poder global, abriu passo para a emergência de um desafio ao poder hegemônico que perpassa, inevitavelmente, por uma guerra hegemônica.

A evolução da crise, que em verdade cobrou também uma dimensão global numa sorte de abafamento de processos de integração, desdobrou-se em *Endkampf* entre terra e mar, numa luta encarniçada pela polaridade sistêmica. O que havia se sinalizado no Cáucaso e na América do Sul

tomou uma maior dimensão na Ucrânia. A guerra interestatal motivada por preocupações securitárias e territoriais tornou-se uma vez mais possibilidade num manifestado e imbricado sintoma de ascensão multipolar e necessidade do conflito enquanto possibilitante de câmbio estrutural.

4. PONDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento internacional de nossa época, se caracteriza, em sua essência, por ser uma prolongação e desprendimento das consequências da *Raumrevolution* deflagrada pela gênese dos Grandes Espaços e do posterior arranjo sistêmico construído no pós-Segunda Guerra ao redor dos mesmos. Este se projeta a partir disso uma *raison d'être* geopolítica que tem por parâmetro de poder único o Estado Continental Industrial enquanto umbral de poder sistêmico.

Tendo considerado o acima exposto, nesta dissertação, tivemos por certo que o fenômeno da integração regional, especialmente a partir da década de 1990, tornou-se o centro e ariete mesmo do movimento geopolítico a medida que algumas das quantas unidades do sistema internacional, sabedoras das limitações de poder provenientes de uma caducidade estrutural e enfrentadas por forças dissolventes, tomaram na soma de capacidades a única via possível para a construção de um desafio à ordem hegemônica global.

Tal movimento se trata na verdade de uma disputa existencial que ao apontar pela construção outros blocos de poder de capacidades superlativas, para além da hegemonia estadunidense, acaba por tomar características de um enfrentamento de tipo civilizacional muito em razão de suas características geográficas que acabam por colocar enfrentados, uma vez mais, os poderes da terra e do mar.

De forma geral, o amplo movimento que projeta enquanto desafio hegemônico tem por protagonistas um punhado de Estados da massa continental eurasiática que conseguiram minimamente nuclear ao redor de si mesmos projetos de blocos de poder regionais - em diferentes configurações e graus de maturidade - com alguma estabilidade temporal, aumentando o seu poder relativo.

Se a unipolaridade trouxe consigo, pela primeira vez, a possibilidade da proeminência do poder marítimo e o aventar da possibilidade de síntese entre a mesma contradição fundamental entre os pólos terrestre e marítimo, a emergência de um movimento contra-hegemônico contra a hegemonia atlântica, lastreado no poder telúrico, significa a tentativa de uma sorte de contenção, atraso, ou de total impedimento da culminação da talassocracia sobre o planeta.

Dessa condição de emergência de um novo equilíbrio estratégico, ainda que todavia localizado e parcial, que evolui de forma progressiva e contumaz a um desafio sistêmico que serve a função de avançar interesses de atores múltiplos em detrimento do declínio de um poder hegemônico.

Ao mesmo tempo, tal como sublinhamos durante o texto, é certo que a soberania dos estados menores desaparece quando estes se veem adentrados ao fluxo centrípeto do *Großraum* se tratando

este de um movimento inexorável desatado pela *Raumrevolution* iniciada no século 19. Ainda que esta última não tenha se culminado, aqui temos uma não polêmica: a dissolução do *jus publicum europaeum*, falar de soberania é em si mesmo um contrassenso para a vasta parte do planeta.

É importante não sinonimizar a causa da existência de povos aos seus respectivos nacionais e menos ainda naturalizar o nacionalismo étnico. Por certo, a coexistência em Grandes Espaços imersos numa estrutura imperial tem sido a regra da história. E embora tenhamos que notar que a opressão tenha existido em tais arranjos de poder político-territorial, em nenhum outro momento da humanidade os diversos modos de vida estiveram em tão grave perigo de existência como no hodierno.

Por certo, a retomada da competição e da rivalidade interestatal se manifesta enquanto característica imutável e inerente das relações entre entes soberanos que jamais foram pouco mais de um punhado de nações. Mas deste novo momento também irrompem novas possibilidades enquanto despontam e atuam reconfigurados atores pivotais que projetam seus novos arranjos de poder em escalas regional, continental e global.

As novas possibilidades geopolíticas se desdobram enquanto assim permitam as variações geográficas territoriais dos entes políticos envolvidos. O território, é dizer, o espaço, antes que nada, é determinante de possibilidades de tempo, na qual a geopolítica, enquanto apreensão da realidade, irrompe como o real - em seus diversos possíveis desdobramentos - ainda não revelado.

Todavia, também é certo que desde uma lógica de territorialização baseada na lógica dos Grandes Espaços, tende-se a pendular as balanças regionais de poder e a configurar o tensionamento da tensão principal no plano global e a emergência de novas preocupações securitárias. O enfrentamento bélico é ele mesmo objeto de uma relação de ordens específicas e organizadas numa espacialidade concreta, atreladas hierarquicamente a um tipo de organização política prevalente no tempo.

Uma situação de crise num determinado arranjo de poder e num espaço geográfico determinado ruma tendencialmente a um desfecho de câmbio estrutural quando há a persistência de soberanias múltiplas soberanias que se estendem tanto num território considerável quanto num tempo de razoável proporção. Tais forças emergentes tendem a tomar ao menos parte da estrutura do poder que se torna caduco ao passo que também avançam a constituir o seu próprio poder. Isso é dizer que uma crise sistêmica depende, inexoravelmente, de múltiplos entes exercendo soberania sobre seus respectivos territórios de assento e em disputa por espaços fronteiriços.

Por certo, a emergência dos *großraums* traz em seu ventre a sustentação de uma nova ordem planetária e um retorno a uma geopolítica de espaços autocentrados, todavia, a batalha entre as potências emergentes e a hegemonia marítima ocidental traz em seu âmago um futuro ainda em

branco, não feito e, todavia, desconhecido.

Certo é, contudo, que possibilidade de rearranjo o que dá lugar a uma maior conflitividade entre as hegemônias decadentes e as potências em ascensão e, ao mesmo tempo, a maior conflitividade é ela mesma a possibilitadora de um novo rearranjo. Isso é dizer que do mesmo processo de consolidação dos processos de integração regional, que se projetam enquanto novos entes geopolíticos, se propiciou um momento tal em que o soerguimento de múltiplos Grandes Espaços propiciou possibilitantes de um câmbio estrutural. É dizer, propiciou a possibilidade da guerra.

De tal enfrentamento, se desdobram dois cenários em potencial: no primeiro, a multipolaridade emergente pode se revelar apenas enquanto manifestação sintomática, ainda que condição *conditio sine qua non*, de um breve período de instabilidade do qual a Nova Ordem Mundial organizada ao redor da potência unipolar se assentará como destino global inescapável. No segundo, a multipolaridade pode-se erigir em verdadeira *ordo pluriversalis*, na qual as diversas unidades políticas se definem de forma recíproca e em policentria.

Embora seja um movimento complexo, incerto e todavia em branco, e quaisquer seja seu resultado, todos os cenários rumam a consolidação de um modo de se organizar o espaço terrestre que já se desenha desde o século XIX, é dizer, Estados de dimensões continentais e grandes espaços territoriais que gravitam ao seu redor.

O que resta saber é se da batalha entre a grande hegemonia una e os blocos de poder emergentes, culminará de tal revolução espacial um arranjo sistêmico sob a égide de um único Estado global talassocrático, dominando invariavelmente pelo liberalismo, ou sob a forma de uma *ordo pluriversalis* telurocêntrica baseada numa verdadeira divisão policêntrica do poder.

Todos modos, seja qual for o resultado da *Endkampf* global, estará fundado um quarto ordenamento espacial terrestre, um novo *nomos* da Terra, no qual, invariavelmente, todos os povos do planeta se reorganizarão em um ou vários superlativos espaços soberanos, superando ao Estado-nação como sujeito das relações internacionais e rumando a criação de entes com estruturação territorial imperial, sendo este o arranjo de poder sistêmico que se projeta ao futuro.

Desde um ponto de vista estritamente geográfico, a guerra na Ucrânia está sendo travada na Europa. Todavia, uma feroz batalha diplomática se faz travar na periferia global. A hegemonia estadunidense tenta uma vez mais impor sua interpretação dos fatos exercendo grave pressão tanto em países pequenos quanto em potências regionais e mesmo em países como a China e a Índia.

Se bem este movimento é mais comprovação da estratégia de controle total sobre o globo, também revela a crescente importância de países não ocidentais, dentro da inegável mudança de arranjo do sistema internacional atual. Já nada se pode fazer apenas no norte global.

Alguns quantos países periféricos, e principalmente os dos BRICS, optaram por não impor sanções a Moscou e preservar sua soberania relativa, mantendo uma sorte de neutralidade estratégica que se fez presente na Ásia, África e América Latina. Uma vez mais, este fato mostra que a unipolaridade já é cambaleante e que novos centros de poder emergem com capacidades de decisão.

A neutralidade estratégica enquanto parte do mesmo desafio sistêmico global traz vantagens ao passo que aproxima várias nações emergentes que compartilham de um fim estratégico comum. Neste sentido, desde o ponto de vista econômico, o aprofundamento das relações entre países periféricos a se tornar uma espécie de refúgio ante a já certeza de sanções múltiplas que se abaterão sobre todos aqueles que se coloquem a favor da multipolaridade.

Mas por outro lado, e ainda relacionado ao último, isso implica em dizer que o ensejo de novas soberanias sem sobra de dúvida que os Estados Unidos e seu condomínio de poder irão lançar ataques não só contra os novos parceiros do país eurasiático mas contra todos aqueles que ousarem implementar projetos de territorialização próprios.

De fato, a América do Sul já carrega os seus próprios traumas neste sentido. O virtual dissolvimento da UNASUL e de todas as potencialidades de integração que germinavam na instituição pertencem ao mesmo tipo de lógica de confrontação a que a Rússia se depara. O que muda entre os dois casos são as capacidades de enfrentamento.

Há de se ressaltar, entretanto, que a ação russa na Ucrânia dá um salto de qualidade e dá maior importância à integração enquanto *Katechon*. Os Estados Unidos só conseguirão subjugar aqueles estados e sem laços estratégicos regionais. Aquelas grupos de países que consigam reter alguma autonomia permanecerão independentes e uma maior profundidade de laços políticos entre blocos antihegemônicos retira dos EUA as capacidades de lançar suas guerras de novo tipo.

Isso por si só pode impulsionar a gênese de uma policêntrica sistêmica. Quanto mais a hegemonia ocidental pressionar povos e nações pelo planeta, maior será a resistência. Se a hegemonia irrompe como força dissolvente, a integração regional rumo a construção de dos Grandes Espaços aos quais Schmitt mencionava representam único modo de ação possível para a sobrevivência não só de nossos Estados, mas também de povos e modos de vida autóctones.

REFERÊNCIAS

- ADAM, G. P. (2008) . *As Relações Entre Rússia, Ucrânia E Belarus E O Papel Que Nelas Exercem Os Recursos Energéticos*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, PPG-RI, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS: Porto Alegre, RS.
- ADAM, G. P. (2011). **A Rússia e os Países da Comunidade dos Estados Independentes no Início Do Século XXI**. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (Org.). *Uma longa transição: Vinte anos de transformação na Rússia*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.
- ADAMSKY, D. (2010). *The culture of military innovation: the impact of cultural factors on the revolution in military affairs in Russia, the US, and Israel*. Stanford: Stanford University Press.
- ADEMMEER, E., DELCOUR, L.; WOLCZUK, K. (2016). **Beyond Geopolitics: Exploring the Impact of the EU and Russia in the “Contested Neighborhood**. In: *Eurasian Geography and Economics*. 57 (1): 1–18.
- ADEVARUL (2010). "Adevărul" redeschide dosarele Revoluției: "Turiștii" sovietici de la Valea Rea. Disponível em: adevarul.ro/news/societate/adevarul-redeschide-dosarele-revolutiei-turistii-sovietici-valea-rea-1_50acc767c42d5a6638bf143/index.html. Acesso em: 10 jan. 2021.
- AGAMBEN, G. (2016). *O tempo que resta – Um comentário à Carta aos Romanos*. Tradução de Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- AGNEW, J. (2003). *Geopolitics, re-visioning world politics*. London: Routledge.
- AGUIRRE, M. (1990). **A Projeção Militar do ocidente em Direção ao Terceiro Mundo**. In: *Contexto Internacional*. Nº 12. Jul/dez. Rio de Janeiro: PUC Rio.
- AMIN, S. (2004). **Geopolitics of contemporary imperialism**. In: *New Worldwide hegemony. Alternatives for change and Social movements*. Buenos Aires: Clacso.
- AMORIN NETO, O.; RODRIGUEZ, J. C. C. (2016). **O novo método histórico comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública**. In: *Rev. Adm. Pública*. Rio de Janeiro 50(6): 1003-1027.
- ANDRÉ, A. L. (2020). *Ensaio - Guerra Híbrida à Brasileira/Das jornadas de 2013 às perspectivas da próxima década!*. Aracaju: RM Editoriais e Revisão.
- ANDREWS, L.; MACDONALD, J. (2017). **Five Costs of Military Innovation**. In: *War on the Rocks*, [S.l.], 18 Feb. 2016.
- ANDREWS, T. D (1998). *Revolution and evolution, understanding dynamism in military affairs*. Washington: National Defense University, 1998.
- ANGEE, G. (2019). **Gobierno interino de Bolivia revoca polémico decreto para militares**. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2019/11/28/alerta-bolivia-presidenta-interiana-revoca-controversial-decreto-4078/>. Acesso em: 31 fev. 2021.
- ARQUILLA, J.; RONFELDT, D. (1997). *In Athena’s Camp: Preparing for Conflict in the Information*

Age. Santa Monica: Rand.

- ARRIGHI, G. (2008). *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- ÁVILA, F. S.; MARTINS, J. M. Q.; CEPIK, M. A. C. (2009). **Armas estratégicas e poder no sistema internacional: o advento das armas de energia direta e seu impacto potencial sobre a guerra e a distribuição multipolar de capacidades**. In: *Revista Contexto Internacional*, vol. 31, nº 1, p. 49-83. Rio de Janeiro, Brasil.
- BANASIK, M.; PARAFIANOWICZ, R. (2015). **Teoria i praktyka działań hybrydowych**. In: *Zeszyty Naukowe AON*, nr 2(99). Varsóvia: Akademia Sztuki Wojennej.
- BARZEGAR, K. (2012). **A Turning Point in the Middle East Geopolitics**. In: *Russia in Global Affairs*. Disponível em: <<http://eng.globalaffairs.ru/number/ATurning-Point-in-the-Middle-East-Geopolitics--15583>>.
- BARABANOV, M.; MAKIENKO, K.; PUKHOV, (2012). *Ruslan. Military Reform: toward a New Look for the Russian Army*. Moscow: Valdai Discussion Club.
- BASSIN, M.; AKSENOV, K. (2006). **Mackinder and the Heartland Theory in Post-Soviet Geopolitical Discourse**. *Geopolitics*. 11. 99-118. 10.1080/14650040500524129.
- BATAILLE. Y. ; DE RIENZO A. ; VERNOIE S. (2007). **La lotta per il Kosovo**. In: *Quaderni di geopolitica*. Vol. 6.
- BAUD, J. (2002). **Situation in Ukraine as of March, 25, 2022**. In: *Swiss Standpoint*. Disponível em: <<https://schweizer-standpunkt.ch/news-detailansicht-en-international/situation-in-ukraine-as-of-march-25-2022.html>>.
- BAUTISTA LAURA, F. J. (2019). **BOLIVIA: modelo político, social y económico de éxito Contexto del golpe de estado**. Disponível em: <https://tn8.tv/politica/492999-bolivia-modelo-politico-social-economico-exito-contexto-golpe-estado/>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- BAYAT, A. (2018). *Shariati and Marx: A Critique of an "Islamic Critique of Marxism"*. Disponível em: <http://sinedjib.com/index.php/2018/08/23/bayat/>.
- BEISSINGER, M. R. (2007). **Structure and Example in Modular Political Phenomena: The Diffusion of Bulldozer/Rose/Orange/Tulip Revolutions**. In: *Perspectives on Politics*. 5: 2: 259–276.
- BENOIST, A. (1993). **The Idea of Empire**. In: *Telos*. N. 98-99.
- BENOIST, A. (2009). *"Guerra Justa", terrorismo, estado de urgência e "Nomos da Terra": A actualidade de Carl Schmitt*. Lisboa: Antagonista.
- BENOIST, A. (2013). *Carl Schmitt Today: Terrorism, 'Just' War, and the State of Emergency*. Londres: Arktos.
- BENOIST, A. (1999). **Qu'est-ce que la souveraineté?**. In: *Éléments*. No. 96.
- BELL, D. A. (2012). *Primeira Guerra Total*. São Paulo: Record.
- BERANGER, J. (1990). *Histoire de l'empire des Habsbourg 1273-1918*. Paris: Fayard.

- BĒRZIŅŠ, J. (2019). **Not ‘Hybrid’ but New Generation Warfare**. In: HOWARD, Glen; CZEKAJ, Matthew. *Russia's Military Strategy and Doctrine*. Washington: The Jamestown Foundation.
- BEYTÍA, P. (2014). **La lucha contemporánea por el espacio en la obra de Carl Schmitt**. In: *Eikasia: revista de filosofía*, 56.
- BÍBLIA SAGRADA (2017). *Ave Maria - Edição de Estudos*. São Paulo: Editores Claretianos.
- BIDDLE, S. (2006). *Military Power: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle*. Princeton: Princeton University Press.
- BLANCHARD, S (2005). *Être "colla" à Santa Cruz: identités et territoires des migrants andins à Santa Cruz de la Sierra (Bolivie)*. Tese de Doutorado em Geografia. Paris.
- BOBBIT, P. (2003). **Dos Estados Reais aos Estados Territoriais: 1648-1776**. In: *A Guerra e a Paz na História Moderna*. Rio de Janeiro: Campus.
- BOLIVIA HOY (2009). **Afirman que el Comité pro Santa Cruz es financiado por una fundación norteamericana. La abogada venezolana Eva Golinger asegura que Usaid destinó cerca de 84 millones para financiar a la oposición**. *Hoy Bolivia*, 04/05/2009. Disponível em: <<https://www.hoybolivia.com/movil/noticia.php?IdNoticia=14341>>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- BRANDS, H. (2016). **Paradoxes of the Gray Zone**. In: *Foreign Policy Research Institute*, Fevereiro/2016. Disponível em: <<https://www.fpri.org/article/2016/02/paradoxes-gray-zone/>>
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2007). **Globalização e Estado-nação**. In: *Textos para Discussão 160*. Escola de Economia de São Paulo. São Paulo: Fundação Getulio Vargas.
- BRUCKMANN, M. (2011). **Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana**. p. 197-246. In: REGO VIANA, A.; S. B., E.; BOJIKIAN CALIXTRE, A. (2011) [Org.]. *Governança Global e a integração da América do Sul*. Ipea.. Brasília
- BRZEZINSKI, Z. (1997). *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. Basic Books: Nova Iorque, EUA.
- BUELA, A. (1999). *Ensayos de Disenso*. Barcelona, Nueva República.
- BUELA, A. (2003). *The Katechon and the Future of Latin America*. In: *Telos*. Winter vol. 2003. no. 126.
- BUELA, A. (2015). **El sentido profundo de la identidad**. In: *ALAI Info*, 19/maio/2015. Disponível em: <<https://www.alai.info/169706-2/>> .
- BUELA, A. (2019). **Una lectura de la Carta sobre el humanismo de Heidegger**. *BolPress*, 14/agosto, /2019. Disponível em: <<https://www.bolpress.com/2019/08/14/buela-una-lectura-de-la-carta-sobre-el-humanismo-de-heidegger/>> .
- BUFFINGTON, R.; CAIMARI, R. (2009). *Keen's Latin American Civilization: History and Society, 1492 to the Present*. Philadelphia: Westview Press.
- BUNTOVSKY, S. (2015). *Vojna na Donbasse - hronika boevyh dejstvij*. Donetsk: Donbass.
- BUZAN, B.; WAEVER, O. & WILDE, J. (1998). *Security: A new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner.

- BUZAN, B. & WÆVER, O. (2003). *Regions and Powers: the structure of International Security*. Cambridge-UK: Cambridge University Press.
- CALICH, A. P. M.; et al (2013). **Política Externa e de Segurança da Rússia**. p. 48-71. In: QUEDI MARTINS, J. M. (2013) [org.]. *Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2: estudos de caso em política externa e de segurança*. Ed. ISAPE: Porto Alegre, RS.
- CALVÉS, J. A. (2019). *Notas en Torno a la Geopolítica*. Disponível em: <https://somatemp.me/2019/08/12/notas-en-torno-a-la-geopolitica-por-jose-alsina-calves/>
- CEPIK, M. (1995). **Estrutura e ação na sociologia das revoluções modernas: Skocpol e Tilly**. In: *Anos 90*. n° 4, dez. Porto Alegre.
- CEPIK, M. (2005). **Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural**. In: *Análise de Conjuntura Opsa*. Rio de Janeiro, n. 9, p.1-11, ago.
- CEPPI, N. (2014). **La política exterior de Bolivia en tiempos de Evo Morales Ayma**. In: *Si Somos Americanos*, v. 14, n. 1, p. 125-151.
- CERESOLE, N. (2001). *Caracas, Buenos Aires, Jerusalén : tres ensayos geopolíticos : entropía de la revolución venezolana : derrota continental en el atlántico sur : Palestina, única víctima del holocausto*. Madrid : Estudios Hispánicos Arabes.
- CERVO, A. L. (2008). *Conceitos em Relações Internacionais*. In: *Rev. Bras. Polit. Int.* 51 (2).
- CHAKRABARTY, D. (2007). *Provincializing Europe: Postcolonial Thought And Historical Difference*. Princeton University Press.
- CHEKINOV, SERGEY G; BOGDANOV, SERGEY A. (2013). **The Nature and Content of a New Generation War**. In: *Military Thought: A Russian Journal of Military Theory and Strategy*. 12-23. Disponível em: http://www.eastviewpress.com/Files/mt_from%20the%20current%20issue_No.4_2013.pdf.
- CHUIKOV, A.; MAKSIMUS, A. (2014). *Istorija Novorossii*. Moscou: Panticapay Bosporsky.
- CLAUSEWITZ, C. (1993). *On war*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- CLAVÉ, J. G. (2020). **Prólogo: Notas en torno a la Geopolítica**. In: *Compendio Geopolítico. Orígenes y actualidad*. Colección Geopolítica Vol. 9. Tarragona: Fides.
- COHEN, E. A. (1996). **A Revolution in Military Affairs**. In: *Foreign Affairs*, v. 75, n. 2, p. 37-54. Nova Iorque, EUA.
- COHEN, E. A. (2004). **Change and Transformation in Military Affairs**. In: *Journal of Strategic Studies*. v. 27, n. 3, p. 395-407. London.
- COKER, C. (1988). **Post-Modern War**. In: *RUSI Journal*. n. 143, v. 3, p. 07-14, 1998. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03071849808446260>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- COOPER, J. R (1994). *Another view of the revolution in military affairs*. Collingdale: DIANE Publishing.
- COUNCIL OF EUROPE (2011). *Address by Serzh Sargsyan, President of Armenia on the Occasion of the Third Part of the 2011. Ordinary Session of the Council of Europe Parliamentary Assembly*. Disponível em: <https://hub.coe.int/Speech-Sargsyan>. Acesso em: 12 nov. 2020.

- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION (2009). **Joint Declaration of the Prague Eastern Partnership Summit**. Praga. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/> Acesso em: 13 de novembro de 2020.
- COUTO e SILVA, G.(1955). *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- CREVELD. M. L. (1991). *The Transformation of War - The most radical reinterpretation of Armed Conflict since Clausewitz*. The Free Press, New York, USA.
- DALBY, S.; Ó TUATHAIL, G. (1996). **The critical geopolitics constellation: problematizing fusions of geographical knowledge and power**. In: *Political Geography*. 15(6/7), 451-456.
- DALBY, S., ATKINSON, D., HEPPLER, L. (2001). **Classics in human geography revisited**. In: *Progress in Human Geography*. 25(3), 423-430.
- DANGL, B. (2008). **Undermining Bolivia**. In: *The Progressive Magazine*. Disponível em: <https://progressive.org/magazine/undermining-bolivia/>. Acessado em 13 fev. 2021.
- DELCOUR, L.; WOLCZUK, K. (2015). **The EU's Unexpected 'Ideal Neighbour'? The Perplexing Case of Armenia's Europeanisation**. In: *Journal of European Integration*. 37: 491-507.
- DELCOUR, L. (2014). **Faithful But Constrained? Armenia's Half-Hearted Support for Russia's Regional Integration Policies in the Post-Soviet Space**. In: *London School of Economics Ideas: Geopolitics of Eurasian Integration*.
- DEMOYAN, H. (2016). *Armenian Genocide: Front Page Coverage in the World Press*. Yerevan: Armenian Genocide Museum.
- DERIGLAZOVA, L.; MINASYAN, S. (2011). *Nagorno-Karabakh: The Paradoxes of Strength and Weakness in an Asymmetric Conflict*. Yerevan: Caucasus Institute Research Papers.
- DÍEZ GUTIÉRREZ, E. J. (2019). **Lo que esconde el golpe de estado en Bolivia**. Disponível em: <https://www.somoselmedio.com/2019/11/24/lo-que-esconde-el-golpe-de-estado-en-bolivia/>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- DODDS, K.; SIDAWAY, J. (1994). **Locating critical geopolitics**. In: *Environment and Planning D: Society and Space*, 12, 515-524.
- DUARTE, E. E. (2012). *Conduta Da Guerra Na Era Digital E Suas Implicações Para O Brasil: Uma Análise De Conceitos, Políticas E Práticas De Defesa*. Brasília: Ipea.
- DUGIN, A. (2000). *Osnovi geopolitiki: geopoliticheskoe budushee Rossii*. Moscou: Arktogeya.
- DUGIN, A. (2012). *Evrasianismo - Ensaio Seleccionados*. Editora Austral: Curitiba, PR.
- DUGIN, A. (2012). *Geopolítica do mundo multipolar*. Editora Austral: Curitiba, PR.
- DUGIN, A. (2013). *The Great War of Continents*. Disponível em: <<https://openrevolt.info/2013/02/03/alexander-dugin-the-great-war-of-continents>>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- DUGIN, A. (2014). *Putin vs Putin: Vladimir Putin Viewed from the Right*. Arktos: Budapeste, Hungria.

- DUGIN, A. (2015). *Principles and Strategy of The Coming War*. Katehon, 12/março/2018. Disponível em: <<https://katehon.com/en/article/fronts-coming-war-and-winning-strategy>>.
- DUGIN, A. (2020). *Guerra entre Armênia e Azerbaijão: “Pashinyan perdeu a Guerra e perdeu Karabakh”*. Disponível em: <<https://www.geopolitika.ru/pt-br/article/guerra-entre-armenia-e-azerbajao-pashinyan-perdeu-guerra-e-perdeu-karabakh>> .
- DUPAS, G. (2006). *O Mito do Progresso*. São Paulo: Editora Unesp
- DYSON, T. (2010). *Neoclassical Realism and Defence Reform in Post-Cold War Europe*. New York: Palgrave Macmillan.
- ECHEVARRIA, A. (2007). *Clausewitz and contemporary war*. 1st ed. Oxford: Oxford University Press.
- ECHEVARRIA, A. (2012). *Principles of War or Principles of Battle? In: Rethinking the principles of war*. McIvor, A (ed). Annapolis: Naval Institute Press.
- EDMONDS, M. (2004). *Learning from experience: the relevance of the RMA, battlespace dominance and preventive war for East Asian security*. In: MILLS, Greg; LEE, Chyungly; EDMONDS, Martin (ed.). *Arms and security in Asia*. Witwatersrand: SIIA.
- ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA (1997). *The dissolution of the Ottoman Empire, 1807-1924*. Londres: Encyclopædia Britannica, Inc.
- ENGDAHL, W. (2009). *Full Spectrum Dominance: Totalitarian Democracy in the New World Order*. Wiesbaden: Edition.
- ESTADO-MAIOR CONJUNTO DOS ESTADOS UNIDOS (2000). *Joint Vision 2020*. Disponível em: <<http://pentagonus.ru/doc/JV2020.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- ESTEBAN MERINO, G. (2014). *Crisis del Orden Mundial y encrucijada Nacional-Latinoamericana*. Buenos Aires: Editorial Universitaria - Universidad Nacional de Misiones.
- ESTEBAN MERINO, G. (2018). *El mundo después de ucrania: nueva fase de la crisis global*. In: ¿Nueva Guerra Fría o Guerra mundial fragmentada? El resurgir de Rusia, el avance de China, los nuevos bloques emergentes y el desafío a las fuerzas unipolares de “Occidente”. Posadas: Universidad Nacional de Misiones.
- FACON, I. (2017). *Russia’s national security strategy and military doctrine and their implications for the EU*. Brussels: European Parliament's Sub-Committee on Security and Defence.
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (2008). *Bolivia El Comité Cívico pro Santa Cruz, actor y promotor de violencia y del racismo en Bolivia*. Disponível em: https://www.fidh.org/IMG/article_PDF/article_5199.pdf. Acesso em: 21 fev. 2021.
- FEJTÖ, F> (2015). *Réquiem por un imperio difunto: Historia de la destrucción de Austria-Hungría*. Madrid: Ediciones Encuentro.
- FERNANDEZ-OSORIO, A. E. (2015). *Full Spectrum Operations: the rationale behind the 2008 russian military reform? In: Rev. Cient. Gen. José María Córdova*, Bogotá, v. 13, n. 15, p. 63- 86.
- FIORI, J. L. (2007). *Nicholas Spykman e a América Latina*. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <. <http://diplo.uol.com.br/2007-11,a2062>>.

- FITZSIMONDS, J. R.; VAN TOL, J. M. (1994). **Revolutions in Military Affairs**. In: *The Joint Force Quarterly*. v. 4, p. 24–31.
- FLEISCHHAUER, E. I. (2017). **Die Russischen Revolution. Lenin und Ludendorff (1903–1917)**. Borsdorf: Ed. Winterwork.
- FONT, J. N. & RUFÍ, J. V (2006). **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo: Anneblue.
- FOUCAULT, M. (2005). **Em defesa da sociedade. Curso do Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes.
- FRANCO DE SÁ, A. (2003). **Sobre a Terra e sobre o Mar: Algumas Reflexões sobre a Criminalização da Guerra**. In: *Philosophica*, v. 22, n. 3. p. 127-146. Lisboa, Portugal.
- FREUND, J. (1965). **L'essence du politique**. Sirey: Paris, França
- FRIEDMAN, G. (2014). **Playing Hockey with Putin**. *New York Times*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/04/09/opinion/friedman-playing-hockey-withputin.html?ref=opinion&_r=0>
- FRIEDMAN, T. L. (1999). **The Lexus and the Olive Tree**. Farrar, Straus, Giroux. ova York, EUA.
- FRIEDMAN, T. L. (2006). **The World is Flat**. Farrar, Straus & Giroux.
- FUKUYAMA, F. (1992). **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco.
- FUKUYAMA, F. (2022a). **Putin's war on the liberal order**. *Financial Times*, 04/março/2022. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/d0331b51-5d0e-4132-9f97-c3f41c7d75b3>> .
- FUKUYAMA, F. (2022b). **Preparing for Defeat**. In: *American Purpose*, 10/março/2022. Disponível em: <<https://www.americanpurpose.com/blog/fukuyama/preparing-for-defeat/>> .
- G1 (2019). **Evo Morales é reeleito na Bolívia no primeiro turno, indica apuração oficial**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/24/apuracao-termina-na-bolivia-e-indica-que-evo-morales-foi-reeleito.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- GARAMONE, Jim. **Joint Vision 2020 Emphasizes Full-spectrum Dominance**. 2000. Disponível em: <http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=45289>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- GAREEV, M. 2013. **Война и военная наука на современном этапе**. – Военно-Промышленный Курьер 13 (481), 3– 5 апреля 2013.
- GARNETT, J. (1982). **Limited War**. In: *Contemporary Strategy: Theories and Policies*. NY: Holmes & Meier.
- GERASSIMOV, V. V. (2013). **The Value of Science Is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations**. *Voyenno-Promyshlennyy Kurier online*. Disponível em: <<http://vpk-news.ru/articles/14632>>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- GERASSIMOV, V. V. (2019). **Векторы развития военной стратегии**. In: *Красная звезда*. Moscou, p. 1-1. 04 mar.. Disponível em: <<http://redstar.ru/vektory-razvitiya-voennoj-strategii/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

- GERSZTEIN, P. C. (2013). **A impossibilidade histórica do decisionismo de Carl Schmitt como fundamento da ordem constitucional.** In: *RIDB*, Ano 2 (2013), nº 11.
- GRAMSCI, A. (2000). *Cadernos do Cárcere – Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRATZ, J. (2014). *Russia's Military Reform: progress and hurdles*. Center for Security Studies. (CSS Analyses in Security Policy, 152).
- GRAY, C. S. (2002). *Strategy for chaos: Revolutions in Military Affairs and the evidence of History*. Londres: Frank Cass.
- GRAY, C. S. (2001). **Weapons for Strategic Effect How Important is Technology?** In: *Occasional Paper No. 21 Center for Strategy and Technology Air War College*. Alabama: Air War College Air University Maxwell.
- GRAY, C. S. (2005). *Another bloody century. Future Warfare*. London: Orion Books.
- GRIGORYAN, A. (2015). **Murder of Armenian Family by Russian Soldier Severely Strains Moscow-Yerevan Relations.** In: *Eurasia Daily Monitor*. Volume: 12 Issue: 10. The Jamestown Foundation.
- GOLINGER, E. (2016). *Golinger: el principal interés de EEUU en Bolivia es recuperar el control de recursos estratégicos*. Disponível em: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2016/02/17/golinger-elprincipal-interes-de-eeuu-en-bolivia-es-recuperar-el-control-de-recursos-estrategicos/>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- HALL, S. (2015). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina.
- HAMMES, T. X. (2006). *The Sling and the Stone: on war in the 21th century*. St. Paul: Motorbooks.
- HAMPTON, E. M. (1957). **Unlimited Confusion Over Limited War.** *Air University Quarterly Review*. Vol. IX, p. 31-32.
- HANDEL, M. I. (1989). *War, Strategy and Intelligence*. Nova Iorque: Frank Cass.
- HAUSHOFER, K. (1975). **Poder y espacio.** In: RATTENBACH, Augusto Benjamín. *Antología geopolítica*. Buenos Aires: Editorial Pleamar.
- HEIDEGGER, M. (1927). **Supplements - From The Earliest Essays To Being And Time And Beyond**. Indiana University Press.
- HEIDEGGER, M. (1949). **Der Feldweg - O caminho do Campo.** In: *Gesamtausgabe N° 13 - Aus der Erfahrung des Denken*. Trad. Ermildo Stein.
- HEIDEGGER, M. (1967). *Carta Sobre o Humanismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HEIDEGGER, M. (1977). *O fim da filosofia e a tarefa do pensamento*. São Paulo: Abril Cultural.
- HEISBOURG, F. (1997). *Predictions: The Future of Warfare*. London: W&M.
- HEUSER, B. (2010). **Small Wars in the Age of Clausewitz: The Watershed Between Partisan War and People's War.** In: *Journal of Strategic Studies*, 33(1), 139–162.
- HIRST, P. (1999). **Carl Schmitt's Decisionism.** In: *The Challenge of Carl Schmitt*. Londres: Verso.

- HOBBSAWN, E. J. (2005). *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOBBSAWM, E. J. (2010). *Bandidos*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- HORNE, J. (1997). *Introduction: Mobilizing for 'Total War', 1914-1918*. In: *John Horne, ed. State, Society, and Mobilization in Europe During the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOURANI, A. (2012). *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HUNTINGTON, S. P. (1996). *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. São Paulo: Objetiva.
- IMLAY, T. (2007). **Total War**. In: *Journal of Strategic Studies*. Vol. 30, No. 3 (2007), 549.
- ISKANDARYAN, A. (2018). **The Velvet Revolution in Armenia: How to Lose Power in Two Weeks**. In: *Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization*. Volume 26, Number 4, Fall 2018, pp. 465-482. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/707882>>. Acesso em: 14 de novembro de 2020.
- IŠTOK, R.; KOZÁROVÁ, I.; POLAČKOVÁ, A. (2018). **The Intermarium as a Polish Geopolitical Concept in history and in the Present**. In: *Geopolitics* - 1-28.
- JALIFE-RAHME, A. (2019). *Bajo la lupa del golpe de estado en Bolivia. El litio-golpe de Bolivia con la bendición de la OEA y Estados Unidos // Oportunidad para mineras*. págs. 1-8. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2019/11/17/opinion/01601pol>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- JONES, M.; JONES, R.; WOODS, M (2014). *An Introduction to Political Geography*. Londres: Routledge.
- JOVANÌ GIL, C. (2015). *La Política Exterior Rusa Hacia Su Frontera Meridional (1991-2012). Una Revisión De La Teoría De Los Complejos De Seguridad Regional*. Tese (DOUTORADO Em Derechos Humanos, Democracia y Justicia Internacional) Valencia.
- KALDOR, M. (1999). *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Stanford: Stanford University Press.
- KALDOR, M. (2005). **Old Wars, Cold Wars, New Wars, and the War on Terror**. In: *Int Polit.* 42, 491-498.
- KANT, I. (1974). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural.
- KANT, I. (2010). *À paz perpétua*. Trad. Marco Zingano. Porto Alegre: L&PM.
- KASHIN, V.; RASKA, M. (2017). *Countering the U.S. Third Offset Strategy: Russian Perspectives, Responses and Challenges*. Singapore: RSIS Policy Papers.
- KEMBAYEV, Z. (2009). *Legal Aspects of the Regional Integration Processes in the Post-Soviet Area*. Almaty: Springer.
- KERR OLIVEIRA, L. (2012). *Energia Como Recurso De Poder Na Política Internacional: Geopolítica, Estratégia E O Papel Do Centro De Decisão Energética*. Tese (DOUTORADO Em Ciência Política), Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul.

- KERR OLIVEIRA, L.; OLIVEIRA, S. M. P.; YACOVENCO, B.; MAGNO, B.; FREITAS, P. (2016). **Análise de estruturas geopolíticas e de tendências de aumento da competição interestatal internacional: contribuições para a prospecção de cenários de ameaças à Soberania Brasileira sobre o Pré-Sal.** Rev. Bra. Est. Def. v. 3, n° 2, jul./dez. p. 139-176.
- KIESLING, E. C. (2011). **Total War, Total Nonsense” or “The Military Historian’s Fetish.** In: Michael S. Neiberg, ed. *Arms and the Man: Military History Essays in Honor of Dennis Showalter.* Leiden: Brill.
- KJELLÉN, R. (1916). *Staten som livsform. politiska handböcker III.* Stockholm: Hugo Gebers Förlag.
- KLEPPER, E. (2015). *The influence of regional conflicts and military reform on the 2010 and 2014 military doctrines of the Russian Federation: an analysis of the development and current force posture of the Russian conventional ground forces.* Thesis. (Master of Arts in Russian, East European, and Eurasian Studies) - University of Illinois, Urbana-Champaign.
- KNOX, M.. MURRAY, W. (2008). **Thinking about revolutions in warfare.** In: KNOX, M.. MURRAY, W.. *The Dynamics of Military Revolution. 1300-2050.* Cambridge: Cambridge University Press.
- KOLSTØ, P.; PAUKOVIC, D. (2014). **The Short and Brutish Life of Republika Srpska Krajina: Failure of a De Facto State.** In: *Ethnopolitics.* 13:4, 309-327.
- KORF, B. (2014). **Critical Geography and The Poison of Heidegger’s Thought.** In: *Geographica Helvetica.* 69(3):145-146.
- KORF, B; ROWAN, R. (2020). **Arcane geopolitics: Heidegger, Schmitt and the political theology of Gnosticism.** In: *Political Geography.* Volume 80, June 2020.
- KORYBKO, A. (2014). *Lessons and Consequences of World War I: Back to the Future?* Disponível em: <<https://www.voltairenet.org/article184054.html>>. Acesso em 28 jul. 2021.
- KORYBKO, A. (2015). *Hybrid wars: The indirect adaptive approach to regime change.* Moscou: Peoples’ Friendship University of Russia.
- KORYBKO, A. (2018). *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes.* São Paulo, SP: Expressão Popular.
- KRAUTHAMMER, C. (1991). **The Unipolar Moment.** In: *Foreign Affairs.* Vol. 70, No. 1, America and the World 1990/91 p. 23-33. Council on Foreign Affairs.
- KRAUTHAMMER, C. (2002). *The Unipolar Moment Revisited.* Disponível em: <https://nationalinterest.org/article/the-unipolar-moment-revisited-391>. Acesso em: 04 fev. 2021.
- LACOSTE, Y. (1976). *La Géographie, Ça Sert, D’abord, À Faire La Guerre.* Paris: François Maspero.
- LACOSTE, Y. (1984). **Geography and foreign policy.** In: *SAIS Review,* 213-227. Vol. 4, No. 2, "American Foreign Policy: Attitude and Action" (Summer-Fall 1984), The Johns Hopkins University Press.
- LACOSTE, Y. (1987). **Geographers, action and politics.** In: Girot, P., Kofman, E., editors. *International Geopolitical Analysis: A Selection from Herodote.* London: Croom Helm, 1-9.
- LANNON, G. P (2011). **Russia's New Look Army Reforms and Russian Foreign Policy.** In: *The Journal of Slavic Military Studies,* London, v. 24, n. 1, p. 26-54.
- LARSEN, T. K. (2018). **Power and Arms: The Diffusion of Military Innovations and Technology. A Comparative Analysis of the Spread of Military Power after the Cold War and Consequences**

for the Norwegian Navy in the NATO Alliance. Thesis (Master in Comparative Politics) - Bergen: University of Bergen.

- LAVROV, S. (2022). *Лавров отказал Украине в праве на суверенитет*. Interfax. Disponível em: <<https://www.interfax.ru/russia/823676>>.
- LEONEL JÚNIOR, G.; VILLALBA PÉREZ, G. (2020). **Bolívia: una pandemia dentro de un golpe.** *Crítica jurídica y política en Nuestra América. La contradicción entre soberanías: sobre el golpe boliviano*, n.º 3. CLACSO: Buenos Aires.
- LEONHARD, R. (1998). *The Principles of War for the Information Age*. Novato: Presidio Press.
- LEPIJINA, O. (2012). *Naciones y Hegemonías en el Espacio Postsoviético (1991-2008) : El peso de la Historia y la Política de Estados Unidos*. Ril Editores, Santiago de Chile.
- LIEBER, K. A.; PRESS, D. G. (2017). **The New Era of Counterforce Technological Change and the Future of Nuclear Deterrence.** *In: International Security*, Cambridge, MA, v. 41, n. 4, p. 9- 49.
- LIND, W. (2005). **Compreendendo a Guerra de Quarta Geração.** *Military Review*. Jan-Fev. 1-5.
- LIST, G. F. (1983). *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural.
- LONSDALE, D. (2004). *The nature of war in the Information Age*. London: Frank.
- LOPEZ GIRONDO, A. (2019). *Sin disimulo, el Comando Sur dirige la ofensiva de EE UU sobre la región*. 1-10. Disponível em: <https://www.tiempoar.com.ar/nota/sin-disimulo-el-comando-sur-dirige-laofensiva-de-ee-uu-sobre-la-region>. Acesso em: 21 fev 2021.
- MCDERTMOTT, R. N. (2011). *Russian Perspective on Network-Centric Warfare: The Key Aim of Serdyukov's Reform*. Fort Leavenworth: Foreign Military Studies Office. (FMSO Report).
- MAFRA, R. M. O. (2006). *Geopolítica: introdução ao Estudo*. São Paulo: Sicureza.
- MAHABHARATA de Krishna-Dwaipayana Vyasa (1978). **Book 5 - The Book of Effort**. Org. Johannes Adrianus Bernardus Buitenen, J. A. B. van Buitenen, James L. Fitzgerald. Chicago: University of Chicago Press.
- MAKARYCHEV, A.; SERGUNIN, A. (2013). **Russian military reform: institutional, political and security implications.** *In: Defense & Security Analysis*, London, v. 29, n. 4, p. 356-364.
- MALAGRIDA, C. B. (1946). *El factor geográfico en la política sudamericana*. 2 ed. Madrid: Instituto Editorial Reus.
- METHOL FERRÉ, A. (2009). *Los Estados Continentales y el Mercosur*. Buenos Aires: Ed. Instituto Superior Dr. Arturo Jauretche.
- MAQUIAVEL, N. (2000). *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret.
- MARKEDONOV, S. (2016). *The Yerevan unrest: Implications for Russia and the Caucasian region*. Disponível em: <https://russia-direct.org/opinion/what-are-implications-yerevan-incident-russia>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- MARTIN, A. R. (2004). **Geopolítica e Poder Mundial.** *In: CASTELAR, Sônia Maria Vanzella; MARTINS, Elvio Rodrigues (Org.). Geografia*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

- MARTINS, J. M. Q (2008). *Digitalização e guerra local: como fatores do equilíbrio internacional*. Tese. (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MEARSHEIMER, J. J. (1990). **Why we will soon miss the Cold War**. In: *Atlantic Monthly Online Journal*. August. 266(2): 35-50.
- MEARSHEIMER, J. J (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. Chicago: University of Chicago.
- MEARSHEIMER, J. J. (2014). **Why the Ukraine crisis is the West's fault: the liberal delusions that provoked Putin**. In: *Foreign Affairs*. V. 93, n. 5, p. 1-12, Setembro-Outubro.
- MERCOSUL (2012). *Declaração dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e do Estado Plurinacional da Bolívia*. Brasília, 7 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/38570/Documento_completo.pdf?sequence=1> .
- MIRSEPASSI, A. (2017). **Transnationalism in Iranian Political Thought: The Life and Times of Ahmad Fardid**. In: *The Global Middle East*, n. 1, p. xii-396. Cambridge University Press.: Nova Iorque, EUA.
- MELLO, L. I. A. (1999). *Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- METHOL FERRÉ, A.. (2009). *Los Estados Continentales y el Mercosur*. Instituto Superior Dr. Arturo Jauretche. Buenos Aires.
- METHOL FERRÉ, A. (2002). **Malvinas y La Unidad Sudamericana**. In: *Seminario Malvinas y la Segunda Fase de la Independencia*. Org. Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas. Instituto “Malvinas, Patagonia e Islas del Atlántico Sur”.
- MIELNICZUK, F. (2014). **A crise ucraniana e suas implicações para as Relações Internacionais**. In: *Revista Conjuntura Austral*. Vol. 5, nº. 23, Abr-Mai. 2014. Disponível em: Acesso em: 16 Jan 2015.
- MIRANDA NAVARRO, C. (2014). *El modelo boliviano*. In: Página 12. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/cash/index-2014-08-24.html>>.
- MOLINA, F. (2020). *Evo Morales renuncia na Bolívia após militares cobrarem sua saída*. In: *El País*.. Acesso em: 31 fev. 2021.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. (2015). *A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Editora José Olympio.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. (2016). *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. (2019). *The World Disorder: US Hegemony, Proxy Wars, Terrorism and Humanitarian Catastrophes*. Cham: Springer
- MONTENEGRO, E. (2020). *Pampa y Estepa: Peronismo y Cuarta Teoría Política*. Buenos Aires: Nomos.
- MONTSALVAT, E. (2016). *The Iranian Precursors Of The Fourth Political Theory*. Disponível em: <<https://katehon.com/article/iranian-precursors-fourth-political-theory>>
- MORAES, A (1990). *Ratzel: Geografia*. São Paulo: Editora Ática.

- MOREIRAS, A. (2010). *Spanish Guerrillas Against Napoleon: Political Intensity And The World Spirit*. In: **Journal of Spanish Cultural Studies**. 11(3-4), 329–336.
- NATIONAL GEOGRAPHIC (2002). *The Making of America*. Washington: National Geographic Society.
- NAUDÉ, G. (1993). *Considérations politiques sur les coups d'État. Introd. et notes par François Charles-Daubert*. Hildesheim: Georg Olms.
- NEWS, E. C. (2019). *Revelan que gobierno de Macri sabía que iba a haber golpe de Estado en Bolivia*. págs. 1-9. Disponível em: <https://www.elciudadanoweb.com/revelan-que-gobierno-de-macri-sabiaque-iba-a-haber-golpe-de-estado-en-bolivia/>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- NOGUEIRA, A.. H. V. (2015). *Kóssovo - Província ou país*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- ONU (2022). **Secretary-General Considers Russian Federation's Decision on Status of Donetsk, Luhansk to Violate Ukraine's Sovereignty, Territorial Integrity**. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2022/sgsm21149.doc.htm>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- OHMAE, K. (1990). *The Borderless World*. New York: Harper Collins Publishers.
- Ó TUATHAIL, G. (1994). **Problematizing geopolitics: Survey, statesmanship and strategy**. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*.
- Ó TUATHAIL, G. (2005). *Critical Geopolitics: The Politics Of Writing Global Space*. Londres: Routledge.
- PADRÓS, E. (1999). **Kosovo: a desintegração do mosaico iugoslavo**. In: *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 30, 01.
- PADULA, R. (2011). *Infraestrutura, Geopolítica e Desenvolvimento na Integração Sul-Americana – Uma visão crítica à IIRSA*. Laboratório de Estudos da América Latina (LEAL).
- PANTOJA, G. G. (2009). *Historia del Pensamiento Económico. Instituto de Investigaciones Bibliográficas*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- PAUTASSO, D. (2014). **Da Política De Contenção À Reemergência: A Rússia Volta Ao Tabuleiro**. In: *Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais* v.3, n.6, Jul.-Dez. 2014 p.73-94.
- Perdas territoriais da Rússia pelo Tratado de Brest-Litovsk**. Mapa disponível em: . Acesso em: 29 fev. 2021.
- PEIXOTO, G. R. (2021). **Sob a névoa das montanhas: integração regional e conflito em Nagorno Karabakh**. In: *Revista de Geopolítica*, v. 12, no. 1, p. 18-32.
- PERRA, D. (2020). *Scontro nel caucaso: prospettive e scenari*. Disponível em: <https://www.eurasia-rivista.com/scontro-nel-caucaso-prospettive-e-scenari/>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- PERRY, W. J (1991). **Desert Storm and Deterrence**. In: *Foreign Affairs*. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/iraq/1991-09-01/desert-storm-and-deterrence>>. Acesso em 13 jan. 2021.
- PERSSON, G. (2017). **The War of the Future: A Conceptual Framework and Practical Conclusions**. In: *Essays on Strategic Thought. Russian Studies*. NATO Defense College. 03/17 - Jul.

- PICCOLLI, L.; DALL'AGNOL, A. C. ; PEREIRA, T. L. B. (2017). **Documentos de Política Externa e de Segurança da Federação Russa após 2014: principais mudanças e implicações**. In: *II Encontro Regional Sul da ABED*. Porto Alegre. Anais Eletrônicos. Disponível em: <http://www.erabedsul2017.abedef.org/resources/anais/8/1503360835_ARQUIVO_DALL'AGNOL_PEREIRA_PICCOLLI_2017_IERABED-Sul-DocumentosGoogle.pdf> Acesso em: 28 mai. 2018
- PICCOLLI, L. (2015). **As Relações Rússia-OTAN: entre sinais de defesa e ameaça**. In: *Anuário JANUS*, v. 17, p. 22-23. Disponível em: <www.janusonline.pt/images/anuario2015/1.7_LarleciannePiccolli_OTAN.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2020.
- PINTO SLOBODA, P. M. (2015). **A legalidade da entrada da Venezuela no Mercosul**. In: *Anu. Mex. Der. Inter.* Ciudad de México, v. 15, p. 701-716. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-46542015000100018&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 09 jul. 2021.
- POSREDI ROSSII (2015). **Rasshirenie Territorii Rossii**. Disponível em: <https://posredi.ru/rasshirenie-rossii-s-1613-po-1914-gody.html>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.; REGO MONTEIRO, L. C. (2020). **Uma Bolívia Profunda Para Além das Eleições**. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216954/Porto-Goncalves%20e%20Rego%20Monteiro%20-%20Bolivia%20para%20alem%20das%20eleicoes%20\(1\).pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216954/Porto-Goncalves%20e%20Rego%20Monteiro%20-%20Bolivia%20para%20alem%20das%20eleicoes%20(1).pdf?sequence=1). Acesso em: 21 fev. 2021.
- PUNTIGLIANO, A. R. (2016). **21st century geopolitics: integration and development in the age of 'continental states'**. In: *Territory, Politics, Governance*. 5:4, 478-494, DOI: 10.1080/21622671.2016.1220867
- PUTIN, V. (2005). **Para Putin, fim da URSS foi catástrofe geopolítica**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/04/050425_putinro. Acesso em: 21. fev. 2021.
- PUTIN, V. (2014). **Putin: it's time to stop playing geopolitical games**. Disponível em: <<https://interfax.com/newsroom/top-stories/42969/>>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- PUYVELDE, Van K. (2015). **Hybrid war - does it even exist?** In: *NATO review*. Disponível em: <http://www.nato.int/docu/Review/2015/Also-in-2015/hybrid-modern-future-warfare-russia-ukraine/EN/index.html>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- RÁCZ, A. (2015). **Russia's Hybrid War in Ukraine: Breaking the Enemy's Ability to Resist**. Disponível em: <<https://www.fiia.fi/en/publication/russias-hybrid-war-in-ukraine>>.
- RAND CORPORATION (2019). **Extending Russia Competing from Advantageous Ground**. Santa California: Rand Corporation.
- RATZEL, F. (1969). **The laws of spatial growth of states**. In: R. E. Kasperson, & J. V. Minghi (Eds.), *The structure of political geography* (pp. 17–28). Chicago, IL: Aldine Publishing Company.
- RATZEL, F. (1983). **O Solo, a Sociedade e o Estado**. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo, v. 2, nov. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/rdg/article/view/47081>>.
- RATZEL, F. (1990). **As leis do crescimento espacial dos Estados**. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.) e FERNANDES, Florestan. (Coord.). *Ratzel*. São Paulo: Ed. Ática.
- REINHART, K. (1985). **Futures Past: On the Semantics of Historical Time**. Cambridge MA: MIT Press.

- RENZ, B.; SMITH, H. (2016). *Russia and hybrid warfare. Going beyond the label*. Helsinki: Kikimora Publications.
- RIVAROLA PUNTIGLIANO, A. (2001). *Geopolitics of Integration and the Imagination of South America*. Taylor & Francis Online, p. 846-864, 14 Nov. 2001. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14650045.2010.549863>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- RIVAROLA PUNTIGLIANO, A. (2009). **Prólogo**. In: BARRIOS, Miguel Ángel. *Diccionario latinoamericano de seguridad y geopolítica*. Buenos Aires: Biblos.
- RODRIGUES, B. S. (2014). **O heartland sul-americano: a importância geopolítica da Bolívia para a América do Sul**. In: *Revista OIKOS*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 40–56.
- RODRIGUES, B. S. (2020). **Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas**. In: *Sul Global* 1 (1): 139- 168.
- ROJAS, R. (2007). *En vigor, la pensión para ancianos en Bolivia; el pago, con impuestos del gas: fuerzas políticas y cívicas de derecha se declaran en estado de resistencia civil movilizadas. Fuerzas políticas y cívicas de derecha se declaran “en estado de resistencia civil movilizada”*. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2007/11/29/index.php?section=mundo&article=035n1mun>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- ROLAND, A.. (1997). *Technology and War*. Chapel Hill: American Diplomacy. Disponível em: http://www.unc.edu/depts/diplomat/AD_Issues/amdipl_4/roland.html#intro. Acesso em: 21 fev. 2021.
- RÚSSIA (2020). **Statement by President of the Republic of Azerbaijan, Prime Minister of the Republic of Armenia and President of the Russian Federation**. Disponível em: en.kremlin.ru/events/president/news/page/5>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- RUSSIA (2022). **Joint Statement of the Russian Federation and the People’s Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development**. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/5770>. Acesso em: 4 fev. 2022.
- RUSSIAN INTERNATIONAL AFFAIRS COUNCIL (2018). *When Did the First World War End for Russia? Marking the Centenary of the Treaty of Brest-Litovsk*. Disponível em: <https://russiancouncil.ru/en/analytics-and-comments/analytics/when-did-the-first-world-war-end-for-russia-marking-the-centenary-of-the-treaty-of-brest-litovsk/>. Acesso em: 21/01/2021.
- RUTLAND, P. (2013). *Neoliberalism and the Russian transition*. In: *Review of International Political Economy*, v. 20, n. 2, p. 332-362, 2013. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09692290.2012.727844>>.
- SAINT-PIERRE; H.; GONÇALVES, L. C. G. (2018). **Nem Revolução Militar (RM) nem Revolução em Assuntos Militares (RAM) apenas mudanças de longa duração condensadas na guerra pelo gênio militar**. In: *Rev. Bras. Est. Def.* V. 5, nº 2, jul./dez.
- SAN MARTIN, H. (2019). *La Guerra Híbrida Rusa Sobre Occidente*. Page Publishing Inc. Nova Iorque, EUA.
- SANTORO, M.. (2007). **A outra volta do bumerangue: Estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952-2006)**. In: PAIVA, E. M. (2007). [org.]. *Bolívia: de 1952 ao século XXI*. Prêmio América do Sul 2006. FUNAG: Brasília, DF.

- SATPAYEV, D. (2015): **Kazakhstan: Economic Integration without Relinquishing Sovereignty**. p. 11-15. Fiedrich Ebert Stiftung. <<https://library.fes.de/pdf-files/id-moe/11181.pdf>>.
- SCHRIJVERS, J. (2005). *Jean-Yves Lacoste: A Phenomenology Of Liturgy*. HeyJ XLVI. 314–33.
- SCHMITT, C. (1979). *El nomos de la tierra en el Derecho de Gentes del “Jus publicum europaeum”*. Editorial Struhart e Cia: Buenos Aires, Argentina.
- SCHMITT, C. (1994). *L'unità del mondo e altri saggi (Introduzione e nota bibliografica di A. Campi)*. Pellicani. Roma, Itália.
- SCHMITT, C. (1963). *Partisan Theory. Intervention in the Concept of the Political*. Duncker and Humblot: Berlim, Alemanha.
- SCHMITT, C. (1985). *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty*. Cambridge: The MIT Press..
- SCHMITT, C. (1990). *El Leviathan En la Teoría del Estado de Tomás Hobbes*. Buenos Aires: Struhart e Cia.
- SCHMITT, C. (1991). *Glossarium. Aufzeichnungen aus den Jahren 1947 bis 1958*. Berlin: Duncker & Humblot.
- SCHMITT, C. (1994). **Die Wendung zum totalen Staat**. In: *Schmitt, Carl. Positionen und Begriffe im Kampf mit Weimar-Genf-Versailles 1923-1939*. Berlin: Duncker & Humblot.
- SCHMITT, C. (1996). *Der Begriff des Politischen*. 6.ed. Duncker & Humblot. Berlin, Alemanha.
- SCHMITT, C. (2003). *The Nomos of the Earth in the international law of jus publicum europaeum*. New York: Telos.
- SCHMITT, C. (2007). *The concept of the political*. Chicago: University of Chicago Press.
- SCHMITT, C. (2008). **O Conceito de Político/Teoria do Partisan**. Belo Horizonte: Del Rey.
- SCHMITT, C. (2014). *O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europæum*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio.
- SCHUURMAN, B. (2011). **Clausewitz e os Estudiosos da “Nova Guerra”**. In: *Estados Unidos da América. Departamento de Defesa*. Centro de Armas Combinadas. Military Review. Ed.Brasileira. Kansas-USA: Setembro-Outubro.
- SHIMKO, K. L. (2010). *The Iraq Wars and America's Military Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SHOIGU, S. (2014). **Are Color Revolutions a New Form of War?**. *The Moscow Times*. Disponível em: <<http://www.themoscowtimes.com/opinion/article/are-color-revolutions-a-new-form-ofwar/501353.html>>.
- SIMON, L. (2016). **The “Third” US Offset Strategy and Europe’s “Anti-access” Challenge**. *Journal of Strategic Studies*. London, v. 39, n. 3, p. 417-445.
- SIMONS, G. (2010). **Fourth Generation Warfare and The Clash of Civilizations**. In: *Journal of Islamic Studies*. Oct.

- SLIPCHENKO, V.; GAREEV, M. (2005). *Future War*. Moscou: Polit.ru.
- SLIPCHENKO, V. *Especialista russo analisa guerra no Iraque*. 2003. Disponível em: <https://port.pravda.ru/news/russa/02-04-2003/1681-0/>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- SLIPCHENKO, V. (1993). **A russian analysis of warfare leading to the Sixth Generation**. In: *Field Artillery*. Oct, p. 38-41.
- SLOAN, E. C (2008). *Military transformation and modern warfare: a reference handbook*. Westport: Greenwood Publishing Group.
- SMITH, A. (1983). *Riqueza das Nações*. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- SMITH, N. (2000). **Is critical geopolitics possible? Foucault, class and the vision thing**. *Political Geography*. 19(3), 365-371.
- SMITH, R. (2006). *The Utility of Force: The Art of War in the Modern World*, London: Penguin Books.
- SOUVLIS; G.; ANDRY, A. (2016). **Repensando as Relações Internacionais: uma entrevista com Benno Teschke**. In: *Revista Outubro*. n. 27.
- SPEIER, H. (1952). *Social Order and Risks of War: Papers in Political Sociology*. New York: George W. Stewart Publishers.
- SPENGLER, O. (1973). *A decadência do Ocidente: Um esboço de uma morfologia da História Universal*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SPRUYT, H. (2007). **War, Trade and State Formation**. In: BOIX, Carles; STOKES. Susan. [eds]. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- SPYKMAN, N. (1982). *Estados Unidos frente al mundo*. México: Fondo de Cultura Económica.
- STOKER, D. (2014). *Clausewitz: His Life and Work*. Oxford: Oxford University Press.
- STOKER, D. (2016). *The Myth of Total War*. Disponível em: <https://thestrategybridge.org/the-bridge/2016/12/17/the-myth-of-total-war>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- STUPAK, R. J. (1998) *War as an Instrument of Policy: Past, Present, and Future*. Lanham: University Press of America.
- SUMIDA, J. T. (2008). *Decoding Clausewitz: A New Approach to On War*. Lawrence: University of Kansas Press.
- TEDESCO, A. (2018). *A Argentina na periferia do tempo: os combates da sociologia científica e um mundo novo para os intelectuais (1930-1970)*. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas.
- TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M; DUARTE, M. T. S. M (2018). **O modo americano de guerra: a transformação militar das Forças Armadas dos Estados Unidos**. *Revista Tempo do Mundo*. Brasília, v. 4, n. 2, p. 11-26, jul.
- TENENBAUM, E. (2015). **Hybrid warfare in the strategic spectrum: an historical assessment**. In: G. Lasconjarias and J.A. Larsen, eds. *NATO's response to hybrid threats*. Rome: NATO Defence

College.

- TER-MATEVOSYAN, V.; DRNOIAN, A.; MKRTCHYAN, NarN.ek; YEPREMYAN, TIGRAN (2017). **Armenia in the Eurasian Economic Union: reasons for joining and its consequences.** *Eurasian Geography and Economics*, 58:3, 340-360.
- THENON, E. (2009). ***Bolivia, el Heartland sudamericano y la unión continental.*** Buenos Aires: Centro de Estudios Sudamericanos - Instituto de Relaciones Internacionales.
- THUAL, F. (1996). ***Méthodes de la géopolitique.*** Paris: Ellipses
- TICKNER, A.B. & WÆVER, O. (2009). ***International Relations Scholarship around the World.*** London: Routledge.
- TIERNEY, D. (2015). ***The Right Way to Lose a War: America in an Age of Unwinnable Conflicts.*** New York: Little Brown.
- TILLY, C. (1978). ***From Mobilization to Revolution.*** New York: McGraw-Hill
- TILLY, C. (1996). ***Coerção, Capital e Estados Europeus, 1990-1992.*** Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da USP.
- TISHKOV, V (2004). ***Chechnya: Life in a War-torn Society.*** Los Angeles: UCP.
- TOMES, R. R (2000). **Revolution in military affairs—a history.** *In: Military Review*, v. 80, n. 5, p. 98.
- TRENIN, D. (2001). ***The End of Eurasia: Russia on the border between geopolitics and globalization.*** Washington: Carnegie Moscow Center.
- TRENIN, D. (2011). **Russia and the New Eastern Europe.** *In: Russian Politics and Law*, Vol. 49, N.6, Nov-Dez.
- TRENIN, D. (2018). ***Avoiding U.S.-russia Military Escalation During The Hybrid War.*** Carnegie Endowment.
- TRENIN, D.; MALASHENKO, A. (2010). **Iran: a view from Moscow.** Washington D. C: Carnegie Endowment. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/files/iran_view_moscow.pdf>.
- TRUBETSKOY, N. (1991). ***Pan-Eurasian Nationalisms.*** Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- TSYGANKOV, A. P. (2010). **Russia's Power and Alliances in the 21st Century.** *Politics*. 30(1_suppl), 43–51.
- TZU, S. (2000). ***A arte da guerra.*** Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM.
- USAID - United States Agency for International Development (2002). **Final Report – Final Evaluation of OTI's Program in Serbia-Montenegro.** Washington.
- VALENTE, L. (2007). ***Asfixia Energética, Tensão na América do Sul: Separatistas se armam na Bolívia: Grupo que exige autonomia para região rica do país tem milícias com 12 mil homens "Ou mais autonomia, ou independências.*** *Jornal O Globo*.
- VAN CREVELD, M. (1991). ***The Transformation of War: The Most Radical Reinterpretation of Armed Conflict since Clausewitz (A Revised and Expanded Edition).*** New York: The Free Press.

- VARTANYAN, O. (2018). *“Velvet Revolution” Takes Armenia into the Unknown*. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/europe-central-asia/caucasus/armenia/velvet-revolution-takes>>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- VESENTINI, J. W. (2010). **Repensando a Geografia Política. Um Breve Histórico Crítico e a Revisão de Uma Polêmica Atual**. In: *Revista do Departamento de Geografia*. Ed. 20 (2010) 127-142. São Paulo: USP.
- VICHINKESKI, A. T. (2012). **Revisitando a teoria schmittiana dos grandes espaços (Grossraumlehre): o conceito de espaço no direito internacional contemporâneo**. In: *Revista Facultad De Derecho y Ciencias Políticas*. Vol. 42, No. 116 / p. 77-96 Medellín - Colombia. Enero-Junio.
- VIZENTINI, P. F. (1999). **A fragmentação da Iugoslávia: paradigma da afirmação das estruturas hegemônicas do poder**. In: *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 124-136.
- VIZENTINI, P. F. (2014). *A Primeira Guerra Mundial e o Declínio da Europa*. Rio de Janeiro: Alta Books.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes (2006). **Introdução: O sistema mundial entre a uni e a multipolaridade**. In: VIZENTINI & WIESEBRON (2006) [orgs]. *Neohegemonia americana ou multipolaridade*. Ed. UFRGS / Nerint: Porto Alegre, RS.
- WAGNER, M. T. A. (2010). **Regionalismo y Seguridad Sudamericana: ¿Son relevantes el Mercosur y la Unasur?** In: *Iconos. Revista de Ciencias Sociales*. núm. 38, septiembre, 2010, pp. 41-53 Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales Quito, Ecuador. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/509/50918282005.pdf>.
- WALTZ, K. N. (1993) **The Emerging Structure of International Politics**. In: *International Security*, 18 (2): 32-6.
- WEIGERT, H. W. (1943). *Geopolítica. Generales y geógrafos*. México: Fondo de Cultura Económica.
- WEXELL SEVERO, L. (2012). **A importância geopolítica da Bolívia e a integração da América do Sul**. In: OLIVEIRA, R. P.; NOGUEIRA, S. G., & MELO, F. R.,) (2012) [orgs]. *América Andina: integração regional, segurança e outros olhares*. EDUEPB: Campina Grande. PB.
- WILLIAMS, M.C. (2003). **Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics**. In: *International Studies Quarterly*. 47(4), pp.511-531. DOI: 10.1046/j.0020-8833.2003.00277.
- WILSON, A (2005). *Ukraine's Orange Revolution*. London: Yale University Press.
- ZIUGANOV, G. A. (1993). *Drama vlasti*. Moscow: Paleya.
- ZIUGANOV, G. A. (1998). *Geografiia Pobedy. Osnovy Rossiiskoi Geopolitiki*. Moscou: Paleya.
- ZOLO, D. (2011). *Rumo ao ocaso global? Os direitos humanos, o medo, a guerra*. Org. FEITOSA, M. L. A.; TOSI, Giuseppe. São Paulo: Conceito.
- ZOLYAN, M. (2018). *What to Expect from Armenia's New Leader*. Disponível em: <<https://carnegie.ru/commentary/76365>>. Acesso em: 14 de novembro de 2020.